

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

ANA LUCIA SAIA

EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ITAJUBÁ: DOS
FRAGMENTOS HISTÓRICOS AOS DIAS ATUAIS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Orientadora: Prof. Dra. Sylvia da Silveira Nunes.

Agosto de 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mauá
Bibliotecária Jacqueline Rodrigues de Oliveira Balducci - CRB_6/1698

S132E

Saia, Ana Lucia

Educação de Surdos em Itajubá: dos fragmentos históricos aos dias Atuais. / Ana Lucia Saia. – Itajubá, (MG): [s.n.], 2014.
176 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Nunes, Sylvia da Silveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá.

1. Educação de surdos. 2. Libras. 3. Políticas públicas. 4. Segregação. I. Nunes, Sylvia da Silveira, oriente. II. Universidade Federal de Itajubá. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

ANA LUCIA SAIA

EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ITAJUBÁ: DOS
FRAGMENTOS HISTÓRICOS AOS DIAS ATUAIS

Dissertação de Mestrado aprovado por banca examinadora em 29 de Agosto de 2014,
conferindo ao autor o título de *Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Sylvia da Silveira Nunes

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Prof. Dra. Cláudia Gomes

Prof. Dra. Denise Pereira de Alcântara Ferraz

ESTE TRABALHO É DEDICADO A TODAS AS PESSOAS:

- que não se fecham em ideias preconcebidas;
- que se importam com a dor das outras;
- que se importam com aqueles que são diferentes;
- que se importam com a inclusão de todas as pessoas;
- que aprendem a Libras para se comunicar com seus familiares, amigos ou alunos surdos;
- que se preocuparam e se preocupam com a causa das pessoas surdas, se esforçando para que elas possam se comunicar, bem como ter um espaço para exercerem sua cidadania.

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente a Deus por mais uma existência e aprendizado.
- Aos meus pais, Laura Saia (*in memoriam*) e Joaquim José pelo amor, dedicação, amizade e pelos exemplos recebidos.
- Aos familiares e amigos que me incentivaram a prosseguir nessa empreitada, ou que me ajudaram em momentos decisivos, especialmente minha filha Júlia Saia, minha irmã Rita Saia e aos amigos Diego Ramos, Maria Souza, Rosilene Costa, Rosa e Helena Vander Velden, Francisco Sales, Magda Abranches e Sandra Ávila.
- À Sylvia Nunes, minha orientadora. Ela se importa com as pessoas e suas dores.
- Aos professores Carlos Alberto Máximo Pimenta e Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly que muito me ajudaram com seus conselhos na fase da qualificação. Realmente é preciso desmanchar para tentar encontrar um caminho...
- À Maristela Gulla, amiga que me incentivou a fazer esse mestrado. Também me escutou e leu o que escrevi, devo muito a ela.
- À família do Núcleo Espírita Fraternidade e Amor (NEFA) pela amizade e apoio recebido.
- Às pessoas que aceitaram ser entrevistadas, possibilitando assim realizar esse trabalho. Dentre elas dedico especialmente à Eliana (nome fictício) que acompanha os alunos surdos desde 1990.
- A todos que sobrecarreguei com minha ausência ao me dedicar a esse trabalho.
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado concedida à mestranda.

EPÍGRAFE

No século XVI, a noção de que a compreensão das ideias não dependia de ouvir palavras era revolucionária.

Porém, não são (geralmente) as ideias dos filósofos que mudam a realidade e, tampouco, inversamente, a prática das pessoas comuns. O que muda a história, o que desencadeia as revoluções, é o encontro dessas duas coisas. Uma mente grandiosa – a do abade De l'Épée – teve de encontrar um uso humilde – a língua de sinais nativa dos surdos que vagavam por Paris – para possibilitar uma transformação significativa. Se perguntarmos por que esse encontro não acontecerá antes, a resposta talvez esteja na vocação do abade, que não podia tolerar a ideia de as almas dos surdos-mudos viverem e morrerem sem ser ouvidas em confissão, privadas do Catecismo, das Escrituras, da Palavra de Deus; em parte isso se deveu a humildade do abade – ao fato de ele ouvir os surdos

....

Pois, o importante foi o abade ter prestado a máxima atenção a seus pupilos, ter aprendido sua língua (o que provavelmente não fora feito antes por nenhum ouvinte). E então associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler, e com, de um golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e à cultura do mundo. O sistema de sinais “metódicos” de De l'Épée – uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais – permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez permitiu que alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês e, assim adquirissem educação (SACKS, 2002, p. 29-30).

RESUMO

Dados oficiais sobre a educação dos alunos surdos no Brasil mostram que apenas uma pequena parcela dessas pessoas está matriculada nos bancos escolares. Já as experiências de inclusão em salas de aula com alunos ouvintes têm sido marcadas pelo despreparo dos professores e por relacionamentos superficiais com seus colegas pelo desconhecimento da língua de sinais (Libras). Diante desses dados, o presente trabalho tem por objeto conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá-MG e o atendimento escolar oferecido no passado e nos dias atuais. A pesquisa de natureza qualitativa foi realizada através de nove entrevistas com profissionais da rede estadual de ensino que trabalharam ou ainda trabalham com esses alunos. As informações colhidas permitiram concluir que até 1995 os alunos surdos permaneceram segregados em salas especiais. Embora muitos já fossem adultos, não sabiam ler e escrever. A oportunidade de escolarização e inclusão social dos alunos surdos só ocorreu a partir 1996. Mesmo sem apoio do Estado, alguns profissionais da educação optaram pelo aprendizado da Libras para comunicação e alfabetização dos alunos surdos propiciando a eles a primeira oportunidade de aprendizado. A pesquisa evidenciou que apesar da existência de leis ainda faltam políticas públicas no atendimento desses alunos, o que desencadeia diversos problemas ao surdo, sua família, aos professores e interpretes.

Palavras-chave: Educação de surdos - Inclusão Social - Libras - Políticas Públicas - Segregação

ABSTRACT

Official data on the education of deaf students in Brazil show that only a small portion of those people are enrolled in school enrollment. Already, the experiences of inclusion in classrooms with hearing students have marked by unprepared teachers and superficial relationships with his colleagues by not knowing the language (Libras). Given these data, this paper's purpose is to know the history of deaf education in the city of Itajubá and MG-school care offered in the past and today. The qualitative research was conducted through interviews with nine professionals from state schools who have worked or still work with these students. The information gathered showed that deaf students until 1995 remained segregated in special rooms. Though many were already adults, could not read and write. The opportunity of education and social inclusion of deaf students only occurred since 1996. Even without state support, some education professionals opted for the Pounds communication and literacy learning for deaf students providing them the opportunity to learn first. The research showed that despite the existence of laws still lack public policies in meeting these students, which triggers many problems the deaf, their families, teachers and interpreters.

Keywords: Deaf education - Social Inclusion - Pounds - Public Policy - Segregation

LISTA DE SIGLAS

APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAIDI - Centro de Apoio e Integração do Deficiente de Itajubá
CAS – Centro de Atendimento aos Surdos
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
DIVAE – Divisão de Apoio Escolar
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EECC – Escola Estadual Carmo Cascardo
EEMJP – Escola Estadual Major João Pereira
EERM – Escola Estadual Rafael Magalhães
EJA – Educação de Jovens e adultos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FEPI – Faculdade de Ensino e Pesquisa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos
Libras ou LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PROETI – Programa de Educação em Tempo Integral
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PIP – Programa de Intervenção Pedagógica
SEE – Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais
SRE – Superintendência Regional de Ensino
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UNB – Universidade de Brasília

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação, cargo e informações profissionais sobre os entrevistados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – DEFICIÊNCIA: O ESPAÇO SOCIAL DA DIFERENÇA	18
1.1 – Panorama geral da deficiência	18
1.2 – Educação da pessoa com deficiência	22
CAPÍTULO II – SURDEZ, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO	26
2.1 – Sobre a surdez	26
2.2 - Breve histórico da educação dos surdos no mundo	28
2.3 – Breve histórico da educação dos surdos no Brasil	30
2.4 – A educação dos surdos na atualidade: regulamentação e algumas pesquisas	32
CAPÍTULO III – A PESQUISA	37
3.1– Percurso metodológico	37
3.2 – Participantes da pesquisa	38
3.3 – Locais da pesquisa	40
3.4 – Análise dos dados	41
CAPÍTULO IV – COMPREENDENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS EM ITAJUBÁ DE 1990 A 2013	43
4.1 – Educação dos surdos: ausência de políticas públicas no atendimento escolar oferecido na rede estadual de ensino	43
4.1.1 – Do atendimento na Escola Estadual Carmo Cascardo.....	44
4.1.2 – Do atendimento na Escola Estadual Rafael Magalhães.....	45
4.1.3 – Do atendimento na Escola Estadual Major João Pereira	55
4.2– Libras – Ferramenta essencial para comunicação e alfabetização	61
4.3 – O intérprete: atuação e a dependência dos alunos surdos	66
4.4- Inclusão e Falta de intérpretes	69
4.5 - Encontros dos surdos na EEMJP: espaço de socialização através da Libras.....	72
4.6 – Aprendizagem dos alunos surdos – considerações sobre dificuldades e avaliação	73
4.7 – Qualidade do relacionamento dos alunos surdos e ouvintes	74
4.8 - Divergência de opiniões sobre a inclusão dos alunos surdos em salas regulares	75
4.9 - Do desinteresse dos surdos da criação de uma “Associação de Surdos”.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS	89
A) Primeira entrevista – Lúcia.....	89
B) Segunda entrevista – Clara	96
C) Terceira entrevista – Laura	103
D) Quarta entrevista – Maria	110
E) Quinta entrevista – Eliana	118
F) Sexta entrevista – Letícia	133
G) Sétima entrevista – Clarice	145
H) Oitava entrevista – Roberto	155
I) Nona entrevista – Ângela	166

INTRODUÇÃO¹

Após ter concluído o Curso de História em 1985 senti a necessidade de continuar estudando, iniciando assim, em 1987, o Curso de Direito. Com sua conclusão em 1990, optei pela advocacia indo de Itajubá-MG para São Paulo-SP. No exercício da advocacia na cidade de São Paulo, tive a oportunidade de trabalhar em um escritório que só atendia a trabalhadores, tendo contato com pessoas mutiladas ou doentes em razões de acidentes e doenças decorrentes da profissão ou do ambiente laboral. Muitas dessas pessoas tiveram sua capacidade de trabalho reduzida, outras se tornaram pessoas com deficiência. Notei que muitas ficaram marginalizadas, sendo recusadas em processos seletivos. Entre essas pessoas estão as que apresentavam perdas auditivas induzidas por ruído, que normalmente são excluídas das oportunidades de trabalho e não são amparados pela Previdência Social na concessão de benefícios.

Essa experiência profissional motivou-me a realizar estudos sobre a inclusão profissional das pessoas com deficiência em dois programas de Pós Graduação. O primeiro, no Curso de Especialização em Direito e Processo do Trabalho, pela Universidade Anhanguera-Uniderp, intitulado “O Cumprimento da Lei de Cotas: Panorama Atual da Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho”. O segundo, realizado no Curso de Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), foi intitulado “A Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Inclusão? Um estudo sobre a realidade do Mercado de Trabalho a que se submetem as pessoas com deficiências”, ambas realizados em 2011.

Com o meu ingresso no Mestrado do Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), continuei com o objetivo de estudar temas relacionados às pessoas com deficiência, reabilitadas e com diferenças funcionais, pensando na possibilidade de a ciência contribuir para as agendas públicas, de modo a facilitar que grupos de pessoas excluídas possam ter tratamento adequado e possibilite a inclusão escolar e no sistema produtivo.

Ao pesquisar sobre o cumprimento da lei de cotas no Brasil e a situação profissional das pessoas com deficiência, ficou destacado que a pouca escolaridade das pessoas com deficiência somada à resistência dos empregadores em contratar esses indivíduos são fatores que contribuem para a pouca ocupação de vagas de trabalho oferecidas. Também se verificou

¹ Esta é a única seção da dissertação que está escrita na primeira pessoa por conter o relato pessoal da mestranda em relação ao tema pesquisado.

que essas vagas se constituíam de funções sem grau de complexidade e reconhecimento. Percebe-se que dentro da ótica do capitalismo a contratação de pessoas que não atendem às exigências de perfeição física é restrita.

No contexto atual verifica-se expressamente a intervenção estatal com a edição de leis que garantem atendimento escolar adequado, vagas nas escolas, atendimento médico e reabilitação para pessoas com deficiência, reserva de vagas de trabalho em concursos públicos e empresas particulares. Para Pastorini (2010) essas concessões devem ser consideradas como tentativas para acalmar os ânimos e evitar pressões dos excluídos. Prefere-se incentivar o assistencialismo e o protecionismo do que preparar para a vida competitiva do mercado de trabalho.

No mundo em que vivemos, os avanços trazidos pela tecnologia promoveram o acesso a bens e serviços em escala cada vez maior, além de facilidades de comunicação eletrônica e digital, avanços da medicina, produtos cada vez mais sofisticados, entre outros. Contudo, por outro lado, coexiste a miséria, a fome, novas doenças sem cura e, de maneira geral, permanecem afastadas das “conquistas tecnológicas” milhões de pessoas que não foram aproveitadas no mundo capitalista, por existir excedente de mão de obra.

Alves et al (2010, p. 146), ressaltam que: “Atualmente, a questão que aparece com frequência, quando o tema é o processo de modernização da produção, é o papel da educação”. Segundo os autores, a escola é chamada a participar como formadora, esperando assim que prepare futuros trabalhadores com espírito de liderança, capacidade para improvisação e conhecimento geral. Enfim, se espera que a escola forme máquinas humanas de produção para atender aos interesses do capital.

Outras perguntas se formam com relação ao papel da escola na vida das pessoas: seria preparar para o mercado, sem se importar em formar cidadãos críticos para viver em sociedade? E ainda: dentro dessa escola que forma para o mercado há espaço para pessoas com deficiência, ou ainda, com diferenças que não as enquadram no padrão esperado pelo mercado capitalista? Libâneo (2012) discute o agravamento do papel dualista da escola pública brasileira, sendo que em um momento se caracteriza como uma escola do conhecimento para os ricos e, em outro, como uma escola do acolhimento social para os pobres. Para o referido autor essa dicotomia mostra que a escola pública, dependendo da condição social, trata de forma diferente seus alunos.

Conforme Oliveira, Castro e Ribeiro (2002) a maioria dos países concentraram sua atenção na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), descuidando das questões atinentes à qualidade de vida. Com isso, o crescimento econômico era visto como

meio e fim do desenvolvimento. Para esse autor, a partir da Segunda Guerra Mundial, os contextos de desenvolvimento industrial e crescimento dos padrões de consumo passaram a ser questionados e passou-se também a se pensar sobre qualidade de vida. A partir daí, se tornaram acirrados os debates sobre o desenvolvimento e crescimento econômico. Isto por se entender que a origem do conflito foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos extremamente profundos e preexistentes aos conflitos, referentes a outras guerras, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais.

Assim, não bastava somente o crescimento atrelado ao aumento do PIB, visto que a produção normalmente se concentra nas mãos de poucos. Ao contrário, a ideia de desenvolvimento econômico pressupõe resultados positivos na produção, sem, contudo, descuidar da melhoria das condições de vida da população, e do enfrentamento dos problemas sociais e preservação do meio ambiente.

Nos dias atuais é recorrente a preocupação com a adoção de medidas sustentáveis e éticas por parte dos Estados e dos detentores do poder econômico e tecnológico no trato com as pessoas e com a natureza. Contudo, é evidente que a sujeição a essas ideias por parte dos Estados e detentores do poder econômico, se faz em virtude da existência de leis e sanções.

O conjunto de interesses capitalistas gerou uma sociedade consumista, dependente de produtos e serviços, onde coisas, situações e até pessoas se tornam facilmente supérfluas e obsoletas, permitindo o surgimento de diversos problemas, os quais estão relacionados com o desemprego, exploração desenfreada dos trabalhadores e dos recursos naturais existentes.

Com o tempo, as pessoas se acostumaram com a ideia do descartável, colocando em questionamento valores e comportamentos humanos. É o que Bauman (2010) chama de sociedade líquida, onde tudo pode se desfazer, mudar, não havendo compromissos, nem continuidade nas relações. O autor sustenta que a sociedade moderna apresenta um consumo desenfreado, criando a ideia do descartável, produzindo um lixo que se recicla, mas que não tem fim, só aumenta. Nesse contexto, as necessidades dos outros não significam nada, porque é do outro.

Feitas essas considerações, cabe dizer que os problemas dos grupos excluídos dentro da atual sociedade capitalista são objeto de estudo de diversas ciências. No caso das pessoas com deficiência, reabilitadas ou com diferenças funcionais, pode-se dizer que o atendimento de suas necessidades envolve áreas como a medicina, na busca de tratamentos mais eficazes; educação, pois muitos ainda são desfavorecidos no atendimento escolar; advocacia, na busca de reconhecimento de direitos; economia, visto que são consumidores como todas as demais pessoas, podendo assim também ser provedoras de seu sustento e subsistência através do

trabalho; engenharia, pelas possibilidades de novas próteses e técnicas cirúrgicas, busca de acessibilidade.

A presente pesquisa está inserida na linha Desenvolvimento e Sociedade, com ênfase na educação, saúde e trabalho e tem como objeto conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá-MG e o atendimento escolar oferecido no passado e nos dias atuais. Não se trata de uma pesquisa de educação ou de história, mas sim de conhecer a educação escolar oferecida aos alunos surdos e as políticas públicas existentes no seu atendimento. Ao buscar compreender o atendimento oferecido aos alunos surdos, verificou-se que ainda inexistem ações concretas que favoreçam o desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania dessas pessoas.

O interesse em conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá teve origem a partir da leitura do trabalho de Manente, Rodrigues e Palamin (2007) que, analisando as informações disponibilizadas no *site* do Ministério da Educação obtidas no Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual, do total de pessoas com surdez, que correspondia a 5,7 milhões de pessoas, cerca de 2% da população, 406 mil estavam em idade escolar. Contudo, desse número, apenas 56 mil (13,79%) cursavam a educação básica, 2 mil (0,49%) cursavam o ensino médio e 300 (0,07%) pessoas estavam matriculadas em cursos universitários. Em linhas gerais, cerca de 15% dos surdos estavam matriculados nos bancos escolares.

Esses dados provocaram o interesse em compreender quais os motivos da exclusão das pessoas surdas, bem como estudar a situação dessas pessoas na cidade de Itajubá-MG e me reportaram a observações realizadas de forma superficial ao longo da vida.

A primeira observação se refere a um homem surdo, morador da cidade de Itajubá/MG, que saía pelas ruas empurrando um carrinho de madeira vendendo doces e balas. Esse era o seu trabalho para sobreviver. Muitas vezes tentava em vão convencer os transeuntes gesticulando e emitindo sons que ninguém entendia, fazendo com que muitas pessoas abordadas se assustassem, desviando-se do contato.

A segunda observação remonta à cidade de São Paulo/SP, onde, em inúmeras oportunidades, me deparei com grupos de pessoas surdas, principalmente em vagões do metrô. Essas pessoas, através da Libras, comunicavam-se intensamente, havendo interação, alegria, entusiasmo. Esses grupos chegavam a se destoar das demais pessoas que, na maioria das vezes, seguiam literalmente em silêncio.

Foi desencadeado um processo de questionamentos evidenciando que as pessoas surdas vivem em contextos diferentes em virtude da possibilidade de se comunicar ou não. A

realidade se apresentou com dados que revelaram praticamente a exclusão do surdo da vida escolar, provocando o meu interesse em estudar a história da educação dos surdos em Itajubá.

O estudo, sem pretensão de aprofundar questões médicas ou pedagógicas, foi concentrado em estudar a história da educação dos alunos surdos da cidade de Itajubá, sendo necessário obter informações sobre o processo de educação, escolas que os atenderam e o tratamento dispensado. Contudo, todas essas informações estão apenas na memória das pessoas que viveram essas experiências na condição de alunos, professores e especialistas, sendo essa a primeira vez que a história dos surdos de Itajubá será registrada. Esse primeiro registro, apesar dos limites, poderá servir para pesquisas futuras.

Para Minayo (2010) cada sociedade humana se organiza num determinado espaço, de forma particular e diferente uma das outras. Todavia, por viverem em um mesmo tempo histórico, há traços comuns que se manifestam tanto no desenvolvimento, quanto na decadência das teorias.

As questões que envolvem as pessoas surdas na atualidade estão intrinsecamente relacionadas com as histórias vividas. Apesar da existência de muitas facilidades proporcionadas pela tecnologia, que poderiam ser relacionadas como o acesso a bens e serviços em escala cada vez maior, permanece existindo grupos de pessoas que ainda estão às margens da organização social. Os surdos representam um desses grupos. Eles podem ser considerados como uma minoria linguística (LUZ, 2013).

Pensando no acesso aos direitos por meio de políticas públicas, vale a pena lembrar Sader (2009) que afirma que o objetivo central de um Estado democrático se detém primeiro em estender e garantir os direitos básicos de cidadania. Partindo desse pensamento, cabe aos Estados distribuir garantias a todos os cidadãos, na forma de serviços públicos que englobam saúde, educação, habitação, entre outros. Nesse sentido, a inclusão social está em primeiro lugar dos direitos básicos da cidadania.

Wanderley (1997) ressalta que na América Latina a questão social até hoje é marcada pela miséria, preconceito, marginalização, violência e outros tantos problemas. As origens desses problemas estão nas extremas desigualdades e injustiças que predominam em cada sociedade. Diversos grupos ainda não se organizaram para fortalecimento político na busca de direitos. Os problemas são estruturais, estão na formação dessas sociedades. No Brasil, a questão social também pende de solução para negros, mulheres, índios, pobres, e grupos excluídos do sistema produtivo, inclusive os surdos, que chamam atenção pela inexpressiva participação nos bancos escolares e vagas de trabalho. Esses dados provocam vários questionamentos sobre as políticas públicas criadas para atender a essas pessoas.

Na presente dissertação pretende-se através de entrevistas com profissionais da rede estadual de ensino conhecer a história escolar do aluno surdo em Itajubá. Apesar da existência de um roteiro semiestruturado foi permitido a livre manifestação dos entrevistados sobre as experiências vividas e suas opiniões.

No capítulo I serão abordadas de forma sucinta as questões relacionadas com o tratamento dispensado ao longo da história às pessoas com deficiência. Nessa trajetória, passa-se pela eliminação entre os povos antigos, pela assistência na Idade Média em virtude da influência do Cristianismo, segregação no final do século XIX até por volta de 1940 e, a partir da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais, com edição de leis para proteção e garantia de direitos tem-se o movimento pela integração e inclusão.

No capítulo II serão discutidas brevemente questões relacionadas diretamente à surdez, o que ela é e o que representa a perda da audição em uma sociedade cuja maioria das pessoas é ouvinte. A educação da pessoa surda surge como o principal enfoque, visto que até a divulgação do ensino através da língua de sinais, apenas os surdos abastados eram educados por professores particulares e métodos sigilosos para ter reconhecidos seus direitos civis, principalmente o de herança. Como ressaltado por Sacks (2002) a elaboração dos sinais metódicos através do abade *De l'Épée*, após a observação dos sinais usados por surdos que vagavam pelas ruas de Paris – França, e sua associação ao alfabeto francês, criando assim a língua de sinais francesa, permitiu a criação de escolas públicas que deram aos surdos a oportunidade de serem escolarizados.

Contudo, a imposição do oralismo e a proibição do uso da língua de sinais, provocou grande prejuízo aos surdos de maneira geral. Mas o fracasso do uso da oralidade fez com que a língua de sinais fosse novamente valorizada. Porém, as dificuldades no ensino se fazem presentes, sendo que dados brasileiros mostram a exclusão dessas pessoas dos bancos escolares, bem como a grande dificuldade de comunicação entre as pessoas surdas e as ouvintes, inclusive no ambiente escolar.

No capítulo III será abordada a pesquisa e sua realização. Considerando tratar do estudo de vidas, foram adotados os métodos da pesquisa qualitativa, buscando nas técnicas da história oral os meios para realização das entrevistas e, a partir dos dados obtidos, a construção de núcleos de significação para análise e compreensão dos dados obtidos nas entrevistas realizadas.

Os relatos dos entrevistados serão analisados no capítulo IV. Logo no início foi revelado que, no passado, um grupo de alunos surdos ficou matriculado na Escola Estadual Carmo Cascardo (EECC), em salas especiais por anos a fio, sem a escolarização devida e sem

direito à progressão escolar. Em razão da municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental em 1996, esses alunos foram transferidos para a Escola Estadual Rafael Magalhães (EERM), onde se constatou que eles apenas desenhavam, não sabiam ler e escrever. A existência de um grupo de alunos surdos “segregados dentro da EECC” me fez pensar: o que a escola disse para os pais dos alunos surdos em razão da não alfabetização? Será que os pais esperavam algum progresso escolar de seus filhos surdos?

As informações obtidas permitiram conhecer os atendimentos dispensados aos alunos na rede estadual de ensino, bem como a participação do Estado, de cada uma das escolas e das famílias no processo de educação. O conjunto dessas informações foi analisado através de nove categorias, concebendo assim a presente pesquisa assim intitulada: Educação de Surdos em Itajubá: dos Fragmentos Históricos aos Dias Atuais.

As considerações finais apontam que as políticas públicas para esse grupo de pessoas foram insuficientes no passado e ainda hoje deixam muito a desejar. A legislação estabelece que o atendimento desses alunos deva ocorrer em sala regular com a presença de intérprete. Contudo, faltam profissionais para esse atendimento. A falta de intérpretes fez com que, na rede estadual, o atendimento dos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio os alunos surdos estejam concentrados em uma única escola. Contudo, não há entre professor, intérprete, alunos surdos e ouvintes, uma verdadeira interação, levando ao questionamento: Existe inclusão dos surdos na rede estadual de ensino de Itajubá? A precariedade de políticas públicas também repercute em questões que envolvem o atendimento do surdo e de suas famílias e a inclusão social dos surdos na cidade.

Finalizando, deixo registrado que muitos me perguntam: “Por que estudar a educação de pessoas surdas na cidade de Itajubá?”. “Você tem familiares surdos?” - acrescentam outros. Normalmente, o interesse em conhecer as questões que envolvem a vida dessas pessoas e das pessoas com deficiência como um todo só ocorre por pessoas que têm familiares nesta condição.

Pois bem, não tenho nenhum familiar surdo. Meu interesse surgiu a partir do conhecimento dos números que revelam a exclusão escolar desse grupo de pessoas, cabendo destacar a fala de Luz (2013, p. 18) “*Até então, os surdos estavam vivos ao meu redor, porém ainda não haviam ganhado existência em mim*”. Essa pesquisa despertou o interesse por aprender Libras e conhecer essas pessoas. Meu propósito é que essa história seja conhecida e explorada. Outras informações não contempladas nesta dissertação poderão surgir, preenchendo lacunas existentes. Assim, espero que a história da educação dos alunos surdos da cidade de Itajubá-MG deixe de ser ignorada.

CAPÍTULO I - DEFICIÊNCIA: O ESPAÇO SOCIAL DA DIFERENÇA

O presente capítulo apresenta brevemente o percurso histórico do lugar social ocupado pelas pessoas com deficiência ao longo da história, as quais, em virtude de suas diferenças, foram colocadas à margem dos espaços de convivência. Também apresenta o reconhecimento de direitos dessas pessoas no contexto atual.

1.1 - Panorama geral da deficiência

A cobrança pela perfeição física está presente em praticamente todos os tempos. No curso da história, o tratamento dado às pessoas com deficiência sofreu a influência de questões culturais e religiosas. Relata Oliveira (2004) que na evolução histórica da atenção às pessoas com deficiência, estão presentes a segregação e a exclusão. Até na Bíblia, há referências a cegos e leprosos como pedintes ou rejeitados pela comunidade. Na literatura antiga, para as pessoas com deficiência mental, a única ocupação era a de bobo da corte ou de palhaço para diversão dos senhores e de seus hóspedes. Os argumentos para justificar esse tratamento dependem, portanto, do momento histórico.

É citado por Fonseca (2000) que, na Antiguidade, entre os povos primitivos, o tratamento destinado às pessoas com deficiência assumiu dois aspectos básicos: alguns os exterminavam por considerá-los grave empecilho à sobrevivência do grupo e outros os protegiam e os sustentavam para buscar a simpatia dos deuses, ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilavam na guerra. Esse segundo grupo procurava agradar às pessoas com deficiência, pois temiam ser punidos pelos deuses.

Observa-se que a eliminação das pessoas com deficiência era um procedimento legal, autorizado por Estados que ainda não primavam pelo respeito aos diferentes. Na Antiguidade, o pensamento, em geral, era no sentido de que o nascimento com deficiência era um mau sinal, o que justificava que fossem as crianças sacrificadas, logo no nascimento.

Na antiguidade, assim como através dos séculos da era cristã (como na Inquisição e na luta eugenista), as pessoas com deficiência foram objeto de eliminação direta ou indireta, ora em função de sua “inutilidade funcional”, ora porque eram considerados manifestação do demônio ou de castigo divino (ARAÚJO, 2010).

A exigência da perfeição física foi o que motivou e justificou o sacrifício daqueles que eram diferentes, revelando a intolerância dos que se julgavam perfeitos. Alguns povos, contudo, pensavam de forma diferente, cabendo citar:

Os hindus, ao contrário dos hebreus, sempre consideraram os cegos, pessoas de sensibilidade interior mais aguçada, justamente pela falta da visão, e estimulavam o ingresso dos deficientes nas funções religiosas. Os atenienses, por influência de Aristóteles, protegiam seus doentes e os deficientes, sustentando-os, até mesmo por meio de sistema semelhante à Previdência Social, em que todos contribuíram para a manutenção dos heróis de guerra e de suas famílias. Assim também agiam os romanos do tempo do império, quiçá, por influência ateniense. Discutiam, estes dois povos, se a conduta adequada seria a assistencial, ou a readaptação destes deficientes para o trabalho que lhes fosse apropriado (FONSECA, 2000, p. 481).

No tocante aos surdos o pensamento era também negativo. Na Antiguidade, os surdos foram percebidos de formas variadas: piedade, compaixão, castigo, feitiço e por isso eram abandonados ou sacrificados (GOLDFELD, 1997). A busca da perfeição justificava a eliminação ou abandono dos que não atendiam ao padrão idealizado de pessoa normal. Lacerda (1998) destacou que na Antiguidade e também por quase toda a Idade Média, intentava-se a cura para a surdez através de milagres, pois o pensamento era que os surdos eram imbecis e não podiam ser educados.

O Cristianismo, ainda na Idade Média, condenou a prática do infanticídio no caso das pessoas com deficiência, interferindo na forma de tratamento dessas pessoas. Com o passar do tempo, os povos das mais diversas nações passaram a praticar o assistencialismo ou promover a readaptação das deficiências e pessoas doentes, as quais passaram a ser amparadas em casas de assistência mantidas pelos senhores feudais, porque isso daria lugar no “céu”. Contudo, essa mudança não se deu pelo reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, mas sim por uma imposição religiosa. Atualmente a presença das pessoas com deficiência nos diversos espaços da vida em sociedade se dá mediante a imposição de leis, mas as experiências de convivência nem sempre acontecem a contento.

Goldfeld (1997) e Lacerda (1998) relatam que a partir do século XVI passou a mudar a visão predominante sobre a educação dos surdos. Na Espanha o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres a falar grego, latim, e italiano, ensinando ainda conceitos de física e astronomia. Percebe-se que a educação dos surdos estava reservada somente aos que pertenciam às famílias abastadas. Lacerda (1998) também destaca que os procedimentos pedagógicos utilizados pelos professores eram mantidos em segredo, com isso, essas técnicas se perderam.

Para Maciel (2000), em todos os tempos, as sociedades tenderam a inabilitar as pessoas com deficiência sem atentar para seu potencial e capacidade, colocando-as à margem e privando-as de liberdade, fazendo com que fossem tratadas sem respeito e sem direitos, sendo alvo de atitudes preconceituosas e ações de discriminação.

Em relação à surdez, Lacerda (1998) e Sacks (2002) relataram que os surdos filhos de famílias nobres passaram a ser ensinados a falar, ler e escrever para que pudessem ser reconhecidos como pessoas e herdar os títulos e a fortuna da família. Os demais surdos não tinham direitos civis reconhecidos. Contudo, esse banimento da vida civil, provocou o agrupamento de surdos que desenvolveram um tipo de linguagem por sinais, através da qual interagem. Sacks (2002, p. 29) ressaltou que “*No século XVI, a noção de que a compreensão das ideias não dependia de ouvir palavras era revolucionária (...)*”. Esse entusiasmo do autor se deve ao fato de que a partir desse pensamento passou a se admitir a possibilidade de se compreender ideias utilizando de outros métodos, inclusive de sinais, pelos surdos.

Entre o século XV e XVII, com o renascimento, ocorreu uma paulatina e inquestionável mudança sociocultural no mundo europeu. As marcas principais foram o início do reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credences típicas da Idade Média. Esses pensamentos fizeram com que, por ocasião da Revolução Industrial surgisse um grupo de leis que protegessem os trabalhadores e garantissem a seguridade social através de atividades assistenciais, como atendimento à saúde e a reabilitação aos acidentados.

No entanto, segundo Araújo (2010), no século XX, as duas grandes guerras mundiais produziram enorme contingente de mutilados, sendo que, na Segunda Guerra Mundial, projetos baseados no ideal de eugenia justificaram o programa denominado de Operação Eutanásia² e resultou na morte de mais de 200 mil cidadãos alemães com deficiência.

Contudo, no início do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para o surgimento de novas teorias a respeito da capacidade e inteligência das pessoas, bem como de uma nova visão da forma como tratar as pessoas com deficiência fora de manicômios. Esses estudos deram origem a um movimento envolvendo pessoas com deficiência, familiares e a sociedade buscando a inclusão social. Todos esses fatos convergiram para que as pessoas com deficiência fossem olhadas de forma diferente.

A interferência da Organização das Nações Unidas (ONU), instituição criada por 51 países após o fim da Segunda Guerra Mundial, impôs políticas sociais para os países membros, no tratamento diferenciado às pessoas com deficiência.

Segundo Araújo (2010), as primeiras normas de proteção aos deficientes, defendendo a sua reabilitação, capacitação e inclusão social foram ditadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada após a 1ª Guerra Mundial, através das Recomendações número

² No início da Segunda Guerra Mundial, indivíduos que tinham algum tipo de deficiência física, retardamento ou doença mental foram executados pelo programa que os nazistas chamavam de “T-4” ou “Eutanásia”.

99 de 1955 e número 168 de 1983, e uma Convenção de número 159 de 1983. Assim, os mutilados das duas guerras mundiais fizeram com que se chamasse a atenção para o tratamento que era reservado para as pessoas com deficiência, pois não mais podiam se sustentar, sendo considerados improdutivos.

Mendes (2006) informa que, também em virtude da necessidade de reabilitar os mutilados das duas guerras mundiais, apareceu uma resposta mais ampla para a questão da educação das crianças, jovens e adultos com deficiência. Essa educação especial era um sistema paralelo ao sistema educacional geral.

Entretanto, um conjunto de fatores contribuiu para a mudança de pensamento na questão da educação das pessoas com deficiência, podendo ser destacados os seguintes motivos: primeiramente a intensificação dos movimentos sociais na década de 1960 que alertavam sobre os prejuízos da segregação e da marginalização, alicerçando uma base moral que resultou na proposta de integração escolar, combatendo a segregação. Também se vislumbrou no entendimento de benefício nas práticas integradoras entre pessoas com e sem deficiência, em que ambos aprenderiam com a convivência. Outro fator foram as pesquisas científicas sobre a descoberta de formas de ensinar pessoas que por muito tempo foram consideradas incapazes de aprendizado. Ainda se somou a esses fatores a organização de vários grupos de pessoas com deficiência, pais e profissionais, que passaram a cobrar políticas para fins de garantir direitos e evitar discriminações (MENDES, 2006).

É nesse contexto histórico que em 1948 nasceu a Declaração dos Direitos Humanos e o também chamado paradigma de serviços, que levou a concessão de algumas vagas de serviços públicos para as pessoas com deficiência - embora em ambientes que não valorizavam a competência delas (ARAÚJO, 2010).

Gil (2010) destaca que as primeiras iniciativas de atendimento às pessoas com deficiência para proporcionar a inclusão profissional foram tomadas pela ONU e pela OIT, por meio da edição de vários documentos internacionais, os quais deveriam ser ratificados pelos países membros. Para protegê-las, foi criado, pela ONU, o Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 03 de dezembro desde 1998. O processo de inclusão social das pessoas com deficiência foi tratado pela Convenção 159 da OIT, realizada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho, em 1983, ratificada pelo Brasil pelo Decreto 129 (BRASIL, 1991). A convenção tratou da Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, definindo em seu artigo 1º, o conceito de pessoa deficiente:

1º Para efeito desta Convenção, entende-se por "pessoa deficiente" todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

A Convenção 159 (BRASIL, 1991) também definiu a importância da reabilitação profissional:

2. Para efeitos desta Convenção, todo o País Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade.
3. Todo País Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, uso e hábitos) nacional.
4. As proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes. [...]

Da redação do artigo fica claro que a pessoa com deficiência deve ter a oportunidade de se manter inserida na sociedade, trabalhando, estudando, progredindo, cabendo aos países membros, a implantação de medidas válidas e políticas públicas. A preocupação dos países com esse grupo de pessoas, além do caráter humanitário, também visou atender a demandas do capital, com capacitação da mão de obra mutilada e sua recolocação no mercado de trabalho.

1.2 - Educação da pessoa com deficiência

Chaveiro e Barbosa (2005) afirmaram que para compreender o processo atual de inclusão das pessoas com deficiência é necessário que haja conhecimento da forma como foram tratadas ao longo da história. É possível distinguir quatro momentos distintos, a saber: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão as pessoas com deficiência eram consideradas inválidas, inúteis, chegando, em algumas culturas, ao extermínio.

Para Mendes (2006), a história da educação especial teve início no século XVI, com a ação de médicos e pedagogos que assumiram pessoalmente a educação de pessoas com deficiência, por acreditarem na possibilidade de aprendizagem desses indivíduos. Contudo, esses casos eram exceção, pois, considerando o contexto da época, a educação era restrita a poucos. Assim relata a autora que, no geral, as pessoas com deficiência eram internadas em instituições:

Entretanto, apesar de algumas escassas experiências inovadoras desde o século XVI, o cuidado foi meramente custodial, e a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes. Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”. (MENDES, 2006, p. 387).

No final do século XIX tem início a fase da segregação, quando foram criadas grandes instituições para abrigar as pessoas com deficiência, em regime de internato, sob a alegação de se tratar de um progresso da humanidade, pois buscava-se atender ao bem-estar da pessoa com deficiência, de modo assistencial. Lacerda (1998) informou que no caso das crianças surdas, quando de descobria surdez, era comum abandoná-las para serem cuidadas por religiosos.

É citado por Chaveiro e Barbosa (2005), que entre 1950 e 1980 tem início o movimento contra a política de segregação, defendendo-se a ideia de integração das pessoas com deficiência, cabendo a elas o máximo esforço para reverter o quadro de deficiência e conseguir sua adaptação ao meio social. Em caso de êxito seriam integradas, ao contrário, continuariam à margem da sociedade.

Conforme Mendes (2006), no século XX, a partir da institucionalização da escolaridade obrigatória e do reconhecimento de incapacidade da escola de responder pelo aprendizado de todos os alunos, criaram-se, então, as salas especiais dentro de escolas regulares, onde os alunos considerados com dificuldade de aprendizado eram encaminhados. Sobretudo após as duas guerras mundiais, houve a proliferação das salas e escolas especiais. Essas informações mostram que a educação das pessoas com deficiência caminhou a passos lentos.

Mendes (2006) ressalta ainda que de forma mais focalizada, o movimento pela inclusão escolar teve origem nos Estados Unidos e, em virtude de sua influência cultural e econômica sobre os demais países, foi amplamente divulgada.

Foi mencionado por Chaveiro e Barbosa (2005) que a fase de inclusão surgiu na década de 1980 e está em plena discussão até os dias atuais, pois ainda não é um processo consolidado. Surge então o entendimento de que a família, a sociedade e a escola devem adaptar-se às necessidades de todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não. A imagem que passa a ser defendida é da pessoa com deficiência como alguém que pode desenvolver e exercer sua cidadania, da mesma forma que as demais pessoas, com autonomia e liberdade, tendo direitos e também obrigações.

Em âmbito geral, para atendimento de todas as pessoas com deficiência, pode se dizer que a Constituição Federal vigente (BRASIL – 1988) foi redigida em consonância com os

instrumentos internacionais voltados a favor da inclusão da pessoa com deficiência. Em seu artigo 3º, inciso IV, traz como um dos seus objetivos fundamentais, “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”. No artigo 205, a educação é definida como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, devendo o Estado fornecer os meios para seu desenvolvimento. Já no artigo 206, inciso I, foi estabelecida como princípio para a educação “*igualdade de condições de acesso e permanência na escola*”. E, no artigo 208 ficou registrado como dever do Estado o atendimento educacional a todas as pessoas, preferencialmente na rede regular de ensino.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90 (BRASIL - 1990), em seu artigo 55, foi determinando que “*os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino*”. A falta de atendimento dessa determinação pode ensejar a punição dos responsáveis pelo Ministério Público.

Como marcos da educação inclusiva, Mendes (2006) cita a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jointiem, na Tailândia em 1990 e a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu em Salamanca, na Espanha, em 1994, resultando na chamada Declaração de Salamanca. Na primeira, a educação aparece como preocupação mundial. Na segunda foi aprovada declaração tendo como objetivos: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância da “escola para todos” e a formação de professores.

A proposta desses instrumentos era que todos os alunos, inclusive os com deficiência estivessem matriculados em escolas regulares, defendendo a urgência da reforma educacional para que a educação estivesse ao alcance de todos.

Para Mendes (2006) de todos os eventos, a conferência de maior significado para impulsionar a causa da inclusão das pessoas com deficiência foi a Declaração de Salamanca, em 1994, na qual ficou reconhecida a necessidade de que o ensino chegasse a todas às pessoas, com deficiência ou não. A partir daí especialistas, diretores e principalmente os professores ficaram responsáveis por possibilitar que a escola regular fosse capaz de receber, atender e auxiliar no aprendizado de pessoas independentemente das condições emocionais, sociais, físicas, linguísticas ou intelectuais, cujas deficiências sejam leves ou graves.

A política educacional brasileira se adequou aos documentos internacionais celebrados para garantir a educação para todas as pessoas, inclusive as com deficiência, tendo ratificado a Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca. Através da

Convenção da Guatemala, afirmou-se que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Toda diferenciação ou exclusão com base na deficiência que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais são consideradas como discriminação.

Nesse contexto a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59 (BRASIL - 1996), estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Através do Decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL – 1999), foi regulamentado a Lei nº 7.853/89 (BRASIL – 1989), a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Também definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Com essas mudanças novas diretrizes foram traçadas para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que no artigo 2º, determinou que: *“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”*. Verifica-se assim que legalmente está garantido o direito a educação para as pessoas com deficiência, em todos os níveis de ensino.

Esse atendimento também foi direcionado aos surdos, passando-se a defender a inclusão desses alunos em salas regulares com os alunos ouvintes.

CAPÍTULO II – SURDEZ, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO

2.1- Sobre a surdez

Silva, Lierena e Cardoso (2007) informaram que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimava existir em 2000³, cerca de 120 milhões de pessoas no mundo com perda auditiva. Sendo que desse número aproximadamente 8,7 milhões em idade variando de 0 a 19 anos e, que a organização americana *Hearing Loss Organization* estima que este número esteja duplicado por volta de 2030. No Censo de 2010 (BRASIL – 2010) foi apontado que das pessoas entrevistadas, 9.722.163 (5,1%) afirmaram ter algum tipo de problema auditivo sendo que 347.481 (3,5%) não conseguem ouvir de modo algum, 1.799.885 (17,5%) possuem grande dificuldade e 7.574.797 (77,9%) possuem alguma dificuldade.

São muitas as questões que envolvem a surdez e seus impactos na vida escolar da pessoa surda, que vão desde compreender suas causas, classificações, consequências para o surdo, importância do diagnóstico precoce, opções de comunicação e a importância da Libras. Além de outras questões, há também a discussão se a surdez é uma deficiência ou uma diferença cultural (CASTILHO LOPES, 2010; BITTENCOURT; MONTAGNOLI, 2007).

Do ponto de vista dos militantes surdos (FENEIS, 1999; CARTA, 2012), os que se nomeiam “surdos” ou “Surdos”⁴ não se consideram deficientes, uma vez que eles utilizam a língua de sinais e valorizam sua história, arte e literatura, propondo uma pedagogia própria para a educação das crianças surdas. Já os deficientes auditivos seriam aqueles que não se identificam com essa forma de pensar, pois optam por usar aparelhos auditivos e se oralizar, se esforçando para que sua dificuldade não seja percebida.

Quanto a essas denominações, Bueno (1998) questiona até que ponto esses posicionamentos contribuem para as conquistas sociais e políticas dessas pessoas. Ele acrescenta que a surdez não é uma doença, mas uma condição intrinsecamente adversa que restringe a audição e impõe ao surdo perda da audição. Com isso surge a necessidade de encontrar outras formas de comunicação com as pessoas ouvintes, bem como, do aprendizado da língua de sinais para comunicação com outros surdos. Ele defende que considerar apenas a forma de comunicação por gestos (Libras) ou oral (oralização) para a criação de uma comunidade é pouco, pois a condição social, raça e gênero, são determinantes nas oportunidades que essas pessoas terão na vida.

³ Não foram encontrados números mais atuais sobre estimas de números mais atuais de surdos no mundo.

⁴ Os Surdos com “S” maiúsculo referem-se aos que pertencem à comunidade surda.

Entretanto, é importante pensar que essas reflexões sobre se denominar surdo, Surdo ou deficiente auditivo só ocorrerão se a pessoa que vivencia essa situação tiver a oportunidade de receber tratamento de profissionais que orientem a família a buscar ajuda e apontem um ou outro tratamento, bem como, uma filosofia educacional. Sem a existência de políticas públicas de atendimento a essas pessoas, muitas podem crescer sem desenvolver uma forma de comunicação, ou desenvolvem uma comunicação caseira para uso familiar.

Para Bittencourt e Montagnoli (2007), a pessoa surda pode ser definida como aquela que vivencia um déficit de audição que a impede de adquirir de maneira natural, a língua oral/auditiva usada na comunidade majoritária, construindo sua identidade justamente baseada nessa diferença. Diante de tais considerações, constata-se que não há um consenso sobre os termos, sendo que os próprios surdos se autoqualificam de formas diversas.

A surdez deve ser classificada de acordo com o local que aparecem no aparelho auditivo, se uni ou bilateral (ou seja, em um ouvido ou nos dois), e de acordo com a intensidade ou grau da perda auditiva: leve, moderada ou severa/profunda. Essas questões vão interferir na capacidade de ouvir ou não pelos surdos, bem como, na necessidade de desenvolver outras formas de comunicação.

Quanto ao momento de aparecimento da surdez, a surdez é classificada de acordo com a aquisição da linguagem e da capacidade de leitura, podendo ser Pós-lingual, quando a criança já fala e lê. Pode ser Peri-lingual quando as crianças falam, mas ainda não leem. E a fase Pré-lingual, caracterizada pela não aquisição da linguagem oral no momento da perda auditiva (OLIVEIRA, CASTRO; RIBEIRO, 2002). O momento de aparecimento da surdez é decisivo para as oportunidades de tratamento, bem como para uso da fala, aprendizado da leitura labial ou uso da Libras.

Sachs (2002) enfatiza que a língua deve ser introduzida o mais cedo possível, do contrário o desenvolvimento da criança poderá ser retardado e prejudicado. O diagnóstico precoce com atendimento da criança e disponibilização de recursos que permitam desenvolver todas as suas potencialidades, pode ajudar a superar a barreira que separa a maioria dos surdos na vida escolar, que é a língua. Para o autor, sem ouvir, a maioria não fala e a escrita não ganha significado.

Neste trabalho serão usadas as expressões surdo e surdez para se referir a todas as pessoas que possuem perdas auditivas, sem, contudo, se defender uma ou outra concepção. A utilização dessas palavras será feita para se referir à questão orgânica. Como Bueno (1998) entende-se que os fatores que levam a exclusão social e escolar dos surdos não se relacionam simplesmente em usar ou não Libras, tampouco em utilizar ou não a língua oral, fazer

implantes ou usar aparelhos auditivos. A questão é muito maior, e estão relacionadas às questões sociais de classe, gênero, raça, lugar, em que estão inseridas essas pessoas, condicionando as oportunidades que terão para poder se comunicar.

Indiscutivelmente, a língua de sinais é a língua natural dos surdos e, se apresenta como o meio mais tranquilo para aquisição de um idioma. Os demais recursos e técnicas existentes poderão ser ou não incorporados ao longo da vida. A deficiência se apresenta quando a pessoa não consegue se expressar e isso impede o seu desenvolvimento pessoal e exclusão do mundo em que vive.

2.2 - Breve histórico da educação dos surdos

Goldfeld (1997) e Lacerda (1998) relatam que a partir do século XVI passou a mudar a visão predominante sobre a educação dos surdos. Na Espanha o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres a falar grego, latim, e italiano, ensinando ainda conceitos de física e astronomia. Lacerda (1998) e Sacks (2002) relataram que os surdos filhos de famílias nobres eram ensinados a falar, ler e escrever para que pudessem ser reconhecidos como pessoas e herdar os títulos e a fortuna da família. Os demais surdos não tinham direitos civis reconhecidos o que determinava o banimento da vida civil e provocou o agrupamento de surdos que desenvolveram um tipo de linguagem por sinais, através da qual interagiam.

Percebe-se que a educação dos surdos estava reservada somente aos que pertenciam às famílias abastadas. Lacerda (1998) também destaca que os procedimentos pedagógicos utilizados pelos professores eram mantidos em segredo e, com isso, essas técnicas se perderam. O ensino era restrito a um pequeno grupo de surdos. Entretanto, esse cenário se modificou a partir do século XVI. Sacks (2002, p. 29) acrescentou que “*No século XVI, a noção de que a compreensão das ideias não dependia de ouvir palavras era revolucionária (...)*”. Para o autor esse pensamento passou a admitir a possibilidade de se compreender ideias utilizando de outros métodos, inclusive de sinais pelos surdos.

A educação dos surdos utilizando-se de gestos/sinais se deu a partir de meados do século XVIII, através do trabalho iniciado pelo abade De l’Epeé. O religioso acreditava na ideia revolucionária surgida no século XVI, na qual a compreensão das ideias não dependia de ouvir as palavras. Com isso ele aprendeu a língua de sinais nativa dos surdos pobres que vagavam pelas ruas de Paris - França. E através desse aprendizado, associou sinais a figuras e

palavras escritas, criando assim o Sistema de Sinais Metódicos. Esse sistema permitiu ensinar a ler e escrever a surdos pobres em escolas públicas contribuindo na preparação dos professores para o ensino de surdos (SACHS, 2002).

Os surdos pré-linguísticos, antes do século XVIII, viviam em total exclusão, pois eram incapazes de desenvolver a fala e se comunicar livremente até mesmo com seus familiares. A sua comunicação era restrita a alguns sinais e gestos rudimentares, ficando isolados até de outros surdos. Eram privados de conhecimento, sendo forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como pessoas com problemas mentais (SACHS, 2002).

O referido autor expõe a discussão histórica do ensino da fala aos surdos através da oralização, ou utilização da língua de sinais. A adoção do oralismo em 1880⁵ proibiu o uso da língua de sinais e fez com que os estudantes surdos fossem expostos há muitas horas para aprender a falar. O conhecimento foi deixado em segundo plano, criando muitos analfabetos funcionais. Nesse período os professores surdos foram banidos da educação. Bueno (1998) questionou os radicalismos e os regimes de verdades defendidos ora por gestualistas, ora pelos oralistas, para eles esses posicionamentos segregam e provocam o enfraquecimento na conquista de direitos.

Sachs (2002) narra que no Congresso Internacional de Educadores Surdos realizado em Milão, em 1880, foi declarado que a educação oralista era superior à de língua gestual, sendo aprovada uma resolução proibindo o uso da língua gestual nas escolas. Assim, em todos os países europeus e nos Estados Unidos se mudou a utilização da língua gestual como método de educação para os surdos, adotando-se a oralização.

Nos casos das crianças profundamente surdas o aprendizado da língua só pode ocorrer através da língua de sinais. Devendo primeiramente ser postas em contato com pessoas fluentes na língua de sinais, o que lhes dará plenas possibilidades de desenvolvimento, inclusive para o aprendizado de outra língua, cabendo citar:

Assim que a comunicação por sinais for aprendida, e ela pode ser fluente aos três anos de idade -, tudo então pode decorrer: livre intercurso de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado da leitura e escrita e, talvez da fala. Não há indícios de que o uso de uma língua de sinais iniba a aquisição da fala. De fato, provavelmente ocorre o inverso (SACHS, 2002, p. 44).

A língua de sinais é uma língua completa, através dela é possível expressar não só cada emoção, mas também cada proposição. Isso permite a seus usuários discutir qualquer

⁵ A proibição se deu através de uma resolução criada no Congresso Internacional de Educadores Surdos realizado em Milão, em 1880.

assunto, concreto ou abstrato, expressando de forma eficaz e gramatical, tanto quanto a língua oral.

Chaveiro, Barbosa e Porto (2008), citam o caso de Helen Keller que nasceu em 1880 e ficou surda e cega desde os dezenove meses de vida, mas que, após ter recebido aulas a partir dos sete anos conseguiu aprender a ler em Braille, escrever e falar. Ela escreveu vários livros defendendo os direitos das pessoas com deficiência e ficou famosa ao ter escrito o livro *The World I Live In*⁶.

Segundo Lacerda (1998), as três principais abordagens de educação de surdos, oralista, comunicação total e bilinguismo coexistiam em diferentes países, sendo que cada uma delas, apresentava seus prós e contras. Para a autora essas diferentes abordagens abriram espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que pudesse de fato favorecer o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos.

Para Goldfeld (1997) o oralismo percebe a surdez como uma deficiência, a qual deve ser minimizada utilizando de estimulação auditiva, sendo seu principal objetivo desenvolver na criança a língua oral para que ela possa ser integrada na comunidade ouvinte. Já na filosofia da Comunicação Total, a autora explicou que a ideia de patologia médica e deficiência também existem, tendo como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e, surdos e ouvintes, utilizando de quaisquer recursos linguísticos, seja a língua de sinais, a língua oral ou códigos manuais. Com relação ao bilinguismo, esclareceu que defende a ideia que todo surdo deve adquirir primeiramente a língua de sinais, que lhe é natural e só após a língua oficial de seu país.

2.3 - Breve histórico da educação do surdo no Brasil

A institucionalização da educação especial no Brasil data de 1950, no entanto, o atendimento institucional aos surdos é anterior a esse período. Em 1856, veio para o Rio de Janeiro, o professor Ernest Huet, surdo, que trouxe para o Brasil o alfabeto manual francês e a Língua de Sinais Francesa. O contato dos surdos brasileiros e seus sinais, com a língua de sinais francesa, deu origem a Língua de Sinais Brasileira (MONTEIRO, 2006).

Após esse primeiro contato dos alunos surdos com a educação, pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857⁷, D. Pedro II fundou a primeira escola de surdos do país, o Imperial

⁶ Tradução: O mundo em que vivo.

⁷ Na data de 26 de setembro comemora-se no Brasil o Dia do Surdo, em virtude ser a data de criação da primeira escola de surdos no Brasil.

Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, atual, Instituto Nacional de Surdos (INES) (ALBRES, 2005).

Com a oportunidade de educação dos alunos surdos oferecida no INES houve a procura de alunos que vinham de vários lugares do país, funcionando a instituição como um internato (MONTEIRO, 2006; LORENZINI, 2004). Nessa instituição, formaram com o tempo diversas lideranças surdas, que divulgaram a língua de sinais pelo Brasil e contribuíram para o surgimento de associações de surdos.

Lorenzini (2004) esclareceu que Brasil também acatou a resolução internacional de adoção da oralização na educação dos surdos. Em 1881 a língua de sinais foi proibida no INES e em todo o país, o que provocou a redução de professores surdos. Essa proibição ocorreu pelo movimento político e educacional, de caráter mundial, de oralização do surdo, que visava “anular” a diferença auditiva e torná-lo menos deficiente, por meio de técnicas de oralização.

A respeito da história do INES, segundo Lorenzini (2004), apesar da proibição do uso da língua de sinais, o instituto prosseguiu com o uso de sinais até 1901. Nos anos seguintes, a instituição caminhou para a concepção oralista na educação dos surdos. Em 1930, o instituto passou a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde. Foi informado que organizações de surdos se espalharam pelo país e se fortaleceram independente de classes sociais, favorecendo o contato com associações de outros países. Nessas associações os surdos se encontravam para a prática de esportes e o fortalecimento do uso da língua de sinais. Porém a atuação política na reivindicação de direitos ainda era incipiente.

Albres (2005) relatou que no Brasil, na década de 1960, ficava oneroso enviar as crianças surdas ao INES, no Rio de Janeiro. Assim elas passaram a ser encaminhadas para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Instituto Pestalozzi, em outras regiões do país. A autora relata que após um tempo foram criadas diretorias de educação especial vinculadas à Secretaria de Educação de cada estado e, conseqüentemente, escolas especiais para surdos. A partir desse momento o INES deixou de ser a única escola especial a atender os surdos. Com isso o Ministério da Educação (MEC) teve a necessidade de orientar a proposta curricular para os alunos surdos a ser executada em todo o país.

Na década de 1970 houve a organização dos profissionais de educação de surdos com a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA). Essa organização representou um avanço na luta dos professores ouvintes que atendiam surdos, pela possibilidade de representação federal das demais associações existentes (LORENZINI, 2004).

Albres (2005) relatou que a FENEIDA buscava melhoras para o desenvolvimento dos surdos, defendendo explicitamente o uso e divulgação da Língua de Sinais, principalmente, dentro das escolas para que as crianças tivessem acesso ao seu conhecimento, e não apenas em associações e ambientes informais como vinha acontecendo.

Foi esclarecido pela autora que gradativamente grupos de surdos ganharam espaço dentro da entidade e reivindicaram direitos, chegando à diretoria. Essa participação mais efetiva dos surdos na entidade possibilitou a formação de uma comissão pela luta dos direitos dos surdos. Com a vitória de uma chapa que predominavam surdos houve a reestruturação do estatuto da entidade, que passou a ser denominada de Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em maio de 1987.

Na FENEIS formou-se um Grupo de Pesquisa de Língua Brasileira de Sinais que passou a se posicionar no sentido de que as escolas para surdos deviam ser bilíngues desde a mais tenra idade. Sustentavam que estas escolas propiciariam às crianças surdas condições para adquirir e desenvolver a Libras, como primeira língua. Conseqüentemente, aprenderiam a Língua Portuguesa como segunda língua, tendo oportunidade para vivenciar todas as outras atividades curriculares da educação básica (ALBRES, 2005). A FENEIS passou a ser vista como a entidade que representa os surdos na reivindicação de políticas públicas até os dias atuais. Um dos fatos mais importantes das reivindicações da instituição foi, após quinze anos de lutas, a oficialização da língua de sinais, Lei nº 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002) como o meio legal de comunicação e expressão dos surdos.

2.4 - A educação dos surdos na atualidade: regulamentação e algumas pesquisas

Albres (2005) destaca que até a década de 1980, no Brasil, seguia-se a tendência mundial do atendimento educacional ao surdo, separado com vias à integração, por conta das diferenças linguísticas e do aspecto predominante da reabilitação auditiva e oral.

Para entender as orientações do MEC para a educação dos surdos no período de 1979 a 2005, bem como, verificar se havia uma proposta de ensino de Língua Portuguesa para eles, a referida autora realizou um estudo analisando três documentos oficiais. Todos eles produzidos pelo Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão do MEC, a saber: (1) “Proposta curricular para deficientes auditivos” de 1979; (2) “Educação de surdos” de 1997; (3) “Programa Nacional de Apoio à educação de Surdos”, de 2003. A proposta do primeiro documento de 1979 é pautada no oralismo, compreendido como a melhor opção para

desenvolver as habilidades de fala, leitura orofacial e escrita para que esse aluno fosse integrado socialmente. No entanto, o programa não atendeu o seu fim, demonstrando a precariedade da educação dos surdos e a dificuldade de permanência deles em escola comum, principalmente pelas dificuldades linguísticas.

Já o segundo documento de 1997, elaborado em parceria com instituições e órgãos representativos da comunidade surda, tais como FENEIS e INES, busca a capacitação dos professores para atendimento aos alunos surdos quanto aos conceitos, identificação, classificação da surdez; aparelhos de amplificação sonora individual, educação de surdos (pré-escola e alfabetização); e estudos linguísticos sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Para Albres (2005), esse documento oficial mostra os esforços voltados para a construção da proposta bilíngue de educação de surdos. Porém, na prática, o movimento de inclusão e a tentativa de comunicação entre o professor da sala comum e o aluno surdo levaram ao uso de recursos da Comunicação Total. Enfim, passa-se a admitir todos os recursos existentes para a educação dos surdos, embora sejam notórias as dificuldades existentes no processo de inclusão.

Após a aprovação da Lei nº 10.436 (BRASIL – 2002) que dispôs sobre o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como a língua natural dos surdos, foi aprovado pelo MEC em 2003 o terceiro documento, destinado a diferentes populações. Para desenvolvê-lo, o MEC buscou parcerias para a produção intelectual dos materiais, tendo três objetivos: promover cursos de formação de professores/instrutores surdos para ministrarem cursos de Libras; cursos para formação de tradutores/intérpretes de Libras e cursos para formação de professores de Língua Portuguesa para surdos. As duas primeiras iniciativas com a parceria da FENEIS e a última da Universidade de Brasília (UnB) e Associação de Pais e amigos do Deficiente Auditivos (APADA).

Com isso foi criado pelo MEC, desde 2002, um Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às pessoas com Surdez (CAS), objetivando socializar informações sobre educação de surdos e execução de cursos propostos para os profissionais.

É indiscutível que o reconhecimento da língua de sinais representou uma conquista dos surdos brasileiros, pois reconheceu tratar-se do meio legal de comunicação dessas pessoas, garantindo ainda o direito de serem atendidas em sua língua nos órgãos públicos. Também foi estabelecido em seu artigo 4º que o sistema educacional deve garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus

níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs.

Pelo Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), foi regulamentada a Lei 10.436/2002 (BRASIL – 2002). Entre outras medidas o decreto estabeleceu a inclusão da Libras como disciplina curricular no ensino público e privado, e sistemas de ensino estaduais, municipais e federais (Cap.II, art. 3º). Já em seu capítulo VI, Art. 22, incisos I e II, foi estabelecido uma educação inclusiva para os surdos, numa modalidade bilíngue em sua escolarização básica, garantindo-se a estes alunos, educadores capacitados e a presença do intérprete nessas classes.

Na modalidade bilíngue o intérprete passa a constituir um elemento de importância primordial na educação dos surdos, cabendo-lhe repassar aos alunos surdos em Libras os conteúdos ministrados pelos professores. A presença do interprete tornou-se vital tanto para a educação bilíngue, quanto para a educação inclusiva, pois, é a partir dele que alunos surdos terão acesso aos conteúdos ensinados em sala de aula.

Albres (2005) destacou que o Estado passa a adotar para a educação dos surdos a proposta bilíngue, a qual busca possibilitar que as crianças surdas se desenvolvam em língua de sinais e, posteriormente, também aprendam o português, podendo usar a modalidade oral-auditiva e ou escrita. Assim a Libras é considerada, pelo Estado, a primeira língua dos surdos e o português a segunda.

Chaveiro, Barbosa e Porto (2008) utilizando os mesmos dados do Censo de 2000, informaram que do total de pessoas com deficiência no Brasil, 16,7% apresentavam deficiência auditiva, o que correspondia em 2000 a 5.735.099 pessoas, e com o crescimento anual da população, pode-se ter a cada ano, cerca de 93.000 novos casos de crianças com surdez.

Verifica-se em *sites* do Ministério da Educação e instituições que tratam das questões relacionadas às pessoas com deficiência⁸ que a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010. Esses estudantes passaram de 2.173 em 2000 para 20.287 em 2010, sendo que, 6.884 matriculados na rede pública e 13.403 na rede particular.

Mesmo com a melhora dos índices de admissão de alunos surdos no ensino em geral, a quantidade de pessoas surdas fora dos bancos escolares ainda é grande, o que demonstra a predominância da exclusão.

⁸ Informações obtidas no endereço <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/763>
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/764>
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD

Para Albres (2005), os surdos, após muitas lutas, conquistaram o reconhecimento oficial da Libras, mas isso não garantiu a mudança de posicionamento dos familiares e educadores, o que indica que o dualismo entre oralidade e Língua de Sinais permaneceu. Há uma movimentação, no sentido de divulgação da Libras, como essencial para o desenvolvimento cognitivo linguístico e psicossocial do sujeito surdo. Contudo, os resultados da escolarização do surdo demonstram ainda o fracasso da educação deles, admitido pelo próprio MEC, que busca mudanças.

A autora concluiu que, apesar do atendimento educacional integrado aos alunos surdos, os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover, com qualidade, a real inclusão do surdo no sistema regular de ensino. Entre as inúmeras dificuldades destacam-se a utilização da língua portuguesa escrita, da Libras, sua interpretação e recursos específicos necessários para o acesso ao saber pedagógico e, conseqüentemente, para o progresso e sucesso na educação acadêmica.

A ínfima quantidade de pessoas com surdez nas escolas tem sua origem nas questões que envolvem a falta de políticas públicas de atendimento aos surdos e suas famílias e a precariedade do ensino básico. Em grande parte das vezes o professor não está preparado para receber o aluno surdo, pois desconhece Libras e não consegue se relacionar com o mesmo. Essa situação é expressa na citação que segue:

O fato de o professor não estar devidamente preparado para receber o aluno surdo é realidade, e acontece com a maioria dos professores de escola regular. Assim, quando o professor recebe esse aluno, muitas vezes exhibe ideias preconcebidas ou concepções equivocadas a respeito da surdez, muitas vezes atribuindo ao aluno imagens depreciativas. (SILVA; PEREIRA, 2003, p. 172).

As autoras observaram que essas imagens depreciativas fazem com que o tratamento dispensado pelos professores a esses alunos seja diferenciado, permitindo que os mesmos tenham liberdade excessiva, não realizem os trabalhos escolares. Com isso, deixam em alguns casos, que a família se encarregue do letramento. Na pesquisa de Silva e Pereira (2003), as professoras alegaram dificuldade no aprendizado do aluno surdo devido a sua falta da língua de sinais. Outras professoras afirmaram que a falta do uso de aparelho era responsável pela dificuldade. Já os pais dos alunos surdos responsabilizaram a falta de preparo especializado dos professores como a causa do mau desempenho dos seus filhos surdos.

A necessidade de preparação do professor para Vitalino (2007) atinge também os professores universitários. Em pesquisa realizada, foi constatado que 84% dos professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) não se sentiam preparados para lecionar para

pessoas com deficiência. Para a autora, a formação pedagógica do professor universitário esbarra em várias questões, entre as quais sua falta de percepção quanto à importância de se comunicar por meio de Libras com os alunos surdos.

Outra pesquisa realizada, dessa vez na rede pública do ensino fundamental e médio do Estado do Paraná, aponta a dificuldade de aprendizado dos alunos surdos, ressaltando que o desconhecimento da língua de sinais pelos professores é fator preponderante na falta de interação com os alunos (GUARINELLO et al, 2006).

Para Monteiro e Manzini (2008), em pesquisa realizada com professores do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência, foi registrado que muitos professores sentiam medo do comportamento dos alunos, e de não conseguir ensiná-los. Na referida experiência houve necessidade de mudança na grade curricular. Mesmo assim os alunos com deficiência intelectual e auditiva apresentaram uma grande defasagem em relação aos demais alunos, em relação à leitura, escrita e matemática.

Os referidos autores afirmaram que algumas medidas poderiam facilitar o processo de ensino – aprendizado, que consistiria na oferta de cursos de capacitação para os professores e a diminuição do número de alunos por sala de aula regular. Também poderia ser feito um trabalho conjunto com o professor especializado para gradativamente contribuir para implementação da inclusão.

Lacerda (2007), em uma experiência de inclusão de um aluno surdo, relatou que os alunos ouvintes entenderam tratar-se de uma experiência válida, contudo informaram que a diferença relativa à falta de uma língua comum contribuiu para que as relações fossem superficiais. Para esses alunos (ouvintes) a dificuldade de comunicação se deu porque os alunos surdos não eram bilíngues e os alunos ouvintes não conheciam a língua de sinais:

Quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, esta precisa ser feita com muitos cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e por seu modo peculiar de funcionamento (LACERDA, 2007, p. 261).

Percebe-se nesse relato que poderia ter sido oferecido aos professores e alunos a realização do curso de Libras, o que permitiria a comunicação e trocas de saberes, ficando demonstrado que é preciso preparar o ambiente escolar para receber o aluno surdo.

Efetuada esse levantamento, que retrata a situação geral do atendimento aos surdos nas escolas brasileiras, surge então o interesse em conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá-MG, a partir do enfoque apresentado pelos profissionais da rede estadual que estiveram e ainda estão envolvidos no seu atendimento.

CAPÍTULO III – A PESQUISA

O presente capítulo apresenta o caminho metodológico seguido para a realização da pesquisa, por meio da descrição das informações gerais dos participantes da pesquisa e dos locais onde foram realizadas as entrevistas. Finalmente, o último item do capítulo descreve a forma como os dados coletados foram analisados.

3.1 - Percurso Metodológico

O trabalho foi realizado dentro do enfoque qualitativo, adotando a metodologia da história oral. Os participantes foram protagonistas de uma história não escrita, guardada apenas na memória dos alunos surdos, seus familiares, bem como dos profissionais que lecionaram para esses alunos.

Para Matos e Senna (2011) a história oral tem por finalidade o resgate da memória de fatos recentes, não explorados. Ela se nutre da memória humana e de sua capacidade de rememorar o passado, tendo por fonte o próprio entrevistado, o qual foi testemunha do que está sendo retratado, representando sua fala evidência dos fatos narrados. Para as referidas autoras, os fatos revelados devem ser comparados a outros relatos, somente assim terão valor científico, verificando-se datas, nomes e outros dados. Com esses critérios espera-se obter a credibilidade das informações para uma pesquisa qualitativa em ciências humanas.

Partindo desse pensamento as entrevistas realizadas nesta pesquisa possibilitaram compreender a história da educação dos surdos no período de 1990 a 2013, tratando-se esse recorte histórico do período da atuação profissional dos entrevistados.

De maneira geral, pode se dizer que a história oral é uma metodologia de pesquisa. Ela consiste em realizar entrevistas, as quais devem ser gravadas, com interlocutores que podem testemunhar sobre pessoas e acontecimentos e, outros aspectos da história contemporânea, que não foram registrados ainda. No presente caso, dará voz aos profissionais da rede estadual que atuaram ou ainda atuam na educação dos alunos surdos.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, permitindo a livre manifestação dos entrevistados, adotando-se o modelo de conversação (diálogo) conforme orientação de Gonzalez Rey (2005). Pretendia-se o desenvolvimento de um clima facilitador para participação do entrevistado de forma a permitir a livre exposição de suas experiências a respeito do assunto e seu envolvimento.

Para facilitar a entrevista foram realizados contatos prévios com os entrevistados, os quais foram cientificados do objeto da pesquisa. Foi preparado um roteiro semiestruturado que norteou as entrevistas. As perguntas formuladas consideram os seguintes itens:

- (a) Dados pessoais do entrevistado: Nome, formação, tempo de atuação profissional;
- (b) Qual foi o histórico da educação dos surdos na cidade de Itajubá?
- (c) Como é a educação do aluno surdo na cidade de Itajubá?
- (d) Quais são os serviços disponibilizados para alunos surdos e seus pais e professores?
- (e) Onde e como a Libras foi/é ensinada na cidade de Itajubá?

Apesar da existência de um roteiro de perguntas, não se ficou preso a ele, servindo apenas para nortear os assuntos. Foi permitida a livre manifestação dos entrevistados, sendo que, em muitas vezes os entrevistados se adiantavam nas respostas dos itens pesquisados. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

3.2 - Participantes da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram professores, especialistas, diretores e intérpretes, que trabalharam e trabalham com alunos surdos. Todos são membros da comunidade escolar da rede estadual de Itajubá. Conforme Baldin e Munhoz (2011), a escolha dos participantes da pesquisa e o convite para participação se deu considerando tratem de verdadeiros atores sociais, sendo reconhecido o papel de cada um dentro do tema estudado. A escolha dos participantes foi a partir da técnica metodológica chamada “Bola de Neve” ou “cadeia de informantes”. De acordo com as autoras, essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais. Os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, e assim sucessivamente outros são indicados, até que o resultado permita o ponto de saturação, ou seja, permita a confirmação dos dados através de cadeias de referência, uma espécie de rede.

Não foram entrevistados todos os profissionais que trabalharam ou trabalham com os alunos surdos. A escolha dos profissionais se deu por indicação de pessoas que sabiam do envolvimento dos entrevistados com a educação de surdos na cidade de Itajubá-MG.

Os nove profissionais entrevistados são descritos no quadro que segue:

NOME⁹	FORMAÇÃO E CARGO	INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS¹⁰
Lúcia ¹¹	- Pedagoga - Analista educacional na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Itajubá	Trabalha na SRE de Itajubá há 12 anos. É membro da equipe responsável pela Educação Especial desde 2012.
Clara	- Pedagoga - Inspetora na SRE de Itajubá	Trabalha no serviço público estadual há 28 anos. Foi professora em todos os níveis de ensino. Há 19 anos trabalha na inspeção escolar na SRE de Itajubá.
Laura	- Pedagoga - Especialista da Educação na rede estadual	Trabalha no serviço público estadual há 07 anos. Trabalhou na EERM no período de 2009 a 2011 quando havia alunos surdos e com outras deficiências em sala inclusiva.
Maria	- Pedagoga - Professora dos anos iniciais na EERM	Trabalha no serviço público estadual há cerca de 30 anos. Atuou como professora e diretora. Em 2000 foi transferida para a EERM auxiliando em uma turma de alunos surdos, depois assumiu como professora desses alunos.
Eliana	- Pedagoga - Professora e Intérprete - possui dois cargos no serviço público estadual	Atuou como professora de alunos surdos a partir de 1990 na então EECC, atual EMCC. Em 1996 foi transferida para a EERM junto com os alunos surdos. Atualmente é professora dos anos iniciais na EERM e intérprete na EEMJP.
Letícia	- Pedagoga - Diretora na EERM	Trabalha no serviço público estadual. Está na EERM há mais de 20 anos. Já foi professora e vice-diretora de escola.
Clarice	- Pedagoga - Professora dos anos iniciais na EERM - Atuou como intérprete até 2012	Mãe de aluna surda matriculada na EERM a partir de 1996. Intérprete de Libras a partir de 2002 na EERM e outras escolas.
Roberto	- Licenciado em matemática - Atua como Diretor da EEMJP	Há 32 anos leciona matemática e física. Já foi vice-diretor e desde 2012 está como diretor da EEMJP.
Ângela	- Pedagoga - Professora aposentada no serviço público estadual. Atua como Intérprete na EERM	Atuou como professora de alunos surdos a partir de 1998 na EERM. Atualmente é intérprete na EEMJP.

Quadro 1 – Formação, cargo e informações profissionais sobre os entrevistados.

As entrevistadas que são funcionárias da SRE de Itajubá-MG foram indicadas por pessoa conhecida que também trabalha no referido órgão público. As informações colhidas indicaram que os alunos surdos teriam sido atendidos primeiramente na Escola Estadual

⁹ Todos os nomes são fictícios.

¹⁰ As entrevistas foram realizadas de maio a julho de 2013, logo, as datas aqui consideradas são referentes a esse período.

¹¹ A ordem dos entrevistados segue a ordem cronológica das entrevistas.

Rafael Magalhães (EERM) e posteriormente na Escola Estadual Major João Pereira (EEMJP). A partir de então foi efetuado contato com a diretora da EERM, que citou os nomes das profissionais envolvidas na condição de professoras e intérpretes. Posteriormente contactou-se o diretor da EEMJP para autorizar a oitiva de duas intérpretes da escola. Na oportunidade, o referido diretor informou que também lecionou para os alunos surdos, desenvolvendo com eles vários projetos. Com isso foi convidado a participar da pesquisa e aceitou o convite.

3.3 - Locais da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas em três ambientes distintos ligados à rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais, as quais seguem divididas em três cenários:

- Cenário um: Superintendência Regional de Ensino de Itajubá (SRE)

A pesquisa foi iniciada no SRE de Itajubá-MG por ser o órgão responsável pela educação na rede estadual. Através de um contato pessoal da pesquisadora com uma servidora do referido órgão, foram indicadas Lúcia e Clara do Setor de Educação Especial como pessoas que poderiam dar informações sobre a pesquisa. Ambas foram receptivas ao convite, o qual foi realizado pessoalmente durante o horário de expediente no referido setor. As entrevistas foram agendadas para o dia 13/05/2013 na parte da manhã no mesmo local (SRE).

- Cenário dois: Escola Estadual Rafael Magalhães (EERM)

Com as informações obtidas na SRE de Itajubá foi iniciado um segundo momento da pesquisa, que consistia em ouvir os profissionais da educação que trabalharam com os alunos surdos nos primeiros anos do ensino fundamental. Assim, foi efetuado contato, no início do mês de maio de 2013, com Letícia, diretora da EERM.

Letícia se mostrou receptiva, dizendo que à época do recebimento dos alunos surdos era vice-diretora da escola, aceitando o convite para entrevista. Na oportunidade citou o nome de Eliana, Ângela, Maria e Clarice como pessoas que tinham trabalhado com os alunos surdos em sala de aula, dessas apenas Ângela não lecionava mais na escola. As profissionais da escola aceitaram o convite para as entrevistas. Outra profissional entrevistada foi Laura, que embora não fizesse mais parte do quadro, trabalhou como pedagoga quando os alunos surdos estavam frequentando a sala regular. Foram realizadas 5 entrevistas. A entrevista com Eliana foi iniciada na EERM, posteriormente foi retomada e finalizada na EEMJP.

- Cenário três: Escola Estadual Major João Pereira (EEMJP)

Em virtude das informações colhidas anteriormente na SRE de Itajubá e EERM, se deu o terceiro momento da entrevista, o qual foi realizado na EEMJP, onde estão concentrados os alunos surdos matriculados nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Assim foi realizado o contato com o diretor da escola, professor Roberto, o qual informou que lecionou para os alunos surdos, tendo aprendido Libras. Convidado a ser um dos entrevistados aceitou o convite. Foi convidada a intérprete Ângela, que também trabalhou na EERM, a qual aceitou o convite, foi também finalizada a entrevista com Eliana. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2013.

3.4 - Análise dos Dados

O pressuposto teórico metodológico adotado na análise dos dados foi a de identificação de núcleos de significado, o que foi realizado a partir da transcrição e leituras reiteradas das entrevistas. Conforme Aguiar (2006), a partir da fala dos entrevistados foi possível inicialmente identificar um conjunto de pré-indicadores e indicadores que foram agrupados e possibilitaram a sua articulação de modo a revelarem a essência dos conteúdos expressos pelo sujeito. Esse tratamento permite uma análise que vai além do que foi revelado:

Nesse processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios –, é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (AGUIAR, 2006, P. 231).

Para a referida autora, desde o início, o processo de análise dos dados buscando identificar os núcleos de significado é um processo construtivo/interpretativo que avança do empírico para o interpretativo.

As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e se encontram no Apêndice. Com exceção de Eliana, cuja entrevista foi realizada em duas etapas, as demais estão em ordem cronológica. A exposição dos entrevistados se deu de forma aberta, sendo que outros assuntos foram abordados por eles, não atinentes somente aos alunos surdos. Essas informações não serão analisadas neste trabalho. A partir de repetidas leituras das transcrições

das entrevistas foi possível montar a ordem cronológica das informações prestadas, obtendo-se assim, informações relativas aos fragmentos históricos e dados atuais da história da educação dos surdos da rede estadual na cidade de Itajubá.

As informações coletadas revelaram fatos a partir de 1990 até os dias atuais, permitindo verificar a participação de cada entrevistado nesse processo e considerar vários aspectos que ajudaram a elaborar reflexões sobre a educação dos alunos surdos.

Os relatos dos entrevistados e suas considerações pessoais ajudaram a montar a sequência dos fatos, permitindo compreender o atendimento dispensado aos alunos surdos em cada escola.

CAPÍTULO IV – COMPREENDENDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS EM ITAJUBÁ DE 1990 A 2013

Após a transcrição e leituras reiteradas das entrevistas foram elaboradas reflexões, as quais possibilitaram identificar pré-indicadores, indicadores e, com o conteúdo obtido formular núcleos de significação sobre a educação dos alunos surdos na cidade de Itajubá-MG. A partir de então foram estabelecidas as seguintes categorias:

- Educação dos surdos: ausência de políticas públicas no atendimento escolar oferecido na rede estadual de ensino;
- Libras: Ferramenta essencial para comunicação e alfabetização;
- O intérprete e a dependência dos alunos surdos;
- Encontros dos surdos na EEMJP: espaço de socialização através da Libras;
- Aprendizagem dos alunos surdos;
- Considerações sobre dificuldades e avaliação;
- Qualidade do relacionamento dos alunos surdos e ouvintes;
- Divergência de opiniões sobre a inclusão dos alunos surdos em salas regulares;
- Do desinteresse dos surdos da criação de uma “Associação de Surdos” na cidade de Itajubá.

4.1 - Educação dos surdos: ausência de políticas públicas no atendimento escolar oferecido na rede estadual de ensino

De acordo com as informações colhidas, os alunos surdos da rede estadual de ensino da cidade de Itajubá estudaram em três escolas.

Em 1990 a EECC possuía duas salas especiais com alunos surdos. Não foram obtidas informações sobre o início do atendimento da escola a esses alunos. A partir de 1996, com a municipalização do ensino na cidade de Itajubá, todos os alunos surdos foram transferidos para a EERM, única escola que permaneceu atendendo ao ensino dos anos iniciais na rede estadual. Por volta de 2002/2003 teve início o direito à progressão escolar dos alunos surdos, que até então estudavam na EERM, iniciando o atendimento da primeira turma de surdos na EEMJP.

As entrevistas revelaram fatos no período de atuação profissional dos entrevistados entre 1990 a 2013. Os profissionais da SRE de Itajubá entrevistados não mencionaram o atendimento de alunos surdos na EECC.

Para melhor compreensão do atendimento escolar dispensado em cada uma das escolas, será feito o relato em ordem cronológica dos fatos narrados, bem como, análise do conteúdo colhido.

4.1.1 – Do atendimento na Escola Estadual Carmo Cascardo

As primeiras informações da educação dos alunos surdos na cidade de Itajubá foram passadas por Eliana¹². Ela foi contratada em 1990 para atuar como professora substituta na rede estadual de ensino, ocupando uma vaga na EECC¹³. Nessa escola havia turmas regulares e, os alunos surdos estavam distribuídos em duas salas especiais. Eliana informou que os alunos surdos já se encontravam na escola quando chegou. E não soube dizer há quantos anos já estavam matriculados. Sobre seu primeiro contato com os alunos surdos Eliana informou que:

Iniciou tudo em 1990, a data eu não me recordo agora, eu como professora contratada na época, e como nenhum professor parava, vamos dizer assim, não dava conta de dar continuidade na sala dos surdos que existia na extinta Escola Estadual Carmo Cascardo, tendo passado vários professores efetivos e nenhum deles se adaptou, aí chegou até o momento em que a Diretora me convocou para que assumisse a sala de surdos. E assim foi. Eu entrei pra trabalhar com alunos surdos e não sabendo a linguagem deles, e eles não conheciam a sua própria língua que é Língua Brasileira de Sinais, no início foi assim. Ali ficamos alguns anos trabalhando com os surdos no Carmo Cascardo, no meu caso eu só tinha um livro de linguagem de sinais, tentava tirar as minhas dúvidas nesse livro para poder me comunicar com os alunos, nós usamos na verdade mais uma comunicação “caseira” tanto os alunos quanto o professor, e no tempo que permanecemos no Carmo Cascardo foi assim...Tinha um contato professor e aluno através de sinais “caseiros”, nada mais... Não vem a palavra agora... Uma linguagem oficial não havia, não havia (Entrevistada Eliana).

O relato de Eliana demonstra a ausência de políticas públicas no atendimento dos alunos surdos e, verifica-se que nas turmas de alunos surdos antes dela havia troca constante de professores. Ela, contudo, por ser contratada, mesmo sem nenhum curso preparatório, teve que assumir uma das turmas que os demais professores recusavam. Sua fonte de consulta

¹² De todas as pessoas entrevistadas foi Eliana quem primeiro teve contato com os alunos surdos. Esse contato se deu inicialmente na Escola Estadual Carmo Cascardo no período de 1990 a 1996. Em 1996 com a municipalização do ensino, os surdos foram transferidos para a Escola Estadual Rafael Magalhães, momento em que Eliana foi designada para acompanhá-los para a nova escola. Eliana atualmente é professora de uma turma dos anos iniciais e intérprete de Libras.

¹³ A Escola Estadual Carmo Cascardo foi municipalizada em 1996 em virtude de determinação do Governo Estadual.

para as dúvidas era apenas um livro de linguagem de sinais. Nessa condição precária permaneceu por seis anos sem receber qualquer treinamento ou informações de especialistas da SRE de Itajubá e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE).

A ausência de políticas públicas refletiu também no comportamento dos pais. De acordo com o relato de Eliana eles não vislumbravam oportunidades de uma vida em sociedade para os filhos. Sobre o pensamento dos pais a respeito de seus filhos, Eliana destacou que ouviu deles a seguinte opinião: “[...] – *“Ah meu filho ele é surdo mesmo, ele não vai ser nada na vida mesmo, pra que eu vou fazer documento pra ele”?*”.

Em razão do abandono das famílias no acompanhamento dos filhos surdos, Eliana passou a acompanhá-los em exames médicos (audiometrias) e para obtenção de documentos. Essa atenção e cuidado criou laços que ultrapassavam a relação professor – aluno. Os alunos surdos passaram a ter dependência da atenção dispensada por Eliana.

Em 1996, em razão da municipalização do ensino dos anos iniciais¹⁴, os alunos surdos e Eliana foram transferidos para a EERM, única escola estadual que permaneceu atendendo os primeiros anos escolares na cidade de Itajubá.

Sobre os alunos que vieram da EECC, Ângela¹⁵ relatou que os primeiros alunos surdos atendidos na EERM quando pequenos foram matriculados na antiga EECC. Isso reforça a ideia de que provavelmente eles tenham permanecido por mais de uma década na antiga escola, sem serem alfabetizados.

No período em que Eliana trabalhou com os alunos surdos na EECC, verificou-se que o atendimento deveria se dar de acordo com a orientação do MEC previsto na proposta de 1979. Por essa proposta predominava a segregação dos alunos surdos em salas especiais e adotava-se o oralismo como método de ensino. Mas, o que se observa é que na cidade de Itajubá só ocorreu a segregação. Eles ficaram em salas especiais sem qualquer oportunidade efetiva de escolarização e avanço nos demais anos escolares, sendo que suas professoras estavam igualmente abandonadas.

4.1.2 – Do atendimento na Escola Estadual Rafael Magalhães

Sobre a chegada dos alunos surdos em 1996, na EERM, Letícia esclareceu que logo foi percebido que os alunos não sabiam ler e escrever. Eles apenas sabiam desenhar. Assim era preciso fazer algo por eles. Contudo, a escola também não contou com o suporte do

¹⁴ Na época, os anos iniciais compreendiam do primeiro ao quarto ano do primeiro grau. Hoje, corresponde do primeiro ao quinto ano.

¹⁵ Ângela foi admitida na EERM em 1988 como professora. Fez cursos e se capacitou como intérprete. Já se aposentou como professora. Trabalha como intérprete na EEMJP.

Estado para receber esses alunos, nem recebeu qualquer orientação da SRE de Itajubá. Ao se referir aos alunos, Letícia disse que percebia neles a capacidade de aprender:

“Eu vejo que eles são perfeitamente normais e são alunos que chegaram aqui só desenhando. A minha preocupação era: - Mas eles sabem, eles têm raciocínio, eles são inteligentes, por que não aprender a língua nossa? A primeira língua é dos deficientes auditivos, a língua de sinais, a linguagem brasileira de sinais, e depois eles passarão a usar o Português como segunda língua [...]” (Entrevistada Letícia)

Essa crença na existência de inteligência nos alunos surdos e na capacidade de aprendizado moveu o atendimento dos alunos surdos na EERM. Ao descreverem esse momento Letícia e Eliana relataram que a escola sentiu que tinha que solucionar o problema, pois não podiam contar com o Estado. Para tanto, necessitavam de uma forma de comunicação para o ensino efetivo, sendo que o conhecimento da língua de sinais se mostrava como o ideal para fazê-lo. Era preciso ter com eles uma comunicação eficaz, para possibilitar o ensino dos conteúdos. Maria, Letícia e Eliana relataram que, por sugestão da supervisora Rute, optou-se pelo aprendizado de Libras e posterior ensino aos alunos, usando dessa língua.

Assim, a escola se organizou suprindo o papel do Estado, decidindo pelo aprendizado de Libras pelos professores para alfabetização dos alunos surdos. A mobilização para realização do curso ocorreu e Eliana e Rute aprenderam Libras em curso realizado na cidade de São José dos Campos. Após a realização do curso, Eliana ensinou Libras aos professores, especialistas, pais e funcionários da escola que quiseram aprender. Com isso tanto o professor regente, quanto o de educação física, religião e artes também aprenderam e se comunicavam em Libras com os alunos surdos. Eliana também organizou cursos rápidos de 20 horas para ensino de Libras.

Com o passar do tempo, as supervisoras e orientadoras também desenvolveram projetos para trabalhos em grupo e auxiliaram na elaboração de atividades criativas, de forma a não sobrecarregar o professor. Laura registrou que o trabalho dela como especialista da educação deveria ocorrer de forma a ser um apoio ao professor. Letícia e Laura enfatizaram que a escola poderia oferecer mais aos alunos. O objetivo da escola era prepará-los para ingressarem no ensino médio. No caso da EERM, através das informações prestadas por Letícia, Eliana, Laura e Clarice, verificou-se que existia um trabalho em conjunto com o apoio da direção. Assim, as professoras não tinham que resolver todas as questões sozinhas, como ocorreu com Eliana, quando trabalhou na EECC.

Maria relatou que, por volta de 2000, foi transferida para a EERM em virtude da municipalização do ensino dos anos iniciais do ensino fundamental. Disse que ao chegar

encontrou duas turmas especiais só com alunos surdos, divididos em maiores e menores. Como acumulava dois cargos na mesma escola, em um deles atuava como professora em sala regular e no outro passou a acompanhar a professora Eliana em uma das salas de alunos surdos. Maria informou que aprendeu Libras com Eliana, no curso que ela realizava nos finais de semana. Depois passou a ajudá-la na realização desses cursos. Essa informação possibilita deduzir que, no mínimo, por quatro anos Eliana se dedicou em ensinar Libras aos professores, pais e comunidade.

Contudo, um tempo depois, Maria foi obrigada a assumir essa sala de alunos surdos porque Eliana, que era contratada, foi dispensada. Maria relatou que lhe foi imposta uma responsabilidade para a qual não se sentia preparada e que teve dificuldades para atender aos alunos surdos, sendo a barreira da língua a maior delas. A respeito desse momento assim se manifestou:

E fui entrando nesse mundo, até que o número de vagas na escola foi diminuindo, e eu acabei sendo obrigada a assumir essa turma. Não assumi por opção, foi mais por falta de opção. Era a última turma que ficava pra escolha, ninguém queria pegar, e como eu tinha alguma noção, já tinha trabalhado com eles, a Eliana que era designada, foi dispensada, eu como efetiva tive que assumir, e foi muito difícil pra mim esse início. (Entrevistada Maria)

Ela não tinha domínio da Libras e não recebeu nenhum apoio para atuar como professora dos alunos surdos. Em seu relato deixou transparecer que teve muita dificuldade, porque o curso realizado com Eliana não foi suficiente para o contato como professora. Ela ressaltou que os alunos exigiam uma atenção que inicialmente não conseguia oferecer. Entretanto, apesar das dificuldades, conseguiu se superar e lecionar para os alunos surdos.

Quanto ao oferecimento pelo Estado de cursos da língua de sinais aos professores da EERM, foi possível constatar que se manteve inerte até por volta de 2000. Isto se comprova pelo relato de Ângela que ingressou na escola em 1998:

Pouco se sabia sobre essa língua e pouco se sabia também da inclusão desses alunos né. Não tinha assim uma proposta, adequada, governamental pra eles. Em termos de legislação, nada. Está sendo implantada ainda. Depois de uns três anos que eu estava na sala de aula é que começou, comecei a fazer o curso em Belo Horizonte. Daí que o governo deu abertura pra gente fazer encontros né, lá em Belo Horizonte para capacitação, aí que começou mesmo. (Entrevistada Ângela)

Ângela relatou que os cursos de capacitação em Libras na EERM só foram oferecidos para os professores efetivos. A professora Eliana e outras que eram contratados não tiveram direito de realizá-los.

A entrevistada Clarice disse que teve contato inicial com a EERM na condição de mãe de uma aluna surda no ano 1996, quando se mudou da cidade do Rio de Janeiro para Itajubá. Ela relatou que aprendeu Libras juntamente com sua filha. Seu pensamento, quanto descobriu a surdez, era proporcionar à filha todos os tratamentos e condições para que ela pudesse adquirir uma linguagem e se relacionar com as demais pessoas. Com isso, Clarice se capacitou em Libras e também atuou como intérprete em salas de alunos surdos por volta de 2002. Atualmente é professora dos anos iniciais na EERM.

O relato de Clarice, na condição de mãe de aluna surda, trouxe informações sobre a descoberta da surdez de sua filha e tratamentos oferecidos à menor. Ela informou que: *“Então, eu fiquei sabendo aos dois anos que ela era surda. Cheguei a pensar que ela pudesse ter um problema mental. Quando a levei num médico descobriu-se que ela é surda através de um exame, foi quando começou a fazer tratamentos com fono (fonoaudióloga), [...]”*. Clarice disse chegaram a atribuir a surdez da filha a possível rubéola que ela teria contraído na gravidez, mas esse diagnóstico não se confirmou.

Ela informou que até nove meses de vida a menina ouvia, chegou a aprender a palavras como papai e mamãe, brincava, atendia quando falavam com ela. Contudo, após ter feito uso de um medicamento para tratamento de pneumonia é que seu comportamento se modificou. Passou a ficar quieta, não respondia quando era chamada e, quando não conseguia atenção, se tornava agressiva, jogava os objetos no chão.

Com o diagnóstico da surdez aos dois de idade, Clarice passou a levar a filha para tratamento fonoaudiólogo, para que pudesse desenvolver a fala. Como na época predominava a orientação do oralismo aos surdos, esclareceu que só teve conhecimento da linguagem de sinais quando a filha tinha seis anos de idade, tendo assim relatado:

[...]quando ela foi para o Jardim de Infância, com seis anos, que eu descobri a linguagem de sinais. Foi através da mãe de outro menino que me indicou o curso numa Igreja Batista. Nesse tempo ela fazia fono (fonoaudiologia) num colégio de freiras no Rio de Janeiro, que se chamava Educandário Nossa Senhora de Lourdes, e as freiras eram contra a linguagem de sinais e amarravam as mãos das crianças para não falar em linguagem de sinais. Quando saíamos de lá para irmos para nosso bairro, passávamos na Igreja Batista que ficava a duas horas de onde morávamos, e aprendíamos a linguagem de sinais. Foi assim até 1996, quando eu mudei para cá e ela foi para a Escola Rafael Magalhães. Eles estavam começando... eles tinham recebidos os alunos surdos...

O Relato de Clarice demonstra que as políticas públicas de atendimento aos surdos existentes em 1996, data de sua mudança da cidade do Rio de Janeiro para Itajubá, eram muito diferentes. Até se mudar para Itajubá, sua filha frequentava escola em que na comunicação dos professores e alunos predominava o oralismo, com proibição do uso da

linguagem de sinais. Já em Itajubá, Eliana informou que os alunos surdos e os professores estavam desamparados, não recebiam nenhuma orientação. Não havia um programa de ensino e planejamento escolar para esses alunos. Em consequência dessa situação os alunos surdos chegaram na EERM sem saber ler e escrever.

Com relação a predominância do oralismo na educação escolar na cidade do Rio de Janeiro e a proibição do uso de Libras, Clarice informou que, mesmo sendo proibido na escola, ela e a filha faziam curso da linguagem de sinais que era oferecido em uma igreja. Também disse que por 18 anos sua filha fez tratamento com fonoaudiólogos. Seu pensamento era que a filha deveria receber todos os tratamentos necessários para poder se comunicar, tendo assim relatado:

Ah, a Libras é um meio de comunicação bom entre eles. E agora com esses meios que tem, televisão, é uma coisa boa. Eu sempre pensava assim: Eu vou procurar todo o meio de comunicação, se existisse um outro, eu procurava também. Ela vai ter falar e ela tem também que usar Libras. Como é que ela vai falar... conversar com o outro.

O pensamento de Clarice, infelizmente representa o de uma minoria de pais que buscam tratamento para os filhos surdos. Ela relatou o caso de um aluno surdo que a família não incentivou o aprendizado da Libras e, quando ele chegou à faculdade não reunia condições de frequentar as aulas:

Tem até o caso de um menino aqui em Itajubá, que a mãe não permitiu que o filho aprendesse Libras. Ele empurrou com a barriga até o ensino médio no Major, e quando chegou a hora de ele fazer uma faculdade, não tinha como fazer, a mãe estava desesperada procurando alguém que ensinasse Libras para ele. Mas nunca permitiu que a criança fizesse.

Ao procurar escolas, na cidade de Itajubá, para sua filha, Clarice se viu sem opções. Não haviam alunos surdos matriculados em salas regulares. Nessa procura somente a EERM aceitava alunos surdos, em salas especiais. Naquele momento, a escola estava iniciando o atendimento aos alunos surdos. Até então, sua filha estudava em escola regular que adotava o método oralista. Quando Clarice se referiu ao atendimento que sua filha recebeu na EERM, demonstrou que a escola realizou a contento o ensino, tendo assim manifestado:

“No Rafael Magalhães ela começou com a Dalva, que era uma professora muito boa, e ela ia muito bem, aprendeu o que ela ainda não tinha aprendido, depois começou a ter aula com a Ângela, que no começo não tinha muita experiência, que ao decorrer do tempo, foi correndo atrás, fazendo cursos, e hoje, sinceramente eu acho que ela é a melhor intérprete de Itajubá inteira.” (Entrevistada Clarice)

O relato de Clarice demonstra que a qualidade do ensino na EERM não deixou a desejar. Inclusive reforçou que os professores foram realizando cursos e se aperfeiçoando.

Maria, Letícia e Ângela, relataram que a notícia que a EERM aceitava alunos surdos, e os ensinava a ler e escrever se propagou. Com isso, vieram para a escola diversas famílias da zona rural e cidades vizinhas com seus filhos surdos, sendo muitos já adultos. Maria contou o caso de três irmãs surdas com vinte e cinco, trinta e cinco e quarenta anos que nunca haviam frequentado nenhuma escola, assim informou:

Eu recebi uma aluna com vinte e cinco anos, surda que nunca tinha ido na escola, nenhuma escola aceitou, tinha uma irmã de trinta e cinco que veio junto, também nas mesmas condições. E, outra irmã de quarenta, três irmãs surdas que ficavam em casa. Essa de quarenta não teve condições de vir para a escola, era agressiva... ficava com a mãe. Essas duas aprenderam muito, ficaram misturadas com as crianças pequenas. Eu tinha criança de cinco anos, de seis, de oito, dez, adolescente tinha outro de treze, um comportamento complicado e mais as duas adultas juntas na mesma sala. (Entrevistada Maria)

Percebe-se que a escola entendeu que essas alunas não teriam chance de aprendizado se fossem encaminhadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse fato que pode ser entendido como insubordinação, mas essas alunas não teriam oportunidade em outro lugar.

Assim, decidiram aceitá-las, contudo, a aluna de quarenta anos não conseguiu se adaptar na escola, as outras duas foram alfabetizadas e se casaram com alunos surdos também da escola. A escola passou a atuar também como espaço de socialização e oportunidades de encontros e trocas. Importante destacar que, nesse enfrentamento das situações adversas, foi possível verificar que a EERM, para atender a todos os alunos surdos aceitou até mesmo aqueles que por lei não podiam estudar na escola.

No atendimento na EERM a partir de 1996 ainda permanecia a orientação do oralismo. Contudo, a escola, logo no início, se decidiu pelo aprendizado de Libras. A partir de 1997 passou a vigor a orientação que a educação fosse bilíngue, entretanto, na prática se estimulava a comunicação total. Porém, a direção, os especialistas e professores entenderam que para educar os alunos surdos era necessário se comunicar com eles, por isso foi diagnosticado a necessidade de se aprender Libras. Pelos relatos de Letícia, Maria, Clarice e Eliana, percebeu-se que a comunicação entre os alunos e professores foi fator determinante para que o aprendizado se efetivasse.

Ao estudar o relato dos profissionais envolvidos no atendimento dos alunos surdos na EERM, se verifica que a escola fez o que se espera de uma escola. Porém, ante a falta de recursos para o trabalho, pode se perguntar o que levou a escola a ter olhar diferenciado para os alunos surdos? As respostas podem ser muitas. O abade *De l'Épée* (Sacks 2002) movido

por sua vocação religiosa não podia aceitar que os surdos que vagavam pelas ruas de Paris morressem sem se confessar. Já os profissionais da EERM, ante a falta de qualquer suporte do Estado, tiveram uma postura de enfrentamento conjunto da situação adversa que lhes foi imposta. Para tanto, o trabalho da direção da escola e dos especialistas foi decisivo.

Letícia relatou que desde que a EERM recebeu os alunos surdos ficou preocupada com a manutenção dos mesmos em salas especiais, pois entendia que eles deveriam ser inseridos nas salas regulares, mas os professores tinham receio da inclusão. Sobre esse momento Letícia informou:

[...] Os professores tinham um pouquinho de receio, todo novo, dá um medo né? Aí começamos tudo devagar, foi uma experiência, foi automático, começamos a colocar juntos gradativamente dentro das outras salas e as crianças foram bem receptivas, foi uma novidade dentro da escola todo mundo queria aprender... Então as crianças foram bem recebidas pelos alunos, então foi o que eu fiquei feliz, todos os alunos procuravam conversar com eles... No primeiro momento ficaram extasiados. Foi tudo uma novidade. Depois a busca pela novidade, pela aprendizagem, pela participação deles em auditórios, nos eventos, foi ampliando e eles foram conhecendo o universo da escola. A partir de 92... 2000, 2000 e pouco, foi feita a inclusão dentro das salas, foi difícil também não foi fácil... A professora ficou com medo. É medo mesmo a palavra certa, de não dar certo, mas deu certo! (Entrevistada Letícia)

O relato de Letícia demonstra um conjunto de situações enfrentadas para que a inclusão dos alunos surdos ocorresse nas salas regulares, sendo que o receio das professoras era um deles. Contudo, os cursos de Libras oferecidos para os professores inicialmente por Eliana, depois pelo Estado e, também o aprendizado de noções básicas de Libras pelos alunos, possibilitou a existência de um ambiente favorável à inclusão.

A respeito da inclusão dos alunos surdos da EERM em salas regulares na mesma escola foi registrado pela supervisora Clara que teve conhecimento que os alunos surdos e seus pais recusaram as mudanças. Eles temiam que não desse certo a inclusão na sala de ouvintes, tendo dito: *“De início houve um movimento dos surdos, porque eles não queriam ir. Os surdos não queriam ir. Eles diziam que aprenderiam muito mais se estivessem entre eles”*. No entanto, não conseguiram impedir essa mudança e houve o ingresso dos alunos surdos na sala de ouvintes. Nesse momento, o professor regente e demais professores que atendiam os alunos surdos sabiam Libras se comunicavam com eles.

Letícia informou que os alunos surdos estavam em salas especiais, recebendo todos os conteúdos através de professores que usavam Libras. Mas havia a preocupação da inclusão no ambiente escolar. Maria relatou ter se empenhado em ensinar noções básicas da língua de sinais para que os alunos ouvintes pudessem se comunicar com os alunos surdos, tendo dito que *“(...) eu passava para eles, porque eles queriam conversar com os colegas, achavam*

interessante aprender. Pelo menos umas noções básicas eu passava para eles, para eles conseguirem conversar com aquelas crianças”. Laura, que trabalhou como especialista da educação no período de 2009 a 2011 registrou essa mesma preocupação, demonstrando que a inclusão era incentivada na EERM.

Maria expôs que a presença dos alunos surdos foi também importante para toda a escola, tendo havido o acolhimento dos alunos pelos professores e especialistas. Inclusive, os alunos ouvintes tiveram a oportunidade de aprender a conviver com pessoas surdas, bem como de se comunicar com elas através da língua de sinais, tendo relatado que a experiência foi positiva para ambos os lados:

Ah sim... com certeza, o acolhimento foi total, até pelo lado humano, você vivia... você virava mãe daquelas crianças, partia para defesa deles, pros outros alunos também foi muito importante, aceitar, conhecer, entender a deficiência do outro, essa convivência foi muito positiva para os dois lados (Entrevistada Maria).

O relato de Maria mostra que o relacionamento havido na EERM favoreceu a inclusão e os relacionamentos futuros entre esses alunos. Considerando que os alunos ouvintes eram crianças, entre sete e doze anos de idade, fica demonstrado que o contato com pessoas diferentes deve se dar o mais cedo possível, antes que se desenvolva os preconceitos.

Laura afirmou que quando chegou para trabalhar como especialista na EERM em 2009 se deparou com situações difíceis relativas a como lidar com a inclusão dos alunos surdos em sala de aula no ensino regular. Ela informou que havia uma sala com 16 alunos, 13 deles apresentavam dificuldade de aprendizagem e três com deficiência auditiva. Então, ela percebeu que tinha que fazer um trabalho diferenciado, pois os alunos surdos já conheciam Libras e estavam alfabetizados. Ela acreditava que o professor podia cobrar mais desses alunos.

Foi destacado por Laura que a EERM tinha grande preocupação com o lado pedagógico, que deveria ser proporcionado o ensino previsto para o ano escolar. Por isso, a escola apoiava projetos e iniciativas que visassem lançar desafios para os alunos, inclusive aos alunos surdos. Assim, em parceria com a professora regente de nome Auxiliadora e com a intérprete Clarice, a escola propôs um trabalho conjunto, sendo realizado teatro, apresentação de trabalhos, e outras atividades, as quais foram apoiadas pela direção da escola.

Clarice relatou que, como intérprete, sugeriu a realização de atividades com os alunos ouvintes para aprendizado da Libras: “[...] uma vez eu pedi permissão para a professora e passei algumas palavras, palavras básicas como: “me empresta”, “me ajuda”, “eu vou te ajudar”, passei o alfabeto pra poder escrever o nome, pro aluno surdo saber o nome do colega.” Clarice também informou que ajudou na realização de atividades envolvendo

todos os alunos: *“Nós fizemos também no Rafael um teatro, que envolveu a sala toda, até a professora, foi no primeiro ano que eu estava na escola. Tem até hoje o projeto lá no Rafael.”* A realização desse teatro também foi citado por Laura, como um momento de inclusão ocorrido na escola. Pelo relato de Laura verifica-se que a escola se preocupava em criar oportunidades para os alunos surdos vencessem novos desafios, assim expôs:

“Depois a gente percebeu que a gente podia cobrar mais deles, já que eles eram alunos alfabetizados. E com isso, é a hora que entrou essa etapa, onde eu sabia que eu poderia estar conversando com o professor para oferecer mais para esse aluno, e que o que estava oferecendo era pouco, e que eles davam conta, né? Um exemplo: apresentação de trabalhos, a gente sabia que esse aluno era capaz de apresentar no auditório. A gente filmou tirou foto, foi um teatro, foi uma dança que a intérprete mesmo preparou, foi muito lindo, eu pedi isso para ela, juntamente, lógico com a autorização da diretora, se poderia estar desenvolvendo um trabalho com essa turma, já que uma turma com dificuldade de aprendizagem, de vários níveis [...] (Entrevistada Laura)

Além da educação, a EERM também se preocupava com a inclusão social dos alunos surdos que já eram adultos. Neste sentido, Clarice informou que era necessário buscar oportunidades de trabalho para eles. Assim, foi feito contato com a empresa AFL do Brasil Ltda., visto que a empresa era obrigada a cumprir as cotas determinadas por lei. A empresa, atendendo solicitação da diretora, promoveu a instalação de um laboratório de informática na escola para uso dos alunos e passou a contratá-los. Letícia declarou que, desde então, os alunos surdos passaram a ser procurados pelas indústrias, não faltando oportunidade de emprego para eles.

A atitude da escola em procurar a inserção dos alunos surdos no mercado de trabalho, aproveitando da existência de legislação que favorecia a contratação, favoreceu para a autonomia, independência e dignidade através do trabalho.

Foi destacado por Letícia, Eliana e Ângela que os alunos surdos da EERM passaram a viajar para participar de encontros religiosos de surdos em outras cidades. Esse fato mobilizou as famílias que passaram a levar seus filhos. Posteriormente, quando cresceram passaram a ir sozinhos com os professores, cabendo citar:

(...) ... Enquanto eles estavam lá, começou a surgir encontros de surdos lá em Aparecida. Então começou a movimentar toda a família, pra levar seus filhos, hoje eles já vão sozinhos né... pra estar em contato com outros surdos, que já sabiam mais, que tinham um conhecimento maior da língua e passavam para os alunos mais novos (Entrevistada Eliana).

Para Eliana esses encontros favoreceram o crescimento pessoal dos alunos surdos e lhes ajudaram a se tornar mais fluentes na Libras. Percebe-se que esses contatos foram positivos pois se mantêm até os dias atuais.

Mesmo tendo recebido os conteúdos necessários dos primeiros anos do ensino fundamental na EERM os alunos surdos permaneciam sem direito à progressão escolar. Já estavam na escola há vários anos, sem que esse assunto tivesse sido resolvido. Quando Letícia, Maria e Clarice relataram sobre esse fato demonstraram que inexistia uma preocupação da SRE de Itajubá e do Estado com o futuro do aluno surdo. Letícia informou que os alunos surdos queriam ir para uma escola com pessoas da mesma idade deles, tendo dito: *“Eles já eram moços e a nossa escola são crianças pequenas, então eles estavam desalojados, quando a gente falava em escola para eles: “Era Major! ”... Era o sonho!”* Sobre esse momento Maria informou:

Foi uma luta, uma luta muito grande dos pais dos maiores que já estavam aqui há muitos anos: a mesma coisa, não evoluíram, não tinham perspectiva e sempre ali, moços já, com mais de vinte anos permanecendo aqui entre as crianças, incomodando até de certa forma, não tinha mais nada a ver, adolescentes, e sem uma perspectiva. Aí, começamos então, a escola junto com os pais a brigar para que uma outra escola desse continuidade ao processo. Foi aí, depois de muita luta, que seria bom você conversar com esses pais também, que conseguiram né, continuar no Major Pereira.

Nesse relato também ficou demonstrado que a falta de perspectivas passou a incomodar aos pais, alunos e a escola. Nesse momento os alunos surdos passaram a reivindicar o direito de prosseguir os estudos. Essa reação dos alunos evidencia que eles tiveram despertada sua consciência política, passando a exigirem o respeito dos direitos escolares.

Os relatos de Letícia, Maria e Clarice demonstraram que estudar na EMJP era o sonho dos alunos surdos. Era uma escola grande, com alunos de variadas idades. Como muitos alunos surdos eram jovens e adultos ficou compreensível que eles não quisessem conviver com alunos dos anos iniciais, ou seja, com crianças. Na EERM, os alunos menores ingressavam e concluíam os anos iniciais, enquanto os alunos mais velhos, que eram surdos, permaneciam ali estagnados. A respeito desse momento, Maria informou que os alunos surdos foram se sentindo insatisfeitos. Não havia justificativa para tal situação. Afinal, estavam na EERM há muitos anos e, antes disso muitos estiveram por muitos anos na EECC.

No relato de Clarice sobre a falta de escolas que aceitavam os alunos surdos para continuidade do ensino dos anos finais do ensino fundamental foi percebido que a educação

dos alunos surdos estava fora da pauta da SRE de Itajubá. Sobre esse período de luta pelo direito de progressão escolar e ingresso em outra escola para complementação dos anos finais do ensino fundamental, Clarice informou que sua filha permaneceu na EERM no período compreendido de 1996/1997 a 2002/2003 e, não havia perspectiva de avançar para os demais anos escolares. Havia outros pais insatisfeitos, surgindo um movimento de pais pelo direito de progressão escolar dos filhos surdos. Clarice juntamente com outro pai, passou a reivindicar uma decisão da SRE de Itajubá. Sobre a luta dos pais para ingresso de seus filhos na EEMJP, ela esclareceu que:

(...) E nós partimos para reuniões na Superintendência, e parecia assim os filhos da gente eram transparentes, que eles não viam, não sabiam da situação, aí uma pessoa empurrava para outra, que não era, e nós tivemos que fazer mesmo um movimento, uma briga. Até que no ano de, não me lembro bem, acho que foi 2003, 2002 ou 2003. Chamaram lá no Major João Pereira, pegaram os professores do Rafael e da escola especial, eles faziam oficinas na escola especial e levaram para fazer curso em Belo Horizonte para poder trabalhar com eles no 6º ano, que era a 5ª série antiga... (Entrevistada Clarice)

Em virtude desse movimento foi autorizada pela SRE de Itajubá a criação de uma sala de aula para início dos anos finais do ensino fundamental na EEMJP.

Maria e Letícia informaram que atualmente a EERM não tem alunos surdos, pois, com o movimento da inclusão escolar, os alunos devem ser atendidos em escolas próximas as suas residências, estando assim matriculados em escolas municipais. Mas a escola pode voltar a receber alunos surdos.

4.1.3 – Do atendimento na Escola Estadual Major João Pereira

Clarice informou que no mês de abril, provavelmente de 2002/2003, teve início as aulas da 5ª série, atual 6º ano na EEMJP, para atender os alunos surdos antes matriculados na EERM. Entretanto, em razão da idade dos alunos surdos, pois muitos já eram adultos, a SRE de Itajubá entendeu que não poderiam estudar no período diurno. Assim, a turma foi criada no período noturno.

Para atuar na classe de surdos na EEMJP foram chamadas as professoras Eliana e Ângela da EERM e outras que lecionavam na escola especial. Nesse momento foram realizados cursos de Libras para recrutar outros professores, sendo que os professores foram escolhidos porque conheciam Libras, independentemente de possuírem habilitação nas disciplinas que lecionavam. Eles atuavam como professores intérpretes, cabendo citar:

Então eram essas professoras que foram e fizeram cursos. Mesmo as que estavam no Rafael Magalhães que era Ângela, a Eliana, a Vilma da escola especial, pegaram outros professores também para o curso em Belo Horizonte. E eles começaram já no mês de abril, à noite, porque eles não tinham idade para ficar de manhã, nem de tarde, o que seria a 5ª série, atual 6º ano. (Entrevistada Clarice)

Roberto informou que conheceu a língua de sinais quando seu filho estudava no primeiro ano do ensino fundamental na EERM, tendo assistido a apresentações dos alunos surdos na referida escola, fato que lhe impressionou bastante. Sobre o momento de ingresso dos alunos surdos, ele informou que:

Eu não sei bem quem era a Superintendente na época. Mas eles nos mandaram... não sei o que eles acharam e mandaram pra cá... os alunos pra cá... E os alunos não tinham base né, foi muito complicado, tanto que eles ficaram numa sala separada no primeiro ano. (...) ... Só que os professores não tinham noção nenhuma né... Não sabiam ensinar pra eles... Não estavam preparados... Os intérpretes não estavam preparados... E alguns alunos não quiseram voltar, a gente teve que buscar em casa... Eles estavam acostumados numa salinha, numa escolinha pequena... Aí veio pra cá numa escola muito grande... não tinha a formação que eles queriam né... E saíram... Saíram depois a gente conseguiu retomar, buscar, até a época da inclusão que eles começaram a vir normalmente, frequentemente, cada um dentro do seu ano de estudo. Mas no comecinho tinha de todas as idades tudo misturado... (Entrevistado Paulo)

Vê-se que a EEMJP também não estava preparada para receber os alunos surdos. Os problemas relatados por Roberto refletem a falta de preparo para atendimento dos alunos e capacitação dos professores.

Roberto informou que aprendeu Libras quando os alunos surdos chegaram à EEMJP, tendo lecionado para esses alunos os conteúdos de matemática e física, também desenvolveu com eles diversos projetos. Ele relatou que se preocupava em levar os alunos surdos em feiras, lojas do comércio, tendo assim relatado:

[...] Eu já levei em várias feiras. Quando eu dava aulas para eles aqui eu levei em feira do Anglo, G9, tudo eu levava eles pra conhecer... e quando os meninos explicavam eu traduzia pra eles... E os meninos do G9 ficavam de olhos abertos, porque isso nunca existiu pra eles, nunca tinham visto alunos surdos... Pra eles era novidade né... Mas eu levei em tudo quanto é lugar que a gente pode... supermercado né, pra gente procurar produtos, fazer lista de feira... com o dinheiro né, troco... Eu fiz um trabalho nas casas Bahia, no Magazine Luiza, Pernambucanas... Essas lojas que a gente tem aqui. (Entrevistado Paulo).

O objetivo de Roberto era saber como se dava o atendimento das pessoas surdas nas lojas e estabelecimentos comerciais. Mas ao mesmo tempo proporcionou aos alunos

oportunidade para aprendizado de como agir nos referidos lugares. Sobre a experiência informou que:

Eu queria saber quando chegava uma pessoa surda, como é que as pessoas daquela loja faziam né... E fomos com todo mundo lá. E eu expliquei pra eles como eles iam fazer: “Quanto que custa isso?”, “Quanto que custa aquilo?” e os da loja não entendiam. Mas os surdos faziam de tudo pra que eles fossem entendidos... Eles mostravam né... Até eles serem entendidos... eles mostravam. Porque é uma dificuldade muito grande da nossa sociedade que não está preparada... em bancos, lojas. Todos eles tem salários, todos eles dão cheque, tem cartão e compram normalmente né, então todas as lojas tinham que estar preparadas, e não estão né... eles ficam mostrando é isso, é aquilo né, não conseguem... (Entrevistado Paulo).

Percebe-se a indignação de Roberto no atendimento oferecido aos alunos surdos. Eles são consumidores da mesma forma que as demais pessoas, contudo, o atendimento oferecido é precário. Clarice também relatou sua filha reclama do atendimento que recebe no comércio local. Segundo ela os vendedores além de não conhecer Libras, não se interessam em compreender o que sua filha deseja comprar. Tal problema poderia ser resolvido através da escrita, mas falta essa iniciativa por parte dos vendedores e dos estabelecimentos.

A falta de políticas educacionais permaneceu na EEMJP e na SRE de Itajubá. Apesar dos alunos surdos estarem matriculados na EEMJP o problema da progressão escolar não foi resolvido. Clarice informou que quando eles concluíram o ensino fundamental a escola não quis matriculá-los no ensino médio. Para permanecerem na escola, na qual já estudavam foi necessário mais uma mobilização dos pais com apoio de vereadores e do Centro de Apoio e Integração do Deficiente de Itajubá (CAIDI), tendo assim relatado:

Eles fizeram a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª. Quando foi para passar para o ensino médio, a gente precisou travar outra briga direto com o Estado, com a Superintendência, precisou até ameaçar de pôr em Promotor, foi uma briga de novo. Então lutou de novo, eu, o Dionísio. Aí nós chamamos o CAIDI, que é entidade daqui que trata com deficientes, chamamos vereador, qualquer um que pudesse ajudar, influenciasse de alguma forma. Fizemos várias reuniões até resolveram continuar com eles lá no Major João Pereira [...] (Entrevistada Clarice).

Percebe-se que mais uma vez a presença dos pais foi decisiva para reconhecimento do direito de seus filhos prosseguirem os estudos. Ao chamarem diversos segmentos da sociedade, conseguiram a divulgação da causa. Clarice informou também que nesse período, a superintendente da SRE de Itajubá/MG queria que a EEMJP separasse os surdos de dois em dois nas salas de aula, em razão da inclusão, mas, isso se daria sem intérprete. Esse fato gerou novo protesto dos pais. Ela afirmou: “[...]Então, o surdo se não tiver o intérprete dentro de sala fica perdido, ele está indo lá à toa. Falar que esses alunos estão aprendendo é mentira”.

Para Clarice, o surdo está num mundo completamente diferente, sem um intérprete ele vê coisas sem entender.

Ao ser relatado esse fato por Clarice verifica-se que a EEMJP, a SRE de Itajubá e a SEE de Minas Gerais contrariaram as propostas do MEC para a escola inclusiva. Se houvessem políticas públicas para esse grupo de pessoas, a questão da progressão escolar teria sido prevista sem necessidade de reivindicação tal como ocorreu.

Roberto informou que vieram da EERM para a EEMJP três turmas de alunos surdos. Ele não informou os anos em que esses alunos chegaram à EEMJP. Disse que a primeira turma era composta de alunos fora da idade escolar, muitos já adultos. Eles sabiam ler e escrever, mas não apresentavam domínio dos conteúdos. Por isso foi realizado uma aceleração nos estudos desses alunos. As demais turmas já vieram em idade escolar e acompanham todos os conteúdos.

Sobre o atendimento dispensado aos alunos surdos antes do ingresso na EEMJP, Roberto demonstrou não conhecer a história dos atendimentos aos alunos surdos pela EECC e posteriormente pela EERM, bem como, a luta e reivindicação dos pais para que seus filhos surdos fossem aceitos na EEMJP. Esse fato demonstra a importância de se conhecer e divulgar essa história ignorada até mesmo entre os professores. Também seria importante a realização de um levantamento sobre a inclusão escolar das demais pessoas com deficiências, pois permitiria conhecer de forma mais ampla o atendimento dessas pessoas na rede estadual de ensino, bem como verificar a aplicabilidade da legislação existente, que garante a todos o direito à educação.

Lúcia informou que nos municípios que compõem a SRE de Itajubá, nos quais existem alunos com deficiência há salas de recursos. Para assumir essas salas o professor tem que estar habilitado em Libras para alfabetizar o aluno surdo. Ela salientou que a política educacional vigente determina a existência de intérpretes e também de salas de recurso para atender aos alunos surdos onde eles estiverem, mas que faltam intérpretes para atender a todos as salas de aula.

Na EEMJP, conforme relatou Roberto foi criada uma sala de recursos, não precisando a data de sua organização. Essa sala de recursos atende os alunos da escola e também alunos dos anos iniciais de outros municípios. Com relação as atividades da sala de recurso Clara afirmou que:

[...] Para os alunos que estão no ensino médio. Óbvio que eles já dominam a linguagem de sinais, então para eles tem um intérprete lá dentro da sala de aula. E se eles precisarem, eles podem estar frequentando a sala de recursos. Mas há um outro trabalho lá mais específico da sala de recursos que é a intérprete estar ensinando essa nova língua para os alunos. São duas coisas distintas que se faz né? Uma é o

trabalho pedagógico em si, é trabalhar a sala de recursos, trabalhar a dificuldade de aprendizagem desses meninos, para eles estarem ali dentro de suas possibilidades, procurando acompanhar o seu fluxo normal escolar. Isso é uma coisa. E há o trabalho específico que é estar ensinando essa nova língua para esses alunos que não dominam (Entrevistada Clara).

A sala de recursos da EEMJP conta com uma professora habilitada em Libras e com a presença do instrutor de Libras da SRE de Itajubá, o Eduardo. Este é responsável por ministrar os cursos de capacitação de Libras para todas as cidades que compõem a SRE de Itajubá, composta por 21 municípios e 45 escolas. Eduardo é um ex-aluno surdo da EERM e EEMJP. Ele está matriculado no curso de Pedagogia na Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI).

Lúcia, Clara e Roberto informaram que a sala de recursos é um espaço de encontro dos alunos surdos com a professora e intérprete Leila¹⁶, responsável pela sala e, com o instrutor Eduardo. Segundo Roberto, ex-alunos voltam à escola para ter esse contato. As informações demonstram que esse é o espaço de encontro e trocas, onde ocorre socialização entre os alunos surdos e ex-alunos que buscam a escola, provavelmente por inexistir outros espaços de convivência.

Com relação aos alunos que vieram da EERM, Roberto, Ângela e Lúcia disseram que a partir da segunda turma os alunos já vieram na idade escolar e acompanham as aulas regularmente, com excelentes resultados, pois contam com intérpretes e sala de recursos para atualização da Libras.

Laura manifestou sua preocupação com a qualidade do ensino dispensado na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Disse que, em virtude da defasagem no aprendizado dos conteúdos necessários pelos alunos vindos das escolas municipais, o Estado passou a intervir nessas escolas. Sua preocupação principal é com os alunos surdos, visto que o ensino de Libras é ministrado na escola, não há outros espaços em que podem aprender. Sem esse conhecimento, o aluno surdo terá dificuldade para dar continuidade dos anos finais do ensino fundamental.

Ante a preocupação destacada por Laura, foi perguntado a Roberto se a EEMJP já havia recebido alunos surdos atendidos pelo município. Ele afirmou que até aquele momento a EEMJP só havia recebido os alunos surdos que saíram da EERM. Dos alunos atendidos pelo município, nenhum havia se matriculado na escola.

Roberto disse se interessar pelos alunos surdos, mas lamentou que nem todos os professores tinham o mesmo interesse. O fato de possuir Libras lhe possibilitou desenvolver

¹⁶ Leila é professora da sala de recursos da EEMJP. Não foi entrevistada.

diversas atividades com os alunos, tendo afirmado: *“Aí quando eles vieram pra cá, aí eu já fui... eles caíram na minha sala né, pra dar aula pra eles... e a gente fez um bom trabalho... Eu acho que eles gostam de mim, por causa dessa abertura, por causa dessa conversa né... diferente dos outros...”*. Disse que no início do atendimento aos alunos, ele utilizava Libras na sala de aula. Depois, quando se deu a inclusão dos alunos surdos nas salas regulares, os intérpretes passaram a atuar, mas quando faltava o intérprete ele assumia sem problemas.

Roberto relatou que desenvolveu com os alunos surdos variadas atividades escolares e extraescolares, como: comparecimento à feira de ciência de outras escolas da cidade, lojas do comércio nas quais os alunos surdos foram atendidos pelos vendedores, viagens para encontros de surdos, encontros de lazer, festas de casamento de alguns deles. Também criaram juntos um coral dos alunos surdos que se apresentou em vários lugares e vídeos dos alunos surdos ensinando conteúdos de física e matemática. Sobre essas atividades informou que:

Nós fizemos um trabalho na Superintendência... hoje chama-se Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). Então no começo do PIP eles chamavam todos os professores lá por exemplo da área de matemática pra gente fazer uns trabalhos de matemática e estudar mais ali. Daí eu tive a ideia de levar os alunos surdos... Eu falei para eles o seguinte: “O professor de matemática fala na sala de aula, e o aluno não entende, ou entende pouco. Então eu levei os alunos surdos pra dar aula de matemática para eles. Para eles sentirem o que o aluno sentem quando ele está falando né. E nós fizemos um trabalho muito bom, com vários jogos, e os professores ficavam encantados com eles... Ah nós temos também no facebook algumas gravações que eu fiz em salas de aula com eles. Por exemplo o Teorema de Pitágoras, que eles mostram o lado, o lado maior, o lado menor, “por que que é triângulo retângulo?” “Por que tem o ângulo reto, né.” E isso a sala inteira aprendeu, eu aproveitei e gravei e coloquei no facebook, depois eu vou passar pra você os endereço aqui dos alunos falando... pra que todo mundo do Brasil, olhe para o facebook e veja eles cantando, ensinando matemática e ensinando os jogos também, tá. (Entrevistado Paulo)

O trabalho desenvolvido por Roberto na EEMJP mostra que ele aproveitou de situações diversas para trabalhar os conteúdos e incentivar o desenvolvimento de habilidades dos alunos surdos, inclusive usando como a internet como ferramenta. Ele também informou que com ajuda de outra professora, criaram sinais para facilitar o ensino da matemática para os surdos:

Ajudou muito né e eu até comecei a criar alguns sinais da matemática que não tinha né. Sinal de seno, de cosseno, de hipotenusa, de Pitágoras... junto com a professora a gente foi criando os sinais pra que todos os alunos fizessem igual, para eles guardarem lá. Quais eram os sinais da Matemática, porque a gente só tinha o básico, um, dois, três, quando eles vieram para cá. E me ajudou muito. [...] (Entrevistado Paulo)

Como diretor da EEMJP, Roberto continua realizando projetos incluindo os alunos surdos em programas governamentais para formação profissional. No momento da entrevista citou que estava trabalhando em conseguir vagas para eles em cursos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no qual os intérpretes acompanhariam os alunos surdos.

4.2 - Libras: Ferramenta essencial para comunicação e alfabetização

Ao relatar sobre o início de seu trabalho como professora na EECC, Eliana enfatizou que não recebeu nenhum treinamento para lecionar para os alunos surdos, ela assim descreveu:

No início foi uma luta muito grande, porque quando eu fui contratada lá no Carmo Cascardo, como eu disse, nos primeiros seis meses foi numa sala regular, eu não sabia nada de Libras. Não conhecia, nem nunca tinha visto um surdo, vamos dizer assim nunca tinha tido contato com um surdo, com um indivíduo surdo. E, como eu era contratada, eu pegava a sala que tinha disponível para mim ou outra pessoa pegaria aquele trabalho. Eu fui e enfrentei, entrei na sala, tinha apenas um livro lá de linguagem de sinais. E fui aprendendo com esse livro, e com eles mesmos, porque a língua a gente aprende com os próprios alunos. Apesar que esses alunos surdos, eles não conheciam a sua própria língua, quando eles entraram na escola eles não conheciam a Libras. Então o professor não conhecia a língua e eles não conheciam. Então nós fomos aprendendo juntos. Ai a partir disso, passados os anos, eu com o meu livrinho, os alunos e eu somente, não tinha nenhum apoio do Estado, do Governo, da escola também, direção, supervisão. Não sabiam, não tinham contato nenhum ... [...]
(Entrevistada Eliana)

O quadro elencado por Eliana revela o abandono da educação do aluno surdo pelo Estado e todos os demais órgãos responsáveis pela educação. No tempo que atuou na EECC ela não teve qualquer orientação e treinamento para que os alunos surdos tivessem alguma chance de alfabetização. Como já dito nessa época já existia uma recomendação do MEC para atendimento dos alunos, que era o ensino utilizando a oralização, contudo, por motivos ignorados não foi respeitada. Os alunos e suas professoras foram esquecidos. Eliana fez o pode, mas não conseguiu aprender a língua de sinais, nem tampouco alfabetizar os alunos surdos.

Letícia revelou que em 1996, quando os alunos surdos chegaram, a escola não estava preparada para atendê-los, pois o Estado não forneceu qualquer suporte ou capacitação dos professores para o atendimento desses alunos. Esclareceu que eles foram mantidos em duas salas especiais, só com alunos surdos, e com a mesma divisão da escola anterior: havia a sala

dos alunos maiores e a sala dos menores. Disse ainda que foi percebido pelos professores e especialistas que os referidos alunos não sabiam ler e escrever, apenas desenhavam.

Ao perguntada se eles conheciam Libras Letícia disse que: *“Não, eles tinham a língua materna, não tinham a oficial... Era aquela linguagem que assim a professora tinha um livrinho que ela tentava entrar em contato com eles, se comunicar com eles, e eu lembro que era uma dificuldade...”* Como informou Eliana eles se comunicavam usando de sinais caseiros, os quais não possibilitavam o desenvolvimento do aprendizado. Sobre o momento em que seu deu a transferência para a EERM Eliana informou que:

A escola foi municipalizada e foi necessário então que esses alunos fossem transferidos para outra escola do Estado. E eles foram para a Escola Estadual Professor Rafael Magalhães. Após seis anos de trabalho com eles no Carmo Cascardo, fomos para o Rafael Magalhães. E lá realmente deu início a uma preocupação maior com esses alunos [...] (Entrevistada Eliana)

Conforme relatado por Letícia, a maior dificuldade enfrentada pelos profissionais da EERM foi de comunicação com os alunos surdos, pois na escola ninguém conhecia a língua de sinais e, na cidade de Itajubá não havia quem pudesse ensinar. Informou que, no início, os professores designados para trabalhar com os alunos surdos utilizavam de cartilhas com sinais e faziam pesquisas na internet para encontrar atividades e outras informações.

Em virtude dessa situação, Letícia disse que a escola compreendeu que era preciso encontrar uma forma de comunicação com os alunos surdos. Decidiram então que os professores deveriam aprender a língua de sinais, para depois iniciar o processo de educação usando o português como segundo língua. Letícia e Eliana informaram que a supervisora Rute¹⁷ se empenhou em procurar os cursos de língua de sinais que pudessem ser feitos, verificando que existiam na cidade de São José dos Campos – SP. Sobre esse momento Eliana informou que:

Chegando lá a supervisora Rute, que foi a primeira que achou por bem, corremos atrás, já que o Estado não nos amparava, de corrermos atrás com recursos próprios e para aprender a linguagem de sinais, para poder dar um apoio realmente necessário, e o direito, para aquele aluno que estava ali e precisava desse apoio. Então foi onde a gente foi fazer cursos fora, fomos para São José dos Campos. (Entrevistada Eliana)

O curso de Libras foi realizado por Rute e Eliana em 1996. Letícia registrou que essa foi a primeira capacitação oferecida aos professores, feita por incentivo da escola e sem qualquer ajuda financeira do Estado. Eliana relatou também:

¹⁷ Rute foi citada por Letícia e Eliana, como a supervisora que defendeu o aprendizado de Libras para atendimento dos alunos surdos. Ela já está aposentada. Não foi entrevistada.

Uma amiga e supervisora da escola disse: está tendo um curso em São José dos Campos, porém não vai ser pago por ninguém, você vai ter que tirar do seu dinheiro a passagem... a passagem eu acho que a escola me ajudou... nem lembro. Essa época eu já estava aqui no Rafael. Na época lá do Carmo Cascardo: zero. Não sabia nem onde procurar uma ajuda. Ai, depois disso, vindo para cá, a supervisora daqui, que se empenhou muito na época, a Rute, que era supervisora aqui... e ela tinha familiares em São José dos Campos, e ela ficou sabendo. E onde eu comecei por conta a fazer o curso em São José dos Campos. [...] (Entrevistada Eliana)

Nesse relato Eliana demonstra que na EERM ela não estava sozinha para solucionar o problema da falta de uma linguagem para educação dos alunos surdos. Houve empenho de outros profissionais da escola. O quanto Eliana se sentiu abandonada na EECC fica evidenciado ao dizer que durante o referido período “não sabia nem como procurar ajuda”.

À medida que Eliana e Rute aprendiam a língua de sinais passaram a organizar cursos rápidos para os professores, servidores da escola, pais e comunidade. Pretendiam com isso disseminar o conhecimento de Libras. As aulas foram ministradas por Eliana. Com isso os professores aprenderam Libras e, a partir daí, foi possível ensinar português e todos os demais conteúdos. Eliana e Rute prosseguiram fazendo cursos de atualização de Libras e repassando o aprendizado. Letícia informou que várias igrejas também solicitaram a realização dos cursos de Libras. Eliana destacou a importância do envolvimento da família e do aprendizado de Libras para comunicação dentro do lar, para tanto houve a iniciativa de ensinar Libras para os pais, mas os resultados não foram os esperados, porque muitos pais não eram alfabetizados:

No início até que sim. Mas daí a gente se deparou com o seguinte: muitos pais não conheciam a sua própria língua, que é o Português, tínhamos muitos pais analfabetos. Então como que eu vou ter o interesse de aprender uma nova língua se eu não conheço a minha própria língua? Então foi um trabalho que infelizmente não durou muito tempo, por falta de clientela. Não houve muito interesse dos pais, porque pra você aprender uma língua, você tem que conhecer a sua língua própria. Então houve bastante barreira em relação a isso. (Entrevistada Eliana)

No mesmo sentido, Eliana informou que ela e a supervisora Rute tentaram em horário de módulo¹⁸ ensinar Libras para as mães que vinham de outras cidades e ficavam aguardando seus filhos na própria escola, muitas traziam até os filhos menores, tendo assim relatado:

Eu lembro que foi feito assim, quando nós fizemos os cursos, eu e a supervisora fizemos fora, foi feito encontro de mães em horário de modulo, que as professoras tinham que cumprir, as mães vinham. A gente passava o curso que a gente aprendia lá fora, passava para as mães, para as mães ter uma melhor comunicação com o filho

¹⁸ Horário de módulo – horário em que aconteciam aulas de outros professores. O professor regente ficava com o horário vago.

em casa. Então era uma coisa que partia da gente para multiplicar aquilo que a gente estava aprendendo, passar para a frente. Mas infelizmente era uma minoria que aparecia e tinha interesse de aprender o que seu próprio filho estava aprendendo. [...] (Entrevistada Eliana)

Verifica-se que os pais também precisavam ser conscientizados da importância da comunicação com seus filhos. A falta de políticas públicas se percebe também no abandono dos pais, que não foram orientados em como tratar seus filhos surdos, nem tampouco lhes foi oferecido condições para tratamento. Eles também necessitavam de ajuda para vencer seus limites. Assim, embora tenham sido oferecido oportunidades para aprendizado da Libras, elas não foram plenamente aproveitadas.

A partir de 2003, o MEC passou a reconhecer a educação bilíngue como a recomendada para a educação dos alunos surdos. Nesse momento os alunos surdos estão ingressando na EEMJP para cursar os anos finais do ensino fundamental. Eles permaneceram em sala especial, só com alunos surdos. Seus professores eram também intérpretes. Somente a partir do ingresso no ensino médio é que os alunos foram alocados em salas regulares com intérpretes, adotando-se o modelo da educação inclusiva.

Eliana registrou que quando realizou o curso de Libras percebeu que havia cometido diversos erros em sua experiência inicial com os alunos surdos na EECC. O aprendizado possibilitou a ela rever sua forma de ensinar.

Ângela informou que ingressou na EERM em 1998, e que lhe foi entregue uma das turmas de alunos surdos, porque a professora anterior havia se aposentado. Disse que eram 16 alunos de várias idades, desde 12 a 30 anos, com nível de escolaridade de primeira série. Informou que depois de três anos lecionando para os alunos surdos, lhe foi possibilitado realizar cursos oferecidos pelo Estado para capacitação em Libras. Essa oportunidade não foi oferecida à Eliana, que era contratada.

Eliana relatou na EERM os alunos surdos tiveram a primeira oportunidade de aprendizado e alfabetização, e isso só foi possível em virtude do aprendizado de Libras pelos professores e alunos. Percebe-se que ela fala de si própria, pois, a partir daí, também teve condições de ensinar os alunos surdos, coisa que não havia conseguido nos seis anos que permaneceu na EECC. Sobre a importância da Libras na alfabetização dos alunos surdos, Eliana assim se manifestou:

Ah... foi importantíssimo porque sem a linguagem deles, eles não teriam caminhado, né. O surdo tinha em primeiro lugar que ter entrado na escola sabendo sua língua. Como? Com os pais. “Eu tive um filho surdo, eu vou correr atrás. O que que meu filho precisa?” Pra depois então trazer ele para a escola. Infelizmente os nossos alunos chegavam na escola sem saber a sua própria língua, e como tudo estava começando os professores também não conheciam... Mas depois disso, que houve

um estudo mais elaborado, foi fundamental eles conhecerem a própria língua. E o fundamental... O mais interessante também foi quando eles começaram a ter contato com outros surdos de outras comunidades, aí que eles cresceram mais e foram se desenvolvendo melhor, cognitivamente...

Vê-se que aprendizado de Libras possibilitou a alfabetização e o contato com outros surdos possibilitou o desenvolvimento cognitivo. Por isso Eliana destacou que o aprendizado da Libras deveria ocorrer no lar, no contato com os pais, essa é a opinião de Sacks (2002). Para ele a falta do aprendizado da Libras desde os primeiros meses de vida pode comprometer o desenvolvimento cognitivo da criança surda.

Pelo relato de Eliana, na falta de qualquer orientação da escola e da SRE de Itajubá, ela utilizava uma cartilha para aprender sinais e se comunicar com os alunos surdos. Ela disse que os alunos também desconheciam Libras, com isso utilizavam de sinais caseiros para se comunicar. Assim após ter feito o primeiro curso de Libras, verificou os equívocos praticados até então, tenho assim informado:

Foi um crescimento muito significativo, porque com o primeiro curso de Libras que eu fiz, em contato com um surdo que já conhecia a linguagem de sinais, aí eu fui vendo o quanto eu já havia errado, o quanto eu já havia passado coisas que não deveria ter passado, coisas que deveria ter feito e não foi feito. Então, ao mesmo tempo em que foi um susto muito grande, foi uma coisa muito boa. Porque ali foi o ponto de partida pra começar realmente um trabalho com qualidade para os alunos surdos. Houve uma diferença bem grande em comparação de quando a gente não tinha o contato da linguagem de sinais, até eu fazer o curso e conseguir um contato maior. (Entrevistada Eliana)

Nesse relato fica claro que, sem realizar cursos de capacitação em Libras, não havia como ensinar os alunos surdos. A alfabetização só ocorreu quando os professores tinham o que oferecer. Ângela que igualmente afirmou que desconheciam Libras quando iniciou o trabalho tendo declarado: *“Eu nem sabia ainda que Libras era... É uma outra língua que tem que ser traduzida de uma outra maneira. Até o 1º e 2º ano eu fazia um Português sinalizado, que não é certo isso.”* Para dar aulas ela utilizava de um dicionário que outra professora lhe emprestou, mas desconheciam que existiam regras próprias para a língua de sinais, e quando fez o curso de Libras teve condições de se relacionar de melhor forma com os alunos.

Percebe-se que ambas estavam despreparadas para lecionarem para os alunos surdos, elas próprias reconheceram que suas práticas iniciais não foram corretas. A partir da realização dos cursos de capacitação em Libras elas afirmaram que puderam rever a forma de se comunicar e educar. Depreende-se que o conhecimento da Libras permitiu a alfabetização. Luz (2013) afirmou que ter o domínio sobre um idioma é uma conquista necessária para a

pessoa se considerar existindo em sociedade. Sem conseguir se expressar a pessoa se torna passiva, sendo inibida em desenvolver senso crítico.

Letícia afirmou que o aprendizado de Libras por Rute e Eliana e os cursos que foram ministrados aos professores permitiu o aprendizado por todos os professores que lecionavam para os alunos surdos. Sacks (2002, p. 29-30) analisando a iniciativa do abade De l'Épée que ouviu os surdos que vagavam pelas ruas de Paris e criou o código de sinais metódicos afirmou que: *“Porém, não são (geralmente) as ideias dos filósofos que mudam a realidade, e tampouco, inversamente, a prática das pessoas comuns. O que muda a história, o que desencadeia as revoluções, é o encontro dessas duas coisas”*. Uma completa a outra.

Na história da educação dos surdos na EERM também ocorreu esse encontro entre profissionais da escola comprometidos com o ensino e que se dispuseram em aprender Libras para ensinar os alunos surdos já adultos, analfabetos que nunca tinham tido reais oportunidades de aprendizado. Eliana teve um papel essencial na alfabetização dos surdos, pois, conseguiu superar o descaso enfrentado na EECC e ao aprender Libras pode ensinar e multiplicar o conhecimento adquirido.

4.3 - O intérprete: atuação e a dependência dos alunos surdos

De acordo com Quadros (2004) o trabalho como intérprete pode ser compreendido na seguinte explicação:

É o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação) (QUADROS, 2004, p. 27)

Partindo desse entendimento para atuar com o intérprete de Libras o profissional necessita estar capacitado através de cursos, mas também precisa ter habilidades que se referem a estratégias e técnicas para ter atenção daqueles para os quais faz a interpretação/tradução. Quadros (2004) afirma ainda que o ato de interpretar:

Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas

específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004, p. 27).

Desses esclarecimentos fica claro que o trabalho do intérprete de libras exige mais que a tradução pura e simplesmente. Na sua atuação ele precisa aproximar o máximo possível do que foi dito de forma que os alunos surdos possam compreender o que está sendo explicado pelo professor. Feita esta introdução sobre o que consiste o trabalho do intérprete, percebe-se que nas EERM e EEMJP são atribuídas aos intérpretes outras atribuições como a de conselheiro, psicólogo, mediador de conflito, procurador, entre outras.

Foi possível constatar da fala de Lúcia, Letícia e Laura que se deposita sobre o intérprete de Libras uma imensa expectativa. Além de servir de mediador entre o professor que utiliza a língua portuguesa e o aluno surdo usuário da Libras, a fala de Laura demonstra que se esperava que o intérprete também fosse um apoio para a família, servindo de orientador e conselheiro para os alunos, visto que a família que desconhece Libras. Ela assim se manifestou:

[...] E, a intérprete era um dos apoios que a gente tinha dentro da sala de aula, e fora, já que esse aluno a partir do momento que foi matriculado na nossa escola, ele não era só aluno do professor X, ele era aluno de todos nós. Então todos estavam envolvidos, a intérprete era uma aliada na sala de aula, para estar junto com o professor regular, passando não só conteúdo, conhecimento, mas, preparando ele mesmo para a vida lá fora, onde seus pais, né, também tinham aquela dificuldade de estar ajudando eles nos afazeres, atividades escolares, os pais tinham essa dificuldade de estar ajudando. Então eles tinham essa confiança em nós de estar preparando, ele mesmo, não só na forma pedagógica em relação a escola, aluno né. Isso era o apoio que a família tinha.

(Entrevistada Laura)

Essa relação de apoio se transformou em dependência e colocou sobre os intérpretes uma função que deveria ser assumida pelos pais. Foi exposto por Letícia, Clarice, Laura, Eliana e Roberto que os alunos surdos criaram uma dependência dos intérpretes, contando com eles, mais do que com suas próprias famílias, para ajudar a solucionar todos seus problemas. O relato de Eliana a seguir demonstra o quanto a falta de uma comunicação com os pais prejudica a relação familiar:

[...] Eu já ouvi relatos deles mesmo: “- Final de semana está chegando, que chato. “- Mas porque tão gostoso o final de semana.” “- Não, não tem com quem conversar, não tem o que fazer.” Às vezes os pais não deixam sair, são menores de idade. Então

eles gostam de vir à escola porque tem os outros alunos surdos e tem o intérprete que tá conversando com eles. (Entrevistada Eliana)

Mas Eliana revelou que esse contato tão próximo também trouxe consequências não positivas, visto que sobrecarregou os intérpretes e provocou desgaste físico e emocional, ela assim relatou:

Existe em tudo o ponto positivo e o negativo. Positivo, porque a gente se torna amigos, a gente tá sempre juntos, a gente toma conta deles, eles têm uma liberdade maior de perguntar, de conversar, de... A gente vê que eles ficam dependentes mesmo né. Tudo eles querem saber, ficam com medo de ir na Sala de Supervisão sozinhos, a gente dá uma segurada ali para ver como pode resolver, sempre a gente está acompanhando eles... O ponto negativo é que... Não sei se seria ponto negativo... Que a convivência faz depois, a gente ter as nossas divergências né, sai discussão... Vai indo né... E o professor não... Um ano dá aula para um aluno, outro ano, ele pega uma outra turma e assim vai. E a gente está sempre com os mesmos alunos. Então acaba que a gente querendo colocar... Mas quando sai briga, sai também... Porque todo convívio de muito tempo, a gente tem que estar acertando, a gente vai debatendo com o outro e sai até discussão, sai até discussão às vezes, mas é uma maneira de mostrar que a gente tá junto há muitos anos. (Entrevista Eliana)

O relato de Eliana demonstra que o envolvimento do intérprete com os alunos surdos tem sido muito maior do que se espera desse profissional, pois não se limita somente a sala de aula e, não se finda ao término do ano escolar. No dia a dia o intérprete é solicitado para acompanhar o aluno surdo em todos os problemas dentro da escola, mas também é seu confidente para os demais assuntos da vida. Em casa ele não tem com quem conversar.

Letícia, Ângela e Eliana informaram que os pais também procuraram os intérpretes para ajudar nos problemas com os filhos surdos. A falta de comunicação na infância continua sendo um grande empecilho nas trocas familiares quando os surdos se tornam adolescentes. É um problema para toda a vida. Sobre o envolvimento com os alunos, Eliana informou que certa vez, um aluno surdo que morava em outra cidade conseguiu trabalho na cidade de Itajubá e não tinha onde ficar, para ajudá-lo ela permitiu que ele ficasse em sua casa, junto com sua família, até conseguir outro lugar.

Quando Roberto se referiu à dependência dos alunos surdos e seus intérpretes, comentou que dos alunos surdos atendidos na escola, apenas de dois ou três, as mães conheciam Libras. Sobre o trabalho do intérprete e relacionamento mantido com os alunos surdos na EEMJP, Roberto assim se manifestou: *“Eles fazem um bom trabalho e os alunos gostam muito deles. Se for perguntar se eles gostam mais do intérprete do que do pai, eles vão dizer que é do intérprete porque tem comunicação né, os pais não têm...”* Se houvesse comunicação com a família essa dependência não existiria com tamanha proporção. Em virtude da falta de comunicação na família há uma inversão dos sentimentos.

Luz (2013) destacou que o relacionamento entre pais e filhos surdos pode ser atingido em virtude da falta de um diálogo, sendo necessário que se encontre uma solução para esse problema que prejudica na formação dos vínculos familiares. Para Luz (2013, p. 42) “*O idioma é alimento vital para os seres comunicantes que nós somos*”. Ele completa dizendo que sem um idioma a pessoa não consegue realizar sua aparição enquanto um ser único. Ou seja, o sujeito surdo não se vê como ser único, como sujeito no mundo. Para ele a falta de comunicação na família faz com que muitos alunos surdos gostem mais do intérprete do que dos próprios pais, havendo uma inversão de papéis. A atuação do intérprete deve se restringir à escola, não podendo suprir o papel dos pais.

Quanto ao relacionamento dos alunos surdos com os intérpretes, a fala de Eliana demonstra que a relação acaba criando problemas de convivência. Ela afirmou que ao contrário dos professores, os intérpretes não mudam de um ano para o outro, com isso a relação com o aluno se mantém ininterrupta. Essa sua manifestação demonstra sua frustração pela ausência de políticas públicas no atendimento dos alunos e profissionais envolvidos na educação. Mas ela própria afirma que também proporciona muitas gratificações. Verifica-se que não é apenas uma relação profissional, há uma relação mantida e sustentada por diversos sentimentos que demonstram um conflito.

4.4- Inclusão e falta de intérpretes

Na opinião de Clara e Lúcia a inclusão na cidade de Itajubá é um processo em andamento, neste sentido, Clara assim opinou:

“Eu vejo assim, nós estamos caminhando né? É um processo longo ainda a ser quebrado, né? Falar de inclusão, quantos anos esses meninos relegados em segundo plano. Mas a gente está caminhando, eu acho que o importante é a gente estar caminhando, estar crescendo. É como a gente queria? Não. É um longo trabalho a ser percorrido ainda? É. Temos muito a fazer ainda? Temos muito a fazer. Mas eu vejo que devagarzinho a gente está crescendo e está chegando lá? Óbvio que a gente precisa de muita infraestrutura, os professores precisam ainda de mais capacitação. Mas eu acho que devagar a gente está quebrando essa barreira sim, para que uma inclusão efetiva aconteça.” (Entrevistada Clara)

Em sua fala, Clara destacou que os alunos surdos teriam sido deixados em segundo plano por muitos anos, com isso, a inclusão demandará um longo processo, recursos e capacitação dos profissionais para se concretizar. Como já se destacou, os alunos surdos da rede estadual de ensino na cidade de Itajubá e cidades próximas estão concentrados na

EEMJP, por falta de intérpretes. Clara e Lúcia foram incisivas quanto a falta de intérpretes para atender a toda a demanda existente.

Indagadas sobre o processo de inclusão na SRE de Itajubá, Lúcia e Clara sustentaram que, no caso do atendimento aos surdos, isso se daria com a contratação do número de intérpretes necessários para atendimento dos alunos surdos em escolas próximas de sua residência. Contudo, conforme informou Clara faltam candidatos a intérpretes, tendo esclarecido que: “[...], *na questão pública está liberada a contratação, mas não há profissional para estar atuando lá. Podemos dizer que hoje em dia está faltando mão de obra para estar atuando neste setor.*” Clara informou que para contratar outros intérpretes, vem sendo realizados cursos de capacitação em Libras, contudo, poucos professores se candidatam as vagas existentes.

Os motivos pelos quais poucos professores se candidatam a essas vagas não foram identificados nas entrevistas. Laura ponderou que os cursos de capacitação em Libras são oferecidos e, após a sua realização, os professores não têm como exercitar o que aprenderam. Isso ocorre porque nas salas onde existem alunos surdos o atendimento é feito somente pelos intérpretes. Sem exercitar Libras o conhecimento se perde.

Com isso, uma reflexão que se faz é se a falta da prática da Libras faz com que, um possível candidato a intérprete perca a segurança para se submeter à avaliação, Seria importante ouvir os professores que se submetem a esses cursos para tentar entender quais são suas motivações ao fazer os cursos e, a não se candidatar como intérprete visto existirem vagas a serem preenchidas, o que seria objeto de estudo em outra pesquisa.

Como os alunos surdos vindos da EERM realizaram os estudos dos anos finais do ensino fundamental e o ensino médio na EEMJP, nessa escola acabaram se concentrando os alunos surdos e também os intérpretes. A existência de intérpretes e outros surdos fez com que a escola se tornasse referência no atendimento escolar dos alunos surdos a partir dos anos finais do ensino fundamental, nesse sentido Lucia relatou:

A educação ainda está sendo um processo, tem muita coisa para melhorar. Aqui em Itajubá a gente percebe que há uma concentração na escola Major Pereira porque os intérpretes estão lá, os recursos dessa escola são mais voltados para esse aluno, o próprio aluno surdo quer ir para lá, entendeu? Tanto os alunos de Itajubá, quanto os de outros municípios querem ir para lá, querem ser matriculados nessa escola. Já tivemos alunos de Maria da Fé, Pedralva, Brasópolis, que querem e vem para estudar no Major João Pereira. (Entrevistada Lúcia)

Ângela informou que um grupo de pais de alunos de outras cidades realizou um movimento junto à SRE de Itajubá para que seus filhos fossem admitidos na referida escola.

Eliana informou que nas cidades vizinhas faltam intérpretes, por essa razão os pais matricularam seus filhos na EEMJP. Esse fato ocorreu quando a terceira turma de alunos surdos da EERM se formou e a SRE de Itajubá informou aos pais que os alunos de outras cidades deveriam estudar em suas respectivas cidades, contudo, não havia intérpretes para o atendimento. Após um mês de reuniões no referido órgão, os pais conseguiram que seus filhos fossem admitidos na EEMJP, onde permanecem até os dias atuais.

Eliana e Ângela, já na condição de intérpretes, informaram que na EEMJP realizaram alguns cursos de Libras, para capacitar os professores. Disseram que no começo até houve interesse, depois os professores foram desanimando. Sobre o oferecimento de cursos na EEMJP Eliana assim relatou:

Já houve aqui no Major também alguns cursos de Libras. Eu e a Ângela já fizemos um trabalho, com planejamento de passar o curso para alguns professores, foi até um número bom de professores que se interessou em realizar, aprender... Já teve várias tentativas, começa bem depois os professores vão cansando, porque cada um tem o seu trabalho, e o curso é extraclasse né, mas já houve bastante cursos sim para os professores aqui do Major e abrimos para professores de outras cidades participar.

Sobre esses cursos Roberto informou que muitos professores alegam que estão se aposentando, outros dizem que não querem mesmo aprender. Essa informação reflete uma realidade bem diferente da apresentada na EERM, onde alguns professores aprenderam Libras para lecionar para os alunos surdos. Esse fato se deu porque a direção e os especialistas da escola fizeram uma opção de atendimento aos surdos utilizando da Libras, naquele momento não existiam intérpretes. Já na EEMJP não se evidenciou esse envolvimento da escola.

Para Lúcia e Clara a inclusão do aluno está relacionada à existência de intérpretes para atender às salas de aula nas quais existem alunos surdos. Quanto a esse pensamento cabe também uma reflexão: apenas o contato do aluno surdo com o intérprete é suficiente para que haja inclusão? Não deveria existir um entrosamento entre os professores, intérpretes e os alunos surdos e ouvintes? Na proposta da inclusão e também da escola bilíngue, a resposta é positiva.

De acordo com a recomendação do MEC (2003) a educação dos surdos deve ser bilíngue de forma a facilitar a comunicação entre os surdos, seus professores e colegas de sala. Para tanto deveriam existir aulas de Libras na grade curricular, o que ainda não ocorre. O contato do professor, bem como dos alunos e demais profissionais da escola deveria ocorrer utilizando-se de Libras, facilitando para que haja trocas e um ambiente propício para o aprendizado.

Sobre o relacionamento do professor das disciplinas e o intérprete o pensamento de Clarice, Eliana e Ângela demonstram divergências. Para Clarice o intérprete precisa

compreender a explicação dada pelo professor para depois passar ao aluno surdo. Eliana partilha da mesma opinião, disse que sem entender não consegue explicar. Ambas disseram que muitas vezes o professor não tem paciência para explicar, dizendo para o intérprete fazer o que puder. Já Ângela se colocou como mediadora, ela interpreta o que professor fala e se sente feliz de poder ser esse canal. Se não houver entendimento, pede novamente explicações. Mas essa situação não a incomoda. Verifica-se a existência de posturas diferentes diante dos desafios diários não se atendendo o que é preconizado pela inclusão.

4.5 - Encontros dos surdos na EEMJP: espaço de socialização através da Libras

A inclusão pressupõe relacionamento próximo entre os alunos surdos e ouvintes, bem como com seus professores e intérpretes. Contudo, essa condição não ocorre plenamente, pois os professores desconhecem Libras, restando o contato entre o aluno surdo e o intérprete. Lúcia disse, também, que o agrupamento dos alunos se dá principalmente na sala de recursos e nos intervalos, ou seja, são nesses espaços que os alunos surdos se relacionam intensamente.

Ficou demonstrado pelo relato de Lúcia, Clara e Roberto que a sala de recursos da EEMJP não funciona apenas como o lugar no qual o aluno surdo aprende Libras ou tem a oportunidade de tirar suas dúvidas sobre conteúdos dos anos anteriores. É também um espaço de socialização, no qual os alunos surdos e ex-alunos que voltam a escola se reúnem para contato entre si e com o instrutor Eduardo e a professora Leila. Lúcia e Clara afirmaram que a EEMJP é procurada por alunos surdos também das cidades vizinhas porque atende as necessidades escolares e porque permite a socialização na sala de recursos. Essa colocação demonstra o quanto os surdos procuram por espaços onde possam se comunicar, sendo a escola o local de encontros com outros, no qual que se possibilitam trocas.

Lúcia afirmou que todas as salas de recursos são iguais. Mas o fato do aluno surdo e de sua família saber da existência de outros surdos na EEMJP faz com que queiram ir para lá. Podendo, assim, se comunicar com outros que também conhecem Libras. Entretanto, a família continua desconhecendo Libras e deixando que seus filhos dependam dos colegas e dos intérpretes para expor seus problemas. Os intérpretes se tornam confidentes dos alunos e de seus pais.

Verifica-se que há vários interesses em estudar na EEMJP, sendo que a necessidade de estar junto com outras pessoas que falam Libras é uma delas. O agrupamento significa

proteção, aceitação, segurança. Os relatos demonstram que o fato de se ter esse apoio externo é um fator motivador para que os alunos surdos queiram estudar na referida escola.

É pra se comunicar mesmo, que como eu falei aqui no começo, a família deles nos primeiros lá, não tinham interesse em aprender a linguagem né... Então não se conversava, a televisão deles ainda não tinha aquele recurso... Hoje é que tem aquele recurso... Então, eles tinham a necessidade de estar em grupo... e um grupo muito unido, todos sabiam tudo de tudo mundo... (Entrevistado Roberto)

A importância desse relacionamento dos surdos se percebe na informação de Clarice consistente em que o grupo de amigos de sua filha inclui algumas pessoas ouvintes, que conhecem um pouco de Libras, ex-colegas das escolas EERM e EEMJP e, os alunos que ainda estão na EEMJP. Eles se reúnem na missa que Ângela interpreta aos sábados, saem para um lanche e viajam juntos para algumas cidades e para encontros de surdos.

4.6 - Aprendizagem dos alunos surdos: considerações sobre dificuldades e avaliação

Quando Letícia informou que no início do atendimento dos alunos surdos na EERM eles não realizavam avaliações, ficou demonstrado o quanto era ignorado a capacidade de aprendizado e de enfrentar desafios dos alunos surdos. Contudo, ela completou dizendo que entendeu que isso devia mudar que eles deveriam ter desafios e ser avaliados como os demais alunos, tendo relatado:

Não faziam era tudo através de desenho. Aí a gente foi... eu estava fazendo Pedagogia na época... a gente foi estudando e observando... A gente tava indo muito devagar com isso... aí passou a cobrar mais. Eles achavam ridículo: “Não, eu quero avaliação.”, “Eu quero ter coisas palpáveis de perceber.” Aí passou a exigir deles, teve horário de provas e tudo... Então devagarzinho foi colocando... E eles aprenderam a fazer. Então não é dificuldade. A dificuldade é a gente mesmo que propõe a eles... Acho que é só ter um desafio que eles vencem! E eles venceram sim o desafio. (Entrevistada Letícia)

A partir dessa postura da escola, os alunos não se sentiram capazes de realizar avaliações e tentaram resistir a essa nova realidade. Observa-se que esses alunos estiveram por muito tempo superprotegidos e mantidos fora da realidade e dos desafios da vida em sociedade. Ela demonstrou que entendia que esses desafios precisavam ser incorporados em

suas vidas, com isso, gradativamente foram aceitando e adaptando o sistema escolar a esses alunos.

A resistência dos alunos da primeira turma de alunos surdos, composta principalmente dos alunos que saíram da EECC foi encontrada nos relatos de Maria e Ângela. Elas ressaltaram que muitos se apavoravam em aprender determinados conteúdos. Elas afirmaram que foi um processo gradativo. Ângela fez a seguinte narrativa:

Na matemática também, quando eu trabalhei, comecei com eles, por exemplo, eles tinham adição sem reservas, aquela adição simples. Subtração sem reagrupamento, daí eu comecei a trabalhar essas coisas com mais dificuldade com eles, e eles ficavam revoltados no começo, batiam na carteira, ficavam bravos porque não sabiam, não queriam aprender, tinha uma resistência. Daí eu fui insistindo, fui insistindo e fiquei muito amiga deles né, até hoje a gente convive muito aí. E daí eu consegui pelo menos ensinar o básico para que eles transporem né, passarem, formarem e vir para cá, para outra escola. (Entrevistada Letícia)

A situação dos alunos vindos da EECC era bastante delicada, eles estavam matriculados há muitos anos e pouco aprenderam. Assim, esses novos desafios certamente provocava medo de não dar conta. Já com os alunos surdos que entraram na EERM em idade escolar essas dificuldades não foram apresentadas. Fica demonstrado a importância de se proporcionar as crianças todas as condições para desenvolvimento de suas potencialidades, sem desenvolver nelas sentimentos de baixa autoestima.

Houve um consenso pelos entrevistados quanto à dificuldade do aluno surdo no aprendizado da língua portuguesa com todas as regras gramaticais. Lúcia e Clarice informaram que essas dificuldades ocorrem porque na Libras não existe conjunções e preposições e, que a língua portuguesa exige muito. É um grande dificultador para eles. Foi informado que eles escrevem de acordo com o que pensam em Libras. Em virtude do reconhecimento dessa diferença, os entrevistados informaram que essa característica do aluno surdo deve ser considerada nas avaliações, porque do contrário ele será prejudicado.

4.7 - Qualidade do relacionamento entre alunos surdos e ouvintes

Na presente pesquisa não se entrevistou os alunos ouvintes, nem os surdos, mas, todos os entrevistados, profissionais que atuaram ou atuam diretamente na educação dos alunos surdos foram unânimes em afirmar que não foram constatados casos graves de preconceito no convívio dos alunos surdos e ouvintes. Também foi informado que após um período de

adaptação a convivência nos espaços comuns da escola foi acontecendo. Quando Paulo se manifestou sobre a questão da existência de preconceito

Maria informou que ensinou noções básicas de Libras para os alunos ouvintes. Ela disse que os alunos surdos estavam integrados em salas especiais, mas, estavam incluídos na escola, se relacionando com os demais alunos no intervalo e atividades comuns. Clarice e Laura relataram o mesmo fato. Com isso, verifica-se que existiram iniciativas para que os alunos ouvintes conseguissem se comunicar com os surdos dentro e fora da escola. Uma questão a ser considerada é que muitos dos alunos ouvintes da EEMJP começaram a se relacionar com os alunos surdos nos anos iniciais na EERM, o que certamente contribuiu para construção dos laços de amizade.

Clara relatou que em visita recente das escolas da SRE de Itajubá em outra cidade percebeu o bom relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes e o interesse desses últimos em aprender Libras. Roberto afirmou que na EEMJP com o tempo a aceitação dos alunos surdos aconteceu naturalmente, o mesmo ocorrendo com alunos cadeirantes e com outras deficiências. Sempre um grupo de alunos se aproxima dos novatos e pouco a pouco a convivência se faz.

4.8 - Divergências de opiniões sobre a inclusão dos alunos surdos em salas regulares

De todos os entrevistados, Maria e Eliana disseram o Estado não se importa com a educação das crianças surdas e com a educação em geral. Ambas relataram que famílias deveriam ser assistidas para que as crianças surdas pudessem aprender Libras e obter os tratamentos necessários para seu desenvolvimento. Elas defenderam que a inclusão dos alunos surdos nos anos iniciais do ensino fundamental não favorece o aprendizado porque precisam de uma atenção maior, principalmente porque ingressam na escola sem conhecer Libras. Maria assim se manifestou:

Nessa parte inicial do ensino fundamental eu acho que não, ele precisa de muito mais atenção, ele é muito imaturo ainda, ele tem que estar dentro de uma escola regular sim, ter convivência com as outras crianças, fazer parte desse mundo, mas dentro da sala de aula não. Eu acho que ele tem que ter uma turma só dele, com menos alunos para ele ter toda a atenção que ele precisa, para depois ele ser incluído numa turma regular com o intérprete. Porque o intérprete é só um apoio. É aquele caso que eu disse, vai para uma escola alemã, dentro da Alemanha, sem saber nada e fica lá perdido, a primeira semana vai ser trágico, em seis meses nós estaremos falando alemão, aprendendo a contar a história que sofremos muito, mas aprendemos. E eles vão continuar naquela... na mesma situação daquela nossa primeira semana, porque é muito diferente para eles, é muito diferente... por que se

chega uma pessoa para você e vai falar produza um texto em alemão, quando você só sabe algumas palavras. Que é o que acontece eles tem de produzir um texto em português, eles não vão produzir um texto em Libras. E aí? O português para eles é muito diferente. (Entrevistada Maria)

É muito importante atentar que o aluno surdo, no sistema atual só aprende Libras quando ingressa na escola e esse aprendizado demandará um tempo. Assim, mesmo com intérprete em sala de aula o aluno recém-chegado pode não acompanhar os conteúdos. O domínio da Libras é fundamental para que o surdo possa entender o que lhe é passado pelo intérprete. Assim o pensamento de Maria tem fundamento. A falta de políticas públicas no atendimento das famílias que possuem filhos surdos, focado no aprendizado de Libras é um grave problema, que separa impede a criação de vínculos e não prepara para a escola. Tanto Maria quanto Eliana demonstrou estar cansada do quadro atual da educação, elas não têm perspectivas de que os problemas da educação se resolvam.

Ambas disseram que estavam encerrando suas atividades profissionais e que deixariam que outras pessoas continuassem o trabalho. No momento da entrevista Maria era professora de duas turmas dos anos iniciais na EERM e Eliana era professora também dos anos iniciais em um período na EERM, e no outro período intérprete na EEMJP. Ambas atuaram em situações de total falta de amparo do Estado ao iniciar o trabalho com os alunos surdos em 1990. Também possuíam uma carreira escolar com dois turnos de trabalho e estavam perto de se aposentar.

Maria, Eliana e Ângela apresentaram visões diferentes sobre o processo de inclusão dos alunos surdos ocorrido na EEMJP. Para Maria, os alunos surdos no ensino infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental não podem ser incluídos em salas regulares de ensino. Para ela, eles precisam de uma atenção diferenciada. Já nos anos finais do ensino fundamental isso poderia acontecer. Também para Eliana, enquanto os alunos surdos estavam todos juntos em salas especiais e os professores ensinavam os conteúdos em Libras, o aprendizado era muito maior. Essa experiência foi vivenciada por Eliana e Ângela na EEMJP.

Pra mim era muito mais sensato, rendiam demais! Eles rendiam... Era preciso. Não vamos falar que eles são iguais a todos, eles têm uma deficiência, eles têm uma diferença, eles não escutam, falta a audição para eles, eles necessitam de um atendimento mais especializado. Como em uma sala de quarenta alunos o professor vai dar atendimento individualizado para um aluno surdo, que está ali presente o tempo todo? (Entrevistada Eliana)

Eliana, embora não fosse habilitada para os conteúdos de geografia e história, afirmou que os alunos surdos, quando estavam juntos, recebiam atenção quase que individualizada e,

que esse tratamento era o ideal. Os alunos estavam em salas especiais, mas tinham a oportunidade da socialização dentro da escola, nos intervalos e isso os fazia participar das aulas, se manifestar. Ela também manifestou que não acredita no interesse do Estado em incluir o aluno surdo, tendo dito, os professores não estão preparados para atender aos alunos e os abandonam nas mãos dos intérpretes:

Quantas vezes eu ouvi o professor falar: “- Ai, eu não dou conta desse aluno não, eu não dou conta não.” “- Vê o que você pode fazer para ele.” Passa a responsabilidade para o intérprete que não tem essa obrigação, daquilo. “- Olha o que você pode fazer por ele, eu não sei fazer nada não.” A gente ouve muita coisa desse tipo, sabe... Infelizmente eu não sou uma boa pessoa para falar sobre educação aí fora, porque realmente estou muito desestimulada, principalmente com a educação especial. Não acredito que o Governo esteja mesmo interessado em levar as crianças pra frente não... De repente posso estar errada, depois de um longo tempo de trabalho com eles, mas eu não acredito não acredito que o Governo esteja preocupado com eles...

Quando diz não acreditar que o Estado esteja interessado continuar o estudo para as crianças, dando ênfase à educação especial, há de se admitir que Eliana passou pelo abandono do Estado nos primeiros tempos, contudo, ainda faltam iniciativas concretas para atender aos alunos surdos e aos demais também.

Clarice demonstrou que vivenciou diversas experiências como mãe de aluna surda e como intérprete. Nas primeiras acompanhou sua filha que passou de sala regular em que se adotava o oralismo, para sala especial com uso da Libras e, depois para sala regular com intérpretes. Ela pessoalmente viveu a experiência de trabalhar como intérprete em sala de aula com alunos surdos já incluídos. Desse conjunto de situações sua manifestação foi no sentido, de que sem o intérprete o aluno surdo não tem condições de aprender nenhum conteúdo, demonstrando que isso deve ocorrer em salas regulares com a inclusão. Ela não cogitou de outra forma de atendimento.

Ângela não compartilha da opinião de Eliana e Maria, pois para ela a inclusão é necessária para que os alunos surdos tenham acesso a todos os conteúdos da grade curricular. Do contrário o professor atrasa no ensino do conteúdo, ou deixa conteúdo para trás, quando verifica dificuldade de aprendizagem, prejudicando os alunos surdos, neste sentido se manifestou:

Eu acho que o lugar deles, o lugar certo deles é ali dentro da sala de ouvintes, para eles terem e... Os professores darem na mesma velocidade né os conteúdos, trabalhar o planejamento com eles do ano inteiro, porque se eles ficarem separados, não no caso da gente, mas têm muitos professores que devido a deficiência deles não conseguem terminar o conteúdo, ou então se tem algum conteúdo com muita dificuldade, o professor parece que não conseguia passar pra eles, então ficava naquela... Muito devagar, igual aconteceu no começo, lá no

comecinho, quando eles vieram bem assim atrasados né, então eu acho que acontece dessa maneira, agora junto com os ouvintes o professor acelera mais o processo, na minha opinião. (Entrevistada Eliana)

Ângela já não foca nos problemas. Ela nem os mencionou. Para ela na forma em que os alunos estão hoje, incluídos nas salas regulares, com intérpretes, eles tem maior oportunidade de aprendizado. Indagada se os alunos surdos conseguem aprender ela foi veemente em responder que sim.

4.9 – O desinteresse dos surdos na criação de uma “Associação de Surdos”

Quando Eliana e Ângela narravam que juntamente com outras pessoas da comunidade tentaram incentivar os alunos surdos a fundar uma “associação” demonstraram que entendiam que eles precisavam se organizar aos moldes de outros grupos de surdos, para terem condições de se relacionar e se organizar politicamente. Contudo, elas relataram que eles não queriam assumir a frente de organização, nem tampouco os cargos de presidente, tesoureiro, bem como, responsabilidades em alugar um espaço e as demais medidas que se fariam necessárias. Elas disseram que talvez ainda não estejam preparados para se tornarem membros de uma associação. Eliana comentou que a culpa talvez seja dos ouvintes: intérpretes e professores usuários de Libras, que os acostumaram desde o início do atendimento escolar na EECC a solucionar seus problemas, agindo de forma paternalista. Eliana e Roberto relataram que até hoje para as questões corriqueiras dentro da EEMJP eles chamam os intérpretes.

Conforme relatado por Lorenzini (2004) dentro do INES surgiram as bases de associações de surdos que, ante a proibição em 1881 do uso da língua de sinais, nelas resistiam à tal determinação. Essas associações se espalharam pelo país e mantinham contato com associações de surdos de outros países. Apesar das reuniões serem realizadas para a prática de esportes e uso da língua de sinais, elas se fortaleceram com o tempo, promovendo o surgimento de lideranças surdas que posteriormente se envolveram na luta dos direitos dos surdos.

A recusa de organização em uma associação suscita vários questionamentos visto que os problemas que envolvem os surdos são vários. Foi percebido que os alunos surdos e ex-alunos utilizam da sala de recursos para se encontrarem. A existência de uma associação poderia oferecer muitas outras oportunidades de encontros, contudo, eles não foram

estimulados desde a infância a defender os próprios interesses, visto que tampouco eram compreendidos dentro da própria família.

Nas narrativas de Letícia e Roberto ficou demonstrado que, tanto na EECC como na EEMJP, houve a iniciativa das escolas em incentivar os alunos surdos a participarem de encontros religiosos em outras cidades. Eles também se encontram em uma missa em que Ângela atua como intérprete a pedido deles. Esses encontros parecem satisfazer os alunos e ex-alunos surdos. Talvez isso ocorra pelo fato de poderem sempre contar com os intérpretes.

Roberto afirmou que realizou várias atividades que envolveram os alunos surdos, contudo, sem a participação dos alunos ouvintes e de outros professores. A falta de trocas entre os professores restou evidenciada quando Eliana disse que acreditava ser necessário contato entre os professores das disciplinas e a professora da sala de recursos, mas, isso não acontece. A EEMJP é uma escola com 1800 alunos, 200 funcionários. Roberto informou que apesar desse número de pessoas, contava com a ajuda de apenas 04 especialistas. Ele mesmo disse que entendia que os surdos deveriam estudar em uma escola menor, na qual poderiam ter mais chance de socialização.

Para Luz (2013, p. 42) “*O idioma é alimento vital para os seres comunicantes que nós somos*”. Ele completa dizendo que sem um idioma a pessoa não consegue realizar sua aparição enquanto um ser único, ou seja, não consegue se posicionar como pessoa no mundo, fazendo com que sua ação reduzida. No caso dos surdos de Itajubá, os relatos demonstraram a falta de comunicação com a família. Essa comunicação depois que os alunos surdos foram incluídos nas salas regulares foi reduzida e concentrada nos intervalos quando podem se reunir com os outros surdos na sala de recurso.

Após a inclusão dos alunos surdos em salas regulares a participação nas aulas foi limitada ao contato somente com os intérpretes, tendo sido informado por Clara, que normalmente existe apenas um surdo em cada sala de aula. Assim, o espaço da sala de aula produz uma relação empobrecida de discussões e trocas. Dos relatos de Laura, Letícia e Clarice foi possível constatar que quando os alunos surdos estavam na EERM, eles tinham mais oportunidades de trocas e o fato de um grande número de professores e alunos conhecerem Libras havia um ambiente que favorecia o desenvolvimento intelectual, com trabalhos conjuntos em teatros e outras oportunidades de manifestação, bem como de se sentir pertencer a algum grupo de pessoas.

Ângela em seu relato demonstrou depositar muitas expectativas no fato do instrutor de Libras da SRE de Itajubá estar matriculado no Curso de Pedagogia na Faculdade de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI). Ela afirmou que o incentiva a voltar a estudar porque ele seria um

exemplo para os demais surdos que se sentiram também capazes. Aqui também fica bastante evidenciado o quanto o grupo de surdos ainda é vulnerável, não se sentem capazes, ou não sentem necessidade de enfrentar outros desafios.

Sem uma organização enquanto grupo, os surdos continuam sem um espaço para se encontrarem e sofrem com o precário atendimento no comércio local e nos serviços públicos pelo desconhecimento da Libras. Assim conforme afirmado por Luz (2013), os surdos continuam sendo uma minoria sensorial. E essa minoria se encontra excluída de diversos espaços da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados da exclusão escolar das pessoas com surdez apurados no Censo de 2000 foi despertado o interesse em conhecer a história da educação dos surdos na cidade de Itajubá-MG e o atendimento escolar oferecido no passado e nos dias atuais a esse grupo de pessoas.

Do ponto de vista legal apurou-se que no Brasil foram criadas leis que determinam a existência de uma educação que atenda as necessidades dos surdos, a qual pode ser nas modalidades inclusiva ou bilíngue. Para tanto foram criadas as funções de interprete e tradutor de Libras. Contudo, inobstante a existência de leis que garantem o atendimento dessa parcela da população, ainda se esbarra em diversos problemas que não estão apenas relacionados ao atendimento escolar. Faltam políticas públicas de amparo às famílias e aos surdos. A falta de informações e oportunidades de tratamento, bem como, do aprendizado de Libras pelo surdo e sua família pode dificultar o seu pleno desenvolvimento pessoal.

Os fatos revelados pelos entrevistados demonstram que até 1996 os alunos surdos permaneceram por tempo indeterminado matriculados em salas ditas “especiais”, na EECC, segregados, sem, contudo, aprender a ler e escrever.

A partir da mudança desses alunos para a EERM, a escola, mesmo sem apoio do Estado, resolveu enfrentar o problema da escolarização dos surdos, para tanto, o aprendizado da Libras foi realizado pelos professores e, após foi possível atender os alunos. O atendimento dos alunos surdos na EERM, muitos já adultos, fez com que outros surdos que nunca frequentaram a escola, fossem levados por suas famílias.

Estabeleceu-se uma relação de confiança dos pais para com a escola. Essa atuação da EERM foi determinante na mudança da condição escolar dos surdos na cidade de Itajubá. Os surdos saíram de suas casas para estudar. A escola, mesmo sem ajuda do Estado conseguiu se organizar e atender não só as questões escolares. Também procurou oferecer oportunidades para tratamento médico e uso de aparelhos auditivos, vagas de trabalho em empresas (cotas estabelecidas em lei) para os adultos e ainda proporcionou-lhes um espaço de socialização para convívio com outros surdos e com ouvintes. Mesmo em salas especiais por um período, eles estavam incluídos no ambiente escolar, participando de atividades comuns e fazendo trocas.

A falta de políticas públicas também se verificou no descaso do tratamento do direito de progressão escolar mesmo quando já estavam matriculados na EERM. Inobstante

existissem leis que garantissem o direito de avançar nos demais anos escolares, na cidade de Itajubá, esse direito só foi reconhecido após a organização da escola e dos pais dos alunos surdos, sendo estes admitidos na EEMJP.

Anos depois, tendo os alunos surdos concluído o ensino fundamental e matriculados na EEMJP, lhes foi recusado o direito de cursarem o ensino médio. Novamente foi necessária a reivindicação e organização dos pais. Esse fato demonstra o total descaso do Estado, da SRE de Itajubá e da EEMJP para com os alunos surdos.

Dos alunos da primeira turma da EERM apenas dois até agora ingressaram na faculdade no curso de pedagogia. Os motivos que levaram os demais alunos a não se matricularem não são conhecidos e poderão ser futuramente apurados através de novas pesquisas.

Atualmente os alunos surdos da rede estadual estão concentrados na EEMJP. Conforme se apurou pelas entrevistas todos são ex-alunos da EERM, em idade escolar. E as salas que possuem alunos surdos contam com a presença de intérpretes. Contudo, não há trocas em sala de aula, com trabalho conjunto favorecendo o entrosamento entre professores, alunos surdos e ouvintes, e, os intérpretes, o que favoreceria de fato a inclusão. Cada um faz o que entende ser o seu papel. Como boa parte dos alunos ouvintes conviveram com os alunos surdos na EERM, esse contato favoreceu o desenvolvimento de relacionamento amigável e sem preconceitos.

Entre os alunos surdos, as entrevistas demonstraram que estão distribuídos em diversas salas, eles se reúnem na sala de recursos não só para aprendizado da Libras e de conteúdos que precisam de explicações, mas também, como um espaço de socialização. Nesse espaço, se reúnem os ex-alunos que também sentem falta de espaços de relacionamento. Na sala de recursos eles contam com o apoio de uma intérprete e do instrutor de Libras que é lotado na EEMJP. Entre eles são unidos, mas faltam espaços de trocas na vida em sociedade. Falta também reconhecimento de direitos de melhor atendimento no comércio local e nos serviços públicos, principalmente de transporte.

Por mais de uma vez foram incentivados a criar uma associação de surdos na cidade de Itajubá, contudo, não se interessaram em assumir os cargos de direção, queriam que os ouvintes estivessem à frente. Nas entrevistas ficou demonstrado que sempre contam um ouvinte para ajudar na solução de seus problemas.

Até aqui os alunos surdos, contaram principalmente com as professoras e intérpretes Eliana e Ângela, mas elas se aposentarão de seus cargos nos próximos anos. Talvez a partir desse momento, os surdos se organizem, o tempo dirá.

O tempo dirá também se esses alunos da EEMJP prosseguiram os estudos e ingressaram nas faculdades. Nas entrevistas foi informado que acompanham os conteúdos como os demais alunos e possuem grande facilidade com os conteúdos da área de exatas.

Durante a pesquisa, a mestrandia enfrentou conflito que seria de se referir aos surdos como pessoas com deficiência, pois, desde que a pessoa surda possa se expressar e ser compreendida não há como se falar em deficiência, mas sim em diferença cultural. No entanto, é forçoso admitir que as pessoas surdas são tratadas como deficientes, porque nos diversos espaços de convivência não conseguem se comunicar. Falta muitas vezes o conhecimento da Libras até mesmo pelos surdos e principalmente pelos ouvintes. Falta também oralização por parte dos surdos. Com isso, sobrepõe-se a limitação, o que determina a exclusão dos bancos escolares, falta de vagas especializadas de trabalho e poucas oportunidades na vida em sociedade.

O mundo em que vivemos é extremamente competitivo e aqueles que não se apresentam plenamente capacitados dentro dos padrões do capital, são marginalizados. Antes de qualquer coisa a pessoa que apresenta uma diferença precisa ter consciência de si e do mundo em que vive, para poder se localizar e conquistar o seu espaço, seu lugar no mundo.

Mas essa consciência precisa ser despertada na mais tenra idade. Contudo, no caso dos surdos, o conhecimento de uma forma de comunicação, através da Libras só ocorre com o ingresso na escola, provocando prejuízos ao desenvolvimento da pessoa surda, refletindo em baixíssimo número de surdos na escola.

A história apurada nessa pesquisa ressaltou a precariedade de políticas públicas para atendimento das pessoas surdas, mesmo após a edição de leis para garantia de direitos. Foi percebido o descaso e segregação na EECC. Em um segundo momento, foi constatado na EERM o compromisso com a educação e com o aluno, tendo a escola procurado todos os meios de escolarizar e preparar os alunos para prosseguimento dos anos escolares. Já na EEMJP não se percebeu o compromisso da instituição com o aluno surdo, mas sim de alguns profissionais.

Por fim, verificou-se que na cidade de Itajubá os surdos ainda não se descobriram como portadores de direitos. A organização em uma associação poderia ser o primeiro passo para esse encontro e mudança de paradigmas. A dependência dos alunos surdos de seus intérpretes reflete um desequilíbrio na relação. Mas uma vez a ausência de políticas públicas contribui para o enfraquecimento das relações familiares. Pais que não se comunicam com seus filhos é um grave problema social que precisa ser resolvido.

Também é necessário que se reveja o contato do aluno surdo com seus professores e colegas ouvintes. A inclusão é muito mais que ter alunos surdos em salas regulares, é a preparação do ambiente, o envolvimento para com quem chega, sendo que no caso dos surdos o conhecimento da Libras é requisito essencial. Outra questão que necessita ser aprofundada é a adoção do bilinguismo na escola.

Na experiência vivida na EERM, no período que os alunos surdos estavam em salas especiais, os professores aprenderam Libras e se relacionaram com os alunos surdos através dela. Foi um momento de grande aprendizado. O domínio da Libras também contribuiu para que o professor Roberto conseguisse manter um relacionamento muito produtivo com os alunos surdos. Assim o conhecimento da Libras deve ser incentivado para que haja qualidade dos relacionamentos. O bilinguismo precisa deixar de ser uma recomendação, para ser uma realidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S.; Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos, **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, 2006, 26 (2), 222-245

ALBRES, N. A., **A Educação de Alunos Surdos no Brasil do Final da Década de 1970 a 2005: Análise dos Documentos Referenciadores**. MS. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

ALVES, C. P.; PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, R. T.; SILVA, A. L., **Educação e Mediação: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas**. In Carlos Alberto Máximo Pimenta; Cecília Pescatore Alves. Políticas Públicas & Desenvolvimento Regional. João Pessoa PB, EDUEPB, 2010, PP. 137-170.

ARAÚJO, J. N. G., A Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado Formal de Trabalho. In: MENDES, A. M.; MERLO, R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Orgs.). **Rev. Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 483/499.

BAUMAN, Z., **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BALDIN, N., MUNHOZ, E. M. B., Educação ambiental comunitária: Uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. 27, julho a dezembro de 2011 - Universidade Federal do Rio Grande - FURG

BITTENCOURT, Z. Z. L. & MONTAGNOLI, A. P., Representações sociais da Surdez. **Revista Medicina** (Ribeirão Preto) 2007; 40 (2): 243-248.

BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

_____, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências - disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

_____, Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991 - Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/federal_129_91.pdf

_____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

_____, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

_____, Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

_____, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm

_____, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Tabela da população residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - 2010 - Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_3.pdf

_____, Federação Nacional de educação e integração dos surdos (FENEIS) – disponível em <http://www.feneis.org.br/page/educacao.asp>

BUENO, J. G. S., Surdez, linguagem e cultura. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 19, n. 46, p. 41-56, set/1998.

CARTA aberta ao ministro da educação (elaborada pelos sete primeiros doutores surdos brasileiros, que atuam nas áreas de educação e linguística), 8 jun. 2012. Disponível em: <http://marianahora.blogspot.com.br/2012/06/carta-aberta-dos-doutores-surdos.html>.

CASTILHO LOPES, M. A., **Concepções de surdez de adultos surdos que utilizam língua de sinais**. Dissertação de mestrado – Unesp – Bauru Psicologia, Desenvolvimento e Aprendizagem, dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

CHAVEIRO, N. & BARBOSA, M. A.; Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social - **Revista da Escola de Enfermagem da USP** - vol.39 no. 4, São Paulo, 2005; p. 417-422.

CHAVEIRO, N., BARBOSA. & M. A.; PORTO, C. C.; Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, 2008; p. 578-583.

FONSECA, R. T. M. - Proteção Jurídica dos Portadores de Deficiência. **Revista de Direitos Difusos** - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e Editora Esplanada ADCOAS – Dez. 2000, p. 481/486.

GIL, V. D. B., Pactos para Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, **Revista LTR**- volume 74, nº 06, 2010, p. 687/698.

GOLDFELD, M., **A Criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Thompson Learnig. 2005.

GUARINELLO, A. C.; BERBERIAN, A. P.; SANTANA, A. P.; MASSI, G. & PAULA, M.; A Inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná, **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.12 n.3 Marília set./dez. 2006, p. 317-330.

LACERDA, C. B. F., O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13 n.2 Marília, maio/ago. 2007, p.257-280

LACERDA, C. B. F., Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno Cedes**, set/1998, vol. 19, n. 46, p.68-80.

LIBÂNEO, J. C., O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LORENZINI, N. M. P., **Aquisição de um conceito científico por alunos surdos de classes regulares do ensino fundamental**, Dissertação de Mestrado 2004 – Universidade Federal de Santa Catarina.

LUZ, R. D., **Cenas Surdas – Os surdos terão lugar no coração do mundo?** 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2013.

MACIEL, M. R. C., Portadores de deficiência - a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, 14 (2) 2000, p. 51/56.

MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R. R.; PALAMIN, M. E. G., Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, Jan.-Abr. 2007, v.13, n.1, p.27-42.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de., História Oral como fonte: problemas e métodos. **Revista História, Rio Grande**, 2011, 2(1): p. 95/108

MENDES, E. G., A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil, **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 33 set/dez. 2006, p.387/405.

MINAYO, M. C. S.; **O Desafio da Pesquisa Social**, MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade. Ed. Vozes. 2010.

MONTEIRO, M. S., História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil – **Revista ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, 2006, v.7, n.2, p.292-302.

MONTEIRO, A.P. H., MANZINI, E. J., Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.14 n.1 Marília jan./abr. 2008, p.35-52.

OLIVEIRA, A. M., **Formação de Professores e Campos do Conhecimento**. In: ALVES, C. P. A.; SASS, O.; (Orgs.). **Formação de Professores e Campos do Conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

OLIVEIRA P., CASTRO F., RIBEIRO A., Surdez infantil. **Revista Brasileira Otorrinolaringol**, maio/jun. 2002 V.68, n.3, 417-423.

PASTORINI, A., **A Categoria “Questão Social” em Debate**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2010

QUADROS, M. Q., **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. 94 p.: il. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

SACKS, O., **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SADER, E. Estado e Democracia: **Os dilemas do socialismo na virada do século**. IN: Emir Sabder; Pablo Gentili (orgs.). **Pos-Neoliberalismo II: que Estado para que Democracia?** Petropolis, RJ, Vozes, 2009, PP. 120-130.

SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C., O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v.19 n.2, Brasília, maio/ago. 2003, p. 173-176.

SILVA, E. J. C.; LLERENA JR, J. C.; CARDOSO, M. H. C. A., Estudo seccional descritivo de crianças com deficiência auditiva atendidas no Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública** vol.23 n.3 Rio de Janeiro Mar. 2007, p. 627 a 636.

VITALINIO, C. R., Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13 n.3 Marília set./dez. 2007, p.399-414.

WANDERLEY, L. E. W. A questão Social no Contexto da Globalização: o caso Latino-Americano eo Caribenho. In: Robert Castel; Eduardo W. Wanderley; MariÂngela Belfore-Wanderley (Orgs.). **Desigualdades e a Questão Social**. São Paulo, EDUC, 1997.

APÊNDICE – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

A) - PRIMEIRA ENTREVISTA - LÚCIA

Ana – Bom dia, meu nome é Ana Lúcia, sou aluna do curso de mestrado aqui de Itajubá na UNIFEI, intitulado Desenvolvimento Sociedade e Tecnologias e para... e para o trabalho de dissertação, eu estou estudando inclusão escolar do aluno surdo na Cidade de Itajubá. E estou aqui na Delegacia de Ensino, Superintendência de Ensino da Cidade de Itajubá justamente para buscar informações a respeito desse processo, dentro da visão dos especialistas do Estado dentro da Cidade de Itajubá. Por favor, gostaria que você se apresentasse.

Lúcia – Bom dia Ana Lúcia, meu nome é Lúcia, eu sou analista educacional, eu estou na Superintendência há 12 anos, mas na área pedagógica, eu estou... comecei... o ano passado 2012. E a partir de setembro de 2012, começou a minha responsabilidade com a educação especial aqui dentro da Superintendência. Eu faço parte de uma equipe aqui dentro da superintendência que responde pela educação especial e eu sou um dos membros.

Ana – Quantas pessoas fazem parte dessa equipe?

Lúcia – 05, são duas inspetoras, uma diretora educacional e uma pessoa que é do cadastro escolar - DIVAE¹⁹. E nós sempre ficamos trocando figurinha porque não tomamos nenhuma decisão... conversando uma com a outra e vice-versa, porque como você disse a educação especial ainda é um processo, como você mesmo disse, tem muita para aprender e muita coisa para se ensinar. Então... mas Itajubá está caminhando.

Ana – Quantas cidades fazem parte da administração da Superintendência de Itajubá?

Lúcia – A Superintendência de Itajubá, ela responde por 21 municípios, desses 21 municípios nós temos 45 escolas estaduais. Não sei te informar ao certo quantas escolas municipais e particulares, mas a gente colabora com todas.

Ana – E a questão da escola inclusiva, a atuação da Superintendência se faz presente também nas escolas particulares e municipais?

Lúcia – Quando solicitado né, porque geralmente eles são mais independentes, e tomam decisões mais autônomas... fica a cargo da inspeção escolar. Como a inspeção escolar toma conta das escolas particulares e municipais, a questão da inclusão nessas escolas se reporta mais a eles e depois vem a nós se preciso for.

Ana – Lúcia me informa, por favor, como funciona o trabalho da inspeção escolar, das... escolas inclusivas, há ações inclusivas também nas escolas particulares?

Lúcia – Na Superintendência, nós temos 11 inspetores – cada grupo fica responsável por uma quantidade de escolas. Então eles visitam regularmente as escolas particulares e acompanham o que está acontecendo dentro dessas escolas. Eles não interferem tanto na maneira de agir, acompanham mais a legislação das escolas, se está dentro de tudo que a lei está exigindo. É

¹⁹ DIVAE – Divisão de Apoio Escolar

um trabalho bem diversificado. Esses profissionais estudam muito a legislação e nisso está aplicando dentro das escolas particulares. Quanto a questão da escola inclusiva, eles verificam se existe acessibilidade, se esse aluno está sendo mesmo aceito na escolas particulares, porque muitas escolas recusam os meninos, a gente tem consciência disso, eles acompanham essa parte toda... nós temos aqui.

Ana – Lúcia, a Delegacia tem também... as faculdades... tem acompanhamento do ensino do 3º grau? ...

Lúcia – Não. A gente fica até o ensino médio. As universidades respondem para o Conselho Estadual e Federal de Educação.

Ana - Então não há nenhum dado de aluno com deficiência no ensino superior na cidade de Itajubá?

Lúcia - Eu tenho conhecimento porque me envolvo nessa área... Na FEPI, nós temos dois alunos surdos que começaram pedagogia lá, e tem intérprete para eles obedecendo a legislação vigente, inclusive nessa sala que tem os dois alunos surdos, tem uma cadeirante e um dos surdos está namorando a cadeirante. A inclusão está acontecendo bem lentamente, mas está dando os seus reflexos aqui em Itajubá.

Ana – Lúcia gostaria de perguntar: como é a educação do aluno surdo dentro da Cidade de Itajubá?

Lúcia – A educação do menino surdo na cidade de Itajubá... A escola Major João Pereira tem uma sala de recursos para o aluno surdo, onde a intérprete Leila atua junto com o instrutor Eduardo. Nós temos um instrutor aqui na regional e ele está vinculado à escola Major João Pereira e nessa sala de recursos ele ensina a Libras para os meninos. E nas salas eles têm intérprete, é a maneira como acontece.

Ana – Essa sala de recursos é a partir do ensino médio. No ensino fundamental não existe o trabalho de atendimento ao aluno surdo?

Lúcia – No fundamental e médio aqui em Itajubá... Nessa escola Major onde a sala de recursos é voltada mais para o aluno surdo nós atendemos dos anos iniciais, o ensino fundamental e os anos finais... do ensino médio.

Ana – Então, se um menino, um aluno surdo de 06 a 07 anos entrar na escola, ele vai ser encaminhado para essa sala de recursos?

Lúcia – Em Itajubá, no ensino fundamental nós temos 13 salas recursos. E nessas salas recursos, nós temos pessoas habilitadas em Libras que podem alfabetizar esses meninos surdos. Então, nos anos iniciais, eles não são enviados para a escola Major João Pereira porque tem sala recurso no município. Mas nós atendemos meninos de anos iniciais de outros municípios que vem a Itajubá.

Ana - Da sala de recursos dos anos iniciais?

Lúcia – Eu sei que são 13, mas não sei quais são aqui em Itajubá. Um acredito que uma é Carmo Cascardo porque o ano passado uma professora de lá fez o curso de Libras e ela falava que era do Carmo Cascardo.

Ana – Para a capacitação do intérprete há a realização de cursos periódicos, como que funciona? Há exigência de que o intérprete seja professor? Quais são as exigências para ser intérprete?

Lúcia – Eu digo que primeiramente para ser intérprete tem que ter perfil, ele faz um curso básico de 180 horas. E esse curso básico²⁰ de Libras tem certificado, quando ele se achar em condições de se submeter a uma avaliação, ele vai para o Centro de Apoio ao Surdo – CAS²¹ Varginha que é responsável por autorizar os intérpretes em nossa região. Aqui em Minas Gerais são 03 CAS que tem: Varginha, Montes Claros e Belo Horizonte. A pessoa passa por uma banca examinadora lá onde tem dois surdos, dois intérpretes e um supervisor pedagógico. A pessoa é filmada, ela vai fazendo a tradução em Libras, ela vai fazendo interpretação em Libras e ela vai sendo filmado. Depois analisam o vídeo e a equipe chega num consenso se a pessoa está habilitado ou não para dar aula para os meninos. Nós temos uma legislação ... 17/24 de 2010 que exige que a pessoa tenha o normal superior, pedagogia ou uma licenciatura, nessa sequência, mas nós temos casos de intérpretes que possuem apenas o ensino médio, mas interpretam muito bem, e possuem uma autorização especial para atuar. O intérprete faz anualmente uma reciclagem, ele fica uma semana em Varginha, porque a Libras é prática, tem que estar diretamente, diariamente envolvido com Libras. Se você fizer um curso e não praticar, você esquece. Então para ver se esse professor poderá no ano seguinte ser intérprete, ele é avaliado e recebe uma nova autorização para o ano seguinte, com validade por um ano.

Ana – A quantidade de intérprete dentro da Superintendência de Itajubá é suficiente para atender a demanda de alunos surdos? As escolas onde há alunos surdos há intérprete?

Lúcia – Infelizmente não. E é para isso que estamos lutando, para que se consiga mais intérpretes. No ano passado nós organizamos um curso básico de Libras ... e agora na semana passada nos começamos uma outra turma. Cada turma é uma turma de 25 professores. É uma semana por mês e vamos até julho, e a gente quer ver se dessa vez sai mais intérprete que possamos mandar para o CAS, para que sejam avaliados. Nós temos muitos alunos surdos que ainda não têm intérprete... e os professores estão se virando aí na sala. Mas a legislação permite... mas não está sendo totalmente incluso porque falta intérprete, falta profissional habilitado no mercado.

Ana – Aqui em Itajubá, embora você esteja acompanhando apenas só desde o ano passado, você tem informação como está sendo o recebimento de aluno surdo... falta de intérprete...

Lúcia – A educação ainda está sendo um processo, tem muita coisa para melhorar. Aqui em Itajubá a gente percebe que há uma concentração na escola Major Pereira porque os

²⁰São capacitações de 120 horas. Cada turma dispõe de 20 vagas. As inscrições são gratuitas.

http://www.educacao.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1091

²¹ CAS – Centro de Apoio ao Surdo – A entidade conta com cerca de 30 unidades em todo o país - é fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação, tem como finalidade precípua garantir um espaço de reconhecimento político e social da cultura surda através do oferecimento de **cursos de Libras** (Língua Brasileira de Sinais). O CAS ainda dá suporte às ações da Secretaria de Educação. http://www.educacao.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1091

intérpretes estão lá, os recursos dessa escola são mais voltados para esse aluno, o próprio aluno surdo quer ir para lá, entendeu? Tanto os alunos de Itajubá, quanto os de outros municípios querem ir para lá, querem ser matriculados nessa escola. Já tivemos alunos de Maria da Fé, Pedralva, Brasópolis, que querem e vem para estudar no Major João Pereira.

Ana – Lúcia, o que se percebe, o aluno surdo já chega na escola com algum conhecimento de Libras ou o acesso a Libras se dá somente quando ele é matriculado na escola?

Lúcia – Como eu acompanho muito a escola nos anos finais, no ensino médio, eu percebo que eles chegam com algum conhecimento. Mas lá nos anos iniciais... no caso, não... mas na escola que ele aprendeu Libras. Ele chega sem nenhum conhecimento nos anos iniciais.

Ana – Você falou, você comentou que a Superintendência de Itajubá reúne vários municípios e todo o conhecimento de Libras se dá na sala recurso de Itajubá? Nas outras escolas, nos outros municípios não têm esse serviço?

Lúcia – Não, não. Todos os municípios têm, se tiver aluno surdo. Para assumir a sala recurso tem que ter conhecimento básico de Libras, ele tem que estar habilitado para alfabetizar e... o menino em Libras, nós temos em Marmelópolis um aluno surdo que é atendido na sala recurso de Marmelópolis. A professora de lá tem curso de Libras. Em Sapucaí Mirim a mesma coisa, o menino surdo de lá é atendido na escola dele. Nós só temos 05 escolas do Estado... que atende os anos iniciais, a maioria são os anos finais e ensino médio.

Ana – Então os primeiros anos está concentrado no município?

Lúcia – Sim, está concentrado no município. Mas toda vez que a gente vai fazer um curso de intérprete, de curso de Libras, nós oferecemos vagas para todos os municípios, então nós temos representantes dos órgãos municipais. Inclusive o ano passado tivemos uma professora que é da rede municipal de Itajubá que ela tinha um menino surdo e ela não tinha o curso, ela veio fazer o curso de Libras para ajudar o menino, nos anos iniciais e no ensino fundamental.

Ana – Lúcia, existe por parte do Estado serviços disponibilizando curso de Libras. Por exemplo, para ser intérprete é preciso fazer um curso de 180 horas, mas se alunos, professores, a comunidade enfim quiserem aprender Libras, existe este serviço disponibilizado? Você tem conhecimento a respeito disso?

Lúcia – Como nós temos estrutura aqui em Itajubá, nós podemos até fazer uma turma que tenham só pais, interessados da comunidade, porque não é somente o professor que tem que saber lidar com o menino surdo, os pais têm que ter conhecimento que é uma língua, que tem suas particularidades... mas como a demanda ainda está muito grande no campo do professor ainda não chegamos... de oferecer só para pais. Mas há reivindicação que se faça um grupo só para pais... neste sentido.

Ana – Então esse instrutor atende a toda a Superintendência? Ele é o único instrutor para atender a todos esses municípios?

Lúcia – Sim, mas até que a gente fica feliz, porque numa cidade próxima, lá não tem instrutor, depende ainda mais... nós temos instrutor aqui em Itajubá, o instrutor Eduardo, que para ser instrutor tem que ser surdo, ninguém ensina Libras para ninguém, nem sinais... Então nós temos ele que atende. Por isso que a demanda fica pesada para ele, porque... graças a Deus

que os meninos estão mais para a escola, talvez antes não tivesse tantos surdos frequentando a escola regular, muitos casos de surdos eram enviados para as APAEs. Eles não são deficientes intelectuais, eles são surdos, não quer dizer que eles tenham um comprometimento... eles podem aprender normalmente. Com a chegada do Eduardo, facilitou muito a vida deles e a nossa.

Ana - Há quanto tempo o Eduardo está como instrutor? Foi antes de você...

Lúcia – Bem antes.

Ana - Essa sala recurso na escola Major Pereira, você disse que existem várias salas recurso, mas que a mais procurada é a da escola Major João Pereira. Você consegue responder porque existe mais procura... são melhores equipadas, ou são todas iguais?

Lúcia – Então, eu acho que é mais pelo número de intérprete que tem lá dentro da escola, e pelo instrutor estar lá naquela escola, não existe motivo específico para isso, porque a sala recurso, quando elas são registradas no MEC, quando a gente informa que existe a sala recurso, o material específico vai para aquela escola, não vai só para a escola Major João Pereira, todas as escolas recebem o equipamento igual, entendeu? Não tem diferença, mas aí quando a comunidade, sinto que é uma questão de identificação na comunidade, se eu sou surdo e sei que lá tem menino surdo, eu vou querer ir para lá porque vou ter com quem me comunicar. Eu acho que é mais por identificação de cada um.

Ana – Você quer fazer alguma consideração a respeito do assunto?

Lúcia – Eu acho que nós somos responsáveis pela educação especial... acho que a gente tem que parar e voltar um pouquinho e ver a importância da educação dos surdos no Brasil, porque se a gente voltar um pouquinho na história... o quanto eles foram marginalizados, principalmente esses dias eu estava lendo que em Roma os surdos eram afogados no Rio Tibre, os gregos não aceitavam ninguém com deficiência, a pessoa tinha que ser perfeita. A passos curtos nos queremos caminhar mais ainda, com esse novo curso possa plantar o exemplo para que nenhum aluno surdo fique sem intérprete, que todos os alunos tenham intérprete porque eles precisam estar inseridos na sala de aula normalmente, eles estão em sala regular, mas com intérpretes... a capacidade deles entenderem ... na língua deles.

Ana - A avaliação do aluno surdo com relação aos conteúdos aprendidos na sala de aula se faz de que forma?

Lúcia - A avaliação não pode ser diferente dos outros, não pode ter uma avaliação diferenciada dos outros. A professora tem na hora da correção... considerar as diferenças deles, porque um aluno que só sabe Libras, que foi alfabetizado em Libras, e uso intérprete, ele tem uma maneira própria de escrever. Ele aprendeu em Libras, ele escreve em Libras, então a professora tem que saber disso, se não ela vai, se ela comparar ele com o resto da turma, talvez esse menino nem vai ter progresso ali dentro, porque ela vai considerá-lo alguém da turma, e muitas vezes ele está dando o máximo dele. Então a professora na hora da correção ela deve ... observar se atingiu o seu objetivo dentro daquilo que menino pode ofertar.

Ana – Então na avaliação, o professor que não conhece Libras precisa do intérprete para poder analisar o que foi dito, escrito pelo aluno?

Lúcia – O professor... procurar alguém que entenda, o professor da sala recurso, para não ir tomando as decisões por si só, ele precisa ter um conhecimento básico de como avaliar o menino na sala de aula regular.

Ana - E se esse aluno não corresponder ao aprendizado ele pode ser reprovado?

Lúcia – Normal, como um outro qualquer. Por isso que existe este atendimento personalizado de forma...

Ana – Os alunos surdos têm maiores dificuldades em alguns conteúdos, tipo exatas, humanas? Ou isso não faz diferença?

Lúcia – A língua portuguesa é de grande dificuldade para eles porque em Libras não existe conjunções, preposições, coisas que a língua portuguesa exige muito. É um grande dificultador para eles.

Ana – Então se o professor se ater a isso, ou exigir que o professor escreva na língua brasileira, isso, vai comprometer o seu resultado?

Lúcia – Claro que sim.

Ana – Então aqui na cidade de Itajubá é admitido que ele se manifeste em Libras?

Lúcia – Sim escreve em Libras. Ele aprende português também, muito bem, o professor tem que estar atento a estas particularidades, porque ele vai escrever em Libras, em Libras o verbo é sempre no infinitivo, alguns detalhes que o professor tenha buscar. Hoje em dia o professor tem que buscar ir se atualizando sempre. Porque essa demanda vai aumentar. Não só de alunos surdos, mas com... a tendência que esses meninos estejam na sala regular, na nossa rede regular de ensino. O professor tem que estar preparado para isso.

Ana – Existe algum dado sobre como os alunos ouvintes tratam os alunos surdos?

Lúcia - ... pelo que a gente ouve falar quando a gente está em reunião é que eles aceitam muito bem. Tanto é que eles aprendem a Libras para se comunicar com os colegas. Eles acabam aceitando o aluno no grupo, não vejo grandes problemas nesse sentido não.

Ana – Você acha que o fato de estar um grupo maior de pessoas surdas auxilia no aprendizado, no contato na sociabilização do aluno surdo? Por exemplo, se tivesse apenas um aluno surdo, isso contribuiria para ele se sentir excluído?

Lúcia - Na verdade eles se agrupam mais na sala de recursos, mas na hora da aula é cada um em uma sala, cada um está numa série, são raras as séries que tem mais de um aluno surdo na mesma turma. É claro que se eu tenho... eu vou colocar os dois meninos na mesma sala que já aproveita o intérprete, mas isso não é um complicador não, porque cada um está numa série.

Ana – Existe interesse dos professores dos conteúdos regulares em aprender Libras?

Lúcia – Eu tenho percebido que tem aumentado esse interesse. Tanto é que a turma que a gente começou a semana passada tem uma lista de espera para o próximo módulo, para a

próxima turma. Eu estou vendo que o professor está percebendo isso. O professor precisa estar preparado para receber esse menino.

Ana – Você quer fazer algum comentário?

Lúcia – Você tem mais alguma dúvida?

Ana – Nesse momento vou analisar suas respostas, transcrever, e se houver necessidade de mais informações eu volto a procurar. Então, muito obrigada.

B) - SEGUNDA ENTREVISTA - CLARA

Ana: Bom dia Clara, eu sou aluna do curso de mestrado da UNIFEI, mestrado intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e o objeto do meu estudo é a questão da inclusão do aluno surdo na cidade de Itajubá. Então eu gostaria, por favor, que você se apresentasse, falasse seu nome, sua formação, fique à vontade.

Clara: Bom dia, meu nome é Clara, estou no serviço público já faz vinte e oito anos, mais ou menos. Desses vinte e oito anos, mais ou menos dezoito a vinte anos eu estou no serviço de inspeção, e os outros anos eu me dediquei na função de professora. Já atuei basicamente em todos os níveis de ensino, educação infantil, fundamental, já dei aula no magistério, no curso de formação de professoras, e já dei aula também no curso superior, me formei em pedagogia, tirei todas as habilitações, né: supervisão, inspeção e orientação, administração e fiz pós-graduação.

Ana: A questão da escola inclusiva. Então com toda a sua experiência você já estava no magistério, no serviço público, quando teve início o movimento da escola inclusiva, o que você nos informa, como professora, antes desse movimento você teve contato com aluno com deficiência?

Clara: Agora você falando, engraçado né, novatinha, principalmente quando eu comecei a dar aula, em turmas de alfabetização, eu percebia sim, que a gente tinha alunos com muita dificuldade de aprendizagem, talvez se fosse fazer uma avaliação tivesse sim algum tipo de deficiência. Mas na verdade deficiente, deficiente, a gente não conversava muito sobre isso, eles eram mesmo na APAE, essa questão toda de inclusão, desse olhar mais atento, né... de procurar ter laudo, de procurar realmente diagnosticar, de ver qual é o problema do aluno, que eu vejo que está acontecendo há uns dez anos, oito anos para cá. Mas na minha época a gente não tinha muito noção disso não.

Ana: Nas salas de aula que você lecionou em alguma oportunidade você teve contato, com aluno surdo?

Clara: Não, nenhum, na minha época não, na época que eu dei aula. E não me lembro assim de na escola, não tenho nenhuma lembrança, na minha época de ver aluno surdo na escola, nem na minha sala.

Ana: Por favor, Clara você é inspetora hoje?

Clara: Isso, há vinte anos.

Ana: O seu trabalho hoje está mais direcionado para a escola inclusiva ou a todas as escolas?

Clara: Não porque, primeiramente, dentro da legislação todas as escolas tem que ser inclusivas, então você não pode falar que tem que ter uma escola, legalmente toda a escola tem que ser inclusivas, ou seja, se você tem um filho com deficiência e quer matricular naquela unidade pública de ensino, ela é obrigada a estar aceitando a matrícula de seu filho.

Ana: Perfeito, no caso das pessoas surdas, como se dá o tratamento, a questão do acesso à Libras, que informações você tem a respeito disso?

Clara: Olha na verdade o primeiro contato com a questão do surdo foi na época... Mas eu já peguei a transição, a mudança, que aqui em Itajubá tinha uma escola onde se concentravam os alunos surdos nessa escola. Então eles tinham o direito de estar estudando dentro de uma escola regular, mas eles ficavam em turmas especiais dentro da escola regular. E aí quando começou o movimento maior da inclusão, é que passou a se entender que ter essa fala específica dentro da escola regular não era inclusão. Que eles tinham que ser diluídos nas turmas regulares. Então eu cheguei a pegar esse movimento de transição, essa mudança. Em que a própria escola, os professores tinham de se adaptar. Não seria mais uma sala que teriam todos os alunos surdos, eles teriam que ser diluídos nas turmas regulares.

Ana: Que escola foi essa?

Clara: Foi na escola Rafael Magalhães. E aí foi todo esse trabalho de conscientização, foi esse trabalho dos professores das turmas regulares estarem fazendo o curso de Libras. Aí eu comecei a pegar isso aí, e peguei um pouco, não diretamente, eu acompanhei depois os meninos saindo dos anos iniciais e indo depois para uma outra escola, que seria do sexto ao nono ano, nessa transição também... para uma outra escola.

Ana: Por favor, Clara esses alunos dos anos iniciais, que no caso eram inicialmente selecionados para a escola Rafael Magalhães, aqui em Itajubá, eles chegavam com algum conhecimento de Libras ou esse conhecimento para o aprendizado, do ensino, se fez somente na escola?

Clara: Olha eu não posso falar assim com propriedade, eu não acompanhei especificamente isso, mas eu entendo que a grande maioria é na escola, eles não vem com essa língua não, ele vai aprender na escola.

Ana: O que mudou depois da aprovação da língua de sinais como língua oficial dos surdos, para ensino, para uso nas escolas? Houve mudanças no ensino?

Clara: Olha primeiro eu percebo que é uma coisa interessante né. Você sabe que algumas fonoaudiólogas são contra, você sabe né. Porque ele acha que não tem que o menino ficar aprendendo através de gestos, eles querem forçar uma leitura labial, engraçado que há uma corrente nesse sentido, que são contra.... Mas o que você tinha perguntado anteriormente?

Ana: Se os alunos surdos chegavam com algum aprendizado, com condições de se expressar...

Clara: Não, na verdade a aprendizagem se fazia na escola. E cheguei sim a participar de um trabalho no sentido dos pais também terem aula... porque a partir do momento o aluno aprenderia numa língua, os pais também teriam que saber para se comunicar com os filhos, e nessa época que eu peguei, no Rafael, os pais também tinham aula. Então teriam como se comunicar com o filho.

Ana: Como você avalia essa experiência da Escola Rafael Magalhães? Na verdade essa experiência se deu mesmo antes da escola inclusiva?

Clara: É verdade, foi mesmo.

Ana: Foi um trabalho direcionado pela Delegacia de Ensino, ou foi um trabalho que a escola sentiu necessidade de fazer?

Clara: Olha não posso te dizer por que que ficava lá, por que que se concentrava lá. Mas há uma coisa interessante. Você sabe que na época que veio a legislação, que se entendeu que inclusão não era: eles ficarem numa sala de surdo, mas sem ter a possibilidade de ter contato e troca, e que é na diferença que se dá o crescimento. De início houve um movimento dos surdos, porque eles não queriam ir. Os surdos não queriam ir. Eles diziam que aprenderiam muito mais se estivessem entre eles. Eu lembro que cheguei a pegar nessa época inclusive um movimento, um manifesto deles, porque eles queriam continuar tendo aula nessa turminha, só com os surdos, só entre eles, eles não queriam ser pulverizados em outras turmas não.

Ana: Hoje o que você pode dizer a respeito da educação dos surdos na cidade de Itajubá?

Clara: Olha primeiramente né, de forma geral, o que eu tenho percebido, e que eu tenho amadurecido, em primeiro lugar não existe uma regra pronta, né? Não existe uma fórmula, que se direcione, como que se funciona, é realmente no dia a dia, é na sensibilidade que a gente vai fazendo os caminhos que a gente vai traçando. Nos termos de educação inclusiva não existe fórmula pronta, cada um é um, né? Cada trabalho a ser feito é com os alunos, mas eu tenho visto nessa questão do surdo, está tendo sim uma conscientização maior, um crescimento, um crescimento com relação a isso... conscientização maior, os professores já estão procurando se capacitar, a entender, a conhecer essa nova língua. Então eu tenho percebido um amadurecimento grande em relação a isso. Hoje em dia eu posso dizer que há ainda muita resistência, mas eu acho que aquele tabu maior inicial de receber um aluno surdo, porque, era um pavor, um professor que ia receber um aluno surdo ficava descabelando, eu estou vendo que essas resistências estão sendo quebradas.

Ana: Esses alunos que estavam na Escola Rafael Magalhães, você tem algum acompanhamento deles?

Clara: Então, depois que eles saíram do Rafael foram para uma escola de anos finais de ensino fundamental e ensino médio, foram para a escola e muitos agora estão no ensino médio, e dentro da sala existe um intérprete para eles. Estão acompanhando. E, alguns alunos que vieram do Rafael Magalhães inclusive tem aluno que já está cursando a faculdade.

Ana: Pode se dizer que todos os alunos surdos hoje tem acesso a Libras no aprendizado, aqui na cidade de Itajubá...?

Clara: Não, não, mesmo porque entre as famílias ainda é um tabu, então a primeira resistência é essa família levar esse aluno para a escola, como eu falei. E quando eles vão para a escola, eles vão aprender exatamente a linguagem lá na escola. Agora a questão do acesso, eu vejo assim: como o ensino é obrigatório, então basicamente todos os meninos que ficavam em casa escondidinhos, houve uma conscientização maior dos pais para estarem buscando a escola para serem alfabetizados.

Ana: Há algum...

Clara: Completando... alguns casos, assim como esses meninos que frequentavam a APAE, agora eles querem ir para a escola regular. Inclusive, em outro município, que não Itajubá, que eu estou trabalhando, houve um movimento basicamente de todos os meninos que estavam frequentando a APAE, saíram da APAE e todos solicitaram vagas na escola municipal.

Ana: Então haviam crianças surdas que estavam sendo tratados na APAE? E na APAE eles tinham acesso a Libras? Você tem essa informação?

Clara: Olha, assim, eu vejo que foram, ficaram lá alguns anos e vieram não tão basicamente dominando não. Estão precisando fazer um trabalho de base com esses meninos.

Ana: Por favor, Clara, quantas cidades estão sob a responsabilidade da Superintendência de Itajubá?

Clara: São quantos municípios... são vinte e um municípios.

Ana: Vinte e um municípios. Em todos esses municípios há intérpretes, há professores com domínio de Libras? Como que está?

Clara: Agora, e até legalmente se você tem um aluno surdo dentro de sala, você tem direito a ter... a contratar um professor para ser intérprete, mas o que a gente percebe, é que está faltando mão de obra. Muitas vezes a escola abre os editais. Legalmente não se discute, se você tem um aluno surdo ele tem direito a um intérprete, isso não se nega, o problema é que muitas vezes é que a escola não acha esse profissional para estar atuando lá.

Ana: Então hoje pode ser que existam salas que há alunos surdos sem intérpretes?

Clara: Não, por que não, na questão pública está liberada a contratação, mas não há profissional para estar atuando lá. Podemos dizer que hoje em dia está faltando mão de obra para estar atuando neste setor.

Ana: Existe, você falou que na época da Escola Rafael Magalhães, chegou a ser promovido curso de sensibilização dos pais, para acesso a Libras, existe esse movimento hoje, os pais procuram esse serviço, você tem alguma informação a respeito?

Clara: Essa é uma coisa engraçada, interessante. Na época do Rafael quando tinha o curso, bem no comecinho, eles eram feitos de forma particular, as próprias professoras que sabiam montavam o curso e ofereciam para os professores. Hoje a grande mudança que eu vejo é que o próprio sistema, né, já oferece esses cursos. Em termos públicos os professores estão tendo contato. Os profissionais que lidam com o aluno surdo, o próprio sistema tá oferecendo esses cursos. E aí, na época, eu lembro que a própria escola tenha percebido isso. Além de fazer um trabalho com os professores, também era oferecido para os pais. Eu acho que foi uma coisa da escola, não foi uma intervenção em termos de sistema. A escola percebeu que os pais precisavam.

Ana: Mas hoje existe um serviço para os pais?

Clara: Em termos públicos não. A capacitação que é oferecida é para os profissionais que tem uma ligação com o sistema.

Ana: Por favor, Clara, no caso a Superintendência de Itajubá tem sob sua responsabilidade vinte e um municípios...

Clara: Isso

Ana: As salas recurso, no caso dessas cidades, dependem de informações da cidade de Itajubá?

Clara: Como assim?

Ana: No caso há vinte e um municípios ligados à Superintendência da cidade de Itajubá. O que é preciso para se ter a sala recurso?

Clara: A partir do momento que se tem esse aluno com deficiência encaminha-se o pedido de criação da sala recurso para a secretaria, eles aprovaram e aí é liberado um professor para fazer o trabalho na sala recurso.

Ana: Então a sala recurso não atende a só o aluno surdo?

Clara: Ah sim, e não necessariamente quer dizer que nos vinte e um municípios se tem vinte e uma salas recurso, depende das informações que essas escolas vão repassando, tá?

Ana: Existem alunos de outras cidades que vem em busca de ajuda, de sala recurso aqui de Itajubá?

Clara: Na questão do surdo sim. Na sala recurso que funciona no Major João Pereira, né... a intérprete Leila recebe alguns alunos de outros municípios sim.

Ana: Então hoje, neste momento em Itajubá, o acesso a Libras é feito então na sala recurso, para os alunos que estão no ensino médio, na sala recurso da escola Major João Pereira?

Clara: Isso. Para os alunos que estão no ensino médio. Óbvio que eles já dominam a linguagem de sinais, então para eles tem um intérprete lá dentro da sala de aula. E se eles precisarem, eles podem estar frequentando a sala de recursos. Mas há um outro trabalho lá mais específico da sala de recursos que é a intérprete estar ensinando essa nova língua para os alunos. São duas coisas distintas que se faz né? Uma é o trabalho pedagógico em si, é trabalhar a sala de recursos, trabalhar a dificuldade de aprendizagem desses meninos, para eles estarem ali dentro de suas possibilidades, procurando acompanhar o seu fluxo normal escolar. Isso é uma coisa. E há o trabalho específico que é estar ensinando essa nova língua para esses alunos que não dominam.

Ana: Na sala de recursos, ela também se preocupa com o conteúdo da sala de aula e as dificuldades que eles possam ter no entendimento...

Clara: É trabalhar esses pré-requisitos necessários que eles não têm, não é isso? Porque a gente entende assim: o conteúdo do ano é obrigação do regente, a sala está trabalhando o conteúdo, mas muitas vezes eu não consigo acompanhar o conteúdo do ano porque não tenho os pré-requisitos necessários. Ou dependendo do aluno, do tipo de dificuldade, ele precisa manipular. Ter material concreto. Aí na sala de recurso ele vai ter esse acompanhamento que falta no ensino regular.

Ana: Por favor, Clara como que você avalia, no caso a presença do instrutor de Libras? Parece que existe uma pessoa capacitada como instrutor. No caso da cidade Itajubá, com tantos municípios poderia ter mais de um instrutor? Haveria vaga para mais de um instrutor, ou comporta apenas um instrutor?

Clara: Engraçado nunca pensei nisso, porque no caso realmente a gente só tem um. No momento eu acho que ele consegue atender as demandas, mas eu acho pode sim, é uma coisa a se pensar mesmo, porque seria outro aluno surdo, que para ser um instrutor só pode surdo.

Ana: O instrutor atual foi aluno da rede estadual?

Clara: Sim, ele veio. Foi aluno do Rafael, foi para o Major, concluiu o ensino médio e está cursando a faculdade agora. E aí ele então ele seria um surdo que correu atrás e quis, eu acho que se quiser até comporta, porque a demanda tem aumentado a cada ano. Até as salas de recursos esse ano teve um aumento grande de salas autorizadas, então é o caso de estar se vendo. Um empecilho legal acho que não teria, então é ter um surdo que queira se preparar e ser instrutor.

Ana: No caso do instrutor não é exigido que ele tivesse o terceiro grau, ou formação de normal superior ou pedagogia?

Clara: Não sei como é esse trâmite em Varginha, porque esse trâmite é feito lá, então se há uma exigência mínima eu não sei, realmente não sei.

Ana: Como você avalia a questão do relacionamento do aluno surdo com os demais alunos? Você acha que aqui na nossa região eles estão recebendo bem os alunos. Há preconceitos? O professor recebe bem? Este tempo todo seu de magistério, de envolvimento com a educação como que você avalia hoje a questão da aceitação das pessoas com deficiência com um todo, e especialmente dos alunos surdos?

Clara: Então... dos alunos surdos, eu acho que no começo existia um preconceito muito maior, hoje em dia eu estou vendo que isso mudou, está melhorando, inclusive coincidentemente, na semana passada eu estive visitando algumas turmas de anos iniciais, em que tem os alunos surdos e aí eu tenho visto que eles são muito queridos lá dentro. E é muito interessante a troca, são os meninos do ensino regular querendo aprender a linguagem de sinais, porque uma coisa que a gente tem de reforçar, inclusive para o professor, é que ele é só surdo, ele não tem problema, nenhuma deficiência mental, então ele pode aprender como qualquer um, desde que lhe seja oferecida as oportunidades, né? E, em relação aos professores eu também tenho visto que óbvio não é muitas vezes o não querer, é o medo de lidar com uma situação que eles não estão acostumados, mas eu tenho visto muita boa vontade por parte dos professores, de querer fazer alguma coisa, de querer se capacitar para poder estar ajudando a esse aluno lá. Eu falo assim, não... mas... devagar está se quebrando as barreiras sim.

Ana: Clara, neste momento eu agradeço as informações que você prestou, te peço caso seja necessário para completar essa entrevista, eu marco novamente com você. Deixo você à vontade para fazer as suas considerações, a respeito do assunto, o que você pensa da causa, enfim o que incomoda, fica à vontade.

Clara: Eu vejo assim, nós estamos caminhando né? É um processo longo ainda a ser quebrado, né? Falar de inclusão, quantos anos esses meninos relegados em segundo plano. Mas a gente está caminhando, eu acho que o importante é a gente estar caminhando, estar crescendo. É como a gente queria? Não. É um longo trabalho a ser percorrido ainda? É. Temos muito a fazer ainda? Temos muito a fazer. Mas eu vejo que devagarzinho a gente está crescendo e está chegando lá? Óbvio que a gente precisa de muita infraestrutura, os

professores precisam ainda de mais capacitação. Mas eu acho que devagar a gente está quebrando essa barreira sim, para que uma inclusão efetiva aconteça.

Ana: Bom, Clara, te agradeço pela oportunidade, te parabenizo pelo seu envolvimento com a causa.

Clara: Estou à disposição no que você precisar para estar completando, uma informação mais específica, eu estou à disposição.

Ana: Então muito obrigada.

C) - TERCEIRA ENTREVISTA - LAURA

Ana: Boa tarde, meu nome é Ana Lúcia eu sou aluna do curso de mestrado da Universidade Federal de Itajubá, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade e eu agradeço que você tenha aceito meu convite para prestar essa entrevista para que possa colaborar na exploração desse assunto. Por favor, queira se apresentar, nos conte um pouco de sua experiência profissional.

Laura: Bem, meu nome é Laura, sou Especialista da Educação, atuo na área já há sete anos. Na Escola Estadual Rafael Magalhães, atuei como especialista por três anos, três anos e meio por aí. Assim que eu cheguei para trabalhar na área de especialista, eu já me deparei com situações difíceis, como lidar com a inclusão em sala de aula no ensino regular... Que na verdade, foi onde, em uma sala de alunos reduzidos, encontravam alunos com dificuldade de aprendizagem e alunos com suas deficiências auditivas. Então já vi que eu tinha que fazer um trabalho diferenciado e ter atenção especial não só para o professor, mas para o intérprete e para o professor. Porque os pais estavam em busca de resultado, mesmo, já que seu filho fazia acompanhamento na APAE de Itajubá.

Ana: Por favor, Laura queira nos informar como que acontecia o processo de educação dos alunos surdos na Escola Rafael Magalhães, havia intérprete? Como funcionavam as aulas?

Laura: Certo, a escola sempre esteve preocupada com o pedagógico, e, também, sempre buscando recursos. E, a intérprete era um dos apoios que a gente tinha dentro da sala de aula, e fora, já que esse aluno a partir do momento que foi matriculado na nossa escola, ele não era só aluno do professor X, ele era aluno de todos nós. Então todos estavam envolvidos, a intérprete era uma aliada na sala de aula, para estar junto com o professor regular, passando não só conteúdo, conhecimento, mas, preparando ele mesmo para a vida lá fora, onde seus pais, né, também tinham aquela dificuldade de estar ajudando eles nos afazeres, atividades escolares, os pais tinham essa dificuldade de estar ajudando. Então eles tinham essa confiança em nós de estar preparando, ele mesmo, não só na forma pedagógica em relação a escola, aluno né. Isso era o apoio que a família tinha.

Ana: Laura, os alunos que eram encaminhados para a escola Rafael Magalhães, eles chegavam com algum conhecimento em Libras?

Laura: Sim, em Libras sim eles já tinham noção, já falavam, já sabiam se comunicar em Libras. O professor regular não, o professor regular não tinha conhecimento em Libras, por isso a necessidade do intérprete.

Ana: Então, a Escola Rafael Magalhães é a partir de que ano escolar?

Laura: Primeiro ano ao quinto ano.

Ana: Então no caso as crianças faziam os anos primeiros, jardim, pré, antes em outras escolas que eram encaminhadas para o Rafael Magalhães, como isso funciona?

Laura: Então, a partir do momento que o aluno se matriculou lá, isso não quer dizer que ele entrou no primeiro ano né, com seis anos, é claro. Teve aluno que chegou pra gente já no terceiro ano, que já estudou em outras escolas, ele fazia acompanhamento com fono(audiólogo), eles faziam acompanhamento com uma escola especial, na APAE. Então ele

tem outro apoio, é uma rede. Ele não veio pra nós pra ser alfabetizado em Libras, ele já conhecia, ele já tinha acesso.

Ana: Os professores no caso da Escola Rafael Magalhães. Então ela trabalhava os primeiros anos né?

Laura: Isso.

Ana: Os professores lecionavam por disciplina ou um professor lecionava todas as disciplinas? Como que funcionava?

Laura: Na minha época o professor era o professor regente da turma em várias disciplinas, ele só deixava de dar aula de religião, e, artes, e, educação física, mas as outras disciplinas, História, Geografia, Português, Matemática, Ciências era ele mesmo.

Ana: Nas salas onde havia alunos surdos os professores regentes, eles tinham conhecimento em Libras ou dependia inteiramente dos intérpretes?

Laura: No momento que eu estava dependia sim, muito, tanto na hora de passar os conteúdos, a avaliação, uma boa leitura livre, interpretação, o intérprete tinha que estar junto.

Ana: E os professores não tinham conhecimento em Libras?

Laura: Não. O Estado ofereceu vários cursos de educação continuada que é a capacitação de Libras né, intérprete, dentro da área de inclusão. Alguns professores fizeram, mas ainda encontravam dificuldade, porque eu faço mas eu tenho que colocar em prática, aquilo que na teoria foi apresentado pra mim. Então se eu tenho intérprete eu deixo o intérprete em sala de aula, porque se não eu vou tá envolvendo na área de outro professor, que é o professor regente, aquele que passa conhecimento. E o professor intérprete ele está pronto pra tirar qualquer dúvida que venha ser do aluno.

Ana: O Estado oferecia ou oferece para os professores cursos de capacitação em Libras?

Laura: Oferece sim, mas nem todos os professores podem fazer. Esses cursos são para efetivos e efetivados e se um designado está com esta turma, ele não faz. Então tem que aí contratar, designar um professor que tenha habilitação em Libras.

Ana: Na época que você esteve na Escola Rafael Magalhães foi oferecido algum curso?

Laura: Foi sim, que eu me lembre sim. Geralmente ele oferece poucas vagas porque tem que ser distribuídas em várias escolas, mas isso não significa que ele não fez, teve professor que fez sim.

Ana: Você enquanto Analista da Educação, como você avalia o aprendizado do aluno surdo? Ele conseguia acompanhar os conteúdos da mesma forma que os demais alunos?

Laura: Não, ele não consegue porque ele tem o limite dele, até onde ele pode ir. Vamos fazer uma comparação: eu sou uma aluna e você é minha intérprete, então, nem sempre a mesma avaliação dada pra um aluno regular, é a mesma. No mesmo nível que a minha. Mas os conteúdos são os mesmos, tá. Dependendo da dificuldade desse aluno, se for um aluno que

está alfabetizado, letrado, não tem uma dificuldade de interpretação, ela acontece, no mesmo nível. Só que daí é do trabalho da intérprete, ela discute com ele, tira algumas dúvidas que ele esta tendo no momento, e esse aluno... é tudo na hora mesmo. Não acontece de gente tirar o aluno para fazer fora de sala, é dentro mesmo da sala de aula, e ele registra tudo e na língua portuguesa, não é em Libras não.

Ana: Então nas provas, ele recebe ajuda para interpretar, mas as questões são redigidas em português, e, ele tem que responder em português?

Laura: Isso, tanto que tem que ter o maior cuidado na hora de avaliar esse aluno, para não haver nenhum pecado ali na hora. Porque a partir do momento que eu estou avaliando um aluno, eu tenho que ter conhecimento das limitações, das dificuldades dele, até onde eu posso ir com ele, até onde tô sendo coerente, com aquilo que eu tô passando dentro da sala de aula. Eu tenho que avaliar ele no total e não posso ficar presa só na avaliação escrita. Tem apresentação de trabalho, atividade em equipe, auditório, cartazes. Muitas vezes a gente entrevista os pais, perguntando como que ele está em casa? Se ele consegue fazer as atividades sozinho. Qual a dificuldade em casa. E o pai expõe isso pra gente, porque realmente ele tem uma dificuldade, porque nem sempre toda família sabe a língua de sinais, nem todo mundo sabe. Às vezes a mãe que é mais presente sabe, o pai às vezes, a avó sabe mais ou menos, né. Mas a avó consegue entender o que ele está querendo passar, então aí entra o trabalho da família.

Ana: Então Laura, você é formada em Pedagogia né? Vários textos que eu li para poder estudar essa questão do surdo, revelam que é extremamente importante, que a pessoa surda tenha o mais breve contato com a língua de sinais pra que ele possa estabelecer nome, significado das coisas e, infelizmente, em muitos casos isso só acontece tardiamente, quando já comprometeu o desenvolvimento cognitivo estabelecido para aquela faixa de idade. Inclusive vários estudos falam que até os três anos de idade já deveria ter se dado toda uma série de contatos que seria até a idade em que a pessoa desenvolve todos esses significados, dá os nomes, estabelece a relação, articula a linguagem, se expressa e tudo mais. O que você pensa a respeito disso com relação ao surdo?

Laura: Eu vejo assim, muitas vezes quando a gente está conversando com o pai, falando da dificuldade do aluno, enquanto aluno nosso, filho dele, quando a gente faz essa comparação, a gente vê que leva um tempo para aceitação do pai, aceitação da família, dessa deficiência, dessa dificuldade dele. Primeiro é a aceitação. Quando ele descobre que realmente precisa de um trabalho, e esse trabalho vai levar mais tempo, a gente deixa isso bem claro para família né, que a gente está falando de pai de mãe, mas na verdade por trás de um pai e mãe tem uma tia, uma avó, tem alguém que também está ajudando na educação desse filho, desse aluno. Eu vejo que isso só vai dificultar o trabalho nosso, com certeza... quanto mais cedo for descoberto, mais tratado imediato for, melhor é. Então a gente até propõe para os pais se for possível que ele use símbolos, signos, que dentro de casa ele deixe escrito palavras, frases, que ele realmente lê para o seu filho, procure deixar um tempo seu filho ler para ele, então a gente tá junto também, em dar algumas ideias para facilitar esse trabalho. Porque a gente, a escola sozinha não vai dar conta. O Estado não vai dar conta, nós não vamos dar conta, e, não podemos falar de quem é a culpa. Temos que falar que é um trabalho em equipe. O trabalho é nosso. Nem ele pode se sentir sozinho, nem um momento eu também posso me sentir sozinha. O professor não pode, porque essa resposta que a gente tem que devolver para a família, essa resposta para o aluno, a sociedade também está esperando uma resposta e mais tarde ela vai cobrar isso da gente.

Ana: Então, mas no caso do surdo. Como ele vai ler para o pai? Quer dizer muitas vezes ele não teve acesso a Libras, a família não matriculou, não contratou com um professor. Isso vai comprometer o desenvolvimento dele na escola?

Laura: Então por isso que quando o aluno faz acompanhamento na escola especial, principalmente na APAE, esses alunos que chegam para gente, eles ficam no ensino regular, mas muitos deles ainda fazem acompanhamento na escola especial, ou na escola e na APAE, ele não é só aluno da escola. Às vezes acontece dele ir uma vez ou duas na escola na APAE. E lá tem a psicóloga, tem a fono, que dá as orientações, que vai direcionar qual o caminho que ele deve prosseguir, ele tem que sentir que ele está amparado, que ele não está errando, que por mais que ele está tentando, que para nós, não podemos considerar erro, tentativa, para nós não é considerado erro, mesmo que a escolha não é boa. Ele tem acompanhamento na APAE, alguém da família tem o conhecimento de Libras, tem sempre alguém, eu não vi ainda, nenhum pai que não consiga se comunicar com seu filho.

Ana: Você tem conhecimento se aqui em Itajubá existe algum curso de Libras para a comunidade, para os pais?

Laura: Para a comunidade não. Eu já vi para os professores. Eu tenho conhecimento que até esse ano já está acontecendo. Esse ano já está tendo já, na minha escola foi oferecido, se não me engano quatro ou cinco vagas, não sei o total certinho. Mas nós temos um professor que ele fazendo, a primeira etapa ele já fez, a segunda etapa é em junho. Para os pais ainda não vi esse convite.

Ana: Hoje na cidade de Itajubá, as crianças com surdez e com outras deficiências estão matriculadas no ensino regular?

Laura: Sim, mas com certeza continuam fazendo acompanhamento na escola especial também. Continuam fazendo o mesmo trabalho, continuam na APAE.

Ana: E as salas de recursos?

Laura: Depende da escola. Tem escola que aderiu ter sala de recurso, não são todas não. Então se a escola não pode oferecer a sala de recursos esse aluno é encaminhado com relatório, relatório médico, relatório pedagógico da escola, juntamente com a equipe, e é a escola que está encaminhando. Então a psicóloga vai fazer entrevista com os pais, vai conversar com o aluno. Vai propor algumas atividades, algumas intervenções para ver qual é a dificuldade do aluno, e o que é pode estar se fazendo, que trabalho, que ações, que meta.

Ana: Que histórias que você pode contar para a gente da evolução de alunos surdos? Tem alguma caso que tenha chamado sua atenção nesses anos que você acompanhou alunos com surdez na escola Rafael Magalhães?

Laura: Quando eu trabalhei lá, o grupo de alunos era pequeno na sala, então era uma sala reduzida, se eu estiver certa com os números hoje, acho que eram dezessete alunos, tá. Desses dezessete, três eram os alunos surdos, tinha a intérprete, e, o que a gente percebeu foi a facilidade de socialização no primeiro momento. Depois a gente percebeu que a gente podia cobrar mais deles, já que eles eram alunos alfabetizados. E com isso, é a hora que entrou essa etapa, onde eu sabia que eu poderia estar conversando com o professor para oferecer mais

para esse aluno, e que o que estava oferecendo era pouco, e que eles davam conta, né? Um exemplo: apresentação de trabalhos, a gente sabia que esse aluno era capaz de apresentar no auditório. A gente filmou tirou foto, foi um teatro, foi uma dança que a intérprete mesmo preparou, foi muito lindo, eu pedi isso para ela, juntamente, lógico com a autorização da diretora, se poderia estar desenvolvendo um trabalho com essa turma, já que uma turma com dificuldade de aprendizagem, de vários níveis. Ela trouxe um projeto para mim, e conversou comigo: Laura, que tal a gente comemorar o dia do circo? Eu falei assim: legal, vamos estudar. Quando a gente percebeu que ia ser bom, e que eles estavam interessados quando propôs para a sala toda, esses alunos dançaram, se caracterizaram, sabe, eram outros alunos, e vestiram de palhaço, sabe... era o momento deles, e com isso, nem comigo, e nem com os colegas houve dificuldade de socialização, de comunicação. Os alunos que tinham percebido que o aluno não falava a mesma linguagem dele, ele tinha curiosidade, então o trabalho em equipe. Então não ficava o grupinho do aluno com a intérprete, sempre o colega que não tinha essa limitação de comunicação, ele também gostava de fazer parte, a gente foi percebendo a aceitação do grupo. Era bem vindo, era bem recebido, quando estava tudo mundo no auditório apresentado, para a escola toda, e essa professora vestiu a camisa e disse nós vamos dar conta, eles vão conseguir. Você já imaginou ensaiar essa turma, com vários níveis de dificuldade, incluindo eles, que precisam da intérprete, que a professora regente não ia conseguir passar sozinha, isso para mim, ... a hora que eu vi eles apresentando, se tocando, vestidos de palhaço, eles sabiam o que era para fazer lá na frente, isso para mim é uma coisa que eu guardo comigo, dividindo com você agora, é uma coisa maravilhosa. Não tem explicação. Só quem viu, quem estava lá junto. E a gente falava nossa... será que vai dar algum erro, está tudo mundo assistindo. Não houve erro, a coisa mais linda. E a dança? Uma dança do ventre, quando as meninas, na hora da apresentação do circo ela teve que dançar. Na hora apareceu tanto material: máscara, pintura, roupa, até além, veio dois jovens para ajudar a pintar o rostinho das crianças. Então, essa foi uma experiência de auditório para a escola toda. E quando a gente viu que eles eram capazes de apresentar na frente dentro da sala de aula, apresentar em cartaz, né. Fazendo eles mesmos rirem. Erravam... não, mas a tia entendia o que estava querendo passar. Então a intérprete junto, na linguagem deles. E a gente propôs assim: é se tiver dúvida do que o colega está falando não tenha vergonha, não tenha medo de perguntar, a intérprete está aqui para isso, é melhor você tirar a dúvida agora do que, você encontrar com ele na hora do recreio, ou mesmo papeando em algum lugar, e você não saber se comunicar com ele, então a gente apresentou também a Libras, como que é, como que se comunica, como que pede desculpa, por favor, obrigado, amigo, tchau, vamos jogar bola, né, vem fazer comigo, vem que eu te ajudo. Essas coisas é uma coisa que a gente fica pensando, puxa vida, quem disse que não é capaz, né? Quem falou que esses alunos não são capazes... eu estou emocionada (voz embargada). Quem disse que esses alunos não são capazes de aprender além de socializar. Socializar, eles podem socializar numa festa, numa praça, em família. A gente oferecer a socialização era muito pouco. Quando a gente percebeu que eram capazes de ir além, eu, em reunião que a gente chama de módulo, módulo 2, individual, eu percebi que a intérprete, ela também estava meio preocupada, o que fazer, como fazer, até onde que eu posso ir, até onde eu posso oferecer, quando eu falei para ela: vamos oferecer alguma coisa diferente, vamos propor né, vamos ver o que vai acontecer, e ela aceitou. E a diretora falou assim: faça, depois a gente vê o que acontece. E deu certo.

Ana: Como é o nome dessa professora?

Laura: A intérprete é Clarice e, a professora regente de turma é Auxiliadora. Hoje a Auxiliadora ainda atua na escola Rafael Magalhães. E só para finalizar a professora teve muitos momentos que ela chorava, medo de não dar conta, e eu falava para ela, você vai dar

conta, porque você não está sozinha, e a gente vai ter muito contato com a família, a gente vai trazer a família para gente estar conversando. E tinha o aluno que a família não ia embora, ela não deixava, que na verdade era a avó, que trazia ele para a escola, ela não ia embora, ela ficava o tempo todo, das 7 da manhã às 11:15 esperando o neto. Então, às vezes, o neto ia para o banheiro, ela falava ele foi para o banheiro, né? Foi. Ele tá bem né, tá feliz? Tá bem graças a Deus. Então a gente viu que ele também tava feliz. Porque o aluno feliz na escola é uma escola feliz. Se o aluno está feliz a família está feliz, então o professor quando ele chorava ele tinha medo de não dar conta, e quando ele viu que estava sendo apoiado, e que eu falava vamos fazer um cartaz em equipe, vamos trazer um texto, que a gente chama de um texto fatiado, né. É um texto no qual o aluno vai montando né, a sua frase né, vamos trabalhar com o concreto, em equipe. Vamos mostrar que eles são capazes, vamos deixar eles falarem, vamos deixar eles apresentarem, a gente viu que evoluiu. Esses alunos depois foram para o 5º ano e hoje estão na Major João Pereira, alguns, se a gente perguntar deles, eles estão super bem, eles conseguem se comunicar, apresentar um trabalho, conseguem sorrir, conseguem acreditar neles. E o professor fala, nossa, lembra quando a gente trabalhou junto? Demos conta né? Não foi fácil. Então eu acho que para o trabalho dar certo, não é só eu, não é só o professor, não é só a família, acho que o trabalho é de todos nós, é um trabalho em que a gente tem que pensar no outro. Pensar que a gente tá preparando ele para o mundo deles lá fora, até o portão da escola é limitado, então a gente quer mais, e a gente conseguiu deixar alguma coisa assim, para cada um deles.

Ana: Você acha que esses trabalhos conseguiram atingir a auto estima desses alunos?

Laura: Muito, muito, tanto que os pais falaram assim: “nossa minha filha dançou”, sabe ela chama Bia, “você viu que linda, você viu que linda, ela dançou, ela ... brilhantemente, momento algum ela ficou tímida”. Né... e tinha uma outra aluna, aluno, ele falou assim para mim, assim, a minha avó viu? Me assistiu? É o aluno. Nesse momento a intérprete não estava junto, não precisou, em momento algum. Eles se soltaram, eram outros alunos. A autoestima deles só melhorou, né. Tanto que eles eram tão bons quanto a gente estava vendo no desenvolvimento das atividades, que na hora percebeu que eles são capazes, e capazes também de ensinar, porque a gente aprendeu com eles, aprendeu que: eu tô aqui, eu sei fazer, confia em mim, né, e a gente confiou, e a autoestima deles só melhorou.

Ana: Laura você tem notícias desses alunos do Rafael Magalhães? Hoje você não está mais na escola, você tem notícias de parte desses alunos, sabe se eles estão no Rafael, ou estão em outras escolas?

Laura: Esses alunos que eu citei hoje estão em outras escolas, porque a nossa escola é até o 5º ano né, se não me engano tem um no Carneiro Junior, e dois no Major João Pereira, se eu tiver certa, porque eu fui na Escola Major João Pereira, e a avó estava lá, é a mesma avó que acompanhava o neto no 4º e 5º ano, ainda acompanha, se não me engano ele está no 9º ano.

Ana: Por favor Laura, faça suas considerações finais fique a vontade para acrescentar o que quiser.

Laura: Bem, é, não sei se eu já disse mas eu trabalhei na Escola Estadual Rafael Magalhães de 2009 a 2012, certo? E os alunos na Escola Rafael Magalhães são alunos do 1º ao 5º ano, e esses alunos, antes de fazerem parte da nossa escola, que é uma escola da rede estadual, esses alunos, primeiramente foram alunos do município de Itajubá ou das redondezas né, porque tem ainda pequenas cidades próximas como Maria da Fé, Piranguçu, Piranguinho, Brasópolis.

Às vezes acontece aluno de outro município vir para Itajubá, e se esse aluno ele não frequentou a educação infantil, se ele não teve um acompanhamento pedagógico, se ele não teve um acompanhamento com a intérprete na fase de conhecimento de letras, números né, dos vários tipos de textos que está circulando na nossa sociedade, se ele não tem um contato, já desde cedo na escola, quando ele chega para fazer parte da educação dos anos iniciais do 1º ao 5º ano, aí acontece o que a gente diz, uma preocupação maior. Porque até o momento não se sabe ainda, se o município oferece na educação infantil ou na creche, intérprete, se já aconteceu de estar recebendo crianças, vamos chamar assim crianças, alunos vamos supor com seus três, quatro a cinco anos, porque a lei diz que o aluno deve estar inserido com seis anos já no primeiro ano, e esses alunos que eu citei, que eu deixei bem claro, esse trabalho que o Rafael Magalhães fez com esses alunos e com outros né, são alunos que chegaram e já estavam alfabetizados. Mas já aconteceu em outra época do Rafael Magalhães... Quando a lei diz que os alunos que faziam a escola especial, APAE ... receber alunos que tinham que estar na rede regular. E eu deixo a pergunta, e o município o que ele ofereceu né? Que trabalho foi feito antes desses alunos chegarem até a rede estadual? Porque é um trabalho que a gente tem que fazer desde a educação infantil, não é agora na educação fundamental. Nós não podemos esperar esse aluno chega para ser feito um trabalho agora. O trabalho quando mais cedo melhor é. E eu sei de um projeto do Estado onde ele propôs uma parceria com o município de Itajubá. Então, esse ano, 2013, já está acontecendo né, as equipes pedagógicas, a equipe da Superintendência Regional de Itajubá, a equipe de Belo Horizonte, do Governo de Minas, eles estão sim preocupados com a alfabetização. Alfabetização que eles dizem “Alfabetizar no tempo certo”, com oito anos. Mas antes disso eles perceberam que é preciso acudir essas crianças que chegam na creche, que chegam nas escolas do município, porque quando o aluno chega na educação fundamental, se ele não tem esse apoio, se ele não tem esse acompanhamento, ele só vai dificultar esse trabalho. Então eu parabeno essa parceria porque é importante que eles percebessem e viram que isso é importante. Fico feliz em perceber que tem professores procurando estudar cada vez mais, que estão preocupados com esses alunos, não só aluno que tenha o problema que a gente diz a surdez enfim, mas o aluno que tem a dificuldade de problema de aprendizagem. A gente não pode pensar no aluno da inclusão, a gente tem que pensar no aluno que também tem essa dificuldade de aprendizagem porque além do professor estar preocupado com o aluno que tenha essa deficiência, essa dificuldade de aprendizagem, ele tem o aluno surdo que a gente precisa estar em um trabalho com ele. Agradeço por você estar preocupada com o nosso trabalho Ana, que bom que existem pessoas que pensam, que existe uma equipe muito grande por trás desse trabalho lindo que é a educação e você mais um, vem a ser nossa aliada na educação porque a gente achou que não existe mais pessoas preocupadas em resolver esse trabalho de pesquisa, e agradeço de coração porque nós professores, pais, quanto mais gente envolvida, quanto mais gente preocupada, quanto mais gente aliando a esse trabalho pedagógico né, um trabalho social também, a gente se sente mais fortalecido. Obrigada viu.

Ana: Obrigada você Laura, te agradeço pela oportunidade se houver necessidade de outras informações eu te procuro e enfim, vamos tentar fazer o melhor para que realmente possamos ter uma sociedade inclusiva em que todos têm direitos e oportunidades. Obrigada!

Laura: Obrigada você Ana.

D) - QUARTA ENTREVISTA - MARIA

Ana: Bom dia Maria, meu nome é Ana Lúcia, eu sou aluna do curso de mestrado aqui da UNIFEI, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e eu estou estudando a questão da inclusão escolar da pessoa surda na cidade de Itajubá, e então seu nome foi indicado como alguém que trabalhou com crianças surdas e então gostaria que você me prestasse algumas informações e deixasse relatado a sua história. Gostaria inicialmente que você se apresentasse, colocasse sua qualificação. Enfim, fique à vontade para essas considerações iniciais.

Maria: Meu nome é Maria, eu sou professora já há mais de trinta anos, fui também diretora de escola, sou formada em magistério e pedagogia e trabalhei com surdos a partir de 2000, quando a escola onde eu trabalhava foi municipalizada e eu vim para a Escola Rafael Magalhães que tinha duas turmas de deficientes auditivos. Como eu tinha um período a mais pra trabalhar... eu tinha a minha turma regular, como tinha sido diretora, e eu sou apostilada²², eu tenho um horário a mais pra cumprir, e nesse horário complementar, então eu ia para a sala dos deficientes para ajudar no trabalho com eles. Foi aí que eu comecei a ter contato com essas crianças, porque é um trabalho que exige muito do professor, muito difícil. Eram vários alunos, turma de doze, quinze, com todos os níveis só de crianças surdas. As duas turmas eram assim: tinha uma de manhã e outra à tarde, e eu ficava nessa turma de tarde, junto com a professora Eliana. Aí que eu comecei a ter os primeiros contatos, não tinha noção nenhuma de língua de sinal, foi aí que eu comecei a trabalhar e fiz um curso com a Eliana mesmo. Ela dava uns cursinhos aqui na cidade, uns cursos de vinte horas, que a gente trabalhava no sábado pra divulgar a língua de sinal, pra que as crianças tivessem mais possibilidade de comunicação com as pessoas. E fui entrando nesse mundo, até que o número de vagas na escola foi diminuindo, e eu acabei sendo obrigada a assumir essa turma. Não assumi por opção, foi mais por falta de opção. Era a última turma que ficava pra escolha, ninguém queria pegar, e como eu tinha alguma noção, já tinha trabalhado com eles, a Eliana que era designada, foi dispensada, eu como efetiva tive que assumir, e foi muito difícil pra mim esse início.

Ana: Maria você veio de que escola que foi municipalizada?

Maria: Antes era a Capetinga, agora é Escola Municipal Olimpio José Joaquim, no Bairro Capetinga.

Ana: A respeito dessa municipalização do ensino, o Estado ficou com que ano? O município ficou com que?

Maria: Ainda não ficou bem definido porque foram assumidos primeiro as pré-escolas. Os alunos da pré-escola foram assumidos pela prefeitura, depois assumiram também de primeira à quarta, algumas escolas nem todas, e aí foi acontecendo gradualmente, e a nossa até hoje ainda é uma escola estadual e atendendo somente os primeiros anos do ensino fundamental. Essa é a última escola estadual aqui no município...

Ana: Que atende...

²² Apostilada – Benefício previsto nas Leis 12.459/97, 12.763/98 e especialmente na Lei 13.434/99 que garante ao professor que tenha sido designado para o cargo de diretor por dois períodos, vantagem de manutenção dos vencimentos, com o cumprimento da carga horário de 40 horas.

Maria: Que atende do primeiro ao quinto ano.

Ana: A pré-escola está com o município?

Maria: Sim, todo.

Ana: Maria é muito rico seu relato. Então quando você veio pra cá em 2000, pelo que eu entendi, você nesse primeiro momento ajudou a organizar o ensino, enfim...

Maria: Não, já estava organizado e eu ajudei no sentido de dar apoio ao professor e para as crianças, porque ela tinha vários níveis na sala, tinha aluno que chegava naquela hora, que nunca tinha frequentado a escola, tinha aluno que já estava lá há dois, três anos, todos, na mesma sala. Tinha criança que chorava o dia inteiro. Eu vim pra cá em agosto. Estávamos em agosto. Tinha uma menina que vinha de Maria da Fé, a gente recebia alunos das cidades vizinhas, e ela chorava o tempo todo, não aceitava agrado, comunicação de ninguém. Foi muito tempo pra chegar até essa menina, porque eles têm muita dificuldade da comunicação, a dificuldade de aceitação do outro... pra criança é muito difícil.

Ana: Como foi esse processo na escola, de separação... separar os alunos, houve separação dos alunos, das salas no caso: primeiro, segundo, terceiro ano, incluindo surdos, conseguiu separar eles por anos escolares?

Maria: Não, quando eu cheguei a escola tinha as turmas normais, como as outras escolas, e, duas turmas de alunos surdos. Uma com os menores e outra com os maiores, tínhamos alunos com mais de vinte anos de idade. A divisão era essa. Eles vieram de uma outra escola, só isso que eu sabia, então a gente chegava e trabalhava, fazia o que era possível, ajudava no que era possível pra gente e pra eles.

Ana: As atividades eram de ensino ou mais atividades lúdicas, de desenho, havia ensino?

Maria: De ensino mesmo. A professora Eliana já tinha feito um curso de língua de sinal em São José, ela ia e voltava. Só ela pra saber explicar, e quando eu cheguei o caminho já estava andado. Eu cheguei e fiquei muito assustada no começo... Meu Deus, como é que eu vou aprender essa língua muito difícil? E aos pouquinhos a gente vai se adaptando, né? Então, a gente trabalhou dentro do que era possível. Na matemática eles têm bastante facilidade porque é concreto e aí se relacionava palavra com o sinal, mas a língua de sinal é uma outra língua, e o português, uma outra. Então, o surdo ele é sempre um estrangeiro na casa dele, na cidade dele. Na terra dele ele é um estrangeiro, imagine você sem saber.... Se você aprendesse algumas palavras de alemão... Você não sabe nada de alemão sabe?

Ana: Nada.

Maria: Então... se você aprendesse algumas palavras básicas de alemão, que é o que acontece com eles, quando estão na escola, eles aprendem um pouco de português pra relacionar com a língua de sinal, e aprende a escrever. E, eu coloco você lá dentro de uma escola na Alemanha onde só tem alemães pra você se virar, comunicar, como seria sua vida na primeira semana? Um mês depois você já teria conhecimento suficiente e entenderia com as pessoas para poder se comunicar e se virar. O surdo não vai evoluir, ele fica exatamente como ele estaria na primeira semana... como você, estaria na primeira semana. Isso é pra sempre na vida dele, por isso eles procuram se relacionar com outros surdos, pra eles se entenderem, na língua deles,

porque as pessoas tem muita dificuldade para entender. Você só vai se dispor para entender a língua de sinais, quando você tem necessidade, quando está diante de um surdo, quando tem que se comunicar com ele, fora isso, você não vai buscar, não é o seu mundo. É muito difícil para eles, por isso a irritação, o nervosismo. São crianças muito irritadas e muito mimadas quando chegam e muitos familiares passam a lidar com essas crianças como se fosse o coitadinho. Então falta um pouquinho do limite, a família não sabe o que fazer. Muitos demoram muito para descobrir o problema da criança. Muitos são tachados de deficiente mental. Quando eles não têm deficiência mental, o problema é a comunicação. É o sofrimento da família, a culpa que a família sente. A mãe que aceita mais fácil, você percebe que a criança desenvolve mais, a mãe que tem mais dificuldade para aceitar... você percebe que a criança também tem dificuldade para desenvolver, o processo é mais lento. Eu acho que eles precisavam muito na escola de um assistente social também, falta para eles, para atender esse lado familiar. Porque abala todo mundo, abala a família inteira, abala o professor. Não é fácil.

Ana: Então Maria como foi depois da sua chegada, na escola, o seu contato com os alunos, o aprendizado, desenvolvimento desses meninos. Esses meninos saíram dessa escola para outras escolas né, como que foi esse processo?

Maria: Foi uma luta, uma luta muito grande dos pais dos maiores que já estavam aqui há muitos anos: a mesma coisa, não evoluíram, não tinham perspectiva e sempre ali, moços já, com mais de vinte anos permanecendo aqui entre as crianças, incomodando até de certa forma, não tinha mais nada a ver, adolescentes, e sem uma perspectiva. Aí, começamos então, a escola junto com os pais a brigar para que uma outra escola desse continuidade ao processo. Foi aí, depois de muita luta, que seria bom você conversar com esses pais também, que conseguiram né, continuar no Major Pereira. Aí o professor daqui acompanhou, aí começou esse trabalho com o intérprete, eles foram para uma sala regular, e trabalhando a turma normal, e o intérprete fazendo a tradução. Mas quando eles saíram daqui a noção que eles tinham de português, matemática, eles estavam bem evoluídos, bem adiantados, tinham bastante conhecimento... Tinha mais coisa para falar... mas a gente esquece.

Ana: Se você lembrar você pode voltar, está bom? A questão do aprendizado de Libras, os pais tinham conhecimento de Libras para ajudar os filhos, se comunicar com eles?

Maria: Nesses cursos que a Eliana fazia no final de semana e depois veio um professor de Belo Horizonte, surdo também, para passar. Então vinham pessoas da comunidade, os pais dos alunos, professores da escola que interessaram eram pouquíssimos, eram um ou outro, porque ninguém queria assumir aquela turma que era muito difícil, então ninguém ia lá aprender para não ter que assumir né. Porque quem aprendeu ganhou a turma, o que foi o meu caso. E então... quando a gente trabalhava no tempo integral, eu aproveitava para ensinar para as crianças da escola também a língua. As crianças ditas normais...

Ana: Ouvintes...

Maria: Isso, os ouvintes, eu passava para eles, porque eles queriam conversar com os colegas, achavam interessante aprender. Pelo menos umas noções básicas eu passava para eles, para eles conseguirem conversar com aquelas crianças. Eles achavam muito interessante só que, depois que acabaram os alunos, acabou o interesse também. E aí depende do interesse de cada um, mas a família vinha interessada em aprender. Tinham alguns casos de rejeição da língua de sinal. Eu me lembro de uma mãe só, que rejeitava, que não queria que o filho aprendesse língua de sinal, aí tirava da escola, mandava para a casa do pai, os pais eram separados, depois voltava, o menino sabendo muito menos, ela teve muito dificuldade de aceitar a surdez do

filho. O menino era gêmeo e teve meningite, ficou surdo por meningite. Os outros tinha uma turma inteira, alunos pequenos, foi uma turma que veio depois, todos ficaram surdos por rubéola, algo que poderia ser prevenido, um surto de rubéola muito grande, que teve muito tempo atrás, e muitos já nasceram com surdez. Muitas mães se sentiram culpadas por isso... “Ah por que que eu fui na naquela casa? Aquele dia... tinha uma pessoa doente”. “Quando eu estava grávida... na firma que meu marido trabalhava tinha um surto... então ele veio para casa, dispensaram... eu peguei a doença”. Então casos assim. Não tinham sido vacinadas e aconteceu... Têm muito medo do implante coclear também. Muitos poderiam ter feito, a mãe não quis fazer por medo das consequências, medo da criança ter problema depois, medo da cirurgia.

Ana: Você acha que faltou a essas famílias esclarecimento, apoio do Estado? Como você mesmo disse do assistente social, psicólogo, enfim... que pudesse apoiar, instruir, que pudesse encaminhar a família, para poder ajudar o filho de verdade, não excluindo, protegendo, minando...

Maria: A demora na descoberta da surdez é fatal no desenvolvimento da criança. Quando a criança... quando a surdez é descoberta logo no início e a criança passa a ser cuidada da forma que ela precisa, o desenvolvimento é outro, com a aceitação da família. Mas quando vai ficando, ficando... é muito complicado. Eu recebi uma aluna com vinte e cinco anos, surda que nunca tinha ido na escola, nenhuma escola aceitou, tinha uma irmã de trinta e cinco que veio junto, também nas mesmas condições. E, outra irmã de quarenta, três irmãs surdas que ficavam em casa. Essa de quarenta não teve condições de vir para a escola, era agressiva... ficava com a mãe. Essas duas aprenderam muito, ficaram misturadas com as crianças pequenas. Eu tinha criança de cinco anos, de seis, de oito, dez, adolescente tinha outro de treze, um comportamento complicado e mais as duas adultas juntas na mesma sala. Mesmo assim elas aprenderam bastante, aproveitaram bastante, depois passaram a namorar um surdo da outra sala, se casaram, tem filhos hoje, os filhos são ouvintes e levam uma vida normal, estão muito bem, trabalham. É uma história de sucesso, que dá muita alegria pra gente.

Ana: Fantástico... Desses alunos que você acompanhou você conseguia perceber a diferença quando a família era presente, interferia positivamente, dos que vieram totalmente sem acompanhamento, sem apoio?

Maria: Era bem claro. É o que eu acabei de falar, com certeza faz toda a diferença. E do que descobriu mais cedo também, teve mais apoio, a diferença é muito grande. E a questão do limite também é muito complicada, faz toda a diferença, com qualquer criança né, com eles também.

Ana: Maria, você mesmo já falou né... que a falta de informação, de um diagnóstico precoce logo quando nasce, que muitos são congênitos, outros adquirem em razão dessas doenças infantis né, faz toda a diferença na vida, no desenvolvimento da pessoa surda. Você como Especialista da Educação, o que, que você tendo tido contato com esses alunos esses anos, que sentimentos que você experimentou? O que você percebeu que poderia ter feito a diferença na vida dessas crianças e dessas famílias?

Maria: Primeiro o diagnóstico precoce, o teste da orelhinha, faz o teste do pezinho, porque não fazer o da orelhinha, hum... do olhinho, tudo... vamos cuidar logo que a criança nasceu. Tem um problema... vamos cuidar já, porque muitos pais têm dificuldade de aceitar depois. Você está vendo que a criança tem um problema, você chama o pai, você conversa... mas ele se acomoda... “Não, não tem problema, isso não está acontecendo”. Ele não quer ver... a

dificuldade de aceitar. Agora se é um médico que fala logo no nascimento é diferente, então acho que é a primeira coisa. Feito o diagnóstico, o encaminhamento, vamos lá... assistência social, psicólogo, primeiro a aceitação. E vamos ver todos os recursos que a medicina permite e a escola especializada. Não há o que fazer, o problema é esse aí? É isso que dá fazer? Mudar não vai. Ele não vai começar a ouvir só por isso. Vai fazer o implante coclear ou não? Qual a vantagem e a desvantagem de cada processo? O que pode ser feito, e o que não pode... e permitir que a família faça a escolha. Como vai ser cuidada essa criança? Hum... Vamos usar a língua de sinais... ou não? Existem casos de surdos que aprenderam a falar com outros métodos seguindo com a sensação aqui da garganta, sabe permite, mas é muito difícil, essa sensação é muito complicada, não é para qualquer um. Então ver o que é possível. Instruir esses pais, orientar, falta muita orientação para a família como um todo. E a própria família rejeita às vezes. Avôs, tios, pais se sentem muito sozinhos, culpados, nervosos, perdidos mesmo.

Ana: O Estado podia desempenhar um papel importante nesse processo né... de apoio às famílias.

Maria: Acho que já foi dado o primeiro passo porque, por esse caso mesmo que eu tive, das alunas com vinte e cinco, trinta e cinco anos, mostra que alguma evolução já houve, porque essas pessoas ficavam presas em casa, o problema da família, fecha lá, cada um cuida do seu e acabou, né. Agora pelo menos já teve uma abertura. A gente nem deveria pela idade, era nem para a gente ter aceitado, mas pelo lado humano a escola, né... permitiu que elas estivessem aqui, permitiu que elas estivessem na sala, trabalhei com elas sem problema algum, porque elas deveriam ter ido para a educação de jovens e adultos, que... a gente sabe muito bem, que não ia resolver o problema delas. Então na turma específica o trabalho foi muito melhor. Então já foi dado o primeiro passo, mas precisa fazer muito mais, muito mais e que hajam centros especializados, mais próximos. Que o mais próximo que a gente conhece aqui, que tem uma especialização maior é em Bauru, bem longe, difícil né.

Ana: Maria, no caso dos alunos já com idade mais adiantada, com vinte e cinco, trinta e cinco anos... o que moveu essas pessoas até a escola? Foram os pais, foram elas próprias que vieram procurar? Você se lembra?

Maria: É que, quando você tem um problema, você procura se juntar com alguém que tem o mesmo problema que você, então através dos pais, um vai conversando com o outro, encontra aqui e ali, acabaram descobrindo que tinha a escola, a mãe veio conversar e perguntou se poderia trazer. E a escola aceitou, a diretora liberou, traz para conhecer, para ver, muitos, a maioria, no começo, como vinham de fora, na verdade foi o tempo todo para falar a verdade, as mães vinham, muitos tomavam dois ônibus, vinham de zona rural, com chuva, como estivesse, estavam aqui às sete da manhã. A mãe sentava ali fora e ficava esperando o filho sair às onze e meia, todos os dias. Imagina a dedicação que é preciso para isso. Todos os dias, você deixa tudo. Tinha mãe que só tinha aquele filho. Tinha mãe que tinha outras crianças, às vezes trazia o filho menor, ficava ali, o tempo todo segurando. E a escola, a barra que teve que segurar, porque ficavam ali, tinha dia que até incomodava, cinco, seis mães, paradas ali, sentadas o tempo todo, algumas até ajudavam na escola a fazer algum serviço... Bem complicado para elas, outras ficavam fazendo crochê, conversando, esperando o tempo passar para levar a criança para a casa.

Ana: E teve caso de mãe que sabia Libras, que interferiu de alguma forma, que queria ajudar a escola, tem algum relato?

Maria: Não elas aprenderam aqui, aprenderam com a gente, na medida que foram aprendendo... tem o caso da Cida que se tornou até professora agora, intérprete, ela foi estudando, estudando junto com a filha. No início até ter o diagnóstico, ela ficava desesperada, que a menina chorava, batia a cabeça na parede, ela não sabia o que estava acontecendo, pensava que a menina tinha outros problemas... até descobrir que a menina tinha surdez, você vai ver quando ela te contar a história, fantástica a história dela.

Ana: Maria você acha que o ambiente escolar foi propício ao atendimento dos alunos surdos? Houve aceitação dos alunos na escola, por parte da diretora, dos especialistas? Isso favoreceu o desenvolvimento deles?

Maria: Ah sim... com certeza, o acolhimento foi total, até pelo lado humano, você vivia... você virava mãe daquelas crianças, partia para defesa deles, pros outros alunos também foi muito importante, aceitar, conhecer, entender a deficiência do outro, essa convivência foi muito positiva para os dois lados. Eu não sou a favor de colocar um surdo numa turma de vinte, trinta crianças ouvintes, com apenas um intérprete, mas eu acho que integrar dentro de uma escola regular com uma professora que tenha conhecimento de Libras para trabalhar com a turma de surdos, eu achei que foi fundamental para o desenvolvimento deles. Agora dentro da sala, já inclusos, o pequeno não, é muito complicado. Eu acho que é muito difícil, porque é muito difícil dar conta até dos problemas sociais que estão vindo com as crianças ouvintes, que são muitos e muitos, aí o surdo vai ficando, ficando, ficando... e ele precisa de muita atenção para ele. Ele precisa da atenção que ele merece, tem direito, ele precisa de um professor só para ele, e tem que ter.

Ana: Esse modelo atual da escola inclusiva, onde na mesma sala deve estar incluídas pessoas com... ouvintes, surdos e com outras deficiências, você como Especialista da Educação, você já se manifestou inclusive...

Maria: Nas séries iniciais não.

Ana: Nas séries iniciais não...

Maria: Nessa parte inicial do ensino fundamental eu acho que não, ele precisa de muito mais atenção, ele é muito imaturo ainda, ele tem que estar dentro de uma escola regular sim, ter convivência com as outras crianças, fazer parte desse mundo, mas dentro da sala de aula não. Eu acho que ele tem que ter uma turma só dele, com menos alunos para ele ter toda a atenção que ele precisa, para depois ele ser incluído numa turma regular com o intérprete. Porque o intérprete é só um apoio. É aquele caso que eu disse, vai para uma escola alemã, dentro da Alemanha, sem saber nada e fica lá perdido, a primeira semana vai ser trágico, em seis meses nós estaremos falando alemão, aprendendo a contar a história que sofremos muito, mas aprendemos. E eles vão continuar naquela... na mesma situação daquela nossa primeira semana, porque é muito diferente para eles, é muito diferente... por que se chega uma pessoa para você e vai falar produza um texto em alemão, quando você só sabe algumas palavras. Que é o que acontece eles tem de produzir um texto em português, eles não vão produzir um texto em Libras. E aí? O português para eles é muito diferente.

Ana: Como é o processo de avaliação dos alunos surdos? Como foi o processo de avaliação dos alunos surdos? Eles podiam fazer em Libras? Tinham que responder em português?

Maria: Não, não... em português. Sempre em português. Só que era de acordo com o que era ensinado. Que a gente vai mais devagar, de acordo com o desenvolvimento deles. Tem uns

que desenvolvem muito rápido. Tinha um que falava bem. Esse tinha o mesmo nível de surdez dos outros, mas teve uma aceitação muito maior da família. A mãe era tranquila, ele não tinha vergonha de falar, porque muitos não falam porque têm vergonha, até conseguem, mas têm vergonha. E, quando chegou maio, o menino estava lendo, até eu assustei. Lia mesmo, pegava o livro e lia porque ele falava para a gente e a gente conseguia entender. Não que ele entendesse perfeitamente tudo, mas ele conseguia saber o que estava escrito, falar para gente, pelo menos interpretar. Diz que ele não está mais assim, com esse desenvolvimento.

Ana: Por quê?

Maria: Não sei o que aconteceu, porque agora eu não acompanho mais, mas ficou meio preguiçoso, entrou naquela fase de adolescente, não quer saber. Porque quando eles não querem saber de uma coisa, eles viram o rosto, eles fecham o olho e acabou. Se eles estão levando um pito né, e não que, eles fecham os olhos viram o rosto, não quero falar com você e pronto, pode fazer o sinal que você quiser.

Ana: Esse aluno estaria em que série hoje?

Maria: Não tenho certeza, mas acho que já está no ensino médio... fim do ensino fundamental, início do ensino médio, não tenho certeza.

Ana: Maria, hoje qual é a situação do ensino dos surdos aqui na escola, na cidade de Itajubá, você tem uma ideia?

Maria: Não, eu sei que agora estão inclusos e só tem alunos surdos no Major Pereira. Aqui na nossa escola não temos mais alunos e eu não tenho mais contato com eles.

Ana: Mas se houver, porque na verdade você me falou que a escola Rafael Magalhães é a única escola do ensino...

Maria: Que aceitou, cuidou e trabalhou para valer esse tempo todo, graças a essa escola, ao trabalho que a gente fez aqui, é que eles estão por aí, trabalhando em muitas empresas aqui da cidade, na Mahle, na AFL, tem muitos alunos daqui em lojas, com uma vida normal.

Ana: O que eu quis perguntar para você é o seguinte: que do Estado a única escola da região de primeiro ao 5º ano é o Rafael Magalhães. Esse ensino hoje está reservado ao município, certo? Vocês podem até receber surdos desde que eles sejam aqui da região, ou eles vão ser todos direcionados para o município, para o ensino municipal?

Maria: Pela lei atual deveriam ir para a escola mais próxima da casa deles porque eles têm o direito de estar incluso em qualquer sala, e o Estado tem a obrigação de ter intérprete para estar lá. Agora se tem intérprete para estar lá é uma outra história.

Ana: Há quanto tempo não tem aluno surdo na escola Rafael Magalhães em razão dessas mudanças?

Maria: Não tem porque eles terminaram o 5º ano e foram embora, Foram para outras escolas. Se surgirem outras crianças surdas poderão vir.

Ana: No município você tem ideia, se nesses primeiros anos...

Maria: ... todos que apareciam vinham para cá, mandavam para cá, todo mundo mandava para cá.

Ana: Mas atualmente, você tem conhecimento se existe intérprete, se as creches também disponibiliza intérpretes para ensino nos primeiros anos?

Maria: No Major Pereira eu sei que tem. Agora nas outras escolas eu não sei se tem crianças surdas e não sei como... Aí cabe a direção da escola procurar os recursos necessários, é obrigação dela e é o direito da criança.

Ana: Maria por favor, quer fazer seus comentários finais, fique à vontade.

Maria: Eu acho que já foi tudo falado.

Ana: O que você guardou dessa experiência? Valeu a pena?

Maria: Valeu a pena. Valeu a pena sim. Você acaba fazendo uma coisa assim que nem acreditava, é um susto. Mas você descobre que é capaz, você vai lutando no dia a dia e descobrindo. Mas não gostaria de repetir não.

Ana: Por quê?

Maria: Queria que não houvesse mais crianças surdas né, com deficiência né. Eu estou aposentando e não tenho interesse em continuar esse trabalho. Mas se houver necessidade, se precisar eu estou disposta, eu estou encerrando o magistério.

Ana: Com certeza Maria, se essa experiência toda, esse sofrimento todo que foi experimentado pelos pais, pelos professores, pelos alunos, se convertesse num atendimento melhor, num diagnóstico precoce... com certeza a história seria diferente.

Maria: Faria toda a diferença.

Ana: Mais alguma coisa?

Maria: Não.

Ana: Bom eu te agradeço imensamente por todas essas informações, elas foram muito ricas. Me coloco também à disposição para qualquer coisa Muito obrigada, até para te dar um retorno desse trabalho e se houver necessidade eu volto.

Maria: Ah pode voltar, nós estamos aí, sempre disposto. O que a gente poder fazer, ajudar, esclarecer, para ajudar no trabalho com o surdo, para melhorar a vida dessas pessoas, eu acho que a gente tem que viver para servir, se não for para isso... se eu puder fazer alguma coisa para ajudar... agora profissionalmente eu não gostaria de repetir. Mas se alguém precisar de mim para trabalhar... eu estou disposta, tem o material que eu usei sem problema algum.

Ana: Obrigada.

E) - QUINTA ENTREVISTA – ELIANA

– 1ª PARTE

Ana – Bom dia Eliana meu nome é Ana Lucia Saia, eu sou aluna do curso de mestrado da UNIFEI aqui de Itajubá, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e eu estou estudando a questão da inclusão do surdo, a inclusão escolar das pessoas surdas aqui na cidade de Itajubá surdo. E, seu nome foi citado como alguém que com as crianças surdas num momento importante da história da escola inclusiva e eu gostaria então que você colocasse para a gente essas informações. Primeiramente então gostaria que você se apresentasse e falasse um pouco da sua vida profissional.

Eliana – Bom dia, meu nome é Eliana trabalho com a educação especial há mais ou menos uns 20 anos. Sou formada em pedagogia e também pós graduada em educação especial inclusiva. Meu trabalho começou, como eu disse, começou há 20 atrás trabalhando com alunos surdos, e de lá para cá houve bastante modificação, muitas modificações. Vamos dizer assim dentro da parte burocrática do Estado. Agora com as perguntas direcionadas a gente vai vendo o maior interesse com relação a isso.

Ana – Eliana por favor você já começou trabalhando como professora na escola especial?

Eliana – Foi pouco tempo na educação regular, mais ou menos uns 06 meses na escola regular. Logo depois já comecei a trabalhar com os alunos surdos na extinta Escola Estadual Carmo Cascardo, hoje é uma escola municipal. Comecei o trabalho com os surdos lá.

Ana – Eliana por favor nos informe mais a respeito dessa escola Carmo Cascardo Ela tratava só de surdos, ou todas as crianças com deficiência iam para lá, como que estava organizada, você se recorda?

Eliana – Era uma escola de primeira à quarta, antigamente falava assim. Hoje é primeira ao quinto ano. Era uma escola de primeira à quarta. E havia nessa escola uma sala que atendia a alunos surdos. Era uma sala só de alunos surdos e o professor trabalhando com eles. Tanto todas as matérias e utilizando a linguagem de sinais, passando né as disciplinas né separada onde o professor trabalhava todas as disciplinas. Então era uma escola de ensino regular, porém com uma sala de deficientes auditivos.

Ana – Então nessa sala você trabalhou por quantos anos?

Eliana – Bem lá acho que foram 05 anos. Depois lá municipalizou, eu vim para cá no Rafael Magalhães. Continuei o trabalho com eles aqui no Rafael Magalhães, em sala só com surdos. Depois disso veio a resolução do governo de que essas crianças fossem incluídas né... numa sala de ensino normal, que tivesse os surdos, não só o professor com a sala de surdos, e sim uma sala de ouvintes com surdos juntos, porém o intérprete acompanhando esses surdos.

Ana – Você trabalhou por 05 anos na EECC. Esses alunos que você acompanhou lá eles a sair dessa escola para ir para outras escolas, como foi?

Eliana – Eles foram encaminhados aqui para o Rafael Magalhães, mas daqui foram terminando o curso de 1ª a 4ª, terminando o ensino fundamental, foram para outra escola: o Major, e lá formaram, fizeram o curso até o 3º colegial.

Ana – Sim, mas o que eu quero saber: ... então tinha uma sala que atendia a todos os surdos... E nós sabemos que os anos escolares estão divididos de 1ª a 4ª série, então todos os alunos surdos estavam em uma mesma sala, onde eram ensinados todos os conteúdos ao mesmo tempo?

Eliana – É ... na verdade tinha uma turma de manhã e outra à tarde, me recordo agora... tinha uma sala com outra professora de manhã e outra à tarde ... Eles, como eles entram tardiamente na escola... quando eles entravam, eles entravam já todos no mesmo nível escolar, idade diferenciada, mas o nível escolar o mesmo, porém: zero. Tinha 6 anos, tinha 15 anos eles dentro do nível pedagógico... assim a mesma coisa. A idade era diferenciada. E o nosso trabalho era quase que contínuo, sempre trabalhando com eles dando continuidade, como se fosse um ciclo né. A cada ... primeiro ano por exemplo ... a gente trabalhava dois anos para terminar esse primeiro ano, e assim ia, segundo ano...

Ana – E se no ano seguinte, como só tinha duas turmas entrasse um novo aluno... ele tinha que entrar em uma sala que já estava em continuidade ...

Eliana – O professor tinha que fazer aquele trabalho de uma sala multisseriada... né. A gente fazia. Por ser uma turma com menos aluno, um número menor de alunos, nós tínhamos que fazer um trabalho diferenciado dentro de uma sala só, primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, mutisseriado...

Ana – Atendia então...

Eliana – Atendia a demanda da maneira que era possível...

Ana – Você fazia então uma divisão naquela sala...

Eliana – Multisseriada... séries. Primeiro ano a gente atendia dois alunos, segundo ano... três alunos, e assim a gente ia vendo as dificuldades como um todo.

Ana – Quando você, como professora entendia que eles tinham esgotado os conteúdos, quarto ano, o que acontecia?

Eliana – Ai nesse momento foi que eles tiveram a terminalidade escolar de primeira a quarta e foram encaminhados para as séries finais do ensino fundamental e foram encaminhados para o Major.

Ana – Mas nessa primeira época, lá do Carmo Cascardo, eles já eram matriculados, já iam para o Major, ou isso foi uma vitória, uma conquista que se deu depois...

Eliana - Foi depois. Eles ficavam alguns anos no Carmo Cascardo, eu não sei exatamente... teria que pegar toda a documentação, quatro ou cinco anos ... um ano, trabalhava dois anos com eles, daqueles conteúdos. Depois viemos aqui para o Rafael. Foi dada continuidade de toda a matéria, do conteúdo, aqui no Rafael. Daqui eles foram para o Major.

Ana – Quando você começou a trabalhar com os alunos surdos você já tinha conhecimento de Libras. O Estado de deu elementos para isso, cursos, como foi esse processo seu, pessoal, para poder trabalhar com essas pessoas?

Eliana – No início foi uma luta muito grande, porque quando eu fui contratada lá no Carmo Cascardo, como eu disse, nos primeiros seis meses foi numa sala regular, eu não sabia nada de Libras. Não conhecia, nem nunca tinha visto um surdo, vamos dizer assim nunca tinha tido contato com um surdo, com um indivíduo surdo. E, como eu era contratada, eu pegava a sala que tinha disponível para mim ou outra pessoa pegaria aquele trabalho. Eu fui e enfrentei, entrei na sala, tinha apenas um livro lá de linguagem de sinais. E fui aprendendo com esse livro, e com eles mesmos, porque a língua a gente aprende com os próprios alunos. Apesar que esses alunos surdos, eles não conheciam a sua própria língua, quando eles entraram na escola eles não conheciam a Libras. Então o professor não conhecia a língua e eles não conheciam. Então nos fomos aprendendo juntos. Ai a partir disso, passados os anos, eu com o meu livrinho, os alunos e eu somente, não tinha nenhum apoio do Estado, do Governo, da escola também, direção, supervisão... Não sabiam, não tinham contato nenhum ... ai, com o passar do tempo surgiram alguns cursos para serem feitos. Porque a demanda começou a crescer, eram 15 ou 16, depois foi surgindo uma demanda maior. Ai nessa época foi proposto um curso particular, eu fui pagando do meu bolso, fui para São José dos Campos durante um mês.

Ana – Foi proposto por quem, ou você que foi atrás?

Eliana – Uma amiga e supervisora da escola disse: está tendo um curso em São José dos Campos, porém não vai ser pago por ninguém, você vai ter que tirar do seu dinheiro a passagem... a passagem eu acho que a escola me ajudou... nem lembro. Essa época eu já estava aqui no Rafael. Na época lá do Carmo Cascardo: zero. Não sabia nem onde procurar uma ajuda. Ai, depois disso, vindo para cá, a supervisora daqui, que se empenhou muito na época, a Rute, que era supervisora aqui... e ela tinha familiares em São José dos Campos, e ela ficou sabendo. E onde eu comecei por conta a fazer o curso em São José dos Campos. Depois disso surgiu curso pelo Estado. De Belo Horizonte vinham para cá oferecer curso. E assim eu fui estudando primeiramente com os meus livros, depois com os cursos oferecidos pelo Governo.

Ana – Eliana como que você avalia a situação da família no atendimento, na educação da criança surda?

Eliana – É ... não só da criança surda, mas também a do ensino regular, infelizmente não temos muito apoio da família não. Hoje não sei como a família vê a escola ... “eu vou deixar meu filho e eles que ... né... que dão conta... do que não estão dando conta dentro de casa... infelizmente vamos ver se os professores dão conta né... E com o surdo é a mesma coisa. Ai o que dificulta mais a meu ver, era que eles por falarem outra língua, a maioria dos pais não sabia a própria que o português, por serem analfabeto. Como que não sabendo a própria língua vai saber a língua do filho. Isso dificultava muito a questão de comunicação. E se não tem comunicação não tem apoio. Não tem apoio o filho e muito menos o professor e a escola.

Ana – A gente pode dizer que o ensino de Libras foi delegado para a escola?

Eliana – É assim. Uma minoria ... conheci uma mãe muito dedicada, de fora daqui, foi uma pessoa que me ajudou muito lá de Gonçalves com material didático, pedagógico e literário, me ajudou muito. Você vê ... é uma mãe que... a minoria tem interesse. A mãe aprendeu a linguagem de sinais para ajudar o seu filho. E assim seria muito mais fácil. A língua tem que ser aprendida desde que você nasce, para depois ingressar em uma escola. Ai a criança vai ingressar na escola para depois para aprender aquela língua.

Ana – Você acha que esse aprendizado tardio, no caso, só quando a criança entra na escola prejudica no desenvolvimento cognitivo da criança?

Eliana – Com certeza, é a mesma coisa da gente pegar uma criança aqui do primeiro ano e aí que vai ter noção da língua portuguesa. Isso com certeza prejudica bastante. Vindo já com o pré-requisito, conhecendo alguns sinais ficava tudo mais fácil.

Ana – Eliana, então não existe serviço... uma intervenção do Estado, uma orientação do Estado para ajudar essas famílias que tem filhos surdos. Você tem conhecimento? Existe alguma coisa?

Eliana – Eu lembro que foi feito assim, quando nós fizemos os cursos, eu a supervisora fizemos fora, foi feito encontro de mães em horário de módulo, que as professoras tinham que cumprir, as mães vinham. A gente passava o curso que a gente aprendia lá fora, passava para as mães, para as mães ter uma melhor comunicação com o filho em casa. Então era uma coisa que partia da gente para multiplicar aquilo que a gente estava aprendendo, passar para a frente. Mas infelizmente era uma minoria que aparecia e tinha interesse de aprender o que seu próprio filho estava aprendendo. Então o pessoal do Estado eles passavam para os professores, para os profissionais dele que eles estavam investindo. E cabia a nós passar isso para frente.

Ana – Esse é um segundo momento né? Depois que veio os professores de Belo Horizonte, mas antes vocês ...

Eliana – Não tinha não ... a linguagem de sinais... a educação dos surdos está engatinhando... nós estamos em um processo de início para tudo. Esse susto que você levou quando viu os números, porque esses alunos chegam tão poucos na faculdade, na minha opinião o que está acontecendo: primeiro foi a falta de apoio dentro do ensino, na minha opinião mesmo, na minha opinião né, o Estado não está preocupado com a educação. E vai se preocupar com a educação do deficiente... não vai! Na minha opinião não vai se preocupar com isso! Fala-se muita coisa, muita coisa linda e maravilhosa na televisão... tudo é balela né! Aí o que que acontece... então a gente não tinha apoio nenhum. Depois que começamos a correr atrás sozinhos... depois que o governo..." realmente não podemos ficar escondidos e fazer de conta que eles não existem porquê... muitos surdos de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro começaram a reivindicar né... Aqui no nosso interior não tem essa coisa de reivindicação. Mas, tem uns surdos aí, já fui em congressos de surdos, que você fica bobo de ver o quanto eles são...

Ana - Você foi?

Eliana – Fui já participei de congressos em Belo Horizonte, e eles brigam, vão atrás, eles querem os direitos deles, então o governo não podia omitir né, o que está tão à vista, que estava acontecendo.

Só que depois disso... o nosso trabalho era professor e surdo dentro da sala de aula. Qual que era a inclusão: na hora do recreio, na hora do auditório, em uma festa... todo mundo junto. Mas também na minha opinião... tudo que era oneroso para o Estado... vamos cortar. Uma sala só para surdo, um professor só para surdo... coloca o surdo todos os surdos dentro de uma sala de ensino regular. Não só o surdo, isso era com todas as deficiências. Vamos colocar todos juntos Na minha opinião para reduzir gastos do Estado. Para falar diretamente aos

surdos... pra mim isso prejudicou muito, porque o surdo... essa falta de comunicação... ah ele não tem problema cognitivo nenhum, mas a falta de comunicação faz uma diferença muito grande. Tem uma sala com 30 alunos, entra uma professora só para dar aula, como é que trabalha esse surdo? Ah tem o intérprete... então o intérprete que se vire então. O professor não sabe que... sempre ouço isso dos professores... ah a gente não foi instruído para como trabalhar com essa diferença dentro da sala de aula. Nós que estamos diretamente trabalhando com as deficiências, a gente procura saber como lidar com isso, como eu vi no curso de pós graduação. Mas o professor da sala do ensino regular acaba não procurando esse tipo de coisa e, também não é ofertado para ele isso. Ai ele esconde atrás disso e fala: “Eu não sei como trabalhar” e faz um aula expositiva, não coloca um mapa, não trabalha de didáticas diferentes para favorecer aquele aluno com uma deficiência auditiva na sala de aula. E isso a meu foi prejudicando muito, porque tem uma sala com 30, 40 alunos, e 1, 2, 3, 4, 5 surdos ali, o intérprete ali traduzindo... precisava de uma maneira diferenciada para atender aquele surdo. Aquela pessoa precisa de uma atenção maior ali. E essa inclusão que o Estado diz que era feita com todos iguais causou esse problema que hoje em dia, eles não conseguem ir para frente. Tem 30 alunos... vou dar atenção para quem? Para os 30 que ouvem ... não vou dar para uns 3 ou 4, eu vejo isso.

Ana – Aqui na escola Rafael Magalhães você pegou ... a primeira fase. Você veio para cá com os alunos que estavam no Carmo Cascardo em razão da municipalização do ensino, certo? Você está na escola há quantos anos?

Eliana – Eu estou no Estado há 22 anos.

Ana – Depois que eles vieram para cá passou-se a falar de educação inclusiva, porque eles vieram ainda no sistema da escola especial certo. Depois começou a se falar da educação inclusiva. Aqui no Rafael houve essa tentativa de fazer inclusão, separando eles por sala, ou eles ficaram concentrados em uma sala só?

Eliana – Um pouco antes... eu já não estava mais aqui... ai já era a Maria que trabalhou com eles, a Ângela, outra intérprete que trabalha comigo no Major. Foram outros professores que trabalharam com eles aqui. Mais no finalzinho ...

(A entrevista foi interrompida em razão do fim do intervalo da aula de educação física. Foi combinado a sua continuação em outra data).

2ª PARTE

Ana: Boa tarde Eliana, meu nome é Ana Lúcia, eu sou aluna do curso de mestrado aqui da UNIFEI, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade e eu estou estudando a inclusão do aluno surdo na cidade de Itajubá. Eu gostaria que você, que foi citada como alguém que trabalhou e trabalha com a educação dos alunos surdos, relatasse um pouco da sua experiência. Primeiro queria que você se apresentasse, colocasse a sua formação, o tempo em que você trabalha com a educação, enfim essas questões.

Eliana: Boa tarde, meu nome é Eliana, trabalho muitos anos com surdos, sou formada em pedagogia e especializada em educação especial inclusiva, estou a uma longa data já nesse trabalho. Atualmente trabalho como intérprete aqui na Escola Major João Pereira, numa sala do 2º ano do colegial.

Ana: Por favor, Eliana, gostaria que você nos relatasse o que você tem de dados a respeito da educação de surdos na cidade de Itajubá, a sua participação nesse processo de educação na cidade de Itajubá, desde o início.

Eliana: Como foi Ana? Os dados que você deseja? Como que aconteceu...

Ana: Isso... como você teve contato com a educação dos surdos?

Eliana: Iniciou tudo em 1990, a data eu não me recordo agora, eu como professora contratada na época, e como nenhum professor parava, vamos dizer assim, não dava conta de dar continuidade na sala dos surdos que existia na extinta Escola Estadual Carmo Cascardo, tendo passado vários professores efetivos e nenhum deles se adaptou, aí chegou até o momento em que a Diretora me convocou para que assumisse a sala de surdos. E assim foi. Eu entrei pra trabalhar com alunos surdos e não sabendo a linguagem deles, e eles não conheciam a sua própria língua que é Língua Brasileira de Sinais, no início foi assim. Ali ficamos alguns anos trabalhando com os surdos no Carmo Cascardo, no meu caso eu só tinha um livro de linguagem de sinais, tentava tirar as minhas dúvidas nesse livro para poder me comunicar com os alunos, nós usamos na verdade mais uma comunicação “caseira” tanto os alunos quanto o professor, e no tempo que permanecemos no Carmo Cascardo foi assim...Tinha um contato professor e aluno através de sinais “caseiros”, nada mais... Não vem a palavra agora... Uma linguagem oficial não havia, não havia.

Ana: Esses alunos quando você ingressou na escola por volta de 1990, esses alunos já estavam lá?

Eliana: Já, quando comecei a trabalhar com eles, eles já estavam lá. Não me recordo por quanto tempo, e nem quantos professores tinham passado nas salas... Mas eles já estavam lá.

Ana: Você trabalhou com eles nessa escola por quanto tempo?

Eliana: Mais ou menos uns seis anos nós trabalhamos no Carmo Cascardo. Seis anos.

Ana: E depois desse tempo o que aconteceu?

Eliana: A escola foi municipalizada e foi necessário então que esses alunos fossem transferidos para outra escola do Estado. E eles foram para a Escola Estadual Professor Rafael Magalhães. Após seis anos de trabalho com eles no Carmo Cascardo, fomos para o Rafael Magalhães. E lá realmente deu início a uma preocupação maior com esses alunos. Chegando lá a supervisora Rute, que foi a primeira que achou por bem, corremos atrás, já que o Estado não nos amparava, de corrermos atrás com recursos próprios e para aprender a linguagem de sinais, para poder dar um apoio realmente necessário, e o direito, para aquele aluno que estava ali e precisava desse apoio. Então foi onde a gente foi fazer cursos fora, fomos para São José dos Campos.

Ana: Foi só você?

Eliana: Eu e a supervisora

.

Ana: Relate como foi o seu retorno, o conhecimento da língua de sinais, para o seu relacionamento com os seus alunos?

Eliana: Foi um crescimento muito significativo, porque com o primeiro curso de Libras que eu fiz, em contato com um surdo que já conhecia a linguagem de sinais, aí eu fui vendo o quanto eu já havia errado, o quanto eu já havia passado coisas que não deveria ter passado, coisas que deveria ter feito e não foi feito. Então, ao mesmo tempo em que foi um susto muito grande, foi uma coisa muito boa. Porque ali foi o ponto de partida pra começar realmente um trabalho com qualidade para os alunos surdos. Houve uma diferença bem grande em comparação de quando a gente não tinha o contato da linguagem de sinais, até eu fazer o curso e conseguir um contato maior.

Ana: Então o curso te ajudou a aprender e a ensinar ao mesmo tempo!

Eliana: Sim...

Ana: E os outros profissionais da escola também se interessaram em aprender?

Eliana: Depois que eu e a supervisora finalizamos esse curso em São José dos Campos, surgiu a ideia de passarmos esse aprendizado para a comunidade escolar, tanto para os professores que tinham interesse, serviçais, diretores se tivessem interesse, quanto para os pais que não conheciam a própria língua dos seus filhos, que é a linguagem de sinais. Aí surgiu a ideia de num horário extra, de fazermos, de convidar os pais para participar desse curso e aprender os sinais básicos, pra poder conversar com seus filhos em casa e ajudar numa tarefa, num trabalho, para dar continuidade no que estava sendo feito em sala, ser feito em casa.

Ana: Houve interesse?

Eliana: No início até que sim. Mas daí a gente se deparou com o seguinte: muitos pais não conheciam a sua própria língua, que é o Português, tínhamos muitos pais analfabetos. Então como que eu vou ter o interesse de aprender uma nova língua se eu não conheço a minha própria língua? Então foi um trabalho que infelizmente não durou muito tempo, por falta de clientela. Não houve muito interesse dos pais, porque pra você aprender uma língua, você tem que conhecer a sua língua própria. Então houve bastante barreira em relação a isso.

Ana: Mas o atendimento ao aluno surdo lá na Escola Rafael Magalhães, em razão dos cursos que vocês fizeram, deu resultado? Você pode dizer se deu resultado? Como você avalia a educação que os surdos tiveram na Escola Rafael Magalhães?

Eliana: É houve resultados sim, porque nada foi em vão... Depois que eles saíram do Carmo Cascardo, e começou a ter um conhecimento mais esquematizado né, a partir dos cursos que a gente foi realizando, depois disso começou a ter cursos com um pessoal de Belo Horizonte, tudo, conhecedores da língua de sinais, trazendo conhecimento para gente aqui em Itajubá. Todas as vezes que a gente participava desses cursos, qualquer coisa, a gente dava um jeito de passar para a comunidade, né. E tudo isso foi ajudando no crescimento. Foi crescendo, com o tempo, os alunos conseguiram sair dos anos iniciais do ensino fundamental, se formaram, aonde eles vieram para aqui... Foram para a Escola Major João Pereira para cursar da 5ª a 8ª de antigamente, era de 5ª a 8ª, hoje 6º ao 9º ano, né. Mas foi um crescimento grande sim, eles avançaram, eles foram pra frente...

Ana: Você pode dizer que o conhecimento de Libras foi fundamental nesse crescimento deles escolar?

Eliana: Ah... foi importantíssimo porque sem a linguagem deles, eles não teriam caminhado, né. O surdo tinha em primeiro lugar que ter entrado na escola sabendo sua língua. Como? Com os pais. “Eu tive um filho surdo, eu vou correr atrás. O que que meu filho precisa?” Pra depois então trazer ele para a escola. Infelizmente os nossos alunos chegavam na escola sem saber a sua própria língua, e como tudo estava começando os professores também não conheciam... Mas depois disso, que houve um estudo mais elaborado, foi fundamental eles conhecerem a própria língua. E o fundamental... O mais interessante também foi quando eles começaram a ter contato com outros surdos de outras comunidades, aí que eles cresceram mais e foram se desenvolvendo melhor, cognitivamente...

Ana: Esse contato se deu na escola Rafael Magalhães ou se deu posteriormente?

Eliana: Com os outros surdos... Enquanto eles estavam lá, começou a surgir encontros de surdos lá em Aparecida. Então começou a movimentar toda a família, pra levar seus filhos, hoje eles já vão sozinhos né... pra estar em contato com outros surdos, que já sabiam mais, que tinham um conhecimento maior da língua e passavam para os alunos mais novos. Tentou-se fazer aqui em Itajubá também a associação de surdos, mas não conseguimos implantar a associação de surdos. Porque nessa associação o que se faz... várias cidades do Brasil existe essa associação, os surdos se encontram, eles fazem campeonatos de esportes, eles passeiam, eles planejam viagem. É uma associação, e é uma troca para eles baterem papo, normalmente a família não conversa com eles... Então, entre eles, a conversa flui e é bom pra ouvintes que queiram aprender a língua, ter lugar pra poder aprender, porque só se consegue aprender uma língua tendo contato com ela própria né...

Ana: Porque que não deu certo fundar essa associação?

Eliana: Porque isso tem que partir do surdo na verdade, e quem tentou formar foi ouvinte, foi interesse de ouvinte, um amigo nosso Fernando que chegou aqui na cidade pra fazer UNIFEI, ele conhece as necessidades, ele tem... Ele sabe, das necessidades... E o quanto era importante.

Ana: Mas ele era surdo?

Eliana: Não. Ele tem um irmão surdo, por isso ele tem conhecimento da linguagem de sinal... E ele sabe da importância, na cidade onde ele morava havia também a associação e ele aprendeu Libras.

Ana: Você lembra o nome da cidade?

Eliana: Ele era de Itabira, desculpa de Ipatinga. Aí o que aconteceu, nós fizemos reuniões aqui no Major, nos encontramos aqui. No dia compareceram pessoas da Superintendência. Houve interesse no início. Não é o ouvinte que vai dar continuidade. Ela vai dar o “pontapé” vamos dizer assim.. Mas tinha que ter o interesse: “- Quem vai ser o tesoureiro?”, “- Quem vai ser o presidente?”, “- Aonde vai ser a sede?” Tem que ter um envolvimento do próprio surdo para isso e não houve. Aí aonde não deu certo.

Ana: Por que você acha que não houve?

Eliana: Na minha opinião porque os surdos aqui em Itajubá, é aquela coisa do interior... Eles não conhecem a associação, não conheciam na época, não sabiam o valor que tinha aquilo, comodidade, eu acho que foi comodidade tá, porque pra você conquistar alguma coisa você tem que trabalhar né? E eles estavam acostumados aqui em Itajubá a ficar sempre dependendo do ouvinte, sempre que preciso: “- Ah, a ouvinte vai fazer pra mim...” Tanto que na época, quando passaram eles pra mim, lá do Carmo Cascardo, eles não tinham documento, “- Ah meu filho ele é surdo mesmo, ele não vai ser nada na vida mesmo, pra que eu vou fazer documento pra ele?” Então a escola que fazia isso, o professor que levava. Precisa de audiometria, o professor que levava para fazer audiometria. Ligava para o médico: “Posso levar?” A gente levava para fazer audiometria. Então eles sempre acostumados... Uma parte é nossa culpa também, aquela coisa... Que está familiarizando... Dando em cima... E tentando fazer tudo para eles. Aí quando chegou no momento deles fazerem alguma coisa, eles não foram fazer... Nessa questão da associação...

Ana: Você lembra em que ano foi isso?

Eliana: Deixa eu me lembrar... eu vim pra cá... Quanto tempo leva para fazer um curso na UNIFEI?

Ana: Cinco anos.

Eliana: Deve ter uns sete ou oito anos, por aí...

Ana: Bom Eliana, você comentou que depois eles passaram a estudar na Escola Major João Pereira, que é onde estamos fazendo a entrevista hoje e onde você trabalha como intérprete... Essa saída da Escola Rafael Magalhães e o ingresso aqui foi uma coisa tranquila? Houve aceitação? Foi preciso reivindicações? Como que foi esse processo?

Eliana: Não. Foi normal, não teve problema nenhum não, o processo foi normal como de qualquer aluno que termina suas atividades de 1ª a 4ª série, falando propriamente como era no momento, terminou, teve outras terminalidades deles lá... Depois a Escola Major Pereira foi escolhida como um polo de referência da época para estar recolhendo estes alunos. Tinha de Brasópolis, Piranguinho, Maria da Fé...

Ana: Alunos?

Eliana: Alunos que vieram para Itajubá, porque as cidades nossas vizinhas não tinham intérprete. Creio eu que eles têm dificuldade até hoje para contratar intérpretes. Então os intérpretes acabavam que se encontravam aqui em Itajubá e com isso eles vieram para a Escola Major João Pereira porque aqui, no início, era uma sala só com os alunos surdos, e o professor e intérprete, trabalha como professor, ministrando aula e interpretando aulas, mas só com os alunos surdos. Com isso eles tinham uma atenção, vamos dizer assim, quase que vamos dizer assim, quase que individualizada, mas a parte social, a parte de interação com os alunos era na hora do recreio, na hora do momento cívico, quando todos interagem. Agora aqui dentro da sala de aula era só o professor e intérprete ao mesmo tempo... Depois, o Governo saiu com uma resolução que esses alunos deveriam ser ingressados, por causa da inclusão na sala dos alunos ouvintes, não só os surdos, isso era para qualquer tipo de deficiência né... “Vamos tratar todo mundo por igual.” Só que o governo não deu respaldo, como nunca deu, pra acolher esses alunos... Aí que nós começamos a ter problema, até então

nunca tivemos problema dentro do Major, começamos a ter problema desde então... Aí nós que éramos os professores e intérprete dentro da sala passamos a ser só intérprete, para interpretar as aulas dos professores... Uma coisa também que estava dando certo, mas quando nós viemos a dar aula aqui, eu não sou professora de (ensino) fundamental... Eu estava dando aula de geografia e história, e eu não sou habilitada pra dar aula de geografia e história, mas como não havia professores especializados que soubessem também a Libras, então éramos nós mesmo que assumíamos esses alunos... Quando houve a inclusão, aí os professores assumiram, né. Cada professor com a sua especialização assumiu os alunos e nós passamos a ser só o intérprete na sala de aula. Foi uma maneira que o governo achou, em minha opinião, de ter menos gastos com a educação, porque isso realmente tornou-se um problema sério... Aí sim, eu notei que o surdo ficou não incluído, ele ficou excluído...

Ana: Você acha que quando ouve a inclusão do surdo na sala com os alunos ouvintes, ele perdeu?

Eliana: Eu discuti isso com a turma da fono hoje... Que houve uma perda grande, porque os professores entravam na sala sem nunca ter ouvido falar que na sala dele ia ter um surdo, como ele deveria ministrar a aula dele, qual o tempo daquele surdo para aprender, quais eram as habilidades, quais não... Não teve assim nenhum respaldo. “O professor foi culpado? Não.” Não houve nenhum respaldo para estar recebendo esses alunos.

Ana: E hoje, como é que os surdos ficam hoje?

Eliana: Bem, como tudo com um tempo se resolve né... O tempo foi passando, a turminha nova foi chegando, e foi se adaptando bem, a escola com o tempo foi se preocupando mais com esses alunos surdos que aqui estavam presentes né, começou a ter uma preocupação maior. Então hoje em dia, eu vejo que eles estão com mais respaldo do que os alunos que passaram aqui no início, logo que houve a inclusão. Hoje eles estão mais amparados, mais amparados com certeza.

Ana: No caso, a primeira turma de alunos surdos era uma turma que tinha alunos fora da idade escolar, mais velhos não é? Que são os alunos que vieram lá da antiga Escola Estadual Carmo Cascardo, do Morro Chic, né?

Eliana: Sim.

Ana: Agora hoje, os alunos surdos estão acompanhando nos anos séries?

Eliana: Não está tendo mais atraso de série não. Antes aconteceu lá no Rafael Magalhães, quando trabalhava, vamos dizer na 3º série, chegava aluno de vinte e nove ou trinta anos, aluno que nunca tinha passado pela escola... Era aquele pai e aquela mãe que achavam que o filho nunca ia ter oportunidade. Aí começou-se a falar sobre, em televisão ou rádio, ou uma mãe falando com a vizinha: “Olha tem uma sala de surdos, lá na escola tal... Leva seu filho lá!” e aí o filho tinha trinta anos, ela pegava e levava esse filho.

Ana: E a escola aceitava?

Eliana: Aceitava né, a escola não pode dizer não a nenhuma aluno independente da idade dele. Aí faziam uma provinha lá... mesmo assim... Acolhiam esse aluno né. Hoje em dia isso não acontece não, os alunos que nós temos aqui estão batendo série e idade...

Ana: Eliana você trabalha como intérprete, você acha que os alunos surdos, eles acompanham... com seu trabalho de intérprete eles conseguem acompanhar todos os conteúdos que são ministrados na sala de aula?

Eliana: Eu acho... A minha opinião com relação a isso, que eu vejo por trabalhar a um tempo como intérprete, que eles acompanham sim, acompanham sim se eles vierem com uma base, se eles já conhecem a linguagem de sinais. Nós temos dois casos, duas situações aqui no Major. Temos a situação dos alunos que já vieram com uma base, tá, que é a segunda turma que veio do Rafael Magalhães com uma base muito boa, com o conhecimento de sua própria língua, então eles não chegaram a ter problema nenhum... Porque aqui nós temos física, química, né, biologia, então vai indo, vai dificultando as matérias. Então eles não sentiram tanta dificuldade não! Isso também depende muito da aula do professor, porque o professor sabe que o aluno é surdo, que o que foca nele é a visão, então vamos usar material didático que podem né ajudar no aprendizado desse menino... Não é sempre que acontece né, mas a gente fazer toda... nós intérpretes virar de ponta cabeça para eles poderem entender o que está sendo dito ali. Pedimos ao professor para ir mais devagar que com isso é muito bom que os professores sejam devagar, que ele dê uma pausa, que explique de novo, e assim a gente vai pedindo a intervenção devagarzinho do professor para não ficar dúvida alguma com o aluno... A outra situação que nós temos um outro aluno surdo aqui no Major, que também veio do Rafael, porém ele não teve intérprete lá na época dele, não posso precisar, eu não sei, ele já veio com a defasagem da linguagem de sinais, então ele já está tendo mais dificuldade, que as coisas estão crescendo, estão ficando mais difíceis, as matéria estão dificultando e ele ainda não tem aquela base que os outros alunos tiveram. Então para não ter problemas eu preciso conhecer minha língua. Se eu não conheço, eu não aprendo.

Ana: E o trabalho da sala de recursos? Eu já fiz outras entrevistas e é dito que tem uma procura muito grande por essa sala aqui recurso aqui do Major Pereira. Você não trabalha nessa sala recurso, você só trabalha como intérprete?

Eliana: Só como intérprete. Eu sei que a professora... tem uma professora aqui no Major, mas eu não sei como que... Na minha opinião a sala de recursos tinha que estar andando junto com a sala que aquele aluno está frequentando... “Quais são as matérias que ele está aprendendo?” “O que eu tenho que fazer para tirar a dificuldade do aluno?” Eu não sei dizer se é assim que anda...

Ana: Aqui na cidade de Itajubá, você tem conhecimentos se existe serviços para atendimento aos pais, ou a comunidade mesmo, que deseja aprender Libras? Existe algum curso, você tem conhecimento disso?

Eliana: Está sendo ministrado no momento, na verdade não sei se ainda está... Mas na APAE de Itajubá sempre tem um curso ministrado por um surdo, instrutor aqui em Itajubá. Tem um aluno mesmo que se formou aqui no Major, e fez um curso em BH como instrutor de Libras e ele que ministra esses cursos, e isso sempre acontece no espaço da APAE. É oferecido pelo que eu saiba mais à escola, à comunidade eu não estou lembrada não, mas é o espaço que eu mais sei que tem. Tem os particulares né, uma empresa precisa chama o intérprete para trabalhar, ou o instrutor. Medicina já chamou, FEPI...

Ana: Você já foi convidada pra fazer esse tipo de trabalho?

Eliana: Sim, eu já fiz, já ministrei cursos, já dei palestras... Até fora da cidade, já trabalhei com isso também.

Ana: Você como intérprete, sente que o Estado hoje, com essas mudanças todas, eles priorizam o seu trabalho, te dão recursos para trabalhar? Você sente falta de apoio para a realização do seu trabalho?

Eliana: Não... Antigamente sentia muita né! A gente se sentia praticamente sozinha né. Depois que começou o Estado a dar, a preocupar né, mais com a parte da educação inclusiva, foi que começou a vir uns cursos de BH para cá, não me lembro da data também, tem uns cinco anos mais ou menos, eu acho, começou uma vez por ano os intérpretes serem convidados a fazer um curso em BH pelo CAS – Centro de Apoio aos Surdos. Aí uma vez por ano todos os intérpretes de Minas Gerais, os intérpretes de Minas Gerais iam para BH, ficavam uma semana lá no encontro de intérpretes. E assim vem acontecendo até hoje. Com a modificação, que aí eles fizeram a sub sede com o CAS, em Varginha, agora nós temos o CAS em Varginha. Então as Superintendências próximas as de Varginha, são... Esses cursos são ministrados em Varginha agora. Uma vez por ano a gente se encontra lá para nos capacitarmos dentro da linguagem de sinais.

Ana: Eliana você quando é intérprete de uma sala, você acompanha todas as disciplinas?

Eliana: Todas. Sim.

Ana: E pode acontecer de você ter dificuldade com algum conteúdo, vamos supor um conteúdo novo de Física. Quando você não entende o que o professor explicou, como que você faz?

Eliana: É, não existe nenhuma interpretação em qualquer língua que seja, do Inglês, para o Português, do Português para o Inglês, seja o que for, se você não entende o que está sendo falado, não interpreta. Não existe a interpretação sem o entendimento. Nós intérpretes não somos conhecedores de todas as disciplinas né. No meu caso particularmente eu sou mais direcionada para Português, História, Geografia... Eu sinto que minha aula flui muito mais nessas aulas. Quando chegam as exatas: Matemática, Química, Biologia e Física principalmente, eu sei que eu tenho mais dificuldade nessas matérias, precisa existir uma paciência, vamos dizer assim do professor para com o intérprete também, para que o intérprete perceba, para poder passar pros alunos. E se não existe, o que acontece? Nós estamos ali só para passar o que o professor está falando, eu não preciso explicar nada, eu não sou a professora da sala. O professor fala, eu sou o intercâmbio, só entre eles ali. Mas como eu disse a gente não consegue traduzir se a gente não tem o conhecimento. Mas se não existe essa ajuda do professor em relação a esse problema do intérprete se está ou não entendendo, aí a coisa é passada mas assim não tão dinâmica, aí vai passando de uma maneira mecânica.

Ana: Dos professores que você já trabalhou, alguns professores se interessaram em aprender Libras até pra atender o aluno surdo?

Eliana: Já houve aqui no Major também alguns cursos de Libras. Eu e a Ângela já fizemos um trabalho, com planejamento de passar o curso para alguns professores, foi até um número bom de professores que se interessou em realizar, aprender... Já teve várias tentativas, começa bem depois os professores vão cansando, porque cada um tem o seu trabalho, e o curso é

extraclasse né, mas já houve bastante cursos sim para os professores aqui do Major e abrimos para professores de outras cidades participar.

Ana: Bom aqui na escola, onde há alunos surdos há intérpretes?

Eliana: Sim, aqui sim.

Ana: E como que é o seu relacionamento com o aluno surdo? Ele se torna dependente de você, ele se aproxima? Ele vê em você alguém que o entende? Como você mesma diz, às vezes ele não conta com esse apoio na família né?

Eliana: Muitas vezes eles chegam em casa... Eu já ouvi relatos deles mesmo: “- Final de semana está chegando, que chato. “- Mas porque tão gostoso o final de semana.” “- Não, não tem com quem conversar, não tem o que fazer.” Às vezes os pais não deixam sair, são menores de idade. Então eles gostam de vir à escola porque tem os outros alunos surdos e tem o intérprete que tá conversando com eles. Existe em tudo o ponto positivo e o negativo. Positivo, porque a gente se torna amigos, a gente tá sempre juntos, a gente toma conta deles, eles têm uma liberdade maior de perguntar, de conversar, de... A gente vê que eles ficam dependentes mesmo né. Tudo eles querem saber, ficam com medo de ir na Sala de Supervisão sozinhos, a gente dá uma segurada ali para ver como pode resolver, sempre a gente está acompanhando eles... O ponto negativo é que... Não sei se seria ponto negativo... Que a convivência faz depois, a gente ter as nossas divergências né, sai discussão... Vai indo né... E o professor não... Um ano dá aula para um aluno, outro ano, ele pega uma outra turma e assim vai. E a gente está sempre com os mesmos alunos. Então acaba que a gente querendo colocar... Mas quando sai briga, sai também... Porque todo convívio de muito tempo, a gente tem que estar acertando, a gente vai debatendo com o outro e sai até discussão, sai até discussão às vezes, mas é uma maneira de mostrar que a gente tá junto há muitos anos.

Ana: Eliana, esse seu trabalho, quais foram as perspectivas que você fez para o seu trabalho como intérprete? Você quer continuar com o seu trabalho? O que você espera para sua vida?

Eliana: Não, minha vida profissional... É muitos anos que eu trabalho com surdos. Então eu acho que eu já cheguei no meu limite, porque eu já levei até surdo para morar em casa comigo, não tinham onde morar... Arrumou um emprego aqui em Itajubá, morava numa cidadezinha fora, então vem morar comigo. Todos que não tinham documento, levava para fazer... Tinha surdo que não tinha audiometria, levava para fazer. Então acabou que eu vivi muitas histórias dos surdos, e foi passando o tempo, eu me desgastei muito com isso, me desgastei demais. Hoje eu sou professora, sou professora no Rafael Magalhães, trabalho com o 5º ano lá, no período matutino, no vespertino trabalho com os surdos no Major. Mas eu já cheguei realmente estar no meu limite, por questão de não estar acreditando muito na educação, na forma como ela está sendo feita... Como está sendo né, proposta pelo governo. O que eu vejo, vamos resumindo em poucas palavras, o negócio é muito maior, a coisa é muito mais ampla, o que eu vejo é que o Governo, ele quer é... Ele não está se preocupando com os alunos, nem dos, daquela palavrinha que todo mundo detesta: “tidos normais” - não vou usá-la aqui não - que dirá com os alunos surdos? A gente sabe claramente que o Governo hoje... A inclusão para mim, a inclusão foi feita por quê? É muito oneroso para o Estado ter uma sala só com surdos, então vamos colocar eles todos juntos, falando aqui só de surdos, vamos colocar eles com os ouvintes também... Ele não está preocupado com a qualidade, e sim em economizar...

Ana: Você acha que quando eles estavam sozinhos numa sala recebendo os conteúdos em Libras, eles aprendiam mais?

Eliana: Pra mim era muito mais sensato, rendiam demais! Eles rendiam... Era preciso. Não vamos falar que eles são iguais a todos, eles têm uma deficiência, eles têm uma diferença, eles não escutam, falta a audição para eles, eles necessitam de um atendimento mais especializado. Como em uma sala de quarenta alunos o professor vai dar atendimento individualizado para um aluno surdo, que está ali presente o tempo todo? Quantas vezes eu ouvi o professor falar: “- Ai, eu não dou conta desse aluno não, eu não dou conta não.” “- Vê o que você pode fazer para ele.” Passa a responsabilidade para o intérprete que não tem essa obrigação, daquilo. “- Olha o que você pode fazer por ele, eu não sei fazer nada não.” A gente ouve muita coisa desse tipo, sabe... Infelizmente eu não sou uma boa pessoa para falar sobre educação aí fora, porque realmente estou muito desestimulada, principalmente com a educação especial. Não acredito que o Governo esteja mesmo interessado em levar as crianças pra frente não... De repente posso estar errada, depois de um longo tempo de trabalho com eles, mas eu não acredito não acredito que o Governo esteja preocupado com eles...

Ana: Agora...

Eliana: E não há preocupação, aí eu não vejo objetivo pra isso... pra continuar...

Ana: Além do seu relato estive pensando... Você enquanto profissional, também não está se sentindo abandonada pelo Estado? Na realização de cursos, na questão até mesmo de sala de aulas, enfim nas condições de trabalho, isso tudo não pode estar repercutindo?

Eliana: Pois é, é bem complicado, porque existe esse curso que tem uma vez por ano e a gente vai à Varginha pra fazer, né, a capacitação. Só que é aquilo lá, parece que eles quiseram fazer com que a gente esquecesse tudo o que foi feito no passado, passe uma borracha em tudo o que fez. Tudo o que você fez foi errado, passe uma borracha, esquece tudo e aprende de novo, e a cobrança, eu acho que está sendo até de uma maneira desleal, sabe. Então existe sim a capacitação, mas de uma maneira que eles ficam esquecendo as raízes, como tudo aconteceu. Mesmo porque essas pessoas que estão ministrando cursos para nós agora são pessoas que estão começando há pouco, são estudiosas e pessoas capacitadas sim, mas que não quer saber o que já passou, como são os surdos da sua cidade, o que já aconteceu, né. Então pra mim não existe mais.... Mas é meu trabalho, não vou deixar de fazer. Vou continuar fazendo o meu trabalho bem feito, mas infelizmente desacreditada.

Ana: Bom Eliana...

Eliana: Mesmo porque o mercado de trabalho tá aí, e é só por cotas né, que eles entram. Então tem uma cota nas empresas para eles trabalharem, que bom. Mas você vê que lá fora não é bem assim né. Hoje a competitividade é muito grande, aonde é que vamos encaixar todos eles, os nossos alunos, todas essas pessoas que falta um sentido ou algo? Você devia falar com uma pessoa mais positiva...

Ana: Então, você está fazendo o retrato do que você está vivendo e eu te agradeço por você ser honesta. O trabalho que você realizou foi de grande importância. O trabalho que você e a Rute fizeram promoveu, desencadeou um trabalho de inclusão...

Eliana: Foi. De inclusão.

Ana: De olhar para o surdo, o que pelo que eu ouvi até agora não existia... Agora eu acho que é isso que tem que te motivar, você não pode esquecer do passado né, de tudo o que você fez e o quanto que você fez e ajudou a modificar a vida de muitas pessoas...

Eliana: Eu vou deixar para outros agora...

Ana: Te agradeço pela oportunidade, te desejo muita boa sorte!

Eliana: Obrigada.

Ana: Em nome dos surdos eu te agradeço por tudo o que você fez.

Eliana: Obrigada.

F) – SEXTA ENTREVISTA - LETÍCIA

Ana: Bom dia Letícia, meu nome é Ana Lúcia, eu sou aluna do curso de mestrado aqui da UNIFEI, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e estou estudando a questão da inclusão do aluno surdo na cidade de Itajubá. Então gostaria que você se apresentasse profissionalmente, e depois então farei as perguntas necessárias.

Letícia: Meu nome é Letícia, sou professora, atualmente exerço... estou na gestão da Escola Rafael Magalhães, e aqui tem uma história da inclusão. A inclusão chegou aqui e nos pegou de surpresa, foi difícil? Foi... Foi diferente, uma maneira nova, uma visão de inclusão, que não tínhamos. Primeiro momento a escola Carmo Cascardo municipalizou e as crianças vieram. Os alunos que... tinham uma sala de inclusão, não era bem uma inclusão, depois estudando melhor a gente viu que não era inclusão, era diferente... Inclusão é quando os alunos entram e convivem com todos... E a nossa sala ficava dentro da escola, mas era uma sala só de deficientes auditivos. Então tem outro termo que fala que não é inclusão, eu não vi a inclusão ali. Eles eram considerados diferentes, eu já era vice-diretora, e já estava combatendo isso. Porque eles não são diferentes, eles só não escutam e não falam. Eu vejo que eles são perfeitamente normais e são alunos que chegaram aqui só desenhando. A minha preocupação era: - Mas eles sabem, eles têm raciocínio, eles são inteligentes, por que não aprender a língua nossa? A primeira língua é dos deficientes auditivos, a língua de sinais, a linguagem brasileira de sinais, e depois eles passarão a usar o Português como segunda língua... A dificuldade maior foi que na cidade não tinha quem ensinasse a linguagem de sinais, a escola ofereceu para os professores nos finais de semana e elas iam para São José dos Campos. E lá tem uma escola própria e elas foram fazer o curso lá. Foi a primeira capacitação por conta da escola e aconteceu a aprendizagem da língua de sinais. A partir desse momento a linguagem oficial foi ensinada para as crianças. Tinha um livrinho só que a professora acompanhava e a gente foi buscando na internet para achar atividades, outras informações sobre Libras... O que ficamos contentes é que a partir desse momento, houve um novo horizonte. Ficou sendo duas turmas de deficientes auditivos na escola, eles já estavam lá, mas sem inclusão. E eu fiquei preocupada, a luta... Os professores tinham um pouquinho de receio, todo novo, dá um medo né? Aí começamos tudo devagar, foi uma experiência, foi automático, começamos a colocar juntos gradativamente dentro das outras salas e as crianças foram bem receptivas, foi uma novidade dentro da escola todo mundo queria aprender... Então as crianças foram bem recebidas pelos alunos, então foi o que eu fiquei feliz, todos os alunos procuravam conversar com eles... No primeiro momento ficaram extasiados. Foi tudo uma novidade. Depois a busca pela novidade, pela aprendizagem, pela participação deles em auditórios, nos eventos, foi ampliando e eles foram conhecendo o universo da escola. A partir de 92... 2000, 2000 e pouco, foi feita a inclusão dentro das salas, foi difícil também não foi fácil... A professora ficou com medo. É medo mesmo a palavra certa, de não dar certo, mas deu certo! Antes, porém essa turma de DA (deficiente auditivo) que chegou, eles aprenderam a ler e a escrever, eles têm um diferencial, porque eles são ajustados, eles percebem o todo. Eu acho que é até perigoso, porque eles têm uma percepção de você, eles percebem você triste, eles percebem um todo de você e isso é importante e a gente sabe que a inteligência deles é bem superior... Passamos a busca para eles irem à Escola Major João Pereira. Todo mundo tem esse receio... aí foi uma luta, uma luta... Ana Tereza entrou, os pais entraram e conseguimos abrir uma sala de 6º ano no Major, que era o sonho de consumo deles... Eles já eram moços e a nossa escola são crianças pequenas, então eles estavam desalojados, quando a gente falava em escola para eles: “Era Major!”.. Era o sonho! Buscamos e conseguimos também a AFL, foi em 2000 chegamos até a AFL, eu a vice-diretora Letícia Nara e conseguimos o laboratório

de informática pra eles... Todas as alternativas, conseguimos até emprego para eles, é a lei né, a lei permite. Conseguimos muita coisa. Que eu achei que foi até um momento chave. Eles passaram a ser procurados pelas indústrias, hoje procura eu não tenho mais, porém eles têm emprego a hora que querem, têm até o direito de recusar... isso é importante pra gente né... E eu fico pensando assim que é de arrepiar esse crescimento... Hoje são casados, hoje tem um emprego, hoje estão dirigindo, eu vejo eles dirigindo na rua... Então eles foram... têm na faculdade... Você deve conhecer o Eduardo que hoje é professor de Libras...

Ana: Só de nome...

Letícia: O Eduardo que hoje é um professor é um menino que chegou aqui andando arrastando, porque além da surdez ele tinha problemas físicos também, ele arrastava... Se você olhasse pra ele você não vislumbrava um futuro para ele... Eduardo foi de arrepiar sabe... Ele cresceu, cresceu e hoje é professor de Libras. E hoje ele é um menino que está em todas, onde ele vai é bem recebido... Pra gente ele continua um menininho ainda, mas é um moção... então o Eduardo foi crescendo, foi crescendo, você percebendo o crescimento dele, ele cresceu visivelmente, não ficou estável... E hoje eu tenho vários na faculdade... O que eu fico feliz é de ver eles crescerem de entrarem na faculdade, a sociedade hoje aceita eles, mas ao mesmo tempo eles têm uma sociedade fechada, é muito difícil você entrar na sociedade do surdo, eles são 'seletistas'... Então essa preocupação é deles poderem se abrirem também... Então têm que trabalhar ao lado deles para sociedade, eles limitam quem é amigo deles... não sei se isso é da natureza... Mas eles são uma sociedade fechada, é muito difícil você entrar na sociedade do surdo, eles são 'seletistas'. Então essa preocupação é deles poderem abrir também para a sociedade. Eles limitam quem é amigo deles, não sei se a natureza ou a vida que exigiu deles, mas eu percebo que eles têm uma sociedade ainda fechada. E nós nos preparamos para eles, mas eles ainda não estão se preparando pra nós, eu acho isso também uma dificuldade... Percebo também que tudo que a gente pensou aconteceu... E todas as professoras que sentiram dificuldade, vestiram a camisa e foram pra frente! Estão lá Ângela, a Eliana, todos passaram por aqui, a Dalva que já foi embora desta terra... e foi um crescimento grande que todo mundo buscou aprender, o professor saiu em busca de novidades. Sabe eu achei importante isso. É de arrepiar porque você percebe que hoje eles são alguém no mundo... É tão bom né? Ver que nesse mundo cheio de drogas, todos eles estão bem. Você não acha um que tenha dificuldade... O que eu tinha mais preocupação com relação a proteção da mãe, hoje ele está bem, tá dirigindo, por que eu acho que agora a mãe soltou ele né... Porque de repente você percebe o aluno sozinho, porque mãe ela quer fazer pra você, não quer que ninguém se machuque... Mas eles são muito mais do que a gente imaginou... Eu percebo que o que eu pensei para eles... eles estão além do que a gente pensou, e eu fico tão feliz de ver isso, cada vez que eu vejo eles na rua eles dão um "alô", eles perguntam, eles perguntam dos meus filhos, aí você vê que eles têm a comunicação, e todo mundo buscou comunicar com eles... Então de uma forma ou de outra a busca pela comunicação... você na televisão, a todo momento, tem o dia deles, tem o dia que eles vão lá na Canção Nova, eu vejo eles pela Televisão. Queira ou não queira eles têm transformado... Itajubá buscou... Aí eu vejo assim o CAIDI, a gente tinha uma reunião todo o sábado à tarde. O CAIDI²³ esteve presente, teve presença dele nesta estrutura. Os pais também se comprometeram, é aí que a gente percebe que quando une a escola, os pais, a associação, todo mundo em prol de uma melhoria, você vê como que é o crescimento deles. Eu vejo que cresceram muito, eu agradeço à sociedade, à Superintendência, o CAIDI, os pais, os professores, foram em busca... Não foi fácil, mas até que a gente conseguiu muito... Essa luta já faz uns treze anos.

²³ CAID – Centro de Apoio e Integração do Deficiente de Itajubá

Ana: Treze anos de inclusão? Faz treze anos que eles vieram pra cá?

Letícia: Foi em 1996, quando da municipalização foi uma novidade...

Ana: Quando eles chegaram, eles não tinham o conhecimento de Libras ainda?

Letícia: Não, eles tinham a língua materna, não tinham a oficial... Era aquela linguagem que assim a professora tinha um livrinho que ela tentava entrar em contato com eles, se comunicar com eles, e eu lembro que era uma dificuldade... A Eliana dava aula para os menorzinhos, os de 1º ano, e ela queria ensinar o verbo e ela não conseguia chegar neles: “Desligar-Ligar”, “Abrir-fechar”, o que é o abstrato... era que andar, andar pela escola inteira para que eles aprendessem aquele verbo... Eles não entendiam, o que era abstrato eles não entendem. “Saudade”, “dor”, eles falam, mas eles apertam o coração, eles sabem que dói no coração... Era muito difícil chegar neles... Mas eles eram muito amorosos... eu lembro de cada um, e como que eram amorosos e passavam esse carinho pra gente, e então a gente... quando você recebe um carinho você cresce...

Ana: Você devolve...

Letícia: Você vai atrás, faz de tudo... e os pais foram muito conscientes disso.

Ana: Letícia, quando esses alunos chegaram aqui em razão na municipalização, que ficou reservado então ao município a escola dos anos iniciais... Era o infantil né?

Letícia: Era o infantil do 1º ao 5º ano, tanto que só existem normas do estadual.

Ana: Aí todos os alunos com deficiência vieram pra cá ou só os auditivos?

Letícia: No primeiro momento vieram só os auditivos. Vieram duas salas de auditivos de dezesseis, doze alunos em cada sala, era essa a quantidade de alunos... E os maiores chegavam a dezesseis e os menores chegavam a doze, a onze mais ou menos isso, nessa caminhada... Então foi isso o que aconteceu.

Ana: E o Estado nesse primeiro momento quando vocês receberam esses alunos, pelo o que você já me contou, é justo dizer que vocês tiveram que procurar a forma de ajudar porque...

Letícia: O Estado eles propunham uma equipe, que acompanhasse... Ficava na Delegacia, um psicólogo, um fonoaudiólogo (era a Patrícia), a psicóloga se não me engano ela está no CAIDI, não sei se ela tá aí, é uma carioca, o nome sumiu... Elas acompanhavam... Mas quando houve a inclusão, ninguém tinha o conhecimento disso ainda... era bonito falar... era bonito, lindo, mas o agir, o atuar, o fazer é difícil...

Ana: Quando eram vieram pra cá, vocês mantiveram a divisão das duas turmas maiores e menores?

Letícia: Mantivemos, aí que passamos a entender... “Integradas” é palavra própria, não é “inclusão” praticamente... E eu falava: Essa inclusão não é com todos juntos? A gente se preocupava com isso... Mas não eram todos, eles se encontravam no recreio, se encontravam nos auditórios... Conversavam entre eles, mas não tinham a inclusão. Inclusão é dentro da sala

com todos, isso sim é inclusão! E eu fiquei preocupada com isso, porque não é assim.. Começamos a levar um aluno numa sala, outro aluno em outra sala, e ao mesmo tempo a professora que ainda não tinha ainda “nada”, ela ficava apavorada... Os colegas todos tentavam conversar com ele, mas a professora ficava apavorada, porque ela ainda tinha que fazer o tratamento pedagógico com eles.

Ana: Na época não tinha intérprete?

Letícia: Nada. Não, não tinha nada disso... Isso foi saindo agora, e ainda são poucos... Não tinha nada disso... Tanto que ainda hoje é um ex-aluno nosso, o intérprete ²⁴que o Estado contrata é um ex-aluno nosso... de forma precária. Mas a gente fala que o professor é uma pessoa que a gente fala que Deus ilumina. Eu falo: Deus me ilumina muito. O professor ele tem o dom... e quem gosta, faz! É uma coisa diferente, eu não sei. Deveria nós sermos tratados como lá fora... mas o professor que gosta ele vai atrás, ele busca. Ângela ... quando eu entreguei a sala pra ela... a Dalva aposentou. Quando eu falei: - “Ângela, você vai ser a professora deles!” ela quase teve um treco nervoso... “Mas você é capaz” ... Percebe! Hoje ela é uma liderança nessa história! Mas ela chorou quando ela foi pegar a turma, e hoje eles adoram a Ângela. Mas é que tudo tem que ter um desafio... É o desafio da Ângela foi aprender Libras, hoje ela está em todas.

Ana: Quando você entregou a sala pra Ângela, ela sabia Libras?

Letícia: Sabia pouquinho, mas não assim. Ela foi aprender, ela foi em busca. E a hora que a professora Dalva aposentou e ela pegou a sala, eu disse: “- Não... você vai aprender”, porque eles já estavam se comunicando.... A Ângela ela é uma professora amorosa, ela trabalhou com o 3º, com o 1º ano, ela foi professora dos meus filhos. Eu vi nela carisma! Ela tinha carisma, ela trabalha com o coração. O professor que trabalha com o coração é outra coisa! Queira ou não queira, pode ter mil conhecimentos, mas ela trabalhando com garra, com carinho, ela foi em busca, ela cresceu, ela ajudou. Ela ajudou eles. Eles buscam ela até hoje como se fosse “o pai dela, a mãe dele”. Então ela é referência dos alunos... Ela fica até nervosa, porque tudo eles procuram ela, “brigou com o namorado, brigaram lá...” eles vão lá pedir ajuda pra ela pra interferir... Tudo isso! Ela tem assim um carisma pelos os alunos, e ela atrai isso pra ela... E ela foi embora, ela deu continuidade, ela foi trabalhando, ela foi na luta e ela desenvolveu essa aptidão dela...

Ana: Quando então surgiu essa oportunidade, depois dessa briga toda, das reivindicações, para que eles fossem para o Major João Pereira, continuar né, crescer, avançar nos estudos, a Ângela foi junto para servir como intérprete, é isso?

Letícia: Foi. Ela foi convidada a acompanhá-los, ela já foi até convidada pela faculdade para também ser intérprete, para os alunos que estavam chegando lá, só que ela ficou preocupada né... Ela estava aqui e estava lá né [Escola Estadual Major Pereira]... A partir do momento em que ela se aposentou, passou a agir mais por lá...

Ana: Como intérprete?

²⁴ Eduardo não é intérprete, mas sim instrutor de Libras da Superintendência Regional de Ensino de Itajubá.

Letícia: Sim, como intérprete. Ela buscou também conhecimentos, ela foi para a faculdade, ela foi atrás, ela aprendeu. Quando a gente vai em busca, se aprende muito mais do que espera.

Ana: Letícia, você falou o nome de Ana Tereza, Ana Tereza era...

Letícia: Era Superintendente na época... Ana Tereza Paixão... E os pais estavam fazendo essa pressão para que eles fossem para um plano melhor, um futuro melhor...

Ana: No caso...

Letícia: Para que eles fizessem o 6º, 7º e 8º ano, para que eles aprendessem e tivessem a capacidade de ir mais além.

Ana: Até esse momento Letícia, eles estavam ficando só naqueles primeiros anos?

Letícia: Só até o 5º ano...

Ana: E isso foi no ano de...?

Letícia: 2003 ou 2004, não tenho a data... 2000 e pouco que eles foram pro Major.

Ana: É a partir daí que começou na verdade o ensino regular pros deficientes auditivos?

Letícia: É a partir daí que abriu para a inclusão, dita como inclusão, aí eles passaram a entrar numa sala que não tinha... por que tinha a sala do DA que é a sala do deficiente auditivo... Tinham duas salas ali, uma de manhã e a outra a tarde, salas próprias com assistentes individuais... tinha que ter... A parte visual era mais aguçada, então tinha que ter muitas atividades, e a partir desse momento eles passaram a abrir pra eles... Eles também já tinham emprego garantido na AFL, que aí exigiu até o 5º ano, na fábrica tinha que ter essa escolaridade...

Ana: Na turma tinham vários adultos já?

Letícia: Já, já... já estavam de namorinho, já estavam com a sexualidade já mais além, já estavam bem... mais com respeito, eles eram... graças a Deus, eles tinham quinze, dezesseis anos e eles tinham que ter o 5º ano pra poder arrumar o emprego, que isso a fábrica exigia deles...

Ana: Tinha gente com mais idade até que isso?

Letícia: Tinha, tinha a Célia que é lá do Juru, que ela tinha trinta e seis anos... e aí a gente tinha que... parecia uma menininha, ninguém percebia a idade dela... e eu acho que ela tinha trinta e poucos anos. O censo nem aceitava essa idade na escola né... tinha que ficar explicando por que que ela estava... até então ela estava dentro em casa...

Ana: Essa participação da empresa AFL... Vocês foram atrás então pra que eles ajudassem a montar uma sala?

Letícia: A sala emprego né, até porque tinha uma legislação própria, tinha uma porcentagem de deficientes, tinha que ter né... e os auditivos só, e eu acho até que eles são melhores... que eles não falam, eles não ouvem, eles não falam, mas eles percebem tudo. Eles foram visitar as empresas, como que era: Eles tinham essa facilidade de perceber, um probleminha aqui... eles têm essa facilidade...

Ana: A escola então fez esse trabalho?

Letícia: Esse elo. A escola, o CAIDI...

Ana: O CAIDI?

Letícia: O CAIDI brigou muito pra que isso acontecesse, como depois, que a gente viu que dava pra conseguir quando depois eles passaram pro Major. Antes porém o Estado pagava uma bonificação para os professores que trabalhavam com os alunos com deficiência, ganhavam mais 20%. A partir do momento, agora que houve a inclusão total, porque a inclusão tinha que acontecer, eles pararam com essa bonificação.

Ana: Não tem mais?

Letícia: Não.

Ana: Letícia, em relação à família... o que você percebeu nesse momento em que os alunos chegavam aqui, a família tinha o conhecimento de Libras?

Letícia: Não, era a “linguagem materna” também, a Rute, a Rute Sueli que era nossa orientadora e supervisora... Não sei se você conheceu...

Ana: Não.

Letícia: Também era outra que chorava muito por eles. Eles iam apresentar no auditório e ela chorava o tempo inteiro... Porque ela chorava da emoção de ver... As mães vinham da zona rural, vinham de Delfim, vinham de Maria da Fé... a maioria vinha de Maria da Fé... Elas vinham pra escola e ficavam esperando as crianças assistirem aula e depois iam embora... Aí a Rute teve uma ideia... ela aprendeu Libras como supervisora e orientadora, ela também participou desse encontro lá em São José. Ela que levou as meninas que ficaram na casa dela, a família dela mora lá, ela participou, ela também aprendeu Libras, aí nesse momento os pais que ficavam sentados ali a Rute trouxe eles pra dentro da escola e a Rute ensinou Libras pra eles. Ensinou eles a conversarem na linguagem de sinais. Tudo isso. Se a gente parar para pensar hoje, foi um trabalho constante. Nós professores tivemos também esse curso de Libras e ninguém conseguia falar... Nós aprendemos Libras com o Eduardo que foi nosso aluno. O Eduardo deu aula, o Estado mandou o material e o Eduardo trabalhou com a gente. Foi interessante, com interesse todo mundo aprendeu. Todo mundo foi em busca. E o que mais foi interessante foi que a Rute teve essa ideia, “pode?”, “pode.” E todo dia tinha o horário que ela dava aula pras mães, todo o dia. Tinha dia que ela marcava que era o horário de mães ali Biblioteca.

Ana: E pra comunidade teve também a abertura de algum curso?

Letícia: Não, a comunidade ela buscou através das igrejas, as igrejas se interessaram. As igrejas vieram atrás da escola. A igreja buscou isso. E aí a comunidade foi atrás das igrejas e

as igrejas depois... Muita gente de outras cidades também, daqui ... todo mundo vinha atrás da escola pra aprender Libras, foi uma busca. Olha pra você vê, quando você mexe com a sociedade, devagar, todo mundo entende. Eu acho que dessa forma o surdo teve uma amplitude tão grande. Foi a que mais cresceu dos deficientes, os que mais buscam aprender, a gente percebe que os surdos estão mais evidentes.

Ana: Letícia ...

Letícia: Veio também lá de... como é mesmo? Como é mesmo? FENEIS? Lá de Belo Horizonte veio um professor de lá... Até um dia no prédio... e tudo mundo ficou maravilhado... porque ele cantou o hino em sinais. Foi a primeira vez... Foi lá na EFEI²⁵. Foi a primeira vez que o Anderson... ele foi lá no alto e cantando o hino brasileiro em sinais... Assim eu lembro e até arrepio! É coisa que assim que vai marcando a vida da gente né... Aí depois eu entrei em contato com o INES, eu tinha uma vontade imensa de levar eles no INES.

A: No Rio de Janeiro.

Letícia: Aí uma sobrinha que mora no Rio, e ela fez o curso no INES e ela falou: “Tia você tá igualzinho o de lá, não tá diferente de lá”. Lá tem ensino médio... Lá tem... pra gente perceber o que podia melhorar né. O INES, eles ainda mandam até hoje o “Arqueiro”. O “Arqueiro” é uma revista do INES. Ela manda todo mês para mim, sempre está chegando. Eles mandam publicações... A gente entrou em contato com o INES, o INES também nos ajudou. Olha para você ver a gente vai buscando. Só se você tiver buscando o conhecimento pra poder aprimorar...

Ana: Letícia, só pra recapitular... então os meninos quando eles vieram de lá do Carmo Cascardo, já tiveram algum conhecimento de Libras?

Letícia: Já, já.

Ana: Mas você percebia que os pais não tinham esse conhecimento de Libras?

Letícia: Não, não tinham, eles tinham a língua materna ainda. Tinham pais que gostariam... tinha pais que a gente ficava encantado... tinha uma mãe que morava em Delfim, a Dulce. A menina tá lá: a Bianca nasceu com... a mãe se dedicou desde que a menina nasceu, se você ouvi-la, não sei se ela está no Major, tinha a Bia e a Bianca. Ela foi em busca! Ela era uma dedicação para a menina... era uma menina toda arrumadinha, era perfeita... era mãezona. E ela buscou até aprender e ela acompanhava a filha... e, isto fez a diferença. Tem também um, que eu acho que machucou a gente aqui... foi muito dolorido... que é a filha do Luciano que era da rádio... a mãe também, essa madrasta... acompanhava, trabalhava com ela... O Luciano era um rapaz que participava... a Monique. A Monique já tava eu acho que no 4º ano. A Monique faleceu de repente, foi um choque pra nós... Menina linda, linda, linda! Linda demais, não sei como a família aguentou... Porque nós... precisou a gente se reerguer aqui... Foi muito difícil, foi uma semana muito difícil... A gente olhava nas outras crianças... e tinha que seguir ... Mas a Monique morreu se arrumando pra vim na escola de repente... parece até que tinha colocado o uniforme pra sair... amanheceu doente e morreu... Foi uma coisa assim... A outra coleguinha da sala Elisângela tava com ela no dia, passou lá com ela o dia... e a Monique morreu de repente... E isso machuca a gente... você está vendo... era uma menina que tinha visão... porque o pai dela era muito preocupado. Ia lá ajudava, buscava... tinha uma

²⁵ EFEI – antiga Escola Federal de Engenharia, atual UNIFEI – Universidade Federal de Engenharia de Itajubá

preocupação com isso... Então essa menina... ele era um elo também com a escola... os pais ajudando... eles foram embora! Ana era uma coisa que você percebe que com a ajuda de todos e a criança vai embora...

Ana: Você acha que o surdo, se eles tivessem acesso a Libras desde que a família perceba que ele tem essa dificuldade de ouvir... Faria diferença no aprendizado?

Letícia: Faria.

Ana: Na verdade você acha que os alunos surdos têm dificuldade no aprendizado, ou lhes foi dificultado esse aprendizado pela falta do conhecimento de Libras logo nos primeiros momentos da vida deles?

Letícia: Eu acho assim: que dificuldade de aprendizagem não tem, não tem. Mas a dificuldade foi toda a sociedade assim... porque eles têm que perceber o concreto para depois.... o abstrato pra eles é difícil entender... até depois eles passam a entender... mas depois que houve muito de concreto, o concreto para eles também é importantíssimo... As mães, elas ficaram, elas faziam de tudo pra que a criança aprendesse. Eu percebo que eles não têm dificuldade de aprendizado... Eles são mais perceptivos do que nós, sabe eu percebo isso neles. Então a dificuldade da língua portuguesa, o que a gente tinha que entender... é que era uma segunda língua pra eles... Era muito diferente das outras crianças... mas ele não tem a dificuldade... a não ser aquele que teve outros comprometimentos. Mas aquele que não teve e é só surdo e mudo, só é uma questão de hereditariedade de família... não sei... se até Maria da Fé tinham vários assim... E tinha uma família que todas as filhas nasceram surdas. Então se nascesse um homem parece que não. Tem todo um estudo assim lá em Maria da Fé. Nós não entramos em pormenores... mas eles já recebem essa herança. Mas gente não percebe a dificuldade de aprendizado...

Ana: No caso das avaliações desses alunos Letícia, a escola ...

Letícia: Eles não faziam avaliações antigamente...

Ana: Não faziam?

Letícia: Não, eles só desenhavam, tudo era por meio de desenho...

Ana: Quando eles chegaram aqui então eles não faziam?

Letícia: Não faziam era tudo através de desenho. Aí a gente foi... eu estava fazendo Pedagogia na época... a gente foi estudando e observando... A gente tava indo muito devagar com isso... aí passou a cobrar mais. Eles achavam ridículo: “Não, eu quero avaliação.”, “Eu quero ter coisas palpáveis de perceber.” Aí passou a exigir deles, teve horário de provas e tudo... Então devagarzinho foi colocando... E eles aprenderam a fazer. Então não é dificuldade. A dificuldade é a gente mesmo que propõe a eles... Acho que é só ter um desafio que eles vencem! E eles venceram sim o desafio. Um das coisas que eu estava falando pra você, voltando lá nos pais... Tem um pai, o pai do Elder ... o Dionísio. O Dionísio trabalhava na Saúde de Itajubá. O Dionísio viajava, ele era motorista da saúde. Não sei o que ele tá fazendo, eu não vejo mais ele. Ele tinha um menino lindo, ele tem um menino que casou com uma surda e tem uma criança mais linda ainda. Eu passava na Rua Nova e ele me mostrou o neném, lindo, lindo o bebê, de olhos azuis, sabe aquele menino lindo. E, ele foi em busca... foi

até Bauru. Tinha aquele implante coclear. Ele foi em busca de fazer tudo aquilo... Aí os pais ficaram na dúvida se colocavam ou não, por que tinha que colocar um aparelho na cabeça. Toda aquela interrogação... mas ele tinha essas ideias, ele queria fazer isso... para que o filho dele falasse, ele buscava novidade. Então você pega a saúde, você pega todo mundo... se unir a sociedade... você vai em busca do novo... Você já ouviu falar no implante coclear?

Ana: Já...

Letícia: Interessante. Aí os pais ficaram preocupados por que tinha que colocar um aparelho na cabeça né. Depois, oh... quanta coisa a gente vai lembrando ... A Rute foi atrás de aparelho, aí a gente conseguiu os aparelhos. Aí o Estado deu os aparelhos... Depois o médico que deu os aparelhos... Aí eles já vinham com um aparelhinho mais novinho...

Ana: Todos usavam aparelho?

Letícia: É, todos foram, quem não tinha vai passando o antigo, ia lá, ele olhava. A Patrícia olhava os aparelhos colocava a pilha, a Patrícia fonoaudióloga, mesmo ela não estando na área, ela ajudava. Então eu acho que tenho até aparelho aí antigo ainda! Porque quando um pegava um melhor, passava pro outro que não tinha nada... e isso daí enriqueceu mais ainda. Teve um dia que chegou uma professora e disse: “Eu não aguento aquelas crianças, estão falando muito!” Eu disse para ela: “Eles estão falando muito... que delícia, que coisa boa! Como que você conseguiu isso, que coisa boa... isso é milagre!” Eles já estavam balbuciando... eles já estavam falando com a gente... Então esse crescimento mudou a escola, e agora você conversando com a gente, você vai lembrando das coisas que vão acontecendo, você vai lembrando o crescimento deles ... foi gradativo, mais houve conhecimento... Houve diferença na vida deles...

Ana: E foi importante também para os que conviveram com eles não foi?

Letícia: Eles encontram com ele até hoje nas festas, tudo, a amizade permaneceu... As minhas filhas não estudavam mais aqui, mas hoje elas encontram com as meninas, elas perguntam, então existia... Ficou aquele vínculo aquela amizade, sabe ...

Ana: Letícia, hoje mudanças aconteceram com... em relação ao ensino dos surdos e das crianças com deficiência, e agora você não tem alunos surdos aqui no momento?

Letícia: Não.

Ana: Eu já me informei a respeito disso, outras pessoas que eu entrevistei já informaram... Você se preocupa se questiona, se eles estão recebendo o tratamento que vá proporcionar a eles a esse mesmo conhecimento, esse mesmo sucesso que possibilitou que eles avançassem e que hoje tivessem empregados, que pudessem que comunicar com outras pessoas? Como que você vê isso?

Letícia: Eu, no primeiro momento, quando eles saíram daqui a situação da gente ficou dolorida... Por que a gente passa a ser uma mãe, passa a ser... Mas tava na hora, eles queriam esse momento... Uma choradeira deles irem embora... a formatura e tudo... Mas era o momento e eles queriam esse momento... então... e o era o sonho quando os outros chegavam aprendiam e iam lá... Tem o João hoje que você sabe... que dirigi aquela Caçamba Planalto, a família da... Você vê ele dirigindo... Tem celular... Mexe mais no celular que eu, tudo usa

celular... e é né... ainda rídica ainda, fica passando mensagem... Tudo por mensagem! É interessante essa abertura que a tecnologia trouxe pra essas crianças... Então a gente fica percebendo que no primeiro momento quando eles saíram daqui, eu fiquei preocupada deles receberem eles lá... De não receber, de não tratar eles bem... Eu fui atrás deles... Nossa: “Coitados”. Fiz um papel de mãe que não era nem meu. Mas eu refleti: “Eles têm que seguir e enfrentar... como eles enfrentam aqui, enfrentaram em outras escolas, porque que não vai enfrentar lá?” E foram embora. Como era novidade, como percebeu que dava certo... aí apareceu muitos professores Ana, muitos professores quiseram trabalhar com eles... Aí eu vi uma ligação de outros professores com eles, que participam com eles, que vão atrás. O Cristian ajudou muito eles, o vice-prefeito hoje, dava muito apoio... o Cristian deu muito apoio.

Ana: Ele é professor... o Cristian?

Letícia: Não... o Cristian foi a parte financeira, de ajudar com passeios, carros... tudo. Tudo! Então você vê que as pessoas estavam ajudando agora... E aí hoje eu recebo ligação das indústrias que querem para trabalhar, mas eu não tenho mais... os meus são pequenininhos aqui né... Daí eles vão lá para o Major, eu indico o Major, eu indico alguns que não foram embora... que não terminaram o estudo, que casaram... ou mudaram, ou sei lá... Então a gente indica pra eles terem um emprego....

Ana: Letícia Bia então o ensino das crianças com deficiência hoje, está nas escolas municipais...

Letícia: Certo.

Ana: Então você não tem mais contato...

Letícia: Não, aqui também tem. Toda escola é inclusiva. Hoje é lei. Ano passado eu tive três cadeirantes... A gente se apega muito sabe... é uma questão já do emocional... Teve o Caio, o Erick e teve o menino que veio da APAE... Meu Deus eu vejo ele e não lembro o nome... tava com a Eneida no 1º ano, mas ele tinha outros comprometimentos. O Caio e o Erick são dois irmãos que é a questão de hereditariedade mesmo... Então eu tinha muito dó porque o pai e a mãe lutam por eles. Eles estão lá do Casimiro Osório... E toda a escola é preocupada com eles... Então quando eles não estão bem... ai vem falar comigo... “a porque o Caio e o Erick...” aí agente vai, fala com eles dois... e todo mundo se preocupa com eles... Mas a luta dos pais é assim grande. Ana, porque precisava ter um apoio a mais para essas crianças... Ele faz, ela faz lá em São Paulo no Hospital do Som, não sei, acho que é isso mesmo...

Ana: Esse apoio Letícia ... seria por parte do Estado?

Letícia: Eu não sei quem poderia ajudar mais, porque a gente fica tão amarrada no trabalho da gente, que eu acho que seria mesmo o apoio financeiro do Estado né... do Brasil para essas crianças. Tem apoio “não sei do quê” de quem usa carro, da bolsa escola é pra quem trabalha... não sei, eu acho que devia deixar e pegar essas crianças que estão precisando de mais apoio... Eu penso assim, esse é o meu pensamento... Você percebe que se tivesse uma política... tem política... mas a gente não sabe como chegar na política... na saúde eu sei que eles tem um tratamento em São Paulo... eles vão! Mas se você ouvir a história deles, você se apavora porque a doença deles vai automaticamente crescendo sabe... Tanto que tão perdendo

...

Ana: ... os movimentos...

Letícia: É... aí eu não sei, o pai e a mãe... já tão pesadão, e pai e a mãe que carregam, são jovens... é dolorido quando você percebe isso. É uma política que talvez tenha... Mas os pais deles não saibam e a gente não sabe né... a gente busca né, a gente briga, mas ... Eu tenho o promotor o Dr. Júlio que é preocupado com as crianças, ele nos ajuda, quando é preciso eu vou atrás dele.. Quando é um pai preocupado... ontem mesmo eu falei pra Letícia Salviano: Fala pro pai, é um caso de hiperatividade ao máximo, ele já nos ajudou no ano passado, pra procurar o Dr. Júlio. Ele conseguiu a consulta ontem... Já levou e já medicou... Então assim, você vai vendo que vão aparecendo novas...

Ana: Parcerias para poder atender...

Letícia: Você vai pedindo, eu falo assim: “Pedir, o máximo que eu posso ouvir é um não.” Então vamos pedir, vamos buscar, vamos pedir, vamos aprender, então é o que eu falo: “pedir não tem problema, o máximo que eu vou ouvir é um não... mas pediu.” Eu acabei ficando assim meio pedinte, mas é para uma causa nobre.

Ana: Letícia só pra finalizar, com relação aos alunos surdos, então você teve duas turmas. A história começou com as turmas que vieram

Letícia: Fechada! E depois passou à inclusão. A última que saiu foi em pouco tempo... 2011, 2012, 2010, 2011 por aí...

Ana: Foi a última turma de surdos?

Letícia: Saiu assim... mas já era incluída... tinha surdos tinha outros, com menos alunos, que foi a Auxiliadora que assumiu eles, então toda a professora que assumia era um drama.

Ana: A professora Auxiliadora.

Letícia: Primeiro foi a Ângela... Não, primeiro foi a Eliana e a Dalva e depois foi a Ângela, a Valéria, a Maria... e tem uma coisa boa no professor, muito boa! O professor vai em busca. Maria não tinha o conhecimento e foi em busca... o quanto que ela aprendeu... Valéria Gorgulho, foi outra também que foi em busca, aprendeu. Muda até a fisionomia da professora.

Ana: Nesses últimos tempos você ainda não tinha intérprete?

Letícia: Não. O intérprete só veio quando a Auxiliadora pegou a sala, que foi a Clarice, que ela veio. A Clarice veio para ficar com eles. A partir daí tinha um intérprete dentro da sala acompanhante... antes não tinha, era a professora mesmo.

Ana: Foi só nas últimas turmas que teve intérprete?

Letícia: Foi a última turma que teve intérprete.

Ana: Então antes, vocês, os professores tentavam conduzir, coordenar...

Letícia: E ia. Eu falo que ia muito bem... A gente tem medo do novo, mas o desafio acho que traz sangue novo pra gente, adrenalina. Porque se você for olhar assim, tinha aula de educação

religiosa, tinha aula de educação física... Todo mundo teve que aprender. Se você for analisar assim todo mundo teve que aprender pra dar aula pra eles, aula com eles... E todas tinham essa gratificação. A Educação Física, a Educação Religiosa... A Claudia que dá aula lá Carneiro, a Claudia Matos também trabalhou com eles. Diante do desafio todo mundo foi trabalhando, foi aprendendo. Automaticamente, eles aprenderam já usavam a mão direto porque você tinha que conversar usando as mãos com eles...

Ana: Letícia, eu te agradeço por você dispor do seu tempo, você como Diretora aqui da escola tem várias atribuições... Então eu te agradeço e deixo aqui disponível pra você falar o que quiser em relação do assunto, mandar a sua mensagem!

Letícia: Eu fico feliz de ver que vocês estão preocupadas com isso, que ao mesmo tempo que tem mais um outro grupo buscando ajudá-los, a gente percebe que eles não estão esquecidos, que eles estão chamando a atenção pra eles. E você quando você entra em contato com eles, você percebe que eles são demais! Que eles trazem uma energia positiva. Não sei se é a ansiedade, se é a questão que... Deus manda pra gente essas pessoas pra perceber que a vida é melhor ainda... e que eles são melhores do que a gente pensa... E que nós somos muito deficientes, eles não. Essa lição de vida faz a gente buscar mais... e amar a profissão...

Ana: Então muito obrigada, eu desejo muito sucesso para você, para sua escola, para todos os surdos, que todos realmente tenham oportunidades nessa vida!

Letícia: Todos eles surdos, deficientes auditivos, deficientes cadeirantes, os cegos né, que também preocupam... Mas eles também tendem a... Então eu acho que todo mundo tem que tá... Desde que todo mundo busque né...

Ana: Então muito obrigada!

Letícia – De nada.

G) - SÉTIMA ENTREVISTA – CLARICE

Ana: Boa tarde, meu nome é Ana Lúcia, sou aluna do curso de mestrado da UNIFEI, intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e estou estudando a questão da inclusão do aluno surdo em Itajubá. Seu nome me foi indicado, por conter várias informações em relação ao assunto. Primeiro gostaria que você se apresentasse para após fazermos as perguntas.

Clarice: Meu nome é Clarice, sou Professora, trabalho no Estado, sou mãe de uma moça surda também, trabalhei algum tempo como intérprete e agora estou em sala regular.

Ana: Por favor, Clarice nos fale a respeito de sua filha surda, em relação ao diagnóstico, a escola, enfim como foi esse processo?

Clarice: Então, eu fiquei sabendo aos dois anos que ela era surda. Cheguei a pensar que ela pudesse ter um problema mental. Quando a levei num médico descobriu-se que ela é surda através de um exame, foi quando começou a fazer tratamentos com fono(fonoaudióloga), tratamento direto, até que quando ela foi para o Jardim de Infância, com seis anos, que eu descobri a linguagem de sinais. Foi através da mãe de outro menino que me indicou o curso numa Igreja Batista. Nesse tempo ela fazia fono (fonoaudiologia) num colégio de freiras no Rio de Janeiro, que se chamava Educandário Nossa Senhora de Lourdes, e as freiras eram contra a linguagem de sinais e amarravam as mãos das crianças para não falar em linguagem de sinais. Quando saíamos de lá para irmos para nosso bairro, passávamos na Igreja Batista que ficava a duas horas de onde morávamos, e aprendíamos a linguagem de sinais. Foi assim até 1996, quando eu mudei para cá e ela foi para a Escola Rafael Magalhães. Eles estavam começando... eles tinham recebidos os alunos surdos... As professoras tinham feito cursos por conta própria, porque simplesmente só pegaram eles do Carmo Cascardo, que foi municipalizado e colocaram no Rafael Magalhães e as professoras que se viraram. Então elas foram por conta própria fazer cursos em São José. E eu fiquei sabendo que era a única escola que recebia alunos surdos e fiz a matrícula dela. Ela esbarrou no regionalismo, porque lá a forma... é como na língua portuguesa, em que palavras usadas em São Paulo e Minas não são as mesmas usadas no Rio, então ela teve um pouquinho de dificuldade, mas foi aprendendo junto. E eles ficaram por algum tempo fazendo 2º, 3º, 4º ano... 4ª série que agora é hoje o 5º ano. E eles fizeram bastante tempo, teve aluno lá que fizeram por 9 anos a 4ª série. A gente teve que brigar para que eles conseguissem ter a 5ª série, hoje o 6º ano. Então eu tinha resolvido que ia tirar ela de lá e procurei algumas escolas que foi negado, disseram que não iam receber. A única escola que me recebeu foi o Polivalente, o diretor de lá, ainda é o atual diretor, o Marcos disse para mim que se quisesse poderia ficar com ela na sala. Não tinha problema nenhum ele faria a matrícula. E, eu fui convidada por um pai para brigar junto. Ele falou para mim que... era o pai do Everson. Ele falou para mim que eu era boa de briga, então vamos brigar juntos. E nós partimos para reuniões na Superintendência, e parecia assim os filhos da gente eram transparentes, que eles não viam, não sabiam da situação, aí uma pessoa empurrava para outra, que não era, e nós tivemos que fazer mesmo movimento, uma briga. Até que no ano de, não me lembro bem, acho que foi 2003, 2002 ou 2003. Chamaram lá no Major João Pereira, pegaram os professores do Rafael e da escola especial, eles faziam oficinas na escola especial e levaram para fazer curso em Belo Horizonte para poder trabalhar com eles no 6º ano, que era a 5ª série antiga... Então eram essas professoras que foram e fizeram cursos. Mesmo as que estavam no Rafael Magalhães que era Ângela, a Eliana, a Vilma da escola especial, pegaram outros professores também para o curso em Belo Horizonte. E eles começaram já no mês de abril, à noite, porque eles não tinham idade para

ficar de manhã, nem de tarde, o que seria a 5ª série, atual 6º ano. Eles fizeram a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª. Quando foi para passar para o ensino médio, a gente precisou travar uma outra briga direto com o Estado, com a Superintendência, precisou até ameaçar de pôr em Promotor, foi uma briga de novo. Então lutou de novo, eu, o Dionísio. Aí nós chamamos o CAIDI, que é entidade daqui que trata com deficientes, chamamos vereador, qualquer um que pudesse ajudar, influenciasse de alguma forma. Fizemos várias reuniões até resolveram continuar com eles lá no Major João Pereira, sendo que a Delegada na época queria que separassem eles de dois em dois nas salas, em razão da tal da inclusão, mas não funciona, né. É muito difícil você colocar um aluno lá no canto da sala e querer que um professor que já tem trinta e cinco, quarenta alunos vai parar para dar atenção para aquele um. Então, o surdo se não tiver o intérprete dentro de sala fica perdido, ele está indo lá à toa. Falar que esses alunos estão aprendendo é mentira. Ele está lá num mundo completamente diferente, vendo coisas que ele não está entendendo, porque o português para o aluno surdo é muito difícil, é uma coisa difícil, muito complicada, porque eu sempre falo é semelhante a você saber algumas palavras, vamos supor em alemão, como eles até sabem algumas palavras em português, mas de repente vem uma pessoa e fala você vai fazer um texto em alemão, com concordância de verbo, pronome, de que jeito? E é isso que acontece com eles. Português é uma coisa muito difícil. Eu já vi professor dizer que surdo não sabe ler, que surdo não sabe escrever.

Ana: E o que você pensa disso?

Clarice: Eu penso que deveria ter uma forma, não sei como seria essa forma... é meio complicado. Mas um forma seria aprender a Libras junto com o português, se tivesse talvez uma matéria específica, uma coisa assim, que não tornasse o português... porque o português para eles é quase uma incógnita, a minha filha tem muita dificuldade no português.

Ana: Clarice você comentou que você teve o diagnóstico dela aos dois anos. Antes disso ela escutava alguma coisa, teve alguma doença, foi congênito?

Clarice: Teve uma suspeita de eu ter tido rubéola, mas só que como os médicos da época falaram se eu tivesse rubéola... a minha filha mais velha apareceu com umas pintinhas, e disseram que era rubéola. O médico perguntou se eu estava grávida. Eu disse que não, mas ele me mandou fazer exame e deu que estava grávida, só que não estava nem de um mês. Só que o pediatra que eu levava ela disse que se eu tivesse tido rubéola ela não seria só surda, ela teria outras doenças. E ela só é surda. Disse até que ela tem uma má formação. O médico que eu fui queria que eu fizesse aborto de qualquer maneira. Ele virou para mim e disse que poderia estar gerando um monstro, pois a rubéola causa má formação do feto. Eu e meu marido, não concordávamos de forma nenhuma com isso e dissemos que se Deus desse um monstro para gente, nós criaríamos. Aí até os nove meses, foi quando ela teve uma pneumonia. Pra gente até aí ela ouvia. Se brincava ela dava atenção, ela engatinhava. E um dia, as duas outras meninas brincando na piscina, ela foi engatinhando e entrou na piscina e ela ficou lá brincando. Quando foi a noite, deu febre. Talvez por ter engolido água, alguma coisa né. Aí levei ao médico e ele disse que ela estava com pneumonia. Nessa história da pneumonia o médico passou sete injeções.

Ana: Retomando Clarice, continue seu relato (a entrevista foi interrompida por conta de uma ligação telefônica).

Clarice: Então eu estava dizendo que ela pegou uma pneumonia e o médico passou sete injeções, chamava Flavimicina, não era o pediatra dela que estava nesse dia, era outro. Ela

tomou quatro. Na quarta eu levei ela no pediatra dela e ele falou vamos parar com essa injeção. Eu perguntei por que e ele somente disse vamos parar com essa injeção, eu perguntei por que e ele disse: é muito forte. E a partir daí, depois que ela melhorou da pneumonia, a gente começou a perceber que ela ficava muito parada, sempre olhando para um ponto fixo, e a gente chamava e ela não respondia. Então a gente começou a notar que alguma coisa tinha acontecido. Eu não calculava que era surda. Eu achava que ela tinha algum problema, quando ela queria falar comigo, papai e mamãe ela falava direitinho, mas quando ela queria falar uma coisa que eu não entendia ela jogava as coisas em cima de mim, ela pegava a caneca, e quando ficava contrariada tacava no chão. Então eu levei ela no neurologista e falei que achava que poderia ter algum problema de cabeça. Ela tinha atraso na fala e ele falou, simplesmente para sair da sala, deixando ela entregue com os brinquedos, e mandou eu chamar ela fora da sala e ela não ouviu. Ele falou que ruim da cabeça devia ser eu, porque a menina era surda. Assim mesmo. Aí mandou para outra clínica de otorrino que então fez os exames, o BERA, exames dos troncos auditivos e deu que ela era surda. Aí eu comecei todo aquele processo de fonoaudiologia, quando deu tempo dela ir para a escola? Voltando ao assunto da injeção, eu conheci outras pessoas, mães, em que outras criança também tomaram as tais injeções e esses mesmos também eram surdos. E o meu exame de rubéola deu negativo, então eu fiquei com o corpo pintado por outra coisa. Eu não tive rubéola, o exame foi negativo. Tanto o meu quanto o da minha filha.

Ana: Clarice, quando você tomou conhecimento que sua filha estava surda, você já pensou que já devia procurar ajuda para ensinar Libras?

Clarice: Não. Na verdade eu não conhecia Libras. Somente quando ela completou seis anos foi que eu conheci, só quando ela entrou na escola.

Ana: Nenhum médico, nenhum especialista que você passou falou que você poderia levá-la a algum lugar para aprender Libras?

Clarice: Não, nenhum. Somente mandaram levar na fono. Eles diziam que ela podia falar, que o fato de ser surda não impedia de falar. Ela fez tratamento muito tempo com ela.

Ana: E essa fono (fonoaudióloga) nunca deu essa orientação?

Clarice: De Libras não. Ela falava (fono) que ela (paciente) tinha que falar. Minha filha fez tratamento por muito tempo com ela. Ela fez de fono dezoito anos. Até os vinte anos.

Ana: E a sua filha fala?

Clarice: Ela fala com tempo... ela fala bastante.

Ana: O que você... tendo acompanhado a sua filha, com o acesso a Libras e a fono, o que você acha que foi mais natural para o conhecimento e desenvolvimento de sua filha?

Clarice: Ah, a Libras é um meio de comunicação bom entre eles. E agora com esses meios que tem, televisão, é uma coisa boa. Eu sempre pensava assim: Eu vou procurar todo o meio de comunicação, se existisse um outro, eu procurava também. Ela vai ter falar e ela tem também que usar Libras. Como é que ela vai falar... conversar com o outro. Tem até o caso de um menino aqui em Itajubá, que a mãe não permitiu que o filho aprendesse Libras. Ele empurrou com a barriga até o ensino médio no Major, e quando chegou a hora de ele fazer

uma faculdade, não tinha como fazer, a mãe estava desesperada procurando alguém que ensinasse Libras para ele. Mas nunca permitiu que a criança fizesse.

Ana: Quando você veio então do Rio de Janeiro pra cá, você procurou a escola Rafael Magalhães?

Clarice: Foi.

Ana: E como que foi a história do aprendizado na Rafael Magalhães?

Clarice: No Rafael Magalhães ela começou com a Dalva, que era uma professora muito boa, e ela ia muito bem, aprendeu o que ela ainda não tinha aprendido, depois começou a ter aula com a Ângela, que no começo não tinha muita experiência, que ao decorrer do tempo, foi correndo atrás, fazendo cursos, e hoje, sinceramente eu acho que ela é a melhor intérprete de Itajubá inteira. Para mim não tem outra que seja como ela. E ela está com eles na missa, ela está com eles em coisas de trabalho, em cursos, tudo em tudo ela está junto com eles. A Ângela é a pessoa mais indicada para falar sobre trabalho, cursos.

Ana: Então Clarice, você comentou que quando vocês moravam no Rio, na escola que ela frequentava, as freiras chegavam a amarrar as mãos das crianças para não usar Libras. Essa situação você não chegou a ver aqui em Itajubá?

Clarice: Não.

Ana: E como você avalia essa situação?

Clarice: Então, lá era uma escola de freiras, e elas eram totalmente contra que as crianças falassem Libras. Era um barbante só para eles se sentirem presos, não darem as mãos, não chegava a ser amarrado com cordas. Eles sabiam que lá não podiam usar Libras. Eu achava estranho. Elas diziam que se as crianças aprendessem Libras, não desenvolveriam a fala, que eles tinham que falar.

Ana: E na Escola Rafael Magalhães, a sua filha era submetida a avaliações em português? Ela tinha dificuldade? Como foi?

Clarice: Sim, tinha bastante. No Rafael era uma sala somente de surdos mesmo, então a dificuldade que ela teve bastante foi... porque o que ela aprendeu realmente foi o que ela aprendeu lá. Do jeito que foi. Como eu falei, as professoras fizeram cursos por conta própria. Depois que começou os cursos de aperfeiçoamento, e depois foi para o Major.

Ana: Você também aprendeu Libras no Rafael?

Clarice: Não, eu aprendi Libras... foi o seguinte: eu aprendi Libras no Rio de Janeiro e depois quando eu vim pra cá, eu participava do CAIDI - Centro de Apoio e Integração à Deficiência/Itajubá, e lá tinha uns cursos que vinham pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tinha o um, o dois e o avançado, eu fiz todos. Foi aí que eu aprendi. Inclusive eu atuei uma vez até como instrutora depois que eu fiz o curso.

Ana: Pelo fato de você ter o conhecimento de Libras... você avalia isso ajudou no desenvolvimento do aprendizado da sua filha?

Clarice: Ajudou porque eu conseguia apesar de trabalhar... às vezes tinha que deixar ela um pouco de lado, tanto ela quanto os outros filhos. Porque eu comecei a estudar quando ela foi para a 5ª série, 6º ano. Que aí eu levava a noite e surgiu o Curso do Normal lá no Major - Magistério. E enquanto eu ficava esperando ela, ela tinha quinze anos, ela foi estudar à noite eu não confiava de deixar ela sozinha, e ela também tinha medo, então eu ia e ficava esperando ela. Como teve o curso, eu juntei as duas coisas e fui fazer o curso.

Ana: Quando ela estudava no Rafael você também ficava esperando, ou não?

Clarice: Já no Rafael que a aula era de manhã eu levava ela, e depois voltava pra pegar.

Ana: Então quando ela foi para o Major, ela estava na quinta série e estudava à noite?

Clarice: À noite.

Ana: Então no início, só foi disponibilizada uma sala para os alunos surdos?

Clarice: Sim.

Ana: A sua filha estudou até em que série?

Clarice: No Major ela fez o que seria de 5ª a 8ª, depois ela fez o ensino médio e depois fez o magistério pós-médio.

Ana: E hoje, ela está inserida no mercado de trabalho?

Clarice: Ela trabalha na AFL²⁶. Ela trabalhou um tempo lá na produção. Aí teve um incidente com ela, pois um cidadão que tentou “fazer graça” com ela e ela ficou muito chateada, e ela pediu conta, pediu para sair e não quis dizer nem para eles lá quem foi a pessoa. Então depois ela foi para a ORTENG²⁷, ficou uns quatro meses. Depois a AFL chamou ela. E ela disse que só voltaria se fosse para o RH²⁸, para a produção ela não queria mais. Aí eles chamaram para o RH e ela está lá há cinco anos.

Ana: Quando você diz que a pessoa não a respeitou... foi mão boba? O que foi?

Clarice: Tentou beijar ela à força.

Ana: Bom, Clarice você acabou se formando, você mesmo falou. Você atua como intérprete na Escola Rafael Magalhães?

Clarice: Não agora eu estou como professora regente de tempo integral na Escola Rafael Magalhães. Mas eu atuei seis anos como intérprete em Maria da Fé. Esse ano eu não pude pegar o cargo de intérprete porque ano passado eu tirei seis meses de licença, eu tive câncer e acabei não fazendo o curso de capacitação que temos que fazer todo ano. Então não me deixaram pegar, embora muitas escolas estejam precisando como, por exemplo, a de

²⁶ AFL – AFL do Brasil – Indústria de autopeças instalada em Itajubá-MG

²⁷ ORTENG - ORTENG EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA – Fabrica de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica

²⁸ RH – Departamento de Recursos Humanos

Piranguçu, Maria da Fé. Lá em Maria da Fé arranjaram uma pessoa meio às pressas, enfim vários lugares que precisam, mas não pude entrar em nenhum por não ter o curso. Mas como passei no concurso assumi as aulas do curso integral.

Ana: Esse curso é feito anualmente?

Clarice: Sim, é feito para a capacitação.

Ana: Sua filha começou a estudar no Rafael Magalhães a partir de que ano?

Clarice: Nós viemos para cá em 96...

Ana: Ela estudou no Rafael até em que ano?

Clarice: Foi no ano de 1996 ou 1997 e foi até 2002 ou 2003.

Ana: E você continuou mantendo contato com a escola, com o ensino de surdos da escola?

Clarice: Continuei, eu coloquei lá um rapaz que além de surdo, era baixa visão e eu o alfabetizei no CAIDI, eu trabalhava na sala de apoio e o coloquei lá para ele fazer da 1^a a 4^a série. E também trabalhei lá como intérprete por dois anos.

Ana: E no período que você trabalhou no Rafael como intérprete, era o mesmo processo de antigamente ou não? Ainda era uma sala só para alunos surdos?

Clarice: Não, daí já era incluído. Eram cinco surdos. Eu estava em Pedralva, porque quando eu estava no Major, como eu era a intérprete mais nova, não de idade, mas de tempo, não tinha sobrado aula para mim. Aí a Superintendência falou para eu ir para Pedralva. E eu tinha um gasto grande para Pedralva. Então eu conversei com o Prefeito e ele me deu a autorização. Porém eu chegava com cinco minutos de atraso todos os dias, por causa do horário do ônibus que chegava na rodoviária, e a diretora da escola não aceitava esse atraso. Quando eu chegava lá em cima era 1:05 hora, e a diretora não aceitou esse atraso. Aí um dia a Beatriz, diretora do Rafael Magalhães, me disse que achava um absurdo eu ir pra Pedralva, sendo que ela tinha cinco alunos surdos na escola, e não tinha intérprete dentro de sala. Aí eu fui na Superintendência, mas era uma coisa meio enrolada. Aí depois que eu estava lá, há uns dois meses e a diretora achou ruim comigo por causa dessa questão do horário, eu pedi para sair, e fiquei esperando. E aí depois veio o papel de Belo Horizonte para pegar no Rafael Magalhães, que lá eram três surdos e aqui eram cinco surdos, sem contar que eu morava aqui. Eu me deslocava para lá e aqui ficava faltando.

Ana: E como foi o seu trabalho como intérprete?

Clarice: Foi bom!

Ana: Aceitou desafios, propôs coisas novas?

Clarice: Foi meio complicado né, porque uma das coisas que eu ouvi, não da professora que eu fui trabalhar, mas na sala dos professores: “Eu jamais aceitaria uma outra pessoa dentro da minha sala, por isso, que eu jamais trabalho com uma pessoa deficiente, jamais aceitaria outra pessoa na minha sala.” Então, eu escutei muita coisa, alguns conflitos que teve que ser contornado, porque são muitas pessoas, a nossa classe de professores não é muito unida.

Ana: Então houve casos de conflitos com outros professores?

Clarice: Isso.

Ana: Não precisa relatar. Na sua experiência, houve situações em que você se surpreendeu com o rendimento dos alunos surdos?

Clarice: Bom, me deixe explicar: na nossa missão como intérprete a gente não pode propor, temos que somente interpretar o que o professor fala, isso é o ensinado no curso. Por mais que o professor diga algo muito errado, nós temos que interpretar o que ele falou sem dizer o que a gente pensa. Então às vezes o professor não quer que a gente explica, não quer... Então é o que eu falei. Quando eu trabalhei em Maria da Fé também tive alguns conflitos, mas depois, graças a Deus, as coisas foram entrando no lugar. Os professores foram aos poucos se acostumando comigo. A professora de matemática, muito boa, ela explicava para os alunos, ela me fazia entender. Ela achava mais fácil eu entender a matéria dela e depois explicar do meu jeito, mesmo não sendo essa a minha função.

Ana: E funcionou?

Clarice: Tudo isso funcionou muito bem, ela bem colocada, até mesmo porque em novembro ela já tinha passado toda a matéria.

Ana: Como você avalia o relacionamento dos alunos ouvintes com os alunos surdos?

Clarice: Tem vez que alguns alunos tem uma certa resistência, mas depois ... parece que a coisa vai ficando tão normal, que não tem problemas.

Ana: No Rafael Magalhães houve uma tentativa de passar noções básicas de Libras para os alunos ouvintes?

Clarice: Nesse caso, uma vez eu pedi permissão para a professora e passei algumas palavras, palavras básicas como “me empresta”, “me ajuda”, “eu vou te ajudar”, passei o alfabeto pra poder escrever o nome, pro aluno surdo saber o nome do coleguinha. Nós fizemos também no Rafael um teatro, que envolveu a sala toda, até a professora, foi no primeiro ano que eu estava na escola. Tem até hoje o projeto lá no Rafael.

Ana: Foi bacana?

Clarice: Foi, contava a história de um circo, que todo mundo vivia muito bem, todos os integrantes do circo tinham muito sucesso, e foi trabalhar um mágico muito maldoso. Porque na escola estava tendo muitas brigas. Baseados nisso, foi escrito por mim, com a ajuda dos alunos. Esse mágico ele semeava um pozinho, que chamava o pozinho da discórdia, e quando ele semeava esse pozinho as bailarinas brigavam, os palhaços não se entendiam, virava uma bagunça. E então foi chamado um detetive, e esse detetive... Ai o leão do circo tinha visto o mágico. O leão derrubou o pozinho e ficou agarrado em um móvel, numa coisa lá e foi chamado esse detetive que descobriu... e machucou o leão, eles não quiseram que o leão morresse. Ele machucou o leão, o mágico, e o detetive descobriu. E acabou tudo mundo bem. Durou uns quarenta minutos. Eu me vesti de palhaço, tinha palhacinho, tinha bailarina, leão... Os alunos trabalharam juntos, tanto os surdos, quanto os demais.

Ana: E houve prazer da parte dos alunos pra realizar essa atividade?

Clarice: Sim, todos ficaram muito empolgados, somente um surdo não queria fazer nada, daí eu disse pra ele: “Então você vai ser o DJ.” Cada parte tinha uma música e ele ficou lá colocando as músicas...

Ana: Clarice tem alguma coisa a mais que você queira acrescentar a esse relato, a toda essa história, algo que marcou, a sua condição de ser mãe de uma filha surda, enfrentando essa situação, se instruindo, vindo a ser também uma intérprete, ajudando também outras pessoas...Tem alguma coisa que você queira dizer a respeito disso? Valeu a pena?

Clarice: Valeu! Valeu muito!

Ana: É um trabalho que você gosta?

Clarice: É eu gosto muito. Inclusive estou sentindo por esse ano não estar trabalhando como intérprete. É um trabalho que eu gosto, valeu a pena tudo, valeu as brigas, tudo! Hoje em dia a gente vendo eles, valeu a pena tudo. Embora eu ache que ainda precise melhorar muita coisa.

Ana: Estava finalizando, mas acabei pensando outras coisas: Na sua casa, na sua família, com seus outros filhos, eles conseguem se comunicar com a irmã? Como é isso?

Clarice: Alguns não. Tem uma filha que conseguiu bastante, ela fez o curso junto e consegue se comunicar bastante com ela, e os outros bem não. Cada um dá o seu jeito, ela fala, explica, às vezes escrevem, não aprenderam Libras não, fazem o que for preciso pra se comunicar...

Ana: A sua filha hoje tem quantos anos?

Clarice: Vinte e sete.

Ana: Ela tem amigos? Como é a vida social dela?

Clarice: Ela tem amigos surdos, tem amigos ouvintes que até se interessam e aprendem alguma coisa para conversar com ela, tem os amigos surdos, eles são bastante. Ela viaja muito, vai pra Taubaté, São José dos Campos...

Ana: E são todos daqui de Itajubá?

Clarice: Muitos são daqui, foram da mesma turma dela, cresceram juntos. Outros mais novinhos são de uma turma mais nova que ainda está no Major...

Ana: Ah, então eles são unidos?

Clarice: São bem unidos!

Ana: Tipo uma comunidade?

Clarice: Isso.

Ana: E eles se reúnem com frequência?

Clarice: Mais quando é... a maioria... mais quando vão para Clarice do Norte para o encontro de surdos, Cachoeira Paulista na Canção Nova, eles gostam de ir também bastante. Aí que junta todo mundo. E na missa que a Ângela interpreta que é aos sábados às 7:00 horas da noite.

Ana: E na internet? Eles têm uma comunidade, trocam experiências?

Clarice: Conversam demais, trocam. Na internet, eu não sei se tem uma comunidade, mas por lá eles se comunicam muito um com o outro sim. Tem um círculo de amigos.

Ana: Bom Clarice eu te agradeço por seu relato, e também dizer que se precisar de alguma ajuda, depois de dou o retorno dessa pesquisa, por hora é só! Muito Obrigada.

Clarice: E eu gostaria também gostaria que os lugares, as pessoas, as lojas... porque a minha filha gosta de ir em loja que dão atenção. Ela gosta de ir nos lugares que dão atenção. Ela passou a comprar em uma determinada loja porque o vendedor dá atenção para ela. Ele não sabe Libras, mas se esforça em entender o que ela quer. Ela passou a comprar em lojas que dessem mais atenção para surdos. Porque a minha filha passou até a frequentar uma só loja, pelo fato de eles darem mais atenção pra ela em todos os aspectos. Uma crítica que eu faço é da empresa de ônibus Valônia, por que eles não tem paciência com o deficiente, nem motorista, nem cobrador... é raro os que têm. Não sabem falar. Eu acho que deveria ter pelo menos uma capacitação... para saber pelo menos alguma coisa. E os serviços essenciais né, deixa eu contar. Acho até importante te dizer um caso, que eu estava passando do lado e tinha um surdo no destacamento da Polícia perto da Rodoviária e o surdo estava relatando lá que tinham roubado alguma coisa dele, e o policial não estava entendendo nada. Eu estava passando somente passando, quando ele me viu, começou a apontar pra mim e dizer “aaaaaaaaaaaa”. Aí o policial até olhou, me chamando, dando sinal para eu ir. Aí ele me perguntou “A senhora viu?” - Não, ele está dizendo que eu sei falar Libras. O policial achou que eu tinha visto o negócio... Para ver a Polícia, coisas essenciais, hospital, Polícia... tinha que ter alguém capacitado, não é difícil aprender Libras. Na faculdade, lá na recepção tinha que ter alguém capacitado. Nem que fosse um, ou dois funcionários, não precisava capacitar todo mundo. Essa é a minha crítica.

Ana: Está certo, é uma língua né, poderia sim ser ensinada. Um curso básico de Libras seria de quanto tempo?

Clarice: O curso cada um, básico, avançado tem o prazo de seis meses cada, mas acho que ia começando, capacitando no básico, depois mandava a pessoa para o outro... ia devagar, não sei. Alguma coisa tem que ser feita.

Ana: E tem que haver interesse, tem que haver por parte do poder público interesse.

Clarice: E eles têm que ver que a Libras é uma língua, é como aprender inglês, é como aprender uma outra língua. Não é ir para aprender “gestos”, não é aprender “mímicas”. Isso tem uma diferença, Libras não é mímica, nem gestos. Libras é uma língua. Uma língua em que o verbo não é conjugado como no Português, ele é conjugado só no infinitivo. Os pronomes não são os mesmos. Então na frase às vezes os objetos vem na frente e o sujeito por último...

Ana: Então isso precisa ser entendido. O modo na frase, o sujeito, objeto, não é igual. Às vezes o objeto vem na frente, o sujeito vem por último. Essas coisas assim... Já que você tocou no assunto, você acompanhou a sua filha sendo avaliada pelos professores. Você acha que os professores são sensíveis a essas dificuldades? As provas são respondidas em Português?

Clarice: Em português. Alguns professores consideram errado a forma deles escrever. Tem hora que, como quem diz: “– Ele é surdo mesmo, então não vai aprender”, então eu vou passar de qualquer maneira. Tem outros que tentam um pouquinho.

Ana: Bom Clarice, eu te agradeço, tem coisa ainda para conversar, mas eu te agradeço a entrevista, te parablenizo por você ter se esforçado, ter vencido as dificuldades e hoje estar aí disposta a ajudar outros surdos que necessitam do seu trabalho. Te desejo boa sorte, te agradeço, muito obrigada.

Clarice: Disponha.

H) - OITAVA ENTREVISTA – ROBERTO

Ana: Boa tarde Sr. Roberto.

Roberto: Boa tarde.

Ana: Meu nome é Ana Lúcia, eu sou aluna do Curso de Mestrado, mestrado intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e para a minha dissertação eu estou estudando a inclusão do aluno surdo na cidade de Itajubá. Eu já fui até a Delegacia Regional de Ensino de Itajubá, onde me prestaram algumas informações a respeito desse processo de inclusão. Também passei na Escola Rafael Magalhães onde nessa história da inclusão, da educação do aluno surdo... A escola do Major João Pereira foi citada, como tendo uma participação muito grande nessa história.

Roberto: Certo.

Ana: Então eu gostaria de conversar a respeito dessa história e primeiro gostaria que você se apresentasse, falasse sobre sua formação profissional, tempo que está na escola, por favor faça suas considerações.

Roberto: Eu sou o professor Roberto, tenho 51 anos, estou há trinta e dois anos na educação, sempre fui professor de matemática e física, fui vice-diretor, e agora sou diretor da escola. A Escola Major João Pereira funciona nos três turnos. A gente tem cerca de 1.800 alunos, e nós temos também um segundo endereço, que funciona dentro do presídio com oito salas, oito selas²⁹ de EJA³⁰ de ensino fundamental e ensino médio. Aqui no Major Pereira o primeiro ano do ensino médio, é o “Projeto Reinventando o Ensino Médio”, que é um projeto novo do governo. Nós temos ainda o PROETI³¹, que é o “Programa de Educação em Tempo Integral”, os alunos do 6º ano, eles estudam a tarde e voltam, voltam não... eles entram de manhã e ficam o dia inteiro aqui na escola... Aí tem tudo programado, lanche, almoço para ele, lanche para tarde, e diversas atividades que são coordenadas pela Superintendência. Além do PROETI a gente tem... os também o EJA... fundamental que são alunos do 6º ao 9º ano que se perderam pelo caminho, então a idade avançou e eles ficaram com a idade avançada. Então eu fiz um projeto esse ano aqui e passei essa sala do EJA fundamental pra noite, a gente tinha oito alunos. Mas eles não queriam ir pra noite, aí eu fiz a proposta: “Se vocês forem pra noite, eu consigo arrumar um emprego pra vocês, aí eu fui na Prefeitura, fiz um convênio e consegui arrumar para todos eles. Pra todos os oito, que agora estão empregados têm salário, então, à noite eles melhoraram consideravelmente. E foi muito bom, um projeto nosso que deu certo, graças a Deus.

Ana: Que bacana!

Roberto: O EJA médio... o EJA médio é também a mesma coisa, também alunos que se perderam no tempo né ao longo do tempo, mas fazem o ensino médio. O EJA médio funciona em um ano e meio, com seis meses pra cada ano: 1º, 2º e 3º ano. E a gente também o Pós-

²⁹ As aulas são ministradas em selas separadas. Os professores não têm contato os alunos

³⁰ EJA – Educação de Jovens e Adultos - A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

³¹ PROETI - Programa de Educação em Tempo Integral - Público-Alvo: Crianças e adolescentes de 07 á 17 anos

Médio que é o Curso de Magistério³², então o pessoal que tem o ensino médio que quer voltar, pra trabalhar em creche, diretor de creche e para dar aula para o 1º ano e 2º ano do ensino fundamental, precisam fazer esse Magistério. Aí a gente oferece aqui na escola também. E pros alunos de 1º, 2º e 3º do ensino regular, a gente oferece à noite o Cursinho de Aprofundamento, que seria aqueles cursinhos que eles fazem em escola particular... paga! Só que aqui é gratuito. A gente faz isso pra reforçar os estudos deles, nossa escola é muito grande, a gente tem quase 200 funcionários, tem muito serviço pra fazer e nós temos só quatro especialistas pra me ajudar... Mas a gente vai indo e dando conta.

Ana: Você se recorda quando os alunos surdos chegaram na escola Major João Pereira?

Roberto: Sim, os alunos surdos, eles... vamos falar assim: “eles se aglomeravam” lá no Rafael Magalhães, né. Então o Rafael Magalhães era uma escola que aceitava os alunos lá, então eles iam pra lá e ficavam na escola, sem tempo de saída, sem nada, acho que era mais pra socializar o aluno, não tinha preocupação com o conteúdo, sabiam ler, sabiam escrever, mas não tinha essa preocupação... Só que eles estavam ficando muito velhos já, na 4ª série, vinte, vinte e cinco anos! Então resolveu fazer o projeto aqui no Major João Pereira, e conseguimos trazer eles pra cá. Aí eles vieram pra cá. E a gente fez uma aceleração no estudo deles de acordo com a idade deles. Mas a partir daquele ano... Aí o aluno começou a frequentar a série de acordo com a idade. Sete primeira série, oito anos segunda 2ª série ... depois já vieram pra cá para o 6º ano, 7º ano ... E hoje esses alunos estão no 2º ano, eles têm dezesseis anos, estão no 2º ano do ensino médio... E os primeiros lá, a primeira turma de surdo já se formaram aqui na escola, dois estão na faculdade, estudam na FEPI. Então agora que a gente conseguiu o intérprete para a faculdade, agora que a gente tá nessa fase, mas já se formaram muitos alunos aqui, muitos alunos surdos.

Ana: Você tem algum registro de quantos alunos surdos passaram?

Roberto: Tem... mas é da escola né, comigo aqui eu não tenho. Mas eles se formavam e ao invés de ir embora, voltavam aqui todo o dia, pra conversar com os outros, porque o único lugar que eles conversavam era aqui. De todos os surdos eu acho que tem três mães que falam a linguagem de sinais, as outras só falam “não pode”, “sim” e “não”. Então nem a família, irmão... Então o lugar que eles tinham conversar era aqui na escola. Agora que eles casaram estão abandonando um pouco, mas a gente tem ainda... Tem uns que se formaram e retornam...

Ana: Roberto, quando os alunos chegaram do Rafael Magalhães, vocês estavam preparados, tinham o conhecimento de Libras? Como foi esse processo?

Roberto: Não, não. Nós não tínhamos o conhecimento né, ... Mas a gente recebeu a notícia que eles viriam com intérprete. Então o intérprete fazia a transição da linguagem nossa para a linguagem de sinais, mas nenhum professor era preparado, e era difícil achar o menino, que era um menino isolado na sala. Até descobrir que ele era surdo já tinham se passado alguns meses, depois dessa fase que começou a organizar a vida deles, aí melhorou bastante, tá... Eles vieram pra cá e foi oferecido o curso de Libras. Nós temos um aluno lá do Rafael Magalhães, que ele foi nosso professor de Libras, o Eduardo. Ele tem deficiência múltipla, além de não ouvir e não falar ele também não enxerga bem, e, ele não consegue caminhar sem a muleta, tem deficiência múltipla... e ele foi o nosso professor de Libras. Aí vários

³² Curso pós médio – são cursos profissionalizantes oferecidos para aqueles que já concluíram o ensino médio.

professores aqui quiseram e os que se interessaram passaram a dar aula pra eles tá. Mas a maioria... que dos professores daqui ainda não tem Libras, eles não gostam de... eles não querem aprender...

Ana: Os professores não querem?

Roberto: Não querem, eles acham que já estão se aposentando e num... Então uns ou outros têm, mas em todas as salas que tem um aluno surdo, tem um intérprete de Libras...

Ana: Você lecionou para os alunos surdos?

Roberto: Sim, desde a 5ª série, eu parei no 9º ano. O ano passado eles entraram no 1º ano, aí eu saí... Mas desde o 6º ano a gente trabalha com eles. Eu aprendi a falar, aprendi a cantar, aprendi a me comunicar com eles, né. E até hoje... agorinha mesmo eu estava conversando com as meninas... que elas querem mudar agora pra manhã, elas são da tarde, é que têm umas que moram muito longe e a van traz. Aí umas querem ir pra a manhã... Aí elas combinaram entre elas que todas querem de manhã... De manhã o estudo é mais puxado... Então a gente vai ver se consegue encaixá-las de manhã... Esses dia eu estava conversando com elas...

Ana: E elas conseguem acompanhar com os outros alunos?

Roberto: Conseguem normalmente... conseguem acompanhar ... No começo no 6º ano foi mais difícil para elas porque a gente pedia coisas que eles deveriam ter pedido no 2º ou 3º ano, lá do ensino fundamental, mas elas ficaram com nota baixa, de recuperação... Normal como qualquer aluno. Mas hoje elas se recuperaram e são excelentes alunas.

Ana: E no português, eles conseguem ir bem?

Roberto: A linguagem deles é um pouquinho diferente, é... por exemplo, eu falo pra você: “Domingo eu fui na feira comprar banana.” Você sabe né, você entende. Aí na hora que eles escrevem: “Domingo feira compra banana”. Eles não conseguem ligar a frase né, trocar de verbo de ligação, eles colocam mais a palavra ... Eu não sei como é que chama a expressão... Como é que é? No tempo presente, infinitivo... como a gente faz. Mas consegue comunicar. Fazem prova de História, eles copiando do livro, eles copiam igual. Mas tem aprendizagem boa em Física, coisas que o que aluno nosso não aprende, eles aprendem... porque precisa ficar em cima deles para lembrar. Porque não tem como lembrar né, nós lembramos, porque a gente guarda primeiro nos ouvidos... Então, eles não têm isso, eles têm que ficar escrevendo, escrevendo até eles guardarem.

Ana: Desde que vocês receberam esses alunos surdos, você acredita que a sua escola se transformou, em razão de ter que se relacionar com um grupo de pessoas diferentes?

Roberto: Hoje em dia se você for perguntar, tem gente que nem sabe... se tornou uma CPI. Tem gente que sabe, mas não liga... Já se tornou uma coisa normal... Eles já são normais pra todo mundo, no começo sim eles apontavam: “Aquele lá é surdo”. Então eles eram um pouquinho separados. Mas hoje em dia não... Eles conversam entre eles, com os colegas né... Não tem alteração nenhuma na escola. Inclusive além de surdo esse ano a gente tá recebendo um, com Síndrome de Down... Aí é a mesma história, como é o primeiro ano dele, ele continua quietinho, ele fica isolado na sala... aí ele vem fica no banquinho isolado ... Mas tem sempre colega pra dar apoio... daqui uns dois anos, vai ser bom pra ele, que nem pros outros... Como foi com os surdos... Porque a escola é muito grande né... Saía do Rafael (Magalhães)

que era “deste tamanhinho”, e aí tinha escada pra subir, sala pra procurar, só que agora eles já são craques... todos eles.

Ana: Alguns alunos ouvintes tiveram interesse em aprender Libras, pra se comunicar com os alunos surdos?

Roberto: Alguns... Alguns sim. Já tiveram interesse em ficar na sala com eles, pra ajudar, pra traduzir, pra fazer trabalho com eles... Mas os surdos sempre dominaram na questão da inteligência... né, sempre dominaram pelos outros.

Ana: Você considera os surdos mais inteligentes que os outros?

Roberto: De todos o que eu conheço aqui, sim! De todos aqui a gente só tem um que é fraco, porque a mãe dele transferiu ele pra Maria da Fé, e pôs ele numa escola de Maria da Fé. Ele fez o 6º, 7º e 8º ano lá sozinho, sem ninguém ajudar, sem intérprete, sem nada ... Então o que ele conseguiu aprender foi sozinho, né, não tinha ninguém pra ensiná-lo. Aí ele veio pra cá... aí que ele começou a entender... começaram a explicar pra ele, os intérpretes, aí que ele começou a entender realmente. Aí que ele está um pouquinho mais atrasado que os outros. Mas os outros são tranquilos... São sadios, não têm diferença nenhuma. Se você olhar lá e não perceber o aparelhinho no ouvido deles, você não sabe que é aluno com deficiência...

Ana: E o papel do professor intérprete, ele é importante nesse processo de envolvimento do aluno, no atendimento desses alunos surdos?

Roberto: Olha acabamos de mandar em nome de todos os alunos surdos pro SENAI, por que o SENAI³³ quer fazer um trabalho com eles. O SENAI vai dar um curso pra eles e depois vai dar a chave do emprego deles. Como o SENAI faz isso... O SENAI começou a fazer com as crianças pobres, dando cursos e eles trabalhando nas fábricas. Depois o SENAI expandiu e a gente tem o PRONATEC³⁴, e tem aqueles cursos profissionalizantes do SENAI. E agora o SENAI está capacitando... vai capacitar os alunos surdos para o primeiro emprego. Isso é importantíssimo. Aí quem faz essa ponte entre a escola e o SENAI? - O professor intérprete, né. Quando chega um aviso na sala de aula para o aluno trazer em alguma coisa, para o pai vir... Então é o professor intérprete que cuida dessa parte. O intérprete está sempre junto com eles. Qualquer problema que o professor tem o intérprete vai e faz a ponte entre eles e a família, troca recado né... Tem muito professor que fala: “Tire uma folha e escreva!” Aí o intérprete tem que tirar a folha e escrever e depois traduzir para todos eles, porque eles não têm como... Aí enquanto o professor vai ditando, o intérprete vai lá escreve direitinho e faz os sinais para eles. Eu queria até ter um caderno aqui para mostrar para você...

Ana: Eu gostaria de ver. Inclusive, se for autorizado, de assistir uma aula que tenha alunos surdos, pra eu ver como é o trabalho do intérprete...

Roberto: Pode sim.

Ana: E também me foi falado muito bem, da sala recursos da Escola Major João Pereira, que é uma sala recurso procurada até por alunos de outra cidade... A que você atribui a procura desses alunos surdos de outra cidade?

³³ SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

³⁴ PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Roberto: A sala recursos é uma sala que habilita mais o aluno e você teria que ver lá né, como é que funciona o computador deles... é diferente do nosso... Então é como se fosse um reforço para o aluno. Muitos vieram né... Inclusive o Eduardo também dá aula para os alunos na sala de reforço, porque tem que fazer pesquisas né, tem jogos no computador deles lá, né. Tem aula, tem conversação. Você teria que vir aqui, pra você ver... Muitos vêm de outras escolas, muitos vêm de fora... de Pedralva, Brasópolis...

Ana: Então essa sala de recursos, atende o aluno da escola, mas está aberta para outros alunos também?

Roberto: É aberta pra outros alunos de outras escolas também... E quando tem as professoras que se interessam também, elas vem também... inclusive muitas vinham pra aprender aqui a trabalhar com os alunos... Mas nada como o convívio entre eles né... isso é muito importante.

Ana: Mas essa organização da sala de recursos se deu com o tempo? Quando os alunos vieram do Rafael Magalhães...

Roberto: não tinha nada.

Ana: Vocês tiveram que se organizar...

Roberto: É exatamente... Não tinha nada né, e os alunos entraram como se fossem alunos normais e a diferença é que tinham o intérprete deles...

Ana: Vieram intérpretes do Rafael com eles?

Roberto: Vieram...

Ana: Você se recorda?

Roberto: A Ângela que trabalhou no Rafael (Magalhães), agora já saiu... Saíram duas professoras. Agora já se aposentaram. Também estavam no Rafael (Magalhães) junto com eles...

Ana: A professora Eliana também contribuiu?

Roberto: A professora Eliana é da APAE. Inclusive eu perguntei pra ela: “onde os meninos começam a aprender Libras?” Ela falou: “na APAE”. Então tem hora que a gente vê de manhã o pai levando o filho pra APAE, e você olha, ele não tem nada... Mas é menino surdo, que vai aprender essas coisas... Porque se for para o Rafael Magalhães, ele aprende tanto Libras, como a leitura, escrita... muito legal.

Ana: Como você avalia o aluno surdo na Escola Major João Pereira atualmente? Ele está totalmente incluído? Como você avalia até a questão da escola inclusiva para o aluno surdo?

Roberto: Olha, eu acho que eles escolheram o Major João Pereira, porque é uma escola grande né... Mas no sentido da socialização aqui foi 100%. Não tem o que reclamar, no comecinho como eu te falei os professores reclamavam que os alunos não estavam entendendo... Os professores ficavam desesperados quando faltava intérprete né. O professor não tinha se preparado, daí faltava intérprete e eles ficavam desesperados e me chamavam lá

pra ajudar, e eu ajudava... Mas eu acho que se fosse numa escola menor ia ser muito melhor pra eles... Primeiro o aprendizado na escola pequena, e depois do aprendizado na escola pequena eles passariam pra nós...

Ana: Certo. Na sua atuação com os alunos surdos, existem histórias interessantes que você guarda nesse período de aprendizado?

Roberto: Ah sim, eu aprendi muito com eles né. Eu aprendi muito com os alunos e inclusive a gente formou um coral aí, chamado “Vozes das Mãos”, e a gente foi apresentar... tem até aqui no youtube gravado, nas festas de fim ano, tem aquela música da rede Globo: “Hoje é um novo dia...” e eu ensaiei com eles e a gente tem gravado aí pra... A gente foi convidado para entrega de presentes lá na Imbel. Então tem um pai de uma menina que ele é pastor, ele viu a gente e queria levar os alunos de qualquer maneira. Ele pediu para o coronel e aí a gente foi apresentar lá... os alunos foram muito chiques na época... Foi muito interessante, e além dessa parte, quando os pais dão autorização eles encontram os colegas de outras cidades, do Brasil inteiro... Tem uma determinada época que eles se encontram em Taubaté e se encontram, como é que chama, naquela Canção Nova... Vários surdos vão pra lá e têm os trabalhos, eles se divertem... E as professoras têm fotos deles desde pequeninos em Aparecida, né ... a função da escola era, na época, de socializar os alunos...

Ana: Esses contatos foram promovidos, foram procurados pela escola?

Roberto: Pela escola, tudo pela escola... E pelos intérpretes também... Eu já levei em várias feiras. Quando eu dava aulas para eles aqui eu levei em feira do Anglo, G9, tudo eu levava eles pra conhecer... e quando os meninos explicavam eu traduzia pra eles... E os meninos do G9 ficavam de olhos abertos, porque isso nunca existiu pra eles, nunca tinham visto alunos surdos... Pra eles era novidade né... Mas eu levei em tudo quanto é lugar que a gente pode... supermercado né, pra gente procurar produtos, fazer lista de feira... com o dinheiro né, troco... Eu fiz um trabalho nas casas Bahia, no Magazine Luiza, Pernambucanas... Essas lojas que a gente tem aqui. Eu queria saber quando chegava uma pessoa surda, como é que as pessoas daquela loja faziam né... E fomos com todo mundo lá. E eu expliquei pra eles como eles iam fazer: “Quanto que custa isso?”, “Quanto que custa aquilo?” e os da loja não entendiam. Mas os surdos faziam de tudo pra que eles fossem entendidos... Eles mostravam né... Até eles serem entendidos... eles mostravam. Porque é uma dificuldade muito grande da nossa sociedade que não está preparada... em bancos, lojas. Todos eles tem salários, todos eles dão cheque, tem cartão e compram normalmente né, então todas as lojas tinham que estar preparadas, e não estão né... eles ficam mostrando é isso, é aquilo né, não conseguem...

Ana: Roberto, retomando a nossa entrevista [a entrevista foi interrompida por uma ligação telefônica], eu gostaria de te perguntar a respeito desses alunos que vieram lá do Rafael Magalhães... Lá no Rafael Magalhães, eu entrevistei pessoas que disseram que esses alunos já tinham ficado muitos e muitos anos lá na Escola Carmo Cascardo, sem nenhuma possibilidade de progressão nos anos escolares, né...

Roberto: Isso...

Ana - Quando eles foram lá pro Rafael Magalhães, o Rafael procurou ensinar Libras, aprender Libras com eles... E depois eles estavam vivendo a mesma situação, porque estavam lá por muitos anos e sem chance de avançar nos estudos. E eles relatam que foi uma luta dos pais, da comunidade, da escola pra conseguir fazer com que eles viessem pra outra escola...

Roberto: Exatamente... pro Major Pereira.

Ana: Então nesse momento que eles vieram aqui para o Major João Pereira. Nesse momento... O Major foi receptivo em receber esse grupo de alunos, foi uma imposição da Delegacia de Ensino? Esse momento como é que foi?

Roberto: Eu não sei bem quem era a Superintendente na época. Mas eles nos mandaram... não sei o que eles acharam e mandaram pra cá... os alunos pra cá... E os alunos não tinham base né, foi muito complicado, tanto que eles ficaram numa sala separada no primeiro ano. No segundo ano já misturaram no meio de outros... Só que os professores não tinham noção nenhuma né... Não sabiam ensinar pra eles... Não estavam preparados... Os intérpretes não estavam preparados... E alguns alunos não quiseram voltar, a gente teve que buscar em casa... Eles estavam acostumados numa salinha, numa escolinha pequena... Aí veio pra cá numa escola muito grande... não tinha a formação que eles queriam né... E saíram... Saíram depois a gente conseguiu retomar, buscar, até a época da inclusão que eles começaram a vir normalmente, frequentemente, cada um dentro do seu ano de estudo. Mas no começo tinha de todas as idades tudo misturado... todos eram surdos, mas uns tinham muita deficiência, outros tinham pouca...

Ana: De várias idades?

Roberto: De várias idades, agora eu me lembrei de um fato, você me perguntou um fato diferente... Veio um rapaz de fora para cá, um surdo de São José dos Campos... Só que ele era muito bonito e tinha um monte de meninas de olho, aí deu confusão né... Ele queria uma, a outra que queria... E ele casou-se com uma menina surda daqui, a mãe dela tem uma boutique aqui na cidade... né, ele se casou com ela, mas deu o problema... foi ciúmes. Aí os meninos achavam que as meninas estavam olhando pra ele... Normal igual acontece com todo mundo né... Esse fato foi marcante, desse rapaz... Das meninas quererem ficar com ele, ele escolher uma e os meninos ficarem com ciúmes dele...

Ana: E as meninas ouvintes também queriam ficar com ele?

Roberto: Não, só as surdas, só as surdas da sala deles ali né. Eu não soube de nenhum caso das ouvintes... Porque eles eram muito unidos, existiam umas duas ou três salas, mas eles sempre estavam juntos... terminavam as aulas e eles ficavam juntos... Aqui, aqui fora, sábado, domingo... eles já combinavam de ir comer pizza né...

Ana: E sempre falando em Libras?

Roberto: Sempre, a todo momento. E a gente fez a formatura dessa turma, foi lá no meu sítio, fizemos churrasco lá, dançamos, cantamos... Tudo! E eu pensei que ia ser tudo sossegado quietinhos né... hum... tomaram cerveja... Já era tudo maior né, foi normal... e muita bagunça... Fizeram muita bagunça... Eu acho que eles nunca tinham tido um espaço pra eles brincarem né... era grandes mas não tinham tido... e lá tinha parquinho né, brincaram muito! Dançaram... a gente colocava música, e um dança, tudo mundo começa a dançar... Eles não ouvem a gente falando, mas eles ouvem os barulhos que vem do ouvido... Até o aparelhinho deles que é pra aumentar o barulho... E com aquele barulho eles dançam... De repente lá pára o som, todo mundo xinga né... Aí eles continuam, até perceberem que todo mundo parou, aí eles param... Mas eles vão no embalo né... Mas teve isso... Esse fato eu acabei me lembrando agora desse rapaz que você perguntou sobre alguma coisa diferente. Casaram-se, os filhinhos

nasceram, ouvintes, normal. Fui no casamento de um, me convidou. Ele casou-se com uma menina rica da região ali de Taubaté né... Então uma moça de família rica, surda... se encontraram lá na Canção Nova e eles se casaram. O casamento foi aqui... grandioso, festa, baile... e eu no meio de todos os surdos. Eles adoram quando uma coisa assim pra eles irem, pra eles conversarem entre si...

Ana: Você percebe que eles têm uma necessidade muito grande de estarem entre si? Uma necessidade de se agrupar... Você acha que isso é pra se proteger?

Roberto: É pra se comunicar mesmo, que como eu falei aqui no começo, a família deles nos primeiros lá, não tinham interesse em aprender a linguagem né... Então não se conversava, a televisão deles ainda não tinha aquele recurso... Hoje é que tem aquele recurso... Então, eles tinham a necessidade de estar em grupo... e um grupo muito unido, todos sabiam tudo de tudo mundo...

Ana: Hoje todos os alunos surdos vêm para o Major João Pereira, ou hoje com a inclusão implantada, tem alunos surdos em outras escolas?

Roberto: Eu acho que em Itajubá na escola pública eles estão aqui, já na particular eu não sei... Na escola pública eles vão pro Rafael e depois vem pra cá.

Ana: Ainda hoje, existe o contato da direção com os intérpretes ou as coisas já estão fluindo livremente, já está tudo organizado?

Roberto: Já está tudo organizado. Mas a gente tem liberdade de conversar com eles, de chamar, de dar recado, né. Eles fazem um bom trabalho e os alunos gostam muito deles. Se for perguntar se eles gostam mais do intérprete do que do pai, eles vão dizer que é do intérprete porque tem comunicação né, os pais não têm...

Ana: Esses alunos que você disse que são os alunos regulares corretos né, com a idade certa. Nesses alunos você nota algo diferente, a família se interessou, aprendeu Libras? Houve um diferencial, ou foi mesmo a escola que fez a diferença na vida deles?

Roberto: Não. Foi a escola, a escola... é uma ou outra só que vem. Então nós temos duas moças já, que estudam aqui, que as mães vêm todo o dia trazer, ficam aqui na cidade, moram fora... ficam andando... e cinco e meia elas vêm e pegam.

Ana: E elas estão em sala com alunos de idade menor que elas?

Roberto: Não, estão na série correta, mas ainda não ganharam aquela liberdade da família, né. As mães ainda ficam em cima. Agora os outros são mais livres. Os que moram em Piranguinho vêm sozinhos de ônibus, os outros viajam sozinhos... Tem a carteirinha pra não pagar ônibus. Então eles são mais livres. Agora essas duas, as mães ficam aqui...

Ana: Perfeito. Roberto eu vou te deixar a vontade caso você queira fazer algum comentário a respeito da experiência que você viveu e inda vive aqui na escola né...

Roberto: É... diferentemente dos outros, eu me identifico muito com eles, porque eu não conhecia também a linguagem de Libras, eu fui conhecer no Rafael porque meu filho estudou

lá... E o meu filho hoje está no 3º ano da UNIFEI³⁵, e quando ele tava na 1º série que eu vi cantando o Hino Nacional, fiquei encantado com eles lá, apresentando teatro...

Ana: No Rafael (Magalhães)?

Roberto: É. Aí quando eles vieram pra cá, aí eu já fui... eles caíram na minha sala né, pra dar aula pra eles... e a gente fez um bom trabalho... Eu acho que eles gostam de mim, por causa dessa abertura, por causa dessa conversa né... diferente dos outros...

Ana: E você gosta deles?

Roberto: Também, tanto que eu fiz tudo o que eu pude por eles. Sempre defendi todos eles... Eles gostam de mim.

Ana: Você acha que falta políticas públicas no caso de ensino de Libras, pras crianças surdas, isso faria diferença pras escolas?

Roberto: Não, a escola está fazendo o seu papel, o que falta é política pública para esses estabelecimentos que não têm...

Ana: Sim, mas eu digo assim: um diagnóstico em que a criança nasceu surda. A família... é surdo congênito. Naquele momento se a família já fosse orientada pra buscar recursos isso faria diferença?

Roberto: Não mas eu acho que já tem isso, porque existe o exame do pezinho né, no primeiro dia e no terceiro dia já é o exame audiométrico...

Ana: Mas ainda não é obrigatório?

Roberto: O do pezinho é obrigatório, agora o outro eu acho que não.

Ana: Do pezinho sim, da orelhinha ainda não é.

Roberto: Eu acho que não. Só que a gente pensava que a família quando visse um filho assim surdo procurasse saber, mas não procura não... Inclusive que tem um aluno surdo, que a mãe nunca aceitou que ele fosse surdo, nem o pai. Ela nunca deixou ele conversar com os outros, ele só bocejava assim... E a mãe dele falava que ele não era macaco, pra ele ficar falando com as mãos... E eu encontro com ele dirigindo aí na rua. Acho que ele trabalha em algum lugar. E ele não quis aprender, nunca quis viajar. Eu sempre falei pra mãe dele que levasse com a gente para fora, para conhecer rapazes, moças e ela nunca deixou ele se misturasse com os outros... Ela nunca aceitou. Foi o único caso em Itajubá. Agora fora isso tem as mães que sabem essa linguagem e tem aquelas umas que os alunos chegavam muito revoltados em casa, porque eles só sabiam falar: “sim” ou “não” em casa, mais nada, e nunca fizeram questão de aprender também... Era difícil para eles né...

Ana: Roberto eu agradeço então imensamente por todas as informações, que você gentilmente prestou, quero te pedir permissão pra poder vir entrevistar os intérpretes, entrevistar o

³⁵ UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

Eduardo, conhecer a sala recurso. E se for possível gostaria até de assistir uma aula, numa sala que tivesse né, um aluno surdo.

Roberto: Semana que vem eles vão estar aqui né... Porque eles estão dando cursos... aí você vem e conversa com eles... Eu converso muito com eles no facebook... Que agora está muito lento.³⁶

Ana: Depois eu gostaria que você me passasse até os endereços... Enfim esse acesso ao facebook e tudo mais. Existe uma página desses alunos? Existe uma...

Roberto: Não, é junto com os outros...

Ana: Então Roberto eu te agradeço né a oportunidade, depois eu vou pegar esse material com você pra poder até disponibilizar pra quem tiver interesse dentro do mestrado e te agradeço então pelo trabalho...

Roberto: Humm, então tá. E se precisar dos alunos né, eles vão lá...

Ana: Perfeito.

Roberto: Nós fizemos um trabalho na Superintendência... hoje chama-se Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). Então no começo do PIP eles chamavam todos os professores lá por exemplo da área de matemática pra gente fazer uns trabalhos de Matemática e estudar mais ali. Daí eu tive a ideia de levar os alunos surdos... Eu falei para eles o seguinte: “O professor de Matemática fala na sala de aula, e o aluno não entende, ou entende pouco. Então eu levei os alunos surdos pra dar aula de Matemática para eles. Para eles sentirem o que o aluno sentem quando ele está falando né. E nós fizemos um trabalho muito bom, com vários jogos, e os professores ficavam encantados com eles... Ah nós temos também no facebook algumas gravações que eu fiz em salas de aula com eles. Por exemplo o Teorema de Pitágoras, que eles mostram o lado, o lado maior, o lado menor, “por que que é triângulo retângulo?” “Por que tem o ângulo reto, né.” E isso a sala inteira aprendeu, eu aproveitei e gravei e coloquei no facebook, depois eu vou passar pra você os endereço aqui dos alunos falando... pra que todo mundo do Brasil, olhe para o facebook e veja eles cantando, ensinando Matemática e ensinando os jogos também, tá.

Ana: Embora a gente já tenha até encerrado, você acha que eles têm aptidão para uma determinada área? Mais na área de humanas ou exatas?

Roberto: Não, normal, igual todos... uns gostam de uma coisa, outros não. Têm mecânico, tem tudo! Tem os que mexem com computador, tem os que mexem com GPS, cada um na sua área... Tem as meninas... Nós temos filhas de alunas surdas, que são nossas filhas aqui... São nossas alunas aqui, filhas delas, são normais, não são surdas... Não conheço nem um caso que um surdo casou com o outro e nasceu um filho surdo... Não conheço nenhum. Todos que a gente tem aqui são normais... são ouvintes. Todos são normais, são ouvintes, né.

Ana: É isso mesmo: “todos são normais né”! Uns são ouvintes e outros não ouvintes, né.

Roberto: É isso mesmo, uns são ouvintes e outros não.

³⁶ Roberto tentou acessar a internet para mostrar vídeos dos alunos surdos.

Ana: Então Professor Roberto, muito obrigada pela oportunidade e, se houver realmente necessidade eu volto a lhe procurar. Eu vou estar aqui na escola então conversando com os outros profissionais, então por hora muito obrigada.

Ana: Roberto, só pra completar uma coisa que eu gostaria de saber, o fato de você saber Libras te ajudou na comunicação, no envolvimento com os alunos?

Roberto: Ajudou muito né e eu até comecei a criar alguns sinais da matemática que não tinha né. Sinal de seno, de cosseno, de hipotenusa, de Pitágoras... junto com a professora a gente foi criando os sinais pra que todos os alunos fizessem igual, para eles guardarem lá. Quais eram os sinais da Matemática, porque a gente só tinha o básico, um, dois, três, quando eles vieram para cá. E me ajudou muito. Quando os professores faltavam para mim não tinha problema nenhum...

Ana: Intérprete?

Roberto: Quando o professor intérprete faltava eu ficava tranquilamente com eles lá. Até hoje se precisar a gente fica, sem problema nenhum.

Ana: E o fato de você se comunicar com esses alunos em Libras houve por parte dos demais alunos alguma objeção, algum comentário?

Roberto: É então a gente sempre assim quis misturar os alunos de Libras com os ouvintes, os surdos com os ouvintes. E quando o aluno (ouvinte) ia mal em prova assim.... E o pai perguntava por que ele foi mal.... eles... ao invés dele dizer que não tinha estudado, feito a tarefa, ele falava: “É por que o professor Roberto fala em Libras e eu não entendo.” Aí os pais vinham aqui querendo saber... De ponto negativo só teve isso.

Ana: Está ótimo então. Obrigada.

I) - NONA ENTREVISTA - ÂNGELA

Ana: Boa tarde Ângela.

Ângela: Boa tarde.

Ana: Meu nome é Ana Lúcia, eu sou aluna do Curso de Mestrado aqui da UNIFEI intitulado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, e eu resolvi estudar a questão da inclusão escolar do aluno surdo na cidade de Itajubá, sendo que seu nome foi citado por alguns dos meus entrevistados como alguém que trabalhou e trabalha com alunos surdos. Então gostaria que você primeiramente se apresentasse, para que depois a gente possa conversar a respeito do assunto.

Ângela: Meu nome é Ângela, e eu moro aqui em Itajubá, eu sou pedagoga, eu trabalho no Estado há praticamente vinte e sete anos e já sou aposentada no primeiro cargo. Estou aqui como intérprete de Libras na Escola Estadual Major João Pereira como segundo cargo, e trabalho também em algumas faculdades como intérprete de Libras.

Ana: Ângela quando você começou a ter contato com a educação dos surdos?

Ângela: Em 1998 lá na Escola Rafael Magalhães, eu era professora deles, eram dezesseis surdos de várias idades, desde doze até trinta anos de idade, dentro da sala de aula com nível de escolaridade de primeira série, na época era primeira série, era seriado, primeira série.

Ana: Esses alunos tiveram como primeira escola, o Rafael Magalhães ou estavam vindo de outras escolas? Como é o histórico desses alunos?

Ângela: Eles estavam vindo da Escola Carmo Cascardo, que municipalizou e essa turma foi remanejada para a Escola Rafael Magalhães. E quanto ao tempo, é desde pequenininhos que eles estavam lá, desde pequenos.

Ana: E você percebeu, então que eles tinham muitas dificuldades, ou eles não tinham dificuldades, mas tinham pouco conhecimento. Tinham sido pouco escolarizados até aquele momento?

Ângela: É o nível de escolaridade deles é que estava bem assim abaixo né, do que é proposto né pelo Estado, foi o que a gente notou.

Ana: Daí o que foi feito?

Ângela: Ah daí quando eu comecei... Porque por teoria surdo é alfabetizado a vida inteira, porque é como se fosse o aprendizado de uma outra língua, no caso, nós ouvintes aprendermos uma outra língua... Sempre que tiver uma palavra que a gente não saiba o significado, então a gente recorrer ao dicionário pra ver o significado e algum contexto... E eles é da mesma maneira. Então quando eu trabalhei com eles, eles estavam em um nível escolarizado abaixo porque essa dificuldade deles é normal pro surdo. Porque eles têm que ser alfabetizados sempre. Qualquer palavra nova que apareça eles vão ter dificuldade de leitura, de escrita principalmente. Daí o que foi feito foi o seguinte: a supervisora Ruth Sueli, ela, com o meu empenho, a gente, como fala... Ela me instruiu, para que em três anos, a gente tinha que colocar eles aqui no Major Pereira na quinta série, na época era quinta série. Então foi

compactado para que eles tivessem todos os conteúdos principais né, compactado para que eles tivessem toda essa bagagem de conteúdo, de primeira, segunda, terceira e quarta série, né, principais de todos os conteúdos, pra que eles tivessem pelo menos o básico para eles poderem vir pra cá.

Ana: Então, quando eles foram admitidos lá no Rafael Magalhães essa supervisora já tinha essa proposta de que eles passassem para outras escolas, porque até então eles estavam parados, sem nenhuma perspectiva de progressão escolar?

Ângela: Sim parados, sem nenhuma perspectiva de progressão escolar, verdade!

Ana: Então eles já foram tratados mesmo pra avançar?

Ângela: Pra avançar, pra avançar. E como lá é até a quarta série, atender os alunos até a quarta série, eles teriam de ser em outra escola de quinta a oitava série. Daí no caso, a gente... nós viemos aqui num evento que teve aqui no Major Pereira e os alunos ficaram muito interessados né, numa escola de adulto, porque lá sempre o que acontecia; passava-se anos e anos os meninos da quarta série cresciam, ficavam amigos deles né, no caso dez, onze anos, sempre formavam quarta série e saíam, vinham menores e eles iam ficando, eles iam crescendo e os alunos menores iam saindo. Então eles perguntavam: “por que que a gente tá sempre ficando aqui e nunca sai?” “Por que a gente não vai pra uma escola de maiores, escola de adultos? E então a supervisora disse: “nós temos que investir no conteúdo básico para eles terem condição para ir para outra escola.”

Ana: E vocês conheciam Libras?

Ângela: Olha, quando eu comecei, a gente não tinha curso não. Eu perguntei pra ela, e ela falou assim: “cada um pra si e Deus por todos”. A gente, eu não conhecia Libras e a família tinha assim um sinal caseiro para se comunicar com os filhos. Pouco se sabia sobre essa língua e pouco se sabia também da inclusão desses alunos né. Não tinha assim uma proposta, adequada, governamental pra eles. Em termos de legislação, nada. Está sendo implantada ainda. Depois de uns três anos que eu estava na sala de aula é que começou, comecei a fazer o curso em Belo Horizonte. Daí que o governo deu abertura pra gente fazer encontros né, lá em Belo Horizonte para capacitação, aí que começou mesmo.

Ana: E como que foi até o Governo oferecer esses cursos?

Ângela: Eu estudava, fazia o segundo ano de pedagogia. Comecei a trabalhar com eles e como eu tava começando a trabalhar com conteúdos com mais dificuldade de Matemática por exemplo, eles ficavam muito revoltados, eles não queriam aprender, tinham uma dificuldade mesmo, e também não sei se eles ficavam assim pensando: “eu não sou capaz”. Daí eu comecei a apresentar uns conteúdos com mais dificuldades pra eles, estudava em casa, por exemplo eu dava uma aula de leitura, eu pegava textos, tinha um dicionário bem pequenininho de alguns sinais de Libras que a professora que aposentou me emprestou, daí eu recorria ao dicionário pra saber os sinais de algumas palavras. Eu nem sabia ainda que Libras era... É uma outra língua que tem que ser traduzida de uma outra maneira. Até o 1º e 2º ano eu fazia um Português sinalizado, que não é certo isso. Então eu apresentava as leituras no quadro, falava em sinais com eles, eles faziam a leitura, fazia interpretação no outro dia, estudava a gramática daquelas palavrinhas do texto no outro dia, aproveitava as palavrinhas, na quinta feira a gente estudava o vocabulário, na sexta-feira eu trabalhava com eles a

produção de texto. Então eu tinha uma rotina com eles, desde que eu comecei tinha uma rotina e daí deu certo. Na matemática também, quando eu trabalhei, comecei com eles, por exemplo, eles tinham adição sem reservas, aquela adição simples. Subtração sem reagrupamento, daí eu comecei a trabalhar essas coisas com mais dificuldade com eles, e eles ficavam revoltados no começo, batiam na carteira, ficavam bravos porque não sabiam, não queriam aprender, tinha uma resistência. Daí eu fui insistindo, fui insistindo e fiquei muito amiga deles né, até hoje a gente convive muito aí. E daí eu consegui pelo menos ensinar o básico para que eles transporem né, passem, formarem e vir para cá, para outra escola.

Ana: Lá no Rafael Magalhães teve algum curso de Libras para fornecer ideias básicas, noções básicas tanto para os professores, quanto para os pais e para os próprios alunos?

Ângela: Teve. Quando começou a abertura assim para curso eu ia lá pra Belo Horizonte, ficava uma semana lá fazendo capacitação e também eram enviados pra cá, pelo MEC, pela Secretaria de Educação, tanto a SRE quanto a SEE. Lá de Belo Horizonte eles mandavam surdos para cá para dar cursos para a gente. Daí nós fazíamos cursos de 180 horas, 40 horas, vários cursos mesmo. Tanto nós indo pra Belo Horizonte pra fazer, quanto surdos vindos pra cá pra dar capacitação pra gente, mas tudo a nível de Libras, só de língua de sinais mesmo. Então nessa época, nessa época, a Eliana, como ela não era efetiva, ela não ia, tinha lugar só para efetivo, só efetivo que chamava, não tinha lugar para professor contratado, ela era contratada, acho que ela era designada.

Ana: A professora Eliana também trabalhava com alunos surdos?

Ângela: Sim, ela trabalhava no período da tarde e eu no período da manhã, minha turma era um nível acima, maior, e o dela um nível menor, separados por um nível de idade mais ou menos, menorzinhos. Depois ela... o Governo parece que cortou... Ela saiu né, ficou só na APAE, foi para a APAE. Daí quem assumiu foi a Maria no lugar dela por causa de efetivação mesmo. E depois quando nos viemos pra cá ... lá no Rafael Magalhães era só eu que ia por causa de ser efetivada, eu era efetiva. E depois que a gente veio pra cá, nós duas, aí sim tivemos a capacitação, todo intérprete tem a capacitação igualmente.

Ana: Você disse que os alunos, desde que chegaram lá, a escola começou a olhar para eles como alunos que tinham o direito de prosseguir nos anos escolares. Essa passagem deles saírem de lá e virem pra cá, você também veio com eles aqui para o Major? Como que foi? Não tinha intérprete na cidade, como é que foi?

Ângela: Não era intérprete ainda, não tinha esse nome, eu lá, era professora intérprete, uma professora que sabia Libras, era esse o termo. E também não eram incluídos dentro da sala de ouvinte, eram incluídos dentro da escola, era uma sala de surdos dentro de uma escola de ouvintes, eles tinham um contato na hora do intervalo. Quando nós chegamos aqui em 2001 ainda continuou essa sala de aula separada, só os surdos. Daí nós que sabíamos Libras também no começo do ano tivemos um curso rápido, quem que deu? Não me lembro quem deu... Para habilitar alguns professores, capacitar alguns professores na Libras, daí veio fazer alguns professores de fora e de dentro daqui também vieram fazer. Aí quem assumiu a sala de aula? Nós que sabíamos Libras. Mesmo não habilitados na matéria a gente pegou a turma para trabalhar com eles. No caso eu não sou habilitada no conteúdo de ciências, mas trabalhei ciências com eles. O Ildefonso trabalhou matemática né, ele é engenheiro e não tinha habilitação específica, a Eliana foi a mesma história e assim por diante. Nós professores que

sabíamos Libras que começamos dar aula para eles. Depois de três anos, nós dando aula pra eles, aí sim, que eles foram incluídos dentro da sala de ouvintes.

Ana: Três anos... E como que você avalia a inclusão deles na sala de ouvintes? Você acha que eles continuaram rendendo da mesma forma? Como você vê essa situação?

Ângela: Eu acho que o lugar deles, o lugar certo deles é ali dentro da sala de ouvintes, para eles terem e... Os professores darem na mesma velocidade né os conteúdos, trabalhar o planejamento com eles do ano inteiro, porque se eles ficarem separados, não no caso da gente, mas têm muitos professores que devido a deficiência deles não conseguem terminar o conteúdo, ou então se tem algum conteúdo com muita dificuldade, o professor parece que não conseguia passar pra eles, então ficava naquela... Muito devagar, igual aconteceu no começo, lá no comecinho, quando eles vieram bem assim atrasados né, então eu acho que acontece dessa maneira, agora junto com os ouvintes o professor acelera mais o processo, na minha opinião.

Ana: E eles conseguem aprender?

Ângela: Conseguem aprender, conseguem aprender.

Ana: Ângela hoje na cidade de Itajubá você sabe como esta sendo o ensino do surdo? Essa escola...

Ângela: Fundamental de 5º ao 9º ano e ensino médio.

Ana: Outras escolas recebem alunos surdos também, ou eles estão todos concentrados aqui na Escola Major?

Ângela: O ideal seria que tivesse um intérprete em cada escola pra que o aluno ficasse próximo a sua casa, mas como hoje em dia ainda tem poucos intérpretes né, então concentrou aqui no Major Pereira né. E também essa terceira, segunda turminha, terceira turma que veio do Rafael Magalhães, a proposta da Superintendente na época, era que cada um ficasse na sua cidade, porque tem aluno hoje de Wenceslau Braz, Piranguinho, Piranguçu, eles vêm todos para cá, e duas daqui. Eles vêm estudar aqui porque aqui os pais foram lá na Superintendência, se reuniram um mês em debate com a Superintendente, porque não queriam que eles ficassem na cidade deles, porque sabiam que na cidade deles não tinha intérprete. Então eles lutaram para que esses meninos, crianças estivessem aqui, hoje eles estão cursando o segundo ano do ensino médio. Então ficou o Major Pereira como referência de surdez aqui na cidade de Itajubá, mas juntamente por causa dos intérpretes estarem aqui. Lógico que a gente se desloca sim pra outras cidades se tiver proposta... Se tiver um surdo em outra cidade, mas eu acho que o mais importante também é eles terem convívio pra eles desenvolverem a língua, pra eles conversarem, se encontrarem, que é importante também isso, pensar nesse sentido também.

Ana: Na cidade de Itajubá, existem serviços disponibilizados para o aprendizado em Libras?

Ângela: Tem com o instrutor Eduardo, aqui na escola tem o instrutor que ele é surdo, ele atende na sala de recurso, de manhã, toda manhã e também trabalha no Curso de Libras para os professores.

Ana: Aqui na escola?

Ângela: Não. É pela Superintendência, mas aqui na escola não acontece mesmo por falta de um local disponível, então eles procuram um local como na APAE ou na Escola Novo Tempo, que tenha sala disponível.

Ana: Com a municipalização do ensino, os alunos surdos que estão vindo da rede municipal estão vindo com conhecimento de Libras?

Ângela: Da escola municipal a gente não recebe não, ainda não recebeu não.

Ana: Não recebeu ainda?

Ângela: Sempre os surdos que estão aqui no Major João Pereira eles passaram pelo Rafael Magalhães.

Ana: Mas com a municipalização...

Ângela: Lá não municipalizou é estadual...

Ana: Mas no Rafael, eu estive fazendo entrevistas no Rafael Magalhães, não tem nenhum aluno surdo lá.

Ângela: Agora não, o último foi o Michel que veio de lá e está no oitavo ano agora, esse ano.

Ana: Então deve ter alunos surdos matriculados em outras escolas que não chegaram aqui ainda?

Ângela: Tem. Não chegaram. Eu sei que tem um no Carmo Cascardo, ele tem doze ou treze anos, mas que ele era até do Rafael Magalhães, só que, como era muito longe de onde ele morava, a mãe tirou e colocou ele sozinho lá no Carmo Cascardo, que era mais perto para a mãe.

Ana: Você não sabe como ele está?

Ângela: Ah... Não sei como ele está... Não sei se tem intérprete não.

Ana: Agora assim... Você tem conhecimento já que você trabalha há bastante tempo com alunos surdos se existem espaços em que eles se reúnem pra confraternização? Se a escola atua como um espaço de confraternização, de trocas, enfim...

Ângela: Ah não. Um espaço assim próprio para eles não. O ideal seria eles montarem uma associação pra eles, porque daí eles se reuniriam, receberiam documentos, informações da FENEIS ou do INES, trocariam ideias, só que não tem ainda, porque nós tentamos já fundar por duas vezes, com eles... Tem que partir deles, a gente pode até ajudar, mas tem que partir deles, não evoluiu ainda, não teve sucesso ainda. Mais que a gente encontra é na missa que eu interpreto, sempre eles vão, eles se encontram lá, depois saem para comer.

Ana: Você trabalha como intérprete na missa?

Ângela: Não, eu sou voluntária de intérprete lá.

Ana: Aqui em Itajubá?

Ângela: Lá na Igreja Matriz, nos sábados, às sete da noite.

Ana: E eles vão nessa missa?

Ângela: Vão.

Ana: Eles te procuram depois da missa?

Ângela: A gente já tem uma amizade né. Nós já começamos três vezes, que eles pediram, faz uns cinco anos. Ah vamos interpretar na missa? Que eles estavam viajando, estavam começando a viajar e vendo que tinha intérprete na missa. Aí falei: “então vamos”. Aprendi, olhei na Canção Nova para ver os intérpretes, para ver termos, os sinais próprios dessa área né. Daí fui. Começamos no domingo à noite. Aí aquele grupo grande foi diminuindo, diminuindo, diminuindo... Aí saí. Larga mão, deixei. Depois voltei de novo, eles pediram de novo, voltamos no domingo de manhã, era domingo à noite, e de novo o grupo grande foi diminuindo. Daí faz uns dois anos que eles pediram de novo, daí eu disse vamos combinar no sábado. Agora todo sábado eu vou. Se tiver um eu interpreto, se não tiver nenhum eu assisto a minha missa, se tiver dez eu interpreto, é assim, eu não obrigo também não, eu estou lá. E também tem os encontros que a gente faz também na Canção Nova que é “O Dia de Louvor dos Surdos” que já aconteceu em maio e também tem o “Dia Nacional do Surdo” que é em setembro, também a gente reúne aqui, vai de ônibus ou van, dependendo da quantidade de pessoas, eles estão indo agora dia 24 de agosto para Aparecida, só esses eventos mesmo.

Ana: Ângela você como intérprete, você se sente realizada? Você gosta do que faz? Como você avalia a sua atuação profissional?

Ângela: Ah eu gosto do que faço. Eu acho que não é para mim realizar. Eu vejo que eles são capazes de aprender, de estarem junto com a gente, de trabalharem. Então só falta a comunicação. E se eu sou o meio dessa comunicação eu fico realizada, né

Ana: Você acha que parte desses seus alunos tem uma dependência afetiva de você, alguma coisa assim? Eles contam com você como se fosse um membro da família deles?

Ângela: Olha eu acho que eles... Não é como se fosse da família. É por causa da comunicação mesmo, tem muita coisa que eles não conseguem perguntar para os pais, confidenciar para os pais, que eles vêm confidenciar pra mim, daí a gente conversa bastante né. Até mesmo na igreja, na catequese, quando tá faltando uma Crisma né, a gente, eu e a Ângela lá na igreja... A gente trabalha com eles. Então eles ficam: “nossa, eu não sabia.” Sabe o que é você passar a vida crescendo, sabe às vezes uma coisa simples para nós, e para eles: “Nossa é assim? Que coisa interessante, eu não acredito, eu não sabia disso... agora entendo... agora está claro pra mim”. Então é assim. Eu acho tão interessante. Coisa que para nós é corriqueiro. Perguntam toda hora de “Deus”, “A vida de Jesus”, “O Descobrimento do Brasil”, sabe... O menino, o Michel mesmo quando ele chegou para nós aqui, no sexto ano, parecia que ele não sabia nem onde estava. Não sabia o que era Itajubá, sabe. Ele veio do Rafael Magalhães, mas a gente percebia que o conhecimento dele era muito precário.

Ana: E hoje?

Ângela: Hoje ele desenvolveu muito. Hoje ele localiza países no Mapa Mundi, tem uma visão melhor, já faz o teste de Matemática, ele não sabia nada, nem contar até dez. Hoje... a gente percebia que o conhecimento dele era bem precário... Hoje a gente vê o desenvolvimento, passa por essas etapas e a gente tem certeza que ele cresceu... do jeito que ele chegou e o jeito que ele está hoje. E a gente vê os meninos, eles estão trabalhando, casando, viajando né... Conversando normal, contam piadas, tem seus sentimentos, são bonitos né, nossa todos... Então a gente fica realizado. Nossa... a gente nunca tinha ouvido falar de surdos, antes de começar a trabalhar... depois a gente vê como eles são muito espertos, até mais que a gente.

Ana: Você acha que pelo fato de serem surdos eles têm uma percepção diferente da nossa? O fato de serem surdos eles compensam com outros sentidos mais aguçados?

Ângela: Eles veem características mais que a gente. A visão deles é muito apurada. Às vezes para dar um sinal para uma pessoa, eles estudam a pessoa, analisam os trejeitos, o olhar, os gestos, o que a pessoa faz. E nós ouvintes não percebemos. Eles detectam. Acho incrível como não percebemos essas características das pessoas e eles detectam na hora. E essa língua, eu acho muita inteligente essa língua. Nossa quando a gente começa a aprender a Libras, que coisa interessante, e eu ainda continuo aprendendo, tem muita coisa ainda. Eu não parei.

Ana: Ângela você acha que falta alguma ajuda do Estado para ajudar no trabalho de vocês?

Ângela: Ah, eu não sei. Todo ano a gente tem uma semana de curso em varginha, agora é em Varginha, antes era em Belo Horizonte. Ih... Acho que vai de cada um né...

Ana: Agora na sala de aula, você é intérprete para todos os conteúdos?

Ângela: Para todos os conteúdos.

Ana: E quando você desconhece aquele conteúdo? Você me falou que você ficou com parte de português...

Ângela: Na época que eu comecei a dar aula para eles? Quando eu comecei com eles eu era professora de Ciências, não habilitada. Eu sou pedagoga né. Mas a gente interpreta todos os conteúdos. Às vezes você precisa entender alguma coisa, mas a maioria das vezes é só passar... Você é o canal, você é a voz do professor.

Ana: E se os alunos tiverem dúvidas?

Ângela: Se eles tiverem dúvida a gente pergunta para o professor, nunca a gente pode interferir... “professor ele teve dúvida.” “onde?...” Às vezes, por exemplo, um probleminha lá de Matemática... às vezes o professor coloca três probleminhas no quadro e vai resolvendo, muitas vezes o professor explicou o primeiro e a gente ainda está explicando para o aluno terminando lá no quadro, que a gente vai na frente. O professor já está no segundo probleminha. “Professor agora que ele terminou de entender esse aqui. Pode voltar aqui?” Começa de novo... assim, o professor precisa ter muita paciência. Sabe às vezes você é o canal, ou às vezes você demora um pouquinho. Por exemplo uma aula de Geografia em que o professor fala, só explica falando, você vai junto, às vezes um sinal que ele não sabe...

“professor ele não sabe essa palavrinha aqui, o que significa isso, explica de novo.” A gente é o canal, mas é ele que tem que perguntar.

Ana: Como os outros alunos reagem a sua presença, a presença de alunos surdos? Como você vê isso?

Ângela: Ah comigo não tem problema nenhum, sou amiga de todos, a gente tem que... É uma questão de ética mesmo, a gente não tem que se sentir uma estagiária dentro da sala de aula, e nem o professor né sentir que tem uma estagiária dentro da sala. É um parceiro para ele, e os alunos também, tem que ser amigo deles. Não tenho nenhum problema, nenhuma sala que eu trabalhei com aluno surdo, e olha que nós já passamos aqui apertados, tinha sala muito difícil com alunos que passaram por aqui, muito ‘baguncenta’, muita violenta. Agora esse ano eu falei que nós estamos no céu, com salinhas calmas.

Ana: Os alunos ouvintes, eles se interessam em conhecer alguma coisa de Libras, eles se interessam em se comunicar com os alunos surdos?

Ângela: Essas salas que tem alunos surdos, os alunos ouvintes no final do ano já sabem bastante coisa, porque eles conversam, e vão perguntando “que sinal é esse? “Como eu falo isso para ele?” Então eles vão aprendendo normalmente.

Ana: Você acha que eles acabam se envolvendo?

Ângela: Sim eles vão se envolvendo. É um curso de Libras para ouvintes dentro da sala de aulas.

Ana: Você não vê caso de preconceito e rejeição?

Ângela: Não tem, nunca vi. A não ser um aluno ou outro que é mais danadinho, mas não tem, aqui nunca vi não. Os meninos aceitam bem os alunos surdos, tratam normal, brincam de futebol juntos, brigam, xingam do mesmo jeito, conversam do mesmo jeito, uma situação normal.

Ana: Com relação à avaliação dos alunos surdos, quem faz a avaliação é o professor, os professores avaliam da mesma forma, ou tem critérios diferentes?

Ângela: Eles avaliam da mesma forma. Como a aula é da mesma forma eles avaliam da mesma forma.

Ana: Mas no caso de Português o surdo consegue escrever tudo igualzinho?

Ângela: Não... a escrita... no aprendizado de uma língua a escrita é o último nível, é o mais difícil. O professor pergunta pra gente “o que ele quis dizer aqui?” E a gente pergunta para o aluno o que você quis dizer aqui se tiver uma frase muito mal elaborada. Aqui os professores já estão acostumados com a escrita deles, e o professor considera bem. Ele tem uma escrita diferenciada, eles não usam os conectores. Eles às vezes, pensam em Libras e escrevem em Libras, né...

Ana: Em Libras, em gestos?

Ângela: Não palavras, extenso... eles pensam em Libras e escrevem em Libras: “Eu vou na casa da vovó” em Português, por exemplo: “Eu casa vovó ir”, por exemplo. Eles escrevem dessa maneira. Os professores já estão acostumados.

Ana: Você gosta do que faz né?

Ângela: Ah eu gosto, quero que eles vão para frente... sem desistir, fazer faculdade. A turminha é boa.

Ana: A turminha que está aí é boa. Eles querem se formar em quais profissões?

Ângela: Eles não sabem ainda. Uma quer fazer SENAC³⁷, curso técnico, quer fazer SENAC. A maioria ainda não sabe o que faz não. O instrutor de Libras faz Pedagogia agora, primeiro ano, FEPI, e o Tiago também já estudou aqui faz Pedagogia, os dois começaram. Então eles estão tendo um exemplo. Então o Eduardo foi para a faculdade... vai a turma toda para a faculdade. Ainda não tinha... até o ano passado não tinha. Eu falava para o Eduardo vai para a faculdade ele dizia que estava pensando. Agora ele está na faculdade. Agora eles estão vendo que ele foi para a faculdade, agora todos os outros estão vendo e também vão querer acompanhar, eles vão para a faculdade, tenho certeza.

Ana: Ângela Quer dizer alguma coisa para a gente fechar?

Ângela: Como o quê, por exemplo...?

Ana: Alguma experiência que tenha sido marcante nesse período todo, que tenha te emocionado... alguma coisa assim.

Ângela: Ah eu acho que... olha é o que eu sempre falo para eles... da responsabilidade dos mais velhos, dos surdos mais velhos. Se eles derem bons exemplos pros outros, porque é uma comunidade fechada... não é fechada... Ela é minoria linguística, dentro de uma maioria ouvinte... nossa... da Língua Portuguesa, então um copia o outro. Então eu sempre falo para eles ... O Eduardo, por exemplo, “você é responsável ... se você for para a escola eles vão te copiar também.” Trabalhar né... a maioria dos meninos está trabalhando nas indústrias aí, nas lojas. Então eles sempre me procuram, eu faço os currículos, passo aqueles dois primeiros dias de aprendizado lá... Então é uma recompensa para gente e para eles né... Até a família liga para gente pra dar conselho. Ontem eu fiquei conversando com a mãe pra dar conselho para a menina que está namorando... É desse jeito, todo mundo é unido, todo mundo é unido.

Ana: Lá no Rafael Magalhães eles já sabiam Libras?

Ângela: Sim eles já sabiam Libras.

Ana: Mas você falou, você disse que era doméstico né!

Ângela: Em casa. Na escola eles já sabiam Libras sim...

Ana: Chegaram sabendo?

³⁷ SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Ângela: Já chegaram sabendo. Quando a professora aposentou e eu entrei, eles já sabiam Libras lá no Rafael Magalhães. Aprendizado deles que era um pouco defasado, não por culpa de ninguém não, mas pela época né, o contexto que estava sendo seguido naquela época... Chegavam tarde na escola né, muitas vezes estavam com nove ou doze anos é que a família colocava na escola, às vezes descobria a surdez mais tarde. Tinha família que descobria que a criança era surda com nove anos... Era assim, era tudo. Não era só lá dentro da escola. Dentro da família, problemas na família até chegar na escola. Tudo isso que contribuía para a defasagem deles.

Ana: Em termos de política do Estado, o que você acha que poderia ser feito para que tivesse um resultado melhor? Que tivesse um apoio maior às famílias? O que você pensa?

Ângela: Ah eu acho que...

Ana: Eles estão preparados para ter filhos surdos?

Ângela: Ah, olha não estão preparados não... Porque é um susto né, quando os filhos nascem e eles vêm que o filho é surdo né. Muitas famílias, elas ao invés de ir pro mundo dos surdos, querem que o surdo vá pro mundo do ouvinte! Nunca vai acontecer isso. Mesmo que coloque aparelho, que faça o implante coclear, nunca vai acontecer isso, porque com o aparelho escuta tudo quanto é barulho... Não escuta a palavra correta né. Então por isso que quando eles crescem, os meninos crescem e sabem Libras, se comunicam em Libras e eles tiram o aparelho. Aí enquanto é pequenininho a família obriga a usar o aparelho, mas como não é 100% nítido né, falar aquela palavra, ouvir nitidamente... Então quando eles crescem, aprendem Libras, eles tiram o aparelho, não querem usar mais o aparelho. Tem famílias que geralmente tem o filho surdo, mas desde pequenininho não aprendem Libras desde pequenos para que eles tenham aquela comunicação e o desenvolvimento normal, porque a maioria dos surdos, ele não têm comprometimento mental, o que dificulta pra eles é essa barreira da comunicação, que faz dar essa atraso cognitivo deles né, a maioria. Às vezes tem uns que tem comprometimento mental que atrasa o desenvolvimento deles, mas a maioria não, é só surdez mesmo.

Ana: Bom Ângela te agradeço imensamente pelo seu relato, pela sua disposição em ajudar esse trabalho e estou à disposição para dar retorno desse trabalho.

Ângela: Espero que tenha ajudado, qualquer coisa pode voltar!

Ana: Muito obrigada.